



Rubens Damasceno-Moraes

Professor na graduação e no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás/UFG, após mestrado na Universidade de Brasília/UnB, em 2005, empreendeu doutorado no domínio de Ciências da Linguagem (2013), quando elaborou tese no campo da Argumentação, da Retórica e da Interação argumentativa (*Sciences du Langage/Université Lumière Lyon 2/França/ École Doctorale Lettres, Langues, Linguistique & Arts*). Em 2021 concluiu Estágio de Pós-doutoramento na Universidade Federal de Sergipe/UFS, graças ao qual, aliás, este livro é um dos produtos. Atualmente dedica-se ao projeto “A dinâmica do discurso argumentativo - Estudo de interações agonais”, por meio do qual, juntamente com orientandos de iniciação à ciência e pós-graduandos, busca descrever e analisar interações argumentativas em diversos domínios (redes sociais, mídia, jurídico, educação, vida cotidiana etc.). Coordenador do Grupo de Pesquisa “Teorias de Argumentação e Retórica – TEAR”, é ainda membro do Grupo de Pesquisa: “Estudos de Linguagem, Argumentação e Discurso ELAD” e do Grupo de Trabalho (GT) “Argumentação” da ANPOLL. Atua ainda como um dos editores da Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação - EID&A.

Em termos do binómio teoria-análise, uma questão que se coloca relativamente à diversidade de abordagens teóricas é a seguinte: será suficiente adoptar uma perspectiva e atermo-nos à sua lógica para que uma análise seja satisfatória? Ou deveremos considerar que as diferentes teorias só parcialmente satisfazem as exigências complexas e multidimensionais das tessituras argumentativas e, nesse sentido, a melhor opção será a de convocar as melhores intuições que cada perspectiva proporciona de modo proceder a descrições e a análises o mais completas e fundamentadas possível?

Rui Alexandre Grácio



PPGL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
LETRAS E LINGÜÍSTICA



ISABEL CRISTINA MICHELAN DE AZEVEDO
RUBENS DAMASCENO-MORAIS
(ORGANIZADORES)

INTRODUÇÃO À ANÁLISE
DA ARGUMENTAÇÃO

INTRODUÇÃO À ANÁLISE DA ARGUMENTAÇÃO

ISABEL CRISTINA MICHELAN DE AZEVEDO
RUBENS DAMASCENO-MORAIS
(Organizadores)



Isabel Cristina Michelan de Azevedo

É graduada em Pedagogia e Letras, tem mestrado em Comunicação e Letras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e doutorado realizado na Universidade de São Paulo (USP), Brasil. Desde 2013, atua como professora no Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal de Sergipe (USP). O trabalho realizado na graduação e o na pós-graduação da UFS (acadêmica e profissional) têm possibilitado orientar pesquisas de iniciação científica, de mestrado e de doutorado voltadas aos estudos da argumentação em diferentes perspectivas, em associação com a formação de professores e a descrição linguística e multimodal. Nos Programas de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, e da Universidade Estadual de Feira de Santana, orienta investigações situadas no campo da Linguística Aplicada, com particular interesse pela Pedagogia dos Multiletramentos. Lidera o “Grupo de Pesquisas em Argumentação e Retórica Aplicadas” (GPAA) e é colíder do grupo de “Estudos de Linguagem, Argumentação e Discurso” (ELAD). Ocupa posição na equipe editorial na *Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*.

INTRODUÇÃO À ANÁLISE DA ARGUMENTAÇÃO

**ISABEL CRISTINA MICHELAN DE AZEVEDO
RUBENS DAMASCENO-MORAIS**
(Organizadores)

Este livro é um dos produtos viabilizados pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás – PPGLL/UFG e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, os quais viabilizaram financeiramente a consecução deste projeto editorial.

Todos os direitos desta edição reservados a Pontes Editores Ltda.
Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia
sem a autorização escrita da Editora.
Os infratores estão sujeitos às penas da lei.
A Editora não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta publicação.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo - SP)**

A994i Azevedo, Isabel Cristina Michelan de; Damasceno-Morais, Rubens (org.).
Introdução á análise da argumentação
Organizadores: Isabel Cristina Michelan de Azevedo e Rubens Damasceno-Morais
Prefácio de Rui Alexandre Grácio. – 1. ed. – Campinas, SP : Pontes Editores, 2022.
figs.; tabs.; quadros;

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-5637-478-9.

1. Análise do Discurso. 2. Educação. 3. Linguística.
I. Título. II. Assunto. III. Organizadores.

Bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8/8846

Índices para catálogo sistemático:

1. Argumento e persuasão. 168
2. Educação. 370
3. Análise do discurso. 401.41
4. Linguística. 410

INTRODUÇÃO À ANÁLISE DA ARGUMENTAÇÃO

**ISABEL CRISTINA MICHELAN DE AZEVEDO
RUBENS DAMASCENO-MORAIS**
(Organizadores)



Copyright © 2022 - Dos organizadores representantes dos colaboradores
Coordenação Editorial: Pontes Editores
Editoração: Eckel Wayne
Capa: Acessa Design
Revisão: Clarice Villac

CONSELHO EDITORIAL:

Angela B. Kleiman

(Unicamp – Campinas)

Clarissa Menezes Jordão

(UFPR – Curitiba)

Edleise Mendes

(UFBA – Salvador)

Eliana Merlin Deganutti de Barros

(UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná)

Eni Puccinelli Orlandi

(Unicamp – Campinas)

Glaís Sales Cordeiro

(Université de Genève - Suisse)

José Carlos Paes de Almeida Filho

(UnB – Brasília)

Maria Luisa Ortiz Alvarez

(UnB – Brasília)

Rogério Tilio

(UFRJ – Rio de Janeiro)

Suzete Silva

(UEL – Londrina)

Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva

(UFMG – Belo Horizonte)

PONTES EDITORES

Rua Dr. Miguel Penteado, 1038 - Jd. Chapadão

Campinas - SP - 13070-118

Fone 19 3252.6011

ponteseditores@ponteseditores.com.br

www.ponteseditores.com.br

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
“PROFESSOR, QUANDO É QUE COMEÇAMOS A ARGUMENTAR?”	7
Rui Alexandre Grácio	
APRESENTAÇÃO	13
DESAFIOS E PROCEDIMENTOS DA ANÁLISE RETÓRICA E ARGUMENTATIVA	17
Isabel Cristina Michelin de Azevedo Rubens Damasceno-Morais	
O MODELO ARGUMENTATIVO DE TOULMIN: SOBRE UMA PROPOSTA DE APLICAÇÃO DA LÓGICA DOS USOS DO ARGUMENTO	41
Patrícia Del Nero Velasco	
ARMAS DE FOGO, CARROS E LIQUIDIFICADORES: UM ESTUDO DA ARGUMENTAÇÃO POR ANALOGIA SOBRE A FACILITAÇÃO DA POSSE DE ARMAS DE FOGO NO BRASIL	73
Filipe Mantovani Ferreira	
LÓGICA INFORMAL UMA INTRODUÇÃO AOS PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E DE AVALIAÇÃO DOS ARGUMENTOS.....	101
Paulo Roberto Gonçalves-Segundo	
A TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA E A POLIFONIA ENUNCIATIVA: ARGUMENTANDO COM A VOZ DO OUTRO	135
Erivaldo Pereira do Nascimento	
ARGUMENTAÇÃO NO DISCURSO: PROBLEMÁTICAS E PERSPECTIVAS ...	163
Helcira Lima	

PERSPECTIVA DIALOGAL E ANÁLISE DIALÓGICA: A ARGUMENTAÇÃO	
BIFACE	193
Wander Emediato	
Rubens Damasceno-Morais	
POSFÁCIO	
PRINCÍPIOS DE ANÁLISE RETÓRICA DO DISCURSO: <i>A QUAESTIO</i>	223
Luiz Antonio Ferreira	
REFERÊNCIAS.....	249
SOBRE OS AUTORES	263

PREFÁCIO

“PROFESSOR, QUANDO É QUE COMEÇAMOS A ARGUMENTAR?”

Procurando responder aos desafios que os universos da argumentação colocam a todos aqueles que se interessam pela sua abordagem teórica, mas também pela sua aplicação em termos de análise, esta obra apresenta um importante leque de perspectivas teóricas da argumentação.

Dividido em várias partes, os autores de cada capítulo deste livro sugerem em que medida, e de que forma, cada perspectiva pode conduzir a práticas analíticas proveitosas.

A presente obra originada num curso de extensão – do qual tive o prazer de participar – promovido pela Universidade Federal de Sergipe em parceria com a Universidade Federal de Goiás, no ano de 2020, organizado por Isabel Cristina Michelan de Azevedo e Rubens Damasceno-Morais, contempla seis perspectivas teóricas: o modelo de Toulmin, a Nova Retórica de Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, a Lógica Informal, a Argumentação na Língua, a Argumentação no Discurso, o modelo dialogal de Christian Plantin e o ponto de vista da análise no quadro da tradição retórica.

Trata-se, por conseguinte, de uma obra plural. Não apresentando pretensões de exaustividade, os seus organizadores souberam selecionar ponderadamente algumas das teorias que mais impacto têm na atual literatura sobre a argumentação, o que permite que este volume dialogue de perto com muitos dos recursos familiares a quem se dedica às práticas investigativas e docentes nesta área transversal de estudos.

Os organizadores desta publicação estão bem conscientes dos problemas colocados pela diversidade de propostas teóricas e pela heterogeneidade das vias analíticas que daí decorrem. Reconhecem, por outro lado, que a articulação entre teoria e análise – que nutrem entre si uma relação de « cara e coroa » – é algo que deve ter uma dimensão coerencial, sob o risco de, a não ser assim, as teorias se tornarem improdutivas e as análises deambulantes, avulsas e confusas.

Em termos do binómio teoria-análise, uma questão que se coloca relativamente à diversidade de abordagens teóricas é a seguinte: será suficiente adoptar uma perspectiva e atermo-nos à sua lógica para que uma análise seja satisfatória? Ou deveremos considerar que as diferentes teorias só parcialmente satisfazem as exigências complexas e multidimensionais das tessituras argumentativas e, nesse sentido, a melhor opção será a de convocar as melhores intuições que cada perspectiva proporciona de modo proceder a descrições e a análises o mais completas e fundamentadas possível?

Inclinamo-nos para a segunda hipótese, achando que é mais profícuo seleccionar as ferramentas teórico-analíticas em função daquilo que está em análise do que impor esquemas prévios, rígidos e por vezes redutores. Com efeito, na maior parte das vezes, as argumentações exigem a exploração de múltiplos e variados aspetos. Por isso, as análises completas e holísticas ficam melhor servidas através de um pluralismo teórico que tem o seu correspondente num politeísmo metodológico. Como já foi referido, interessa mais saber lançar mão das melhores e mais fecundas intuições dos teóricos, quando estas se revelam apropriadas para determinados níveis e focos de análise (micro ou macro), recorrendo a diferentes metodologias e deixando que seja o objeto em estudo e o propósito da análise que as convoque, e não o analista que as imponha.

Em suma, quando, por alguma razão, o analista da argumentação prefere ater-se a um quadro teórico único, ele deve estar consciente de que o recorte adotado pode ter muitas limitações e deve ponderar se é apropriado para o objetivo da sua análise.

Neste ponto, é bom recordar que as muitas das teorizações da argumentação se desenvolveram a partir das limitações que encontraram

noutras teorizações: assim, por exemplo, se a perspectiva da Argumentação na Língua surgiu como uma forma de questionar a ideia de neutralidade dos usos da língua, atendo-se ao plano dos enunciados, a teoria da argumentação no discurso, assumindo uma perspectiva crítica relativamente à argumentação na língua (no sentido de a considerar demasiado micro), optou por tomar o discurso como unidade de análise das argumentações; por sua vez, a perspectiva da Argumentação na Interação, achando redutor este centramento no discurso, preferiu colocar como ponto de partida das análises o conceito de « situações de argumentação ». Isto para não falar de outras perspectivas abordadas neste livro, como sejam a Lógica Informal (e a sua tónica nos raciocínios) ou a do olhar retórico (voltado para os efeitos – nomeadamente persuasivos – da ação discursiva).

Sem dúvida que todas estas focalizações teóricas nos trazem interessantes intuições, mas, provavelmente, o mais importante é seguirmos a regra retórica de seleccionarmos o que é apropriado para cada caso, tendo em consideração que o próprio empreendimento analítico, para além dos registos da observação e da descrição, é sempre acompanhado com um intuito conclusivo (ou seja, a análise converte-se, ela mesma, num modo de ver e de dar a ver).

Uma segunda e mais difícil questão que podemos colocar relativamente às práticas de análise das argumentações é a de saber se a dimensão *performativa* do argumentar, em situações de argumentação interacional, não é sistematicamente menosprezada ao fazermos da análise do discurso o destino do estudo da argumentação e do lidar argumentativo.

A dimensão performativa abarca tanto a iniciativa discursiva como a produção de contradiscursos. Ela remete para uma situação em que a tensão do confronto não pode ser descartada e na qual o momento de «retiro para fins de análise» não está sobre a mesa. Para enfatizar a dimensão do confronto tensional como marca das situações de argumentação, pode afirmar-se que uma situação de argumentação não tem a sua origem num discurso, mas num contradiscurso, enfatizando-se com isso o papel fulcral da oposição entre discursos como ponto de partida das análises das argumentações.

Ora, esta distinção entre o estarmos *expostos aos discursos* e o estarmos em situações de *confronto discursivo* faz toda a diferença. No primeiro caso, a análise do discurso é fundamental, pois dá-nos competências críticas de leitura; já no segundo caso, somos lançados para a dimensão performativa em que estão em jogo outro tipo de competências, geralmente negligenciadas nos modos académicos de estudar e ensinar argumentação que se centram na análise textual.

É desejável que as práticas analíticas contribuam para melhores *performances* interativas. Isso pode acontecer de diversos modos – a começar, por exemplo, pelo conhecimento de argumentários frequentemente utilizados sobre assuntos em questão, a que podemos recorrer na pressão dos momentos das interações. Mas esse importante recurso (para não se mencionar o desenvolvimento que a inteligência e a destreza analíticas podem proporcionar) são ainda insuficientes relativamente à nossa *performance* como argumentadores em situações de argumentação.

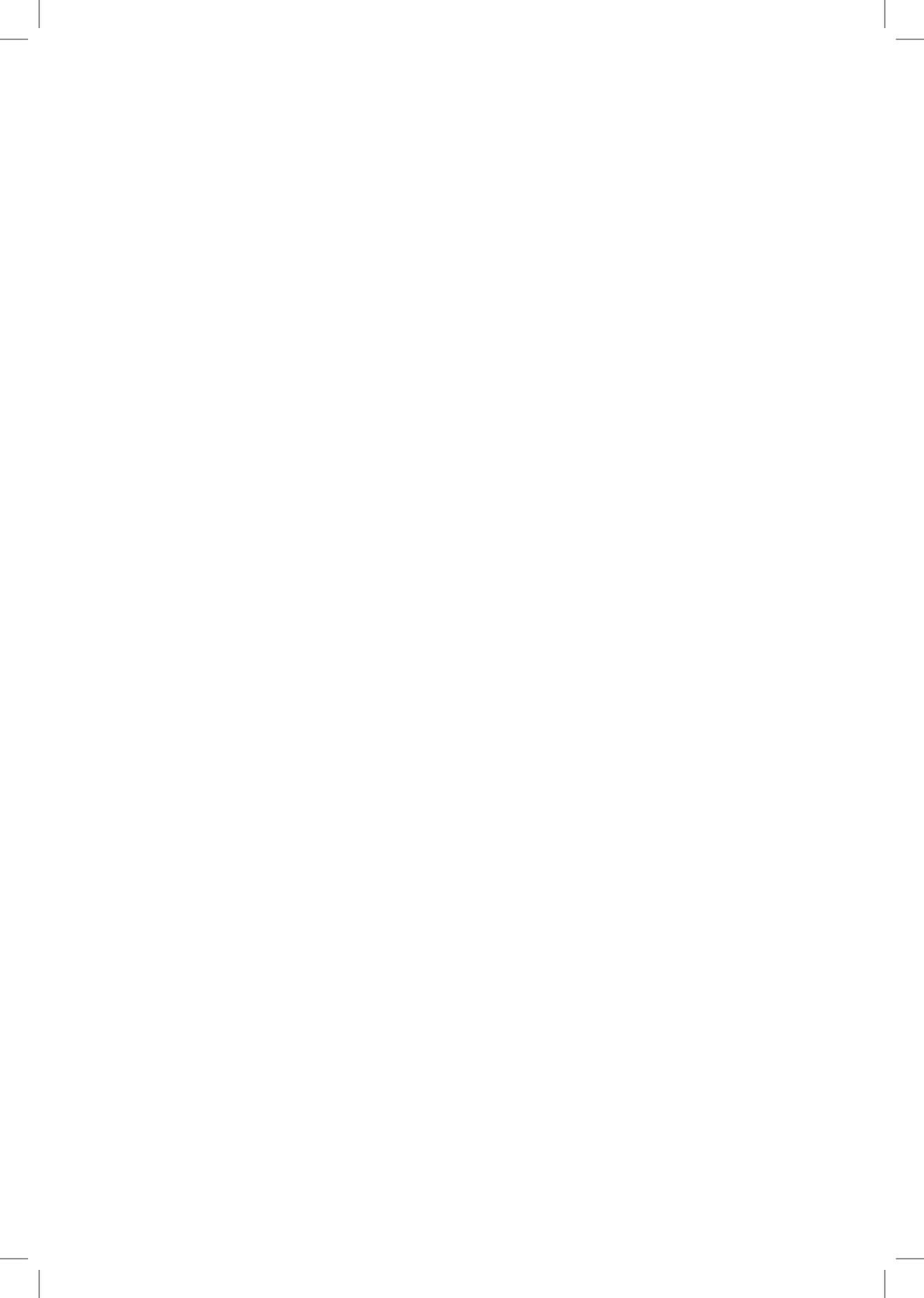
Um exemplo que pode tornar claro este aspecto é a importância das atitudes dos argumentadores numa argumentação. Outro é o da imprevisibilidade, dos constrangimentos e das contingências que envolvem as situações concretas de argumentação. Ambas remetem para a capacidade de lidar com um jogo em que nos vemos envolvidos e que se desenrola sem que o possamos controlar por estarmos numa situação de interdependência discursiva e sujeitos a constrangimentos relacionados com o aqui e agora desse acontecer. Aliás, por que razão o desenvolvimento do sentido de oportunidade (o *kairós* grego) não é geralmente salientado como uma competência argumentativa e retórica fundamental? Talvez, precisamente, porque se privilegie a análise sobre o acontecer, as avaliações por dissecação sobre os efeitos que funcionam justamente, porque dispensam a filtragem da lente analítica.

Por fim, e para concluir esta questão das relações entre a visada analítica e a visada performativa, realce-se que, do ponto de vista performativo, é muito mais importante o *posicionamento confrontacional*, o estar ou não de acordo, sob a pressão do confronto, do que as descodificações analíticas com o intuito de elucidar funcionamentos discursivos sem se chegar, a maior parte das vezes, a aceder aos assuntos em questão e sobre eles decidir e contrapor.

Nesse sentido, talvez seja importante, no plano do ensino da argumentação, complementar os estudos analíticos com um duplo estímulo: por um lado, procurar equacionar o(s) assunto(s) em questão, remontando das respostas às questões a que respondem; por outro, exercitar a construção de contradiscursos, estimulando o pensamento divergente – um “pensar ao lado” – e a construção de alternativas como forma de desdogmatizar as respostas e assim aceder a um enquadramento retórico que simultaneamente nos liberta e responsabiliza. Talvez desse modo seja também possível esconjurar alguns dos aspetos negativos que a compartimentação disciplinar trouxe para a academia e cruzar conhecimento, pensamento e vida na sua dimensão integral e existencialmente significativa.

Se o presente livro introduz na riqueza de universos teóricos, solidários de práticas analíticas – vertente de suma importância para o desenvolvimento de competências de leitura crítica –, ele não deixa de convocar um volume a vir, no qual o binómio teoria-análise se alargue e dê lugar ao trinómio teoria-análise-*performance*. Talvez nesse momento possamos ter mais elementos para responder a uma pergunta que, num curso que lecionei para jovens advogados, surgiu após algumas aulas ocupadas com o estudo de teóricos e com a análise de textos: “professor, quando é que começamos a argumentar?”.

Rui Alexandre Grácio
Coimbra, maio de 2021.



APRESENTAÇÃO

Esta obra é um dos produtos associados às ações empreendidas por dois grupos de pesquisa Grupo de Pesquisas em Argumentação e Retórica Aplicadas /GPARA (CNPq/UFS) e o Grupo Teorias de Argumentação e Retórica/TEAR (CNPq/UFG). Também foi organizada com base em reflexões realizadas durante o ano de 2020, período em que o prof. Dr. Rubens Damasceno-Morais realizou estágio pós-doutoral na Universidade Federal de Sergipe (UFS) sob a supervisão da profa. Dra. Isabel Cristina Michelan de Azevedo. Nesse período, entre outras atividades, possível empreender um curso de extensão de 60h, intitulado “Argumentação: procedimentos teórico-analíticos”.

O curso, que reuniu duzentos e quarenta e cinco inscritos, foi organizado em seis conferências e possibilitou reunir, em um mesmo projeto, professores universitários de diferentes Instituições de Ensino Superior do Brasil. Ao longo de dois meses, foram convidados: Eivaldo Pereira do Nascimento (UFPB), que trouxe contribuições a partir dos estudos de Oswald Ducrot; Filipe Mantovani Ferreira (IFSP), que enriqueceu o evento com um olhar atento à Nova Retórica, de Perelman e Olbrechts-Tyteca; Helcira Lima (UFMG), a qual apresentou análises fundadas principalmente na perspectiva da Argumentação no Discurso, proposta por Ruth Amossy; Luiz Antonio Ferreira (PUC/SP), que abrilhantou o evento com uma leitura retórica da Antiguidade até nossos dias; Patrícia Del Nero Velasco (UFABC), apresentou uma reflexão teórico-prática com base no legado teórico de Toulmin; Paulo Roberto Gonçalves-Segundo (USP), que fez uma minuciosa incursão pela Lógica Informal e, por fim, Wander Emediato (UFMG), que discutiu questões sob uma perspectiva dialógica e dialogal.

Como o principal objetivo do curso foi o de colaborar com a formação de estudantes de graduação e pós-graduação que se interessam pelos estudos da argumentação, procurou-se orientar a prática de análises argumentativas em diferentes perspectivas em um vasto domínio. Assim, este livro, que reúne os textos produzidos pelos professores supracitados, não é uma coletânea de artigos esparsos, mas se compõe como uma obra completa, que explora os estudos da argumentação e da retórica e suas idiosincrasias. Nesse sentido, decidimos apresentar cada texto como um capítulo, e não como um artigo estanque, e optamos por apresentar as referências em uma lista única, por entendermos se tratar de uma totalidade, não de um compilado.

A diversidade de perspectivas reunidas neste trabalho – Retórica e Nova retórica, Argumentação na língua, Perspectiva dialogal/interacional da Argumentação, Lógica do uso dos argumentos, Argumentação no discurso e Lógica informal – reforça que a prática analítica está sempre associada aos conhecimentos teóricos, mas requer o entendimento dos procedimentos adotados por cada uma delas. Como na experiência docente dos organizadores desta obra esse não é um aprendizado trivial, esperamos que esta obra possa servir de referência em diversos âmbitos educacionais.

Esse ponto foi particularmente ressaltado pelos dois pareceristas que avaliaram os originais desta produção bibliográfica. A profa. Dra. Zilda Gaspar Oliveira de Aquino (USP) destacou que se trata de uma obra de extrema relevância e que muito tem a contribuir para os estudos na área, por reunir as reflexões de estudiosos de proeminência e que versam sobre argumentação e suas possibilidades de análise partir de diversos olhares. O prof. Dr. Rodrigo Seixas (UFMS) salientou que os capítulos contribuem significativamente para os estudos da argumentação em modelos distintos e que as análises empreendidas enriquecem a compreensão dos procedimentos de análise em *corpora* bastante diversificado. Também demarcou o valor dos exercícios e das sínteses analíticas encontradas ao final de cada capítulo. Esses pareceres incentivaram-nos a buscar meios que possibilitassem a consecução deste livro, mesmo tendo consciência de que se trata de trabalho complexo e que poderá ser aperfeiçoado com futuras novas obras do gênero porque, afinal, a argumentação faz parte do nosso dia a dia.

Como foi inicialmente comentado, o curso de extensão que reuniu os professores que integram esta publicação foi realizado no âmbito Pró-Reitoria de Extensão da UFS, mas sua viabilização decorre do apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás (UFG), que contribuíram financeiramente para a consecução deste projeto editorial, aos quais agradecemos imensamente.

Os organizadores



DESAFIOS E PROCEDIMENTOS DA ANÁLISE RETÓRICA E ARGUMENTATIVA

Isabel Cristina Michelan de Azevedo
Rubens Damasceno-Morais

1. Teoria e análise: cara e coroa

Todo pesquisador conhece bem os desafios de empreender uma pesquisa, sobretudo quando, a partir de um aporte teórico, e por meio de amostras, de *corpora* diversos, pretende desenvolver análises e levar seus estudantes a lançarem mão de análises claras, coerentes, instigantes e relevantes. Em um de seus recentes trabalhos, Norman Fairclough, que tem proposto metodologias de análise de textos desde os seus primeiros escritos,¹ confessa: “sabemos, por experiência própria, quão frustrados ficam os nossos alunos no momento de fazerem suas análises” (FAIRCLOUGH, 2012, p. 13, tradução nossa). Convenhamos, se é difícil para nós, pesquisadores, lidarmos com metodologias de análise, *a fortiori* o será para os alunos, os quais, por mais que confessem “gostar muito *dessa coisa de analisar*”,² no instante de empreenderem uma análise pouco sabem por

1 Aqui pensamos, sobretudo, em sua obra de 2003: *Analysing discourse – textual analysis for social research*, publicado pela editora Routledge; e, ainda, na obra de 2012, que apresentamos nas referências. Em seus trabalhos, o autor sempre dedica parte de suas reflexões à ilustração e aplicação do modelo teórico que propõe.

2 A fala destacada é um depoimento espontâneo que aqui transcrevemos, fruto de um atendimento realizado em que um aluno no primeiro ano de mestrado mostrou certo fascínio, mas estranhamento, diante da iminência de ter de escrever um capítulo analítico para a sua dissertação. Acreditamos que essa fala, de certa forma, exemplifica o que “escrever um capítulo analítico” representa para nossos alunos.

onde começar, na maioria dos casos. E se começam, ainda não discernem muito bem qual direção seguir.

A necessidade de conexão entre procedimentos analíticos, metodologia e teorias, as quais multiplicam-se no mundo do conhecimento, leva o pesquisador iniciante a se perguntar frequentemente sobre qual caminho trilhar. O professor orientador também se questiona sobre como ajudar seus estudantes a lançarem-se no empreendimento analítico, sobretudo na área dos estudos da linguagem. Nesse embate, concordamos, prudente é “evitar uma oposição radical entre ‘teoria e prática’ e entre ‘modelo e aplicação’” (DOURY, 2015, § 4, tradução nossa), pois “uma teoria só faz sentido se vista a partir de dados que lhe servem como material de análise”. Nesse sentido, temos que, parafraseando Aristóteles ao falar da relação indissociável entre retórica e a dialética, entendemos que *teoria* e *análise* são faces de uma mesma moeda: cara e coroa.

Sabemos que a discussão acerca dos limites dessa imbricação entre teoria e análise não vem de agora, muito pelo contrário. Do mesmo modo não são de ontem as dificuldades de tornar mais clara tal interdependência. Os programas de iniciação à ciência estão aí justamente para nos ajudar, professores e alunos, a enfrentar esses desafios e a tentarmos produzir análises em consonância com parâmetros científicos, pois é inegável o fato de que um dos pilares da ciência é o ir-e-vir incessante entre teoria e análise (DOURY, 2015). Ela ressalta ainda ser essa via uma provável solução com vistas a garantir a pertinência dos modelos e a coerência das análises.

Antunes, a esse respeito, não diz o contrário, quando assevera, em livro estritamente voltado para a didatização da elaboração de análises:

A teoria apenas, sem a prática da análise, pode representar uma abstração, um conjunto de hipóteses, de suposições, simplesmente [...]. Por sua vez, a análise, apenas, não se desenvolve sem os fundamentos de princípios teóricos consistentes. Teoria e análise se alimentam mutuamente (ANTUNES, 2010, p. 15).

O sentido mesmo do termo *análise* é amplo e relativo. A esse respeito, Maingueneau (2012, p. 1) pergunta de forma bastante pertinente: “O que significa ‘análise’?” e, por mais que a pergunta interpele o significado de “análise” na expressão “análise *do discurso*”, serve-nos de mote, tal inquietação, para refletirmos sobre a relevância e o sentido da análise *de textos argumentativos*. Aliás, todo este livro é fruto de tal inquietação, pois cada capítulo reflete a tentativa de, a partir da apresentação de uma análise com proposta de exercício, trazer a lume uma perspectiva teórica ligada aos estudos da argumentação e, ainda, da retórica, em alguns casos. E nada disso é por acaso nesta obra. A intenção foi, justamente, levar o leitor a perceber que, quando se fala em argumentação, prudente é, antes, percebermos que estamos num vasto campo de estudos, em que analisar significa tomar partido por uma metodologia, a partir de uma “orientação” teórica (não exatamente no sentido ducrotiano) ancorada na imensa arena dos estudos em argumentação.

Nesse sentido, cabe a cada teoria eleger a metodologia que lhe convém para dar azo à missão do empreendimento analítico. Não obstante, antes de se falar em *análise de textos argumentativos*, preciso é que tenhamos consciência da amplitude de tal desafio, visto que o território da argumentação é vário, o que torna imprescindível, neste momento, fazermos algumas rápidas ponderações, para que o leitor compreenda a ancoragem e complexidade de se falar em “prática” a partir de um campo de estudos tão multifacetado, como os estudos em argumentação (MEYER, 2008; PLANTIN, 2008b; ROBRIEUX, 2010; GRÁCIO, 2012). Assim, e sem pretensão mergulharmos profundamente nas intermitências e entremeios dos estudos da argumentação, não nos devemos esquecer de que, desde há muito, busca-se descrever e explicar a utilização de argumentos (MARTINEAU, 2010, p. 29), na iminência de classificá-los de acordo com critérios os mais diversos, como discorreremos a seguir.

Nesse universo que imbrica os estudos da argumentação e da retórica, em efervescência atualmente no Brasil, a verdade é que o acompanhamento de estudantes em nível de graduação e de pós-graduação em Letras e Linguística que passam a se dedicar aos estudos da argumentação e da retórica tem-nos inquietado em relação a uma questão muito específica:

quais procedimentos teórico-analíticos devem ser utilizados quando se quer empreender uma análise argumentativa e/ou retórica? Em geral, diante de tal inquietação, os orientadores tendem a iniciar um processo de estudo relativo aos conceitos vinculados a alguma das perspectivas que analisam a argumentação e a retórica, mas nesse processo de aprofundamento teórico nem sempre se tornam muito precisos os procedimentos analíticos que podem ser empregados.

Diante disso, no segundo semestre de 2020, nós, que representamos a Universidade Federal de Sergipe (UFS) em parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG), organizamos um curso a fim de tratar dessa questão. Desse modo, professores universitários que trabalham com diferentes abordagens argumentativas e retórica foram convidados a ministrar aulas em duas etapas. Na primeira foram revistos os conceitos centrais de cada uma delas e, na segunda, foram compartilhadas as análises que poderiam ilustrar a prática analítica de tais abordagens, a fim de que os estudantes pudessem ter referências que auxiliassem a superar dificuldades ou inseguranças observadas no momento de empreender uma análise de dados em seus trabalhos acadêmicos.

Consideramos que a *transposição da teoria à prática analítica* apresenta desafios que precisam ser bem compreendidos pelos estudantes que têm essa prática como uma tarefa a ser concretizada em trabalhos acadêmicos, por isso seis perspectivas foram discutidas ao longo do curso: a Nova Retórica, a Lógica do Uso dos Argumentos, a Argumentação na Língua, a Lógica Informal, o Modelo dialógico e Interacional e a Argumentação no Discurso. Cada conferencista procurou proceder à análise de maneira a oferecer aos estudantes uma espécie de tutorial orientador para a mobilização de conceitos no momento de se analisarem variadas materialidades linguísticas.

Os vídeos relativos às atividades realizadas ao longo do curso podem ser encontrados no canal do YouTube “Centro de Estudos de Argumentação e Discurso”³ e, após a finalização do curso, cada professor convidado elaborou um texto referente à sua participação. Esse conjunto de trabalhos

3 Endereço do canal no YouTube: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLFqHvKDAwIkHYsTyuSYc-z40-XlwH7Ciq>

pode ser encontrado nesta obra. Na abertura de cada capítulo, o leitor encontra uma síntese de cada reflexão, o que ajuda a construir uma visão global do material.

Contudo, antes de iniciarmos a leitura dos materiais preparados pelos professores convidados, foi organizada uma reflexão inicial que propõe uma discussão acerca das alternativas existentes para a realização de análises de textos marcados pela argumentação.

2. A análise retórica segundo os manuais de metodologia acadêmico-científica

O tipo de preocupação que orientou a organização do curso supracitado e desta obra está alinhado ao que Martin W. Bauer e George Gaskell destacaram na obra publicada em 2000, traduzida no Brasil em 2013, *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Na época, os autores perceberam a carência de materiais que pudessem orientar pesquisas qualitativas contemporâneas em ciências humanas e sociais. Após retomar uma discussão epistemológica relativa às distinções entre pesquisa qualitativa e quantitativa e tratar dos mecanismos disponíveis na atualidade quando se quer constituir *corpus* de pesquisas, são reunidos enfoques analíticos voltados ao tratamento de texto, imagem e som; entre os trabalhos reunidos, dois se destacam para os nossos interesses: Análise argumentativa e Análise retórica.

A análise retórica é apresentada por Joan Leach. Ao retomar a concepção retórica difundida no Ocidente desde a Antiguidade Grega, ressalta que esse tipo de trabalho com a linguagem possibilita lidar com a multiplicidade de emprego da palavra no que se refere ao ato de persuadir, à análise de atos de persuasão e a uma cosmovisão sobre o poder persuasivo do discurso. Ao realizar esse resgate teórico e analítico, o autor empreende uma reflexão que recobre a constituição dos objetos de análise, dos elementos que constituem uma situação retórica e de como mobilizar as partes da retórica em pesquisas qualitativas.

Leach (2000 [2013]) destaca, inicialmente, que proceder a uma análise da persuasão alheia é um meio de produzir, ao mesmo tempo, um outro discurso que se quer persuasivo, ou seja, a retórica configura uma cosmovisão que estrutura o pensar, os sistemas de representação e a percepção relativa aos objetos cognoscíveis. Nesse sentido, a análise retórica se aplica tanto aos textos orais quanto escritos e requer a identificação das estratégias identificadas nos discursos persuasivos. Ao longo da história, os manuais de retórica colaboraram para a descrição e entendimento das figuras de linguagem, a interpretação dos padrões gramaticais e a compreensão das dimensões estéticas que tornam os textos mais instigantes e atrativos. Esse ponto, embora seja um dos mais conhecidos em relação às características da retórica, também constitui um dos aspectos que justificou as críticas recebidas após a Idade Média, especialmente pelos vinculados ao discurso científico, que passaram a vincular a retórica apenas à sua função ornamental.

A longa tradição da retórica, embora marcada paradoxalmente por períodos de valorização e repulsa, permitiu que fosse constituída uma perspectiva que permanece adequada às necessidades analíticas contemporâneas. Contudo, é preciso atentar que a constituição de um objeto de análise requer observar, em primeiro lugar, para as fontes documentais, sobretudo quando se observa que as imagens e os gestos, além dos discursos escritos e orais (registrados), podem interessar aos estudantes na concretização de uma análise. Na análise retórica, busca-se entender como os variados objetos se colocam a serviço da persuasão, por isso o contexto discursivo merece particular atenção.

Tradicionalmente, a observação do contexto do discurso encaminha a identificar que um orador (retor) organiza seu discurso de acordo com um conjunto de regras, mais ou menos formalizadas, a fim de obter a adesão de um auditório (público). Ou seja, o orador, ao analisar as características do auditório ao qual se dirige, seleciona os argumentos e os recursos linguístico-discursivos que parecem ser os mais adequados para produzir uma expressão persuasiva que altere o comportamento alheio. Assim, ao analisar o contexto, o analista precisará compreender o sistema de regras que organiza o discurso.

Nesse esforço, Leach (2013 [2000]) alerta para alguns perigos que podem afetar a análise em construção. Em primeiro lugar, ao analisar o direcionamento dos discursos, pode-se cair na “falácia intencionalista” que exigiria recuperar a intenção de autores e locutores, quando a retórica se interessa pelos recursos observados nos discursos produzidos. Ou seja, não se busca localizar “intenções” preditas ou saber o que se tinha em mente antes da produção do discurso, mas compreender os efeitos que o discurso possa produzir.

Em segundo lugar, o analista precisa compreender que um discurso sobre outro discurso, como no caso de uma entrevista com um político ou de uma matéria jornalística acerca dele, não permite analisar o discurso político em si, pois se trata de um segundo texto que já apresenta uma conjectura acerca da personalidade política. É certo que esse tipo de material também pode ser persuasivo, mas não representa o discurso do político, conforme o exemplo recolhido aqui, por isso precisa ser considerado em seu contexto de produção e na totalidade de um conjunto maior de discursos.

Em terceiro lugar, o analista terá que se manter atento à natureza da análise retórica para saber diferenciar a retórica de interpretações que estejam ligadas a outro tipo de análise, o que costuma exigir do estudante uma capacidade analítica acurada.

Ao ler um texto político, um estudioso que faz análise retórica irá procurar os meios possíveis de persuasão localizados dentro do texto. Um desses meios de persuasão é apresentar argumentos com os quais o público pode já estar de acordo a fim de criar um sentido de identidade entre o suposto autor e a suposta audiência. Tais compromissos políticos partilhados podem operar no nível da ideologia. Deveria, então, a análise retórica evitar comentários sobre esses argumentos? Alguns estudiosos pensam que não. [...] (LEACH, 2000 [2013], p. 297-298)

Esse tipo de discussão tem levado alguns autores a reconhecerem que a análise retórica tende à interdisciplinaridade, sobretudo nas ciências sociais e humanísticas, e é favorecida quando está articulada a outros tipos

de análise, como a “análise do argumento”, “análise do discurso” ou a métodos semióticos que favorecem a análise de filmes ou outras mídias (MARTIN, 1998).

Distintivamente, contudo, obtém-se, por meio da análise retórica, uma proximidade em relação a questões específicas que estão relacionadas à arte de produção de discursos. Para tanto, algumas questões orientadoras e categorias, quando consideradas, podem evitar alguns dos perigos anteriormente citados. Bitzer (1968), ao descrever a especificidade de uma situação retórica, aponta que a identificação das categorias que situam o orador em um determinado espaço (quem, o quê, onde, quando e por quê) auxilia o analista a compor o contexto discursivo. Além disso, recomenda delimitar a exigência retórica própria de cada momento (*kairos* e *phronesis*), isto é, todo discurso está situado em uma dimensão temporal específica (em um tempo oportuno), ligada a cada situação à qual se encontra vinculado (*kairos*) e ainda aos elementos que tornam o discurso conveniente a determinadas circunstâncias, de acordo com um pensamento prático (*phronesis*). Com base no contexto discursivo e na identificação do *kairos* e da *phronesis*, o analista tem condições de iniciar o detalhamento relativo às características do público a fim de identificar as relações que são estabelecidas entre orador e auditório e o tipo de discurso que é assumido justamente em função das características do auditório.

Na análise retórica, o analista também se atém a outro conjunto de categorias, relacionado à composição do dizer. Trata-se de demarcar a origem dos argumentos e delinear como o conteúdo foi delimitado em função dos objetivos estabelecidos (*inventio*). Nessa fase da análise, ainda é importante observar como as três provas retóricas (*ethos*, *pathos* e *logos*) são articuladas. Em uma argumentação persuasiva, o *ethos* é depreendido com base no modo como o orador se apresenta, mas não se trata de aceitar o que é afirmado e, sim, de notar as formas sutis por meio das quais a persuasão é construída. Por exemplo, não é diante da afirmação “você podem acreditar em mim” que o auditório passará a agir assim, é preciso que aquele que se expressa vá gradativamente indicando que é uma pessoa crível para haver a adesão do público às ideias apresentadas. O *pathos* permite observar os recursos que promovem o apelo à emoção que pode

sensibilizar o auditório às posições assumidas; e o *logos* consiste no exame da organização lógica dos argumentos.

Como tais elementos são organizados em uma certa disposição, a análise retórica também se volta à articulação entre as partes do discurso e ao estilo adotado. Em síntese, Leach (2000 [2013]) orienta o analista a seguir quatro passos fundamentais:

1. Estabelecer a situação retórica do discurso a ser analisado.
2. Identificar os tipos de discurso persuasivo empregando a teoria da estase.
3. Aplicar os cinco cânones retóricos [*inventio, dispositivo, elocutio, actio e memoria*].
4. Revisar e aprimorar a análise, empregando as orientações reflexivas (LEACH, 2000 [2013], p. 316-317).

Para esse autor, os elementos constitutivos da retórica auxiliam tanto na análise quanto na produção da comunicação persuasiva, por isso permanece válida desde a antiguidade grega. Por ter a dialética por base, a retórica colabora com a compreensão da “arena comunicativa” instituída sempre que há confronto de discursos e ainda permite perceber os processos que colaboram com a construção de conhecimentos em sociedade.

Além da perspectiva retórica, também são encontradas outras possibilidades analíticas marcadas pelo interesse em aprofundar os elementos argumentativos que constituem textos em circulação em diferentes campos, como vemos a seguir.

3. A análise argumentativa segundo os manuais de metodologia acadêmico-científica

Se observamos algumas das diversas obras que retracam o percurso dos estudos argumentativos e da retórica através da História, veremos que tais estudos passaram por longos períodos de hibernação para finalmente serem retomados em nossa época (BRETON; GAUTHIER, 2000, p. 3). “A argumentação”, esclarecem ainda os autores, “têm uma história teórica

sinuosa”, que remonta a Empédocles de Agrigento e aos mestres sicilianos de retórica Córax e Tísias, confirma Angenot (2008, p. 41). Os estudos especializados dessa área, ligados à reconstituição histórica desses temas, classificam-na em um período de maturidade, um período de declínio e um período de renascimento das questões teóricas em argumentação, ao longo dos séculos. E isso demonstra o quão esse tema, desde seus primeiros estudos constatados, por volta de 450-440 a.C, já atraía interessados, sobretudo no âmbito da Filosofia.

Não obstante, após tantas idas e vindas, os debates em torno dos estudos em argumentação restam polêmicos. Longe de constituir um tema tranquilo ou monotemático, os estudos nesta seara multiplicam-se, bipartem-se, enredam-se, espriam-se, o que torna o debate bastante complexo. Desse modo, se apenas bradamos que somos estudiosos de argumentação, não diremos grande coisa, tantas e tão vastas as possibilidades de estudos nessa área. Ainda segundo Breton e Gautier (2000, p. 68, tradução nossa), os estudos em argumentação “formam uma nebulosa extremamente disforme em que se atomizam diferentes linhas teóricas com práticas ligadas a áreas disciplinares diversas”, irrigando, assim, diversos campos do saber como a Linguística, as Ciências da Linguagem entre as tantas análises de discurso, o Direito, a Semiologia, a Filosofia dentre outras mais. E por aí já vemos o quão amplo é o leque de interessados pelos estudos em argumentação e, sobretudo, a necessidade de falarmos sobre *procedimentos analíticos* nessa seara.

Como sabemos, a argumentação é um domínio de pesquisa vasto, em que se entrecruzam várias disciplinas diferentes; “daí uma infinidade de definições do simples conceito ‘argumentação’” (DOURY, 2004, p. 70, tradução nossa). Isso sem levar em consideração a “miscelânea de escritos sobre o tema” (BLAIR, 1993, p. 497, tradução nossa) em que, muitas vezes, um mesmo conceito recebe nomes diferentes. E isso é mais comum do que se imagina, nesse campo. Ao discorrer sobre a complexidade do campo, Plantin, na entrada: “*Argument, argumentation*” (e verbetes afins) do seu *Dictionnaire de l’argumentation* (2016, p. 64),⁴ discorre sobre a

4 Para saber mais sobre o *Dictionnaire de l’argumentation* e sobre a tradução que ora se realiza para o Português, conferir o evento *on-line: Colóquio Internacional - Desafios da tradução e composição do primeiro Dicionário de Argumentação no Brasil*, coordenado por Isabel

complexidade dos estudos em argumentação, porque (dentre outras razões) muitas vezes um mesmo mecanismo argumentativo é designado de maneira particularmente redundante, com nomes diversos. Ainda segundo o autor:

Por uma questão de reflexo, compreensível, as grandes escolas contemporâneas [da argumentação] tentam demarcar território. Nesse sentido, o leitor se sente, muitas vezes, em um fogo-cruzado de “teorias” que nem sempre conversam entre si, inclusive no que concerne ao próprio conceito de “argumentação” (PLANTIN, 2016, p. 10, tradução nossa).

Na medida em que “a determinação do que se deve entender por ‘argumentação’ é ainda uma questão fundamental” (WOODS *et al.*, 192, p. 75, tradução nossa), inevitavelmente todo pesquisador que venha a trabalhar nesse campo confronta-se com questões de definição e de clareza conceitual, pois, como dito, muitas vezes algumas definições entram em rota de colisão. Por esses motivos, trabalhar no campo da argumentação “nem sempre é cômodo ou seguro”, alerta Vignaux (1995, p. 199, tradução nossa), sobretudo porque, nos nossos dias, não existe um modelo teórico que goze de unanimidade, *nem tampouco uma metodologia de análise dados*.

Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996 [1958], p. 211): “a análise de um elo da argumentação, fora do contexto e independente da situação em que se insere, apresenta inegáveis perigos”. E como tal definição varia enormemente de acordo com as disciplinas que com tais conceitos trabalham – sobretudo se se considerar a explosão de interrogações acerca dessa noção, e que pode tornar redutora e mesmo arriscada a tentativa de uma definição global – nos contentaremos, por ora, em apresentar simplesmente alguns destaques acerca da noção “argumentação/argumento”, o que já será de grande ajuda nessa terra de ninguém. Eemeren e Houtlosser (2007, p.

Cristina Michelan de Azevedo (Universidade Federal de Sergipe) e Rubens Damasceno-Morais (Universidade Federal de Goiás – UFG) e Eduardo Lopes Piris (Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC), com participação de Christian Plantin, Rui Grácio e dos tradutores da versão para o português. Para consultas no YouTube, acesse: <https://www.youtube.com/watch?v=YoSEb4F14Rw&feature=share&fbclid=IwAR2MwRr7lYmLtsnXUB62ablixhgbIPpzuAWBdSn0dYxyxPrJE8CGplZ7H0>. Ver, ainda, o artigo publicado em 2021: “O dicionário como ferramenta para o ensino da argumentação” (PLANTIN, Christian e DAMASCENO-MORAIS, Rubens; na revista *Entrepalavras*, n. 11, vol. especial).

244, tradução e grifos nossos) lembram que “as teorias em argumentação são concebidas para fornecerem um quadro apropriado para as *análises dos discursos argumentativos* e para que se possa avaliar a qualidade dos argumentos utilizados”, destacando ainda que, com esse fim, modelos teóricos mais ou menos refinados têm sido elaborados.

Para tentarmos lidar com análises em terras argumentativas, necessário é, de início, “primeiro saber o que um argumento é” (GOVIER, 2013, p. 22, tradução nossa). E isso não facilita em nada a missão do pesquisador (seja ele debutante ou não), porque “não há uma definição universal de argumento” (BRETON e GAUTHIER, 2006, p. 6, tradução nossa). No domínio da argumentação, os debates são geralmente acerca da natureza argumentativa de uma asserção e, em muitos casos, “as pessoas buscam às vezes convencer simplesmente apelando para novas definições, numa forma de humpty-dumtismo [...], [por meio do qual, continua Govier, se apresentaria] simplesmente uma opinião estritamente subjetiva e pessoal como se fosse um argumento de verdade” (GOVIER, 2013, p. 77[IA2], tradução nossa).

Em realidade, palavras como “argumento/argumentação” referem-se a conceitos muitas vezes bastante distintos. Uma simples pesquisa (não formal) em obras voltadas para o tema da argumentação sugere que uma definição bem recorrente de “argumento” se liga à ideia de premissa e conclusão. Outros seguem um caminho bastante original, enxergando um argumento como algo “como um organismo”, uma vez que teria “uma estrutura bruta, anatômica, e outra mais fina e, por assim dizer, mais fisiológica” (TOULMIN, 2001 [1958], p. 135). Já os mais voltados para a perspectiva da argumentação na língua, proposta por Anscombe e Ducrot (1983), compreendem a argumentação menos pela informação que ela conteria do que pela orientação argumentativa inscrita na língua e que determinaria uma sequência ideal.

Martineau (2010, p. 32, tradução nossa) nos explica que, “segundo o espírito romano, um argumento é o que faz brilhar uma tese”. Para Meyer, “um argumento é uma razão para pensar ou agir” (MEYER, 2008, p. 103, tradução nossa) ou, simplesmente, uma maneira de “irritar, provocar, testar, explorar, machucar, magoar, ofuscar”, como acredita Doury (2012),

arrolando outros estudos, numa espécie de *mise en abyme* teórico ou, em outras palavras, numa escalada de conceitos encaixáveis, numa arquitetura de bonecas russas conceituais.

A argumentação, entendida como atividade do pensamento, deixa pegadas no discurso. E essa é uma outra dica para a *elaboração de análises de textos argumentativos*. De acordo com Amossy (2000, p. 195, tradução nossa) “a argumentação depende do modelo discursivo no qual ela se situa”. Plantin (1995, p. 247, tradução nossa), ainda, chega mesmo a se perguntar se “a argumentação é um fato de língua ou um fato de discurso”, pois, segundo ele: “não estudamos a mesma coisa se situamos a argumentação ‘no discurso’ ou, à Ducrot, se a enxergamos ‘na língua’”. Podem-se ainda conferir em Vignaux (1995) algumas definições clássicas para argumentação/argumento, retiradas do *Vocabulaire Philosophique de Lalande* ou do *Dictionnaire du Français contemporain*.

Após rápido panorama, entendemos que os tantos usos das palavras argumentação/argumento sugerem que, analisar argumentos, é missão que sem dúvida vai depender do modelo teórico que adotaremos, dada a volatilidade e idiosincrasias que envolvem a missão. Perelman, o eterno filósofo do direito e responsável pelo recrudescimento dos estudos da argumentação e da retórica a partir da segunda metade do século XX, há muito constatara que “a argumentação se insere em um contexto perpetuamente modificável” (PERELMAN, 1989, p. 441, tradução nossa), o que não facilita a tarefa de pesquisadores e alunos.

Nesse sentido, cabe ao analista de textos e discursos argumentativos deixar claro, antes do empreendimento analítico, como define seu objeto de estudos, porque, antes de se lançar-se à prática, é preciso situá-la. Não obstante, e independentemente do breve e complexo contexto aventado, ainda assim entendemos a argumentação como “uma das funções superiores da linguagem, após a função de comunicar, de informar ou de contar” (DANBLON, 2005, p. 7, tradução nossa), tanto que, neste livro, preocupamo-nos em mostrar a importância e riqueza desse vasto campo, tentando *aliar prática a teorias*. Por isso, aqui, não gostaríamos de propor uma visão unívoca dos estudos em argumentação, reduzindo-os a uma corrente teórica X ou Y. Isso porque, não pretendemos, nesta oportuni-

de, estabelecer fronteiras rígidas, apesar de, como vimos afirmando, tal campo trazer várias perspectivas. Desse modo, falar em análise de textos e discursos argumentativos é menos anódino do que se poderia supor, e isso pode ser realizado com base em variadas metodologias.

3.1 Recursos para empreender a análise de textos argumentativos

Quando nos direcionamos para a análise de textos e discursos, isto é, ao realizar um mergulho profundo em *corpora* minuciosamente elaborados, deparamo-nos com uma miríade de caminhos. A pergunta que flana ali é saber *quais ferramentas utilizar*, no momento de colocar à prova questões de epistemologia. No domínio da argumentação e da retórica, Aristóteles já se preocupava, em seu *Refutações sofisticas*, em detectar, via procedimentos analíticos, os paralogismos que pululavam nos textos. Não à toa, o autor identifica treze tipos de paralogismos nessa obra. Isso sem desconsiderar os seus *Analíticos*, obra em que o filósofo grego apresenta a teoria dos silogismos e busca analisar argumentos de acordo com a sua forma em textos diversos.

Num salto temporal, se perscrutamos a *Nova Retórica*, percebemos que Perelman e Tyteca tentam analisar o raciocínio cotidiano, na iminência de desvelarem táticas de persuasão ligadas a um orador e um auditório, partindo da tão propalada “adesão dos espíritos” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996 [1958], p. 4). Ali, ainda, os autores promovem um inventário de formas argumentativas, descrevendo dezenas de tipos de argumentos num trabalho taxonômico que, até hoje, auxilia-nos como ferramentas em análises de textos argumentativos. Nesse sentido, asseveram os autores ser “a análise da argumentação dirigida a outrem que nos fará compreender a deliberação consigo mesmo, e não o inverso” (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1996 [1958], p. 46).

Toulmin, por sua vez, no seu *Os usos do argumento*, buscou construir um modelo de análise de práticas argumentativas concretas, a partir do seu *layout*, também clássico, buscando análises mais próximas de um modelo pragmático-conversacional. A metodologia proposta pelo autor é aplicada hoje, por exemplo, na tentativa de se analisarem raciocínios argumentativos

expressos por estudantes em geral (JUSTI, 2017). Nesse tipo de exercício de análise, coletam-se dados e buscam-se evidências e justificativas que deem suporte a um determinado ponto de vista, na tentativa de se colocarem à mostra os raciocínios elaborados por estudantes de diversos níveis de escolaridade.

Partindo de um padrão normativo, os mentores da Escola de Amsterdam, van Eemeren e Grootendoorst, propõem a corrente pragmadialética, calcada em regras e passos para o que eles consideram uma argumentação ética, isto é, não falaciosa. Ao apresentarem o que consideram como um modelo de discussão crítica e um código de ética e conduta para uma discussão racional (FETERIS, 1999, p. 165, tradução nossa), o tipo de análise de textos e discursos proposta pelos autores tem a ver com o que consideram um discurso argumentativo “racional”, sempre na busca da resolução de um desacordo, visto como um “problema” a ser resolvido. Ali uma discussão crítica apresenta quatro etapas (confrontação, abertura, argumentação e fechamento) que são analisadas a partir de dez regras para o quê, segundo os autores, evitaria o abuso no uso de “falácias”, as quais, naquele contexto, têm uma orientação diferente da ideia de falácia para os gregos. Naquela perspectiva teórica, é considerado falacioso qualquer “movimento” que, de alguma forma, obstrua um “diálogo racional”.

Ainda, não podemos deixar de lado toda a corrente da chamada lógica informal, também tratada nesta obra, a qual tenta, por meio de uma análise metalinguística, esmiuçar procedimentos argumentativos a partir da construção de critérios e procedimentos para análise de textos, interpretação, avaliação, crítica e construção da argumentação do discurso do dia a dia. Nesse âmbito, os autores simpatizantes de tal vertente buscam escapar de uma análise radicalmente “lógica” de textos. Nesse sentido, lançando mão de uma lógica “natural”, mesmo se combinada com raciocínios matemáticos e estatísticos, ali se busca aplicar o que consideram uma lógica menos ortodoxa.

Já a perspectiva dialogal, aqui ilustrada pelo trabalho de Christian Plantin, por exemplo, busca analisar pontos de vista em confrontação, em situação de *estase*, a partir de uma *questão argumentativa* que oporá a construção de dois pontos de vista antagônicos. Sem desconsiderar

as emoções que permeiam uma interação, o jogo de papéis de atuação (Proponente, Oponente e Terceiro) dão o tom das costuras interacionais e argumentativas que se desvelam na análise de textos. Nas análises ali empreendidas buscaram-se observar a coconstrução de pontos de vista, antagônicos e efetivamente perspectivados (GRÁCIO, 2010), a partir de um jogo de idas e vindas no quadro de uma interação. Nessa visão, a análise não está focada na resolução de um problema, mas, sobretudo, na evidencição do problema (*estase*), materializado em um conflito de opiniões e suas intermitências, a partir de uma *questão* argumentativa.

Nessa seara, temos que os estudos de Ruth Amossy também se preocupam em propor análises que explicitem o funcionamento discursivo e a lógica interna dos discursos para que se possa melhor compreender o jogo social, ressaltando-se a dimensão empírica das práticas argumentativas, por exemplo, da mídia, um foco de interesse da autora, em que a polêmica se instaura como palco privilegiado em nossos dias. As análises propostas pela autora enxergam de forma mais global as relações retóricas e argumentativas visto que, para ela, a argumentação localiza-se, de fato, no discurso.

As propostas analíticas têm sido apropriadas por pesquisadores situados em diferentes áreas e têm possibilitado desenvolver trabalhos no campo do ensino da argumentação. Em particular, na área de ciências, encontram-se inúmeros trabalhos que mobilizam algumas dessas orientações para promover o aprendizado de conteúdos específicos. A fim de ilustrar como esse esforço tem sido empreendido, passamos a discorrer, brevemente, acerca de uma experiência concretizada em nosso país.

4. O *layout* de Toulmin: um exemplo efetivo do elo teoria/prática, em aulas de ciência, no Brasil

Como dissemos anteriormente, a obra organizada por Bauer e Gaskell (2013 [2000]) também destaca a análise argumentativa, que é descrita por Miltos Liakopoulos. Depois de rapidamente retomar a visão de Aristóteles e de Van Eemeren, representante da Pragmadialética, o autor descreve, em linhas gerais, como Toulmin (2001 [1958]) concebe a argumentação, e indica que o modelo proposto por esse autor é o que

permite compreender o argumento tanto como processo quanto como produto.⁵ Após explicar cada um dos elementos constitutivos da estrutura anatômica desse modelo e incluir uma análise que ilustra a mobilização deles, Liakopoulos (2013 [2000]) apresenta os cinco passos que precisariam ser seguidos pelo analista:

1. Colete uma amostra representativa que incorpore os pontos de todas as partes interessadas no debate.
2. Sintetize os pontos principais em um parágrafo, parafraseando o mínimo.
3. Identifique as partes usando as definições apresentadas e teste-as quanto a sua fidedignidade.
4. Compare todas as partes do argumento em uma apresentação esquemática a fim de que elas possam ser lidas em relação umas com as outras.
5. Apresente uma interpretação em termos do contexto geral e do mérito da completude do argumento (LIAKOPOULOS, 2013 [2000], p. 241).

A produtividade desse tipo de análise argumentativa pode ser observada em muitos campos, mas se destaca o emprego desse tipo de análise na interpretação do discurso científico e no ensino de ciências por meio da argumentação.

Ainda segundo Govier (2018 [1987]), as ideias de Toulmin foram inicialmente rejeitadas por filósofos e lógicos e acolhidas por pensadores com formação em retórica e comunicação. Isso porque Toulmin (2001 [1958]) declarou, logo na introdução da clássica obra, pretender interpretar argumentos reais, expressos em linguagem natural, em um movimento de afastamento e crítica em relação à lógica formal. Ao elaborar um novo modelo que parte do raciocínio análogo com o Direito, Toulmin assume a tarefa de discutir e caracterizar a natureza do “processo racional”, compreendendo por isso “[...] os procedimentos e as categorias mediante os quais

5 O capítulo produzido por Patrícia Del Nero Velasco explica detalhadamente o modelo de Toulmin, por isso é mencionado rapidamente neste primeiro capítulo. Apesar disso, na próxima seção, destacamos os impactos das ideias de Toulmin nas práticas de ensino de Ciências, uma vez que o capítulo de Velasco não enfatiza esse aspecto.

se podem discutir e decidir todas as ‘causas’” (TOULMIN (2001 [1958], p. 10). Ademais, por ter interesse específico pela filosofia da ciência,⁶ a obra de Toulmin, apesar das críticas recebidas desde a publicação de *Os usos do argumento*, tem obtido especial atenção por aqueles que se interessam por entender o raciocínio argumentativo (GOVIER, 2013, 2018 [1987], HAMPLE, 1977), a especificidade do discurso científico (LIAKOPOULOS, 2000) e como compor práticas de ensino de ciências (ERDURAN, 2007, entre muitos outros).

Por ser uma área muito produtiva no Brasil, e em função dos limites deste capítulo, restringimos a reflexão em torno dos procedimentos analíticos que são utilizados no ensino de ciências. Essa perspectiva difere da que foi apresentada anteriormente – ou seja, compreender a argumentação como um processo linguístico-discursivo associado à realização de práticas de linguagem em sociedade –, ao adotar que a argumentação é também um meio para promover o ensino e a aprendizagem dos conteúdos de uma área específica. Assume-se, assim, que o aprendizado de conhecimentos de diferentes áreas pode ser favorecido pelo raciocínio argumentativo por colaborar com o entendimento de que a construção do conhecimento científico é um processo sempre em trânsito, uma vez que pode ser revisitado e modificado, e, ao mesmo tempo, proporcionar a apropriação de práticas próprias do discurso científico. Nesse tipo de trabalho, o modelo de Toulmin⁷ tem sido privilegiado, pois possibilita ao estudante analisar como os dados, as justificativas e as conclusões se organizam na composição de um argumento, e auxilia o professor a promover a articulação entre explicações, modelos e teorias.

Desde a década de 1990, mundo afora, os trabalhos acadêmicos têm discutido como engajar os estudantes na argumentação em aulas de ciências. Por quase trinta anos, esses estudos progrediram rapidamente, como pode ser observado na obra organizada por Erduran e Jiménez-Aleixandre (2007). Embora esses estudos reúnam uma grande variedade de pesquisas, pode-se reconhecer que a argumentação (1) acabou por integrar os currí-

6 Antes de publicar *Os usos do argumento*, Stephen Toulmin (1953) escreveu *The Philosophy of Science* com o objetivo de chamar a atenção para os seus fundamentos dessa área de conhecimento e minimizar ideias contestadas e mal-entendidas.

7 O detalhamento do modelo de Toulmin pode ser encontrado no próximo capítulo.

culos de ciências e (2) serve como um recurso privilegiado para auxiliar os estudantes na compreensão dos conteúdos ensinados, por isso pode estar vinculada a objetivos formativos que extrapolam os muros da escola.

Muitos pesquisadores brasileiros têm considerado essa perspectiva de trabalho (VILLANI, 2002; NASCIMENTO, 2007; SASSEROM; CARVALHO, 2011 etc.), como se confirma em incontáveis artigos acadêmicos e a partir da leitura dos textos reunidos na obra *Argumentação e ensino de ciências*, organizada por Nascimento e Plantin (2009). Sylvania Nascimento e Rodrigo Vieira, os autores que integram essa obra, ressaltam que a dimensão discursiva da sala de aula, ao adotar o viés sociocultural, orienta o professor a considerar que a argumentação, fundada na linguagem natural, é um artefato de mediação que permite falar e escrever a respeito de conhecimentos científicos, bem como entender como os discursos são organizados em sociedade (NASCIMENTO, VIEIRA, 2008).

Ao partir das proposições de Toulmin, Nascimento e Vieira (2009) afirmam que o padrão oferecido conduz o estudante a perceber como os fatos (dados) aos quais recorreremos como fundamentos para uma alegação estão apoiados em garantias provenientes de inferências socioculturais. Com base nesse tipo de compreensão, o estudante consegue perceber que o discurso argumentativo é sempre autorizado por uma justificativa, uma lei de passagem, que é formulada a partir dos conhecimentos de base (indicar capítulo de Patrícia para detalhamento). Constitui-se assim uma estrutura de análise considerada poderosa na compreensão do pensamento científico, pois facilita relacionar dados e conclusões, mediante justificativas de caráter hipotético; indica o papel dos dados na elaboração das afirmações; ressalta as limitações das teorias; destaca o valor da sustentação na construção de conhecimentos; indica o papel dos qualificadores e das refutações na composição de diferentes teorias, além de viabilizar estabelecer relações entre os aspectos discursivos e argumentativos (CAPECCHI, 2004).

Embora Nascimento e Vieira (2008) reconheçam o valor do padrão toulminiano na compreensão de como e por que os argumentos científicos são considerados consistentes e sólidos, os autores também identificam algumas restrições no modelo, como Driver, Newton e Osborne (2000) já vinham delimitando há mais de vinte anos. Esses pesquisadores consideram o modelo

de Toulmin *coerente*, por reunir os elementos que são relacionados dentro de uma lógica adequada às relações sociais, e *consistente*, por se organizarem de maneira a evitar contradições, contudo, consideram que o contexto social não suficientemente considerado, sobretudo no que tange à construção coletiva dos conhecimentos, e que falta precisão na configuração dos argumentos. Apesar dessas restrições, o modelo frequentemente se faz presente nas aulas de ciências, uma vez que possibilita tomada de consciência em relação aos fatores que engendram os discursos científicos, propicia identificar a estrutura formal que organiza os argumentos e permite seu funcionamento, além de facilitar comparações entre os argumentos licenciados socialmente.

Desse modo, o modelo de Toulmin está presente tanto na organização de aulas de ciências quanto é predominante na formação de professores de ciência da educação básica, uma vez que auxilia os docentes na identificação dos argumentos e seus respectivos elementos constitutivos dos discursos científicos. Ao aplicar o modelo de Toulmin a diferentes discursos e discussões em torno de conceitos científicos, a análise esquematizada por Toulmin permite ver como um discurso argumentativo se constrói e se estabelece em um determinado tempo e lugar. O modelo ainda tem colaborado para auxiliar os professores a analisarem a própria prática junto aos estudantes a fim de perceberem como a argumentação docente se orienta em um determinado sentido, o que contribui para discriminar o aparato perceptivo em uso, os padrões lógicos selecionados e as assumidas posições discursivas, quando mobilizados nas práticas docentes.

Na tentativa de superar as restrições que o modelo apresenta, pesquisadores insistem no caráter cultural e social das afirmações científicas e buscam articular outras referências ao modelo de Toulmin. Vejamos como Sasseron e Carvalho (2011) têm reconsiderado o modelo toulminiano nas práticas pedagógicas:

A ideia de **dado**, tal qual expressa no padrão de Toulmin, difere do que seriam os dados empíricos ou hipotéticos que entram em cena na construção de modelos de explicação nas ciências. Em Toulmin, os dados referem-se a alegações que se pretende apresentar e aparecem sempre ligados à **conclu-**

são a que se pretende chegar. Esse par tem, portanto, papel de tese que será defendida na presença dos interlocutores. Na sala de aula, um dado pode se configurar em uma informação que já se possui, seja advinda da experimentação ocorrida em algum momento das aulas ou uma ideia que os estudantes já possuem de suas vivências extraescolares. Consiste, pois, em uma evidência que será trabalhada nas discussões. Encontrar coerência entre aquilo que se possui de informação inicial e as novas situações colocadas em pauta nas intervenções de alunos e professor torna-se o meio que permite o estabelecimento da argumentação em sala de aula (SASSERON; CARVALHO, 2011b, p. 252, grifos das autoras).

Vemos nesse excerto que as educadoras alteram o *status* da informação que serve de ponto de partida para a argumentação (o “dado”), para incorporar as relações sociais, historicamente constituídas, que compõem a realidade vivida pelos discentes, além de introduzir relações dialógicas (“nas discussões”) a fim de superar o perfil monológico que caracteriza o modelo de Toulmin, segundo Plantin (2008). As interações que são promovidas quando são discutidas as garantias e analisadas as possíveis refutações confirmam o valor de se explorar a diversidade de ideias que constituem também os discursos científicos.

Em relação às conclusões, Sasseron e Carvalho (2011a) declaram ser esse um grande problema no uso do padrão de Toulmin no ensino e na aprendizagem de ciências, pois os estudantes nem sempre conseguem estabelecer relações entre as informações constatadas e as regularidades próprias de cada contexto. Além disso, o valor de termo final de uma proposição, que é próprio da conclusão ou alegação, torna a reflexão fechada em uma alternativa (específica e limitada), quando consideradas as variadas possibilidades explicativas e a provisoriedade de muitos conhecimentos científicos.

Assim, embora o modelo de Toulmin continue sendo a referência principal para o estudo dos argumentos em situações de ensino e aprendizagem de ciências (ERDURAN, 2007), educadores, como Sasseron e Carvalho (2011b, p. 257), têm defendido “[...] a necessidade de que o argumento não fique restrito a regularidades ocorridas em um evento particular, pois

somente isso não é suficiente para a construção de significados científicos”, visto ser preciso promover a construção de noções mais gerais e que possam abranger contextos variados.

Diante de tudo o que foi reunido até este ponto, resolvemos organizar, para finalizar, uma síntese que talvez possa favorecer o enfrentamento de alguns dos desafios identificados quando queremos proceder a uma prática analítica da argumentação.

5. Nossa proposta: exercitar a *sensibilidade analítica* e apreender para aprender

Traçado esse panorama, não exaustivo, temos que cada capítulo deste livro tenta apresentar e ilustrar, por meio de análises e propostas de exercícios, um pouco do que seja “analisar” para tantas e tão diversificadas perspectivas teóricas e metodológicas. Nesse sentido, este livro tem uma estrutura que o diferencia de outras coletâneas, uma vez que partiu de um “problema” (como empreender análises de textos argumentativos diversos) e buscou sobre isso discorrer, por meio de propostas práticas de análises, didaticamente apresentadas. E, ainda, nossa ambição com este trabalho nunca foi “resolver” o drama que estudantes e pesquisadores frequentemente experienciam no momento “choque-de-realidade” de se analisarem dados. Procuramos, tão somente, aventar possibilidades, na iminência de trazeremos a debate alguns dos instrumentos de análise de textos e discursos argumentativos, utilizados por diversos autores, já consagrados por seus trabalhos tão diferentes uns dos outros. E isso é apenas um começo, tendo em vista a complexidade do desafio que aqui lançamos.

Esperamos deixar claro que cabe ao analista determinar, caso a caso, em função dos dados que construiu e da problemática que o instiga, a “chave argumentativa” que “permitirá [ao analista] ativar as engrenagens do discurso e de ‘fazer ver’ a construção argumentativa que organiza o discurso” (DOURY, 2015, § 5, tradução nossa). Nesse sentido, o ideal é que a relação do pesquisador com seus dados, no momento de empreender uma análise, traga um pouco do amor do carpinteiro pela madeira com que executa o seu ofício (DAMASCENO-MORAIS, 2021), uma vez que

uma análise de dados está longe de ser mero jogo anódino de rotulação, classificação e etiquetagem a esmo.

Quanto ao ceticismo que ronda o empreendimento analítico – muitas vezes (in)justamente acusado de subjetivo, parcial, limitado –, entendemos que, certamente, não existe análise perfeita (e nunca existirá, lamentamos informar), pela própria complexidade e, mesmo, subjetividade, que envolve tal empreendimento intelectual. Não obstante, apesar de termos consciência de que o que tentaremos mostrar por meio de análises será sempre inevitavelmente limitado e parcial, a subjetividade do pesquisador não deve ser vista como um empecilho, mas como um degrau necessário para a testagem de perspectivas teóricas, em Ciências da Linguagem, sobretudo no vasto, complexo, fragmentado e volátil campo da argumentação, como brevemente tentamos aqui delinear, sem que isso seja, por outro lado, visto como algo “utópico”, como bem lembra Norman Fairclough (2012, p. 14).

Esta obra, em seu conjunto, diverso, leva-nos a compreender que “a análise argumentativa é inseparável dos fatos” (ANGENOT, 2008, p. 418, tradução nossa), o que torna a missão do analista de textos argumentativos ainda mais complexa, visto que a própria constituição de um *fato* não é isenta de subjetividade. Não desanimemos, no entanto, pois, apesar de toda a complexidade, dificuldades e riscos vinculados ao empreendimento analítico, é importante não perdermos de vista que exercitar a análise de textos argumentativos nunca deixará de ser uma excelente oportunidade de leitura crítica. Isso porque, a partir do momento em que nos calejamos (criticamente) de uma ou mais perspectivas teóricas, seremos capazes não somente de *apreender* (no sentido de descrever), mas *aprender* com o discurso do outro: eis o momento “heurístico” do exercício de análise.

Nesse sentido, o papel do professor-orientador cientista da linguagem é, sobretudo, ajudar o aluno a descobrir o momento oportuno – *kairós* – de se lançar no empreendimento da análise argumentativa de textos e discursos, o que, acreditamos, terá o mérito de despertar nos estudantes a *sensibilidade para a análise de textos e discursos argumentativos*, a partir de um trabalho de diálogo entre teorias e prática, o que, apesar de não ser tarefa simples, é instigante e altamente recomendável.



O MODELO ARGUMENTATIVO DE TOULMIN: SOBRE UMA PROPOSTA DE APLICAÇÃO DA LÓGICA DOS USOS DO ARGUMENTO

Patrícia Del Nero Velasco

Considerações iniciais

No mesmo ano em que, na Bélgica, Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca apresentavam ao mundo seu *Tratado da argumentação: a nova retórica* (1996 [1958]), na Inglaterra, o filósofo Stephen E. Toulmin (1922-2009) sugeria uma lógica d’*Os usos do argumento* (2001 [1958]). Data de 1958, pois, a publicação de duas obras que marcaram a retomada – por filósofos, linguistas, retóricos – dos estudos sobre argumentação.

Leitoras e leitores certamente perguntarão: teriam estes autores, sem prévio contato, proposto teorias similares? Embora a resposta seja negativa, torna-se possível identificar aproximações entre as obras em questão. Nas palavras do linguista e teórico da argumentação francês Christian Plantin, “estas duas obras, vindas de horizontes diversos e escritas em estilos totalmente diferentes, convergiam numa referência comum à prática jurídica. Procuram, no pensamento argumentativo, um meio de fundar uma racionalidade específica, própria às coisas humanas” (PLANTIN, 2010, p. 11).

Até então, a retórica tinha sido historicamente desqualificada enquanto saber científico; a lógica, por sua vez, tinha se matematizado de tal forma que se distanciou completamente da linguagem natural. Nesse sentido, “a argumentação não foi esquecida, ela foi profundamente deslegitimada”

(PLANTIN, 2008b, p. 20). Tanto Perelman e Olbrechts-Tyteca, ao reabilitarem a retórica, quanto Toulmin, ao reformar a lógica, foram motivados por questões de caráter jurídico. E, ao investigá-las, constataram que a razão não se reduz à lógica clássica: há outras maneiras de raciocinar e fundamentar ideias e valores que não podem ser avaliadas pelos padrões usuais da lógica, “mas que também não obriga a renunciar à Razão em proveito do irracional ou do indizível” (COELHO, 2005, p. XXI).

Não cabe no escopo do presente texto adentrar as aproximações ou os distanciamentos entre *A nova retórica* (1996 [1958]) e *Os usos do argumento* (2001 [1958]).¹ Nas linhas que se seguem, objetiva-se contextualizar a referida obra de Toulmin e seus propósitos, apresentando, igualmente, o modelo argumentativo criado pelo autor para responder a esses intuitos. Especificamente, serão expostos (e exemplificados) o *layout*² de Toulmin e as categorias argumentativas que o constituem e, na sequência, será feita uma análise ilustrativa da perspectiva argumentativa toulminiana. Por fim, o capítulo ora compartilhado trará uma proposta de exercício e sua respectiva possibilidade de resposta, oferecendo à leitora e ao leitor a oportunidade de aplicar a lógica dos usos do argumento.

1. *Os usos do argumento: os propósitos e o modelo de Toulmin*

“Que ligações há entre os cânones e métodos [lógicos] que usamos quando, na vida do dia a dia, avaliamos, de fato, a solidez, a força e o caráter conclusivo de argumentos?” (TOULMIN, 2001 [1958], p. 2)

A pergunta pela natureza da lógica (ou a investigação do tipo de ciência que é a lógica) foi respondida de diferentes maneiras ao longo da história: uns a aproximam da *psicologia*, ao defenderem serem as leis do pensamento o seu objeto de estudo; há os que acreditam ser a lógica um desenvolvimento da *sociologia*, dado que investiga – segun-

1 Para tanto, cf. Grácio (2010, p. 178).

2 Nos estudos sobre Toulmin em Língua Portuguesa, assim como no presente capítulo, adotam-se tanto o termo original, “*layout*”, quanto algumas possibilidades de sua tradução: “modelo”, “padrão”, “esquema”.

do estes – “os hábitos e práticas desenvolvidos no curso da evolução social e transmitidos de uma geração para outra” (TOULMIN, 2001 [1958], p. 04). Há, ainda, a abordagem bastante usual da lógica como *lógica matemática*, na qual os conceitos são prioritariamente definidos em função da *forma* dos argumentos e, portanto, desconsidera-se qualquer referência de natureza epistemológica, histórica, política etc. Para Toulmin, contudo, “é muito difícil eliminar *todas* as referências ao pensar, sem que a lógica perca sua aplicação prática original” (2001 [1958], p. 08, grifo nosso).

Tendo em vista sua preocupação com o que denominou de “prática lógica” (TOULMIN, 2001 [1958], p. 9), o autor explicita o que considera ser o escopo do campo de conhecimento em questão:

[...] a lógica não diz respeito ao modo como inferimos, nem às questões de técnica; ela se move, em primeiro lugar, por um interesse retrospectivo, justificativo – com os argumentos que podemos apresentar depois, provamos que são aceitáveis as conclusões a que já chegamos, porque nos mostramos capazes de justificar nossas conclusões (TOULMIN, 2001 [1958], p. 2).

Nota-se que a lógica, para o filósofo inglês, não se encerra nas “questões de técnica”: não se trata de um mero instrumento (ou ferramenta) a ser aplicado(a) de modo indistinto, independentemente do conteúdo em voga. Igualmente – e contrariamente à lógica matemática –, não tem como cerne a noção de inferência. Comumente, diz-se que um argumento enuncia ou representa um processo de inferência, permitindo que de determinadas premissas seja possível a obtenção de certa conclusão. Para Toulmin, porém, o raciocínio argumentativo não compreende um processo de inferência, mas sim, um processo de *justificação* baseado na seguinte pergunta: dada uma determinada tese (asserção, alegação), como se pode justificá-la (prová-la)?

Sobre a distinção supramencionada, afirmam Foss, Foss e Trapp (2002, p. 129 *apud* GRÁCIO, 2013, p. 97):

a justificação é uma atividade retrospectiva, enquanto a inferência é prospetiva. Por outras palavras a justificação de uma tese envolve produzir razões para a tese depois do facto de termos chegado mentalmente à tese. A inferência, por outro lado, refere-se ao uso de razões para chegar a uma tese e é uma região da argumentação analítica.

Tem-se que a inferência faz um uso prospetivo de razões, utilizando-as para a *obtenção* de uma tese; daí o uso do termo “conclusão” para nomear a referida tese. Toulmin, por sua vez, escolhe o próprio termo “tese” (ou ainda, “asserção” ou “alegação”) para nomear aquilo que se pretende justificar. Parte-se, pois, da tese/asserção/alegação e, em atividade retrospectiva de *justificação*, buscam-se as razões que a fundamentam.

Uma vez que a proposta de Toulmin visa uma abordagem prática da lógica, voltada aos usos cotidianos do argumento e à crítica racional, o autor extrapola a dimensão formal da lógica – evitando, inclusive, conceitos imbuídos de associações provenientes da teoria lógica, como “lógica”, “logicamente necessário”, “dedução”, “demonstração”, entre outros. A despeito de não ter deixado “de enfatizar como fulcral na argumentação a questão do raciocínio” (GRÁCIO, 2010, p. 178), Toulmin entende que a recusa dos termos usuais da teoria lógica faz-se necessária para que as categorias usadas na avaliação prática de argumentos possam ser investigadas sem prévio comprometimento com a teoria em questão. Por conseguinte, o estudo pretendido requer um modelo lógico novo. Sobre este último, discorre Toulmin (2001 [1958], p. 9-10, grifos do autor):

A lógica se ocupa da solidez das alegações que fazemos – da solidez dos fundamentos que produzimos para apoiar nossas alegações, da firmeza do suporte que lhes damos – ou, para trocar de metáfora, com o tipo de *precedente* (no sentido em que os advogados usam este termo) que apresentamos em defesa de nossas alegações. A analogia com o Direito, implícita neste modo de expor o problema, pode, desta vez, ser muito útil. [...] A lógica (pode-se dizer) é jurisprudência generalizada. [...] Uma das principais funções da jurisprudência

dência é garantir que se conserve o essencial no processo legal: os *procedimentos* pelos quais as alegações devem ser apresentadas em juízo, discutidas e estabelecidas, e as *categorias* segundo as quais se devem apresentar, discutir e estabelecer as alegações. Nossa investigação visa a um objetivo semelhante: temos de caracterizar o que se pode chamar de “o processo racional” – os procedimentos e as categorias mediante os quais se podem discutir e decidir as “causas”.

Observa-se que a abordagem lógica adotada por Toulmin é entendida por este como “jurisprudência generalizada”. Traça-se um paralelo com o Direito: se neste último a jurisprudência busca garantir a conservação das categorias e dos procedimentos envolvidos no processo legal, na lógica entendida como jurisprudência generalizada, procura-se identificar as categorias e os procedimentos que permitem a deliberação das “causas” que caracterizam o “processo racional”. Dito de outro modo, assim como existem semelhanças entre os procedimentos dos inúmeros e diferentes processos judiciais, faz-se possível identificar procedimentos comuns ao processo racional, procedimentos padrão da chamada por Toulmin “prática crítica” (2006, p. 362).

Nesse sentido, a função *crítica* da razão ocupa o cerne da proposta toulminiana: aos se aplicarem aos homens e aos argumentos destes como *padrões de realização*, as regras lógicas submetem-se a um julgamento possível; alegações bem fundamentadas acabarão por resistir às críticas, sendo justificadas “ante o Tribunal da Razão”³ (TOULMIN, 2001 [1958], p. 11).

3 A expressão “Tribunal da Razão” não é propriamente conceituada por Toulmin em seu *Os usos do argumento* (2001 [1958]). Contudo, faz-se necessário pontuar que a expressão em questão inevitavelmente remete à metáfora com a qual Kant caracterizou a sua *Crítica da Razão Pura* no primeiro prefácio da referida obra: “[...] é um apelo à razão para atacar de novo a mais dificultosa de todas as suas incumbências, isto é, a do conhecimento de si mesma, e para instituir um tribunal capaz de assegurar suas reivindicações justas, mas também de repelir todas as pretensões infundadas, não com decisões arbitrárias, mas de acordo com suas leis eternas e imutáveis; e este tribunal não é outro senão a própria Crítica da Razão Pura” (KANT, 1985, p. 14). Segundo Christian Hamm (2012, p. 15), “Esta caracterização do tribunal enquanto crítica, ou autocrítica, reúne todos os momentos cruciais do empreendimento kantiano: objeto da investigação crítica é a faculdade da razão como tal, i.e., a razão pura, não determinada empiricamente, na sua capacidade de produzir conhecimentos independentemente de toda experiência; conhecimentos, portanto, que, por ter como base unicamente as ‘leis eternas e imutáveis’ da própria razão, poderão exigir

Esta breve introdução permite a extração de alguns importantes aspectos da proposta ora apresentada: 1) Toulmin critica as concepções de lógica vigentes e, em especial, a lógica formal, visto que esta não só se distanciara dos usos práticos dos argumentos como restringira a racionalidade aos aspectos formais do raciocínio (desprezando elementos epistemológicos e empíricos); 2) neste viés centrado na avaliação dos argumentos cotidianos, o autor compreende que o raciocínio argumentativo consiste em um processo de justificação e, portanto, a lógica tem um interesse retrospectivo (ou justificativo), ocupando-se da solidez das alegações feitas; 3) a perspectiva adotada por Toulmin carece de um modelo lógico novo, evitando o uso da terminologia e das categorias usuais da teoria lógica; 4) pelas características delineadas pelo autor, o modelo em questão deve ser mais afeito ao Direito do que à Matemática – tanto as alegações como os padrões argumentativos devem ser constantemente submetidos ao Tribunal da Razão e, se bons (razoáveis), resistirão às críticas.

Uma vez recuperados os principais aspectos até aqui discutidos, pergunta-se (incluindo um pressuposto à epígrafe da presente seção): se as categorias lógicas são pouco usuais na argumentação ordinária, que categorias efetivamente representam o uso que se faz cotidianamente dos argumentos? A fim de tentar responder a esta questão, Toulmin expande o construto elementar do argumento lógico, a saber, premissa/conclusão, “de modo a adaptá-lo à natureza comunicacional da argumentação” (GRÁCIO, 2010, p. 178). Se, de um lado, afirma que argumentos podem ser criados para inúmeras finalidades, de outro, defende que a função primária dos argumentos é apoiar determinada asserção e, portanto, sua proposta se interessará, primordialmente, pelos “argumentos justificatórios apresentados como apoio de asserções; as estruturas que se pode esperar que tenham; os méritos que podem reivindicar; e como começamos a classificá-los, avaliá-los e criticá-los” (TOULMIN, 2001 [1958], p. 16).

O interesse de Toulmin pelos argumentos justificatórios, por sua vez, requer do autor a investigação de uma nova questão, a saber: “até que ponto

validade objetiva e universal e permitir, justamente por isso, uma decisão definitiva quanto à legitimidade de todas as reivindicações e aspirações de uma ‘Metafísica em geral’, bem como, também, uma determinação, ‘a partir de princípios’, das fontes, da extensão e dos limites, i.e., a marcação exata dos diferentes ‘territórios’ e domínios da razão” (A XII).

os argumentos justificatórios podem ter uma e a mesma forma, ou até que ponto se pode apelar a um único e mesmo conjunto de padrões, em todos os diferentes tipos de caso que consideramos?” (TOULMIN, 2001 [1958], p. 19-20). O primeiro passo para responder a referida questão consiste na conceituação, pelo autor, de *campo* de argumentos. O campo corresponde ao tipo lógico do argumento: se os dados e as conclusões de dois argumentos diferentes são do mesmo tipo lógico, afirma-se que estes dois argumentos pertencem ao mesmo campo; caso contrário, ou seja, se os dados ou as conclusões dos argumentos não são do mesmo tipo lógico, afirma-se que tais argumentos pertencem a campos distintos.

Toulmin enuncia alguns exemplos para ilustrar o conceito de campo de argumentos:

As provas em Elementos, de Euclides, por exemplo, pertencem a um campo; os cálculos feitos para preparar uma edição do Almanaque Náutico pertencem a um outro. O argumento “o cabelo de Harry não é preto, dado que sei de fato que é ruivo” pertence a um terceiro campo muito especial [...]. O argumento “Peterson é sueco, então é provável que não seja católico romano” pertence a um quarto campo; o argumento “este fenômeno não pode ser totalmente explicado em minha teoria, dado que as divergências entre suas observações e minhas previsões são estatisticamente relevantes”, pertence a outro campo; o argumento “esta criatura é uma baleia, então (em termos taxionômicos) é um mamífero” pertence a um sexto campo; e o argumento “o acusado estava dirigindo a 70km/h em área residencial, portanto cometeu delito contra a Lei de Trânsito em Estrada”, vem de um sétimo campo, diferente dos demais (TOULMIN, 2001 [1958], p. 20).

A partir da conceituação de campo, Toulmin passa a investigar se há elementos constitutivos dos argumentos que não variam de acordo com o campo, ou seja, se são *campo-invariáveis*, assim como busca mapear se há elementos que são *campo-dependentes*, sofrendo alteração conforme o campo. O autor considera que nos campos é que se dá a

articulação do argumento e seu contexto; estabelece, contudo, que há uma abordagem do argumento que independe do campo: existem elementos constituintes de todo e qualquer argumento, ou seja, elementos estruturantes e invariantes.

Cabe notar, como o faz Grácio (2010, p. 180), que a proposta de Toulmin

não dilui na intencionalidade persuasiva a especificidade do discurso argumentativo. Procura, ao invés, encontrar na organização do discurso a estrutura que lhe confere uma identidade argumentativa. É nesse sentido que Toulmin classifica este padrão inicial da argumentação como “field invariant”: ele é o critério definidor de “argumento”, independentemente das incidências temáticas da comunicação em que ocorra.

Assim, não obstante seja fruto da anteriormente referida crítica à lógica formal, a proposta toulminiana não abdica por completo da ideia de “forma lógica”. A ideia de uma estrutura definidora de argumento que independe do conteúdo temático permanece presente na obra de Toulmin. E quais seriam estes elementos definidores da forma do argumento? Em sua concepção mais sucinta, a *estrutura geral de um argumento*⁴ é composta por *dado*, *alegação* e *garantia*. Cabe, pois, explorar cada um dos elementos em questão.

Recuperando o caráter retrospectivo atribuído por Toulmin à argumentação, tem-se que todo argumento é constituído por uma **alegação** – uma asserção (tese) cujo mérito ou pertinência se quer estabelecer. Na obra *An introduction to Reasoning*, publicada em 1978, com Richard Rieke e Allan Janik, o modelo argumentativo de Toulmin é desenvolvido e os autores afirmam: “O termo argumentação será usado para se referir à atividade total de apresentar teses, desafiá-las, apoiá-las através de razões, criticando essas razões, refutando essas críticas, e assim por diante” (TOULMIN; RIEKI; JANIK, 1984, p. 14, tradução nossa). Neste sentido, as asserções

4 Plantin (2010, p. 24; 2008, p. 26) intitula a estrutura toulminiana de *célula argumentativa*.

que – em uma argumentação – são submetidas ao crivo público visando serem aceitas, no modelo de Toulmin recebem o nome de alegações.⁵

Salvo se for realizada de forma impensada ou irresponsável, toda alegação pressupõe **dados** que a apoiam. E no que consistem tais dados? Toulmin nomeia assim os fatos particulares utilizados para fundamentar uma certa alegação, fatos que são considerados como verdadeiros “por determinados grupos sociais, constituindo-se, portanto, no ponto de partida para que uma alegação seja proposta” (GONÇALVES-SEGUNDO, 2016, p. 72).

Uma vez que se tem a alegação e os dados que a fundamentam, questiona-se: qual a garantia que autoriza a passagem do dado à alegação? Toulmin intitula **garantia** justamente as regras ou os princípios que legitimam a transição dos dados à alegação. Embora gramaticalmente não seja possível distinguir entre um dado e uma garantia, visto que uma sentença pode ser eventualmente usada para transmitir uma informação e, em outra ocasião, para autorizar uma inferência, para Toulmin (2001 [1958], p. 142, grifos do autor):

Temos de entender que é possível, em *algumas* situações, distinguir claramente entre duas funções lógicas diferentes; e pode-se começar a perceber a natureza desta distinção, se se comparam duas sentenças como (a) “sempre que A, alguém constatou B”, e (b) “sempre que A, *pode-se assumir* que B”.

Em determinados contextos, torna-se possível discernir as sentenças de tipo (a) e (b), citadas por Toulmin, de acordo com as funções lógicas de cada qual, a saber, a função de (a) estabelecer uma relação condicional entre um dado e a alegação neste fundamentada e, distintamente, de (b) autorizar, a partir de cânones mais gerais, que se fundamente a alegação no dado que a apoia. Se os dados são sempre explicitados no processo argumentativo, isso não se pode afirmar das garantias, usualmente implí-

5 Para uma interpretação da noção de alegação como possível resposta a determinado problema epistêmico e uma releitura do *layout* toulminiano como instrumento analítico da configuração funcional de movimentos argumentativos cuja natureza é epistêmica, cf. Gonçalves-Segundo, 2020b.

citadas na argumentação.⁶ O caráter geral das garantias permite a Toulmin recorrer a outra analogia com o Direito: em um tribunal de justiça, os dados corresponderiam às questões de fato; as garantias, às questões de direito. Salienta, contudo, que são vários os tipos de garantias, assim como são diferentes os graus de força que estas podem conferir às alegações. Em alguns casos, legitimam de forma inequívoca a asserção; em outros, de modo provisório ou sob alguma condição de exceção ou qualificação.

O grau de força autorizado pela garantia para apoiar a alegação no dado estabelecido exige que se insira um novo elemento formal ao esquema toulminiano: os **qualificadores modais**. Estes indicam justamente o modo como a garantia qualifica a passagem do dado à alegação; trata-se, em outras palavras, da indicação da força que a garantia confere ao passo de justificação da conclusão. Incluem, portanto, “uma diversidade de recursos modais, abrangendo verbos como dever e poder; construções atributivas, como é necessário, é possível, não é provável, não é razoável; advérbios, como necessariamente, provavelmente; dentre outros”, podendo variar “da invalidação à validação, passando por graus intermediários” (GONÇALVES-SEGUNDO, 2016, p. 74-76).

As circunstâncias em que se deve renunciar à autoridade geral da garantia, por sua vez, são representadas por **condições de exceção ou refutação**: condições excepcionais que invalidam ou refutam (total ou parcialmente) a garantia em jogo. As refutações têm como propósito abalar a alegação, seja questionando a pertinência da garantia, a veracidade dos dados ou, ainda, a consistência do apoio.

O apoio supramencionado, por fim, é o último elemento introduzido por Toulmin em seu esquema argumentativo: o **apoio** em que a garantia é baseada. Nas palavras de Gonçalves-Segundo (2016, p. 74),

podemos conceber diferentes formas de Apoio (B). [...] Contudo, a principal forma de Apoio (B) invocada na argumentação é o nosso próprio conhecimento partilhado de mundo, aprendido durante nossa integração a diversos grupos sociais e instituições. Segundo Toulmin, Rieke e Janik (1984, p.

6 A 2ª parte deste capítulo traz inúmeros exemplos de garantias implícitas.

119), “o senso comum – a experiência filtrada e digerida das pessoas sensatas e reflexivas – subjaz aos métodos de argumentação que emprestam convicção aos ouvintes de qualquer *background*, atuando como Apoio final”.

Vê-se que o apoio da garantia guarda uma característica peculiar com relação às demais categorias: por depender de campos como a biologia (classificação taxionômica), a matemática (resultados estatísticos), o direito (estatutos vigentes em determinada região), entre outros (incluindo o senso comum), tem-se que o apoio necessário para o estabelecimento das garantias é *campo-dependente*. Em outras palavras, o referido apoio varia de acordo com o contexto no qual a argumentação ocorre.

A partir das explicações precedentes, pode-se, enfim, sintetizar os conceitos cunhados por Toulmin, introduzindo, igualmente, as letras que o denotam:⁷ há, em qualquer argumentação, uma tese que se pretende justificar e os fatos que fundamentam tal tese. Esta é chamada de alegação (e denotada por **C**) enquanto os fatos usados para o estabelecimento desta são denominados de dados (e simbolizados por **D**). As regras ou princípios de inferência que legitimam a passagem dos dados à alegação, ou seja, as afirmações hipotéticas que autorizam a inferência (justificando-a) são denominadas garantias (e denotadas por **W**). Tais garantias, por sua vez, podem precisar de um aval que as suporte. São chamados de apoios os avais das garantias (e denotados por **B**). Além disso, como há diferentes tipos de garantias e, portanto, distintos graus de força atribuídos às alegações, deve-se introduzir no *layout* de argumentos os chamados qualificadores modais (simbolizados por **Q**), os quais indicam a necessidade ou a probabilidade da conclusão. Por fim, introduzem-se as condições de exceção ou refutação (**R**), necessárias para os casos específicos em que a regra não se aplica.

As categorias ou os elementos constitutivos dos argumentos são assim representados por Toulmin em um esquema reproduzido a seguir.

7 A fim de manter a simbologia original, serão consideradas as letras correspondentes aos termos na Língua Inglesa: **C**, claim; **D**, data; **W**, warrant; **Q**, qualifier; **R**, rebuttal; **B**, backing. Para uma interpretação dos termos a partir dos seus significados em inglês, sugere-se conferir Plantin, 2008b, p. 25-28.

Figura 1 - O padrão de argumento segundo Toulmin

Fonte: TOULMIN (2001 [1958], p. 150).

Na seção subsequente, o modelo de Toulmin será exemplificado, assim como será proposta uma análise argumentativa com base no esquema em questão.

2. Análises ilustrativas da perspectiva argumentativa de Toulmin

“Os livros são como filhos. Saem de casa e fazem novos amigos, mas quase nunca telefonam para os pais, nem mesmo a cobrar. É só por acaso que descobrimos como vai a vida deles.”

(TOULMIN, 2001 [1958], p. IX)

A epígrafe dessa 2ª parte do capítulo traz as palavras com as quais Toulmin começa o Prefácio, escrito em 2002, à terceira edição de sua obra. Segundo o autor, desse modo também foi a relação que estabeleceu com o livro *Os usos do argumento*:

Quando o escrevi, meu objetivo era rigorosamente filosófico: criticar o pressuposto, adotado pela maioria dos filósofos anglo-americanos, de que qualquer argumento significativo pode ser vazado em termos formais. [...]

Eu não tinha, de maneira alguma, a intenção de apresentar uma teoria da retórica ou da argumentação: minha preocupação era a epistemologia contemporânea, não a lógica informal. E menos ainda tinha em mente um modelo analítico semelhante ao que, entre os estudiosos da Comunicação, veio a ser chamado de ‘modelo Toulmin’. [...]

Não obstante, [...] seria rabugice de minha parte renegar a noção de “modelo Toulmin”, que foi um dos subprodutos imprevistos de *Os usos do argumento*, garantiu a impressão de novas tiragens do livro desde que ele foi lançado, em 1958, e justifica a nova edição para a qual este Prefácio está sendo escrito, mais de 40 anos depois (TOULMIN, 2001 [1958], p. IX-XI).

Como atestado pelo próprio autor na passagem supramencionada, se por um lado o objetivo central de Toulmin ao escrever a obra que o consagrou era o de criticar a avaliação de argumentos realizada pelo viés exclusivamente analítico (e, portanto, inseria-se no escopo da epistemologia),⁸ de outro, era notório que seu “filho” teve imensa repercussão por razão distinta desta: ao ser adotado pelos estudiosos da Comunicação, o livro foi amplamente divulgado – principalmente nos EUA – não por interesses filosóficos, mas pela elegância do esquema argumentativo proposto, o qual podia ser aplicado em inúmeras situações comunicacionais e áreas do conhecimento. Como atesta o teórico holandês (e “pai” da pragma-dialética) Frans Van Eemeren na nota à edição supra referida,

8 Toulmin separa sua obra *Os usos do argumento* (2006) em ensaios, sendo os dois primeiros, preparatórios para o terceiro (“O layout de argumentos”), no qual apresenta os resultados centrais de sua pesquisa: a proposta de como avaliar logicamente e de forma imparcial os argumentos – tornando nítidas as funções das proposições invocadas nas discussões, bem como a importância dos tipos distintos de críticas comumente dirigidas aos argumentos. A análise empregada por Toulmin distingue conceitos e divisões usuais aos lógicos. Como exemplo, tem-se a clássica divisão dos argumentos em dedutivos e indutivos, a qual, na investigação do autor, assume ao menos quatro possibilidades: argumentos que são e os que não são formalmente válidos; argumentos que utilizam garantias e aqueles que estabelecem garantias; argumentos que possuem conclusões necessárias e aqueles que têm conclusões prováveis; argumentos analíticos e substanciais. Dado o objetivo do livro *Introdução à análise da argumentação*, este capítulo sobre Toulmin priorizará as categorias e o esquema criados pelo autor para analisar argumentos. Sobre a crítica toulminiana ao padrão analítico-dedutivo, sugere-se a leitura do artigo de mesmo nome da autora (VELASCO, 2009).

Os usos do argumento têm sido, desde há quarenta anos, uma constante fonte de inspiração e de discussão para os estudiosos da argumentação, seja qual for o campo disciplinar a que pertençam. Não só as concepções de Toulmin a respeito da campo-dependência dos critérios de validade, mas também o seu modelo dos “argumentos padronizados”, com sua descrição dos movimentos funcionais do processo de argumentação, fez deste livro um clássico moderno dos estudos do argumento (Van EEMEREN, 2006, p. VIII).

Deste modo, tem-se que grande parte do interesse pela obra de Toulmin concentra-se no modelo argumentativo criado pelo autor, passível de uso para a análise de argumentos nos mais diferentes campos de conhecimento. No Brasil, o *layout* em questão é amplamente usado em estudos de áreas como: Linguística,⁹ Educação Matemática,¹⁰ Ensino de Ciências¹¹ e Formação de Professores¹² – frisando-se o potencial pedagógico do modelo em questão.

A fim de exemplificar, como previamente anunciado, o Modelo de Argumentação de Toulmin (MAT¹³) a partir das categorias descritas na primeira parte deste capítulo, pode-se fazer uso de alguns dos estudos supracitados, os quais serão mencionados na sequência.

2.1 Exemplos de aplicação do MAT na literatura acadêmica

O primeiro exemplo selecionado é extraído do texto “A argumentação em questões de química: uma contribuição à autorregulação das aprendizagens”, de Berta Lucila Henão, no qual a autora procura mostrar o potencial pedagógico do Modelo de Argumentação de Toulmin para educadores e, mais diretamente, para aqueles e aquelas que ministram aulas de química na

9 Cf. Gonçalves-Segundo, 2016 e 2020.

10 Cf. Nunes; Almouloud, 2013.

11 Cf. Capecchi e Carvalho (2004); Carmo e Carvalho (2012); Nascimento e Vieira, (2009); Orofino e Trivelato (2015); Sasseron e Carvalho (2011a, 2011b); Vieira e Nascimento (2007); Villani e Nascimento (2003).

12 Cf. Braga, Martins e Conrado (2019); Henao (2009); Sá e Kasseboehmer (2014); Teixeira et al. (2010); Vieira e Nascimento (2009).

13 Em língua portuguesa, é comum encontrarmos tanto a supracitada abreviação MAT quanto aquela oriunda da nomenclatura em língua inglesa, TAP: *Toulmin's Argument Pattern*.

Educação Básica. A partir das atividades realizadas no âmbito do Seminário de Lógica de Ciências (Facultad de Educación/Universidad de Antioquia), ocorrido na Colômbia, em 2007, Henao esquematiza o argumento de uma das participantes, no qual se procurava discutir “se, do ponto de vista da química, a água da torneira ou registro é uma mistura ou substância pura” (HENAO, 2011, p. 91). Segue o MAT em questão.

Figura 2 – MAT -1



Fonte: Henao, 2011, p. 91.

Constata-se, no exemplo dado, que se justifica a *alegação* de que “a água da torneira é uma mistura” a partir do *dado* obtido da prova de cloreto em uma amostra de água, a qual teve como resultado “os seguintes solutos em diferentes concentrações: Ca^{+2} (75mg/L), Cl^{-1} (20mg/L), Mg^{+2} (30mg/L), SO_4^{-2} (200m)”. Uma vez que há a *garantia*, apoiada na teoria química sobre soluções, de que se as soluções têm o mesmo estado que um dos componentes puros, as soluções são ditas misturas – justificando-se a alegação pretendida. Salvo, porém, se a condição de refutação se verificar; no caso, se a amostra usada como dado tiver sido recolhida de uma fonte natural (e não da torneira).

Um segundo exemplo ora compartilhado também foi construído no âmbito de um curso de formação; todavia, a temática, neste caso, diz respeito ao ensino de física. No capítulo “A argumentação em sala de aula de física: limites e possibilidades de aplicação do padrão de Toulmin”, Silvania do Nascimento e Rodrigo Vieira (2009) contrapõem dois argumentos

(figuras 3 e 4) em que, a partir da consideração de garantias e condições de refutação diferentes, o mesmo dado justifica distintas alegações.

Os argumentos foram sistematizados a partir de uma aula de formação de professores e professoras de física, na qual o formador apresenta o problema do lançamento vertical para cima de um corpo e um licenciando questiona: há diferença entre quando a velocidade é zero e quando um corpo para? O que é parar? As figuras 3 e 4 representam dois argumentos sobre o mesmo tema, argumentos que se distinguem pela garantia adotada: no primeiro (figura 3), o sentido do parar significa ter um instante com velocidade nula; no segundo (figura 4), o sentido do parar significa permanecer um tempo parado. Usando conceitos distintos para responder à pergunta “O que é parar?”, os argumentos em questão justificam alegações igualmente distintas: em um caso, “a bola para no ponto mais alto da trajetória”; no outro, “a bola não para no ponto mais alto da trajetória”,¹⁴ como se vê nas próximas figuras.

Figura 3 – MAT - 2



Figura 4 – MAT - 3

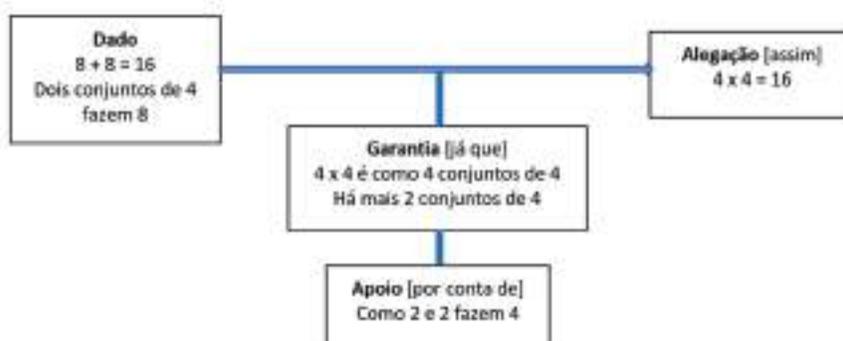


Fonte: Nascimento e Vieira (2009, p. 30).

14 Para uma explicação mais detalhada sobre o assunto e os exemplos dados, conferir Nascimento e Vieira (2009).

O terceiro e último exemplo da literatura trabalhado neste capítulo é retirado do artigo “O modelo de Toulmin e a análise da prática da argumentação em matemática”, de José Messildo Viana Nunes e Saddo Ag Almouloud (2013). O argumento em pauta é atribuído ao professor da Universidade de Frankfurt, Götz Krummheuer, pesquisador da didática da matemática com foco em escolas primárias. Trata-se de reconstituir a argumentação construída a partir “de uma atividade proposta pelo autor [Krummheuer] para alunos das séries iniciais, que ainda não apresentavam domínio da operação multiplicação. A questão consistia em determinar o produto 4×4 ” (NUNES; ALMOULOU, 2013, p. 490), como está representado a seguir.

Figura 5 – MAT - 4



Fonte: Krummheuer *apud* Nunes e Almouloud (2013, p. 491).

A figura 5 esquematiza a argumentação coletiva de Jack e Jamie, dois discentes que, juntos, a partir de proposta feita pelo professor-pesquisador, construíram o seguinte argumento:

Os alunos usaram como *dados* a soma de oito com oito e o fato de dois conjuntos de quatro formarem oito, para *justificarem* a passagem desses dados à conclusão, que deu dezesseis. Os dois discentes utilizaram como *garantia* a afirmação que o agrupamento de dois conjuntos de dois forma quatro e o agrupamento de quatro conjuntos de quatro formaria então dezesseis. O gesto feito pelo aluno compôs

o processo argumentativo e fez parte da fundamentação da garantia, expressa pelo *apoio* que dois mais dois seriam quatro (NUNES; ALMOULOU, 2013, p. 491).

Uma vez exemplificado o modelo de Toulmin para avaliação de argumentos com base na literatura acadêmica, propõe-se, na sequência, aplicar o *layout* em questão para a análise de argumentos extraídos de fonte distinta do formato textual. Para tanto, escolheu-se um programa de TV, a saber: *Greg News, com Gregório Duvivier*.¹⁵

2.2 Exemplo de aplicação do MAT em discursos não textuais: análise do episódio Greg News Delivery

Para a exemplificação almejada nesta subseção, será analisado, especificamente, o 4º episódio da 4ª temporada do *Greg News, com Gregório Duvivier*. O episódio supra referido foi ao ar no dia 17 de abril de 2020, na HBO Brasil, e está desde então disponível na plataforma YouTube.¹⁶ Intitulado “Delivery”, o programa apresenta a interpretação do ator, humorista, roteirista e escritor Gregório Duvivier acerca da situação dos entregadores que prestam serviço aos aplicativos (*apps*) de *delivery* (serviço de transporte e entrega).

Partindo do dado de que o segmento de *delivery* já movimenta mais de R\$17 bilhões por ano no país, Duvivier investiga as condições de trabalho dos entregadores, defendendo que, a despeito do que dizem as empresas para os quais prestam serviço, os entregadores de *delivery* são *trabalhadores* e são *explorados* por essas empresas.

A partir do excerto do vídeo que compreende os minutos 6’35 a 7’20 (mas cujo preâmbulo se inicia no minuto 5’10), podem-se extrair dois argumentos. O primeiro (figura 6), mais amplo, alega que “por conta da SARS”, Síndrome Respiratória Aguda Grave que assolou a China nos anos de 2002 e 2003, “o país teve um aumento gigantesco

15 Sobre o programa, consta na página institucional a seguinte descrição: “O humorista apresenta, de forma irreverente, a sua interpretação acerca das notícias importantes do Brasil e do mundo. Programa original da HBO Brasil”. Disponível em: <http://gregnewshbo.com.br/>. Acesso: 03 set. 2020.

16 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=v3B9w6wWNQA>. Acesso: 03 set. 2020.

de penetração de *e-commerce*” (página virtual que vende produtos e serviços pela internet). O segundo argumento (figura 7), por sua vez, é diretamente extraído do depoimento de Fernando Vilela, responsável pelo *marketing* da empresa Rappi; o argumento de Vilela visa justificar que, provavelmente, “o Coronavírus vai mudar o patamar de empresas semelhantes (de *e-commerce*) em todos os lugares do mundo”. Seguem as propostas de análise argumentativa do excerto supracitado a partir da perspectiva do *layout* de Toulmin.

Figura 6 – MAT - 5: Argumento 1



Fonte: Canal Greg News, no YouTube. Episódio: “Delivery”. Tempo: 6’35 a 7’20.

Figura 7 – MAT - 6: Argumento 2



Fonte: Canal Greg News, no YouTube. Episódio: “Delivery”. Tempo: 6’35 a 7’20.

O argumento 1 pode ser lido da seguinte maneira: com base no apoio implícito de que “o SARS se propaga por vias respiratórias” e na garantia igualmente implícita de que “pessoas na rua têm maior chance de contrair o SARS”, e dado que “durante a epidemia de SARS, na China, as pesso-

as saíram menos às ruas”, justifica-se que “por conta da SARS, a China teve um aumento gigantesco de penetração de *e-commerce*”. Nota-se, então, que tanto a garantia quanto o apoio são implícitos – corroborando a afirmação precedente de que, usualmente, as garantias são implícitas às argumentações.¹⁷

No mesmo fragmento do episódio aqui analisado, alega-se, por analogia ao que ocorreu com a empresa chinesa de *e-commerce* Alibaba, a qual mudou de patamar depois do surto de SARS na China, que, *provavelmente*, “o Coronavírus vai mudar o patamar de empresas semelhantes em todos os lugares do mundo”. Observa-se a inserção do qualificador modal “provavelmente”, o qual indica o grau de força que a garantia confere à justificação da alegação. A garantia, no caso, compreende as semelhanças entre o SARS e o COVID, a saber: ambos são transmitidos por respiração e requerem isolamento social da população. Assim, ao menos que a vacina para o COVID seja inventada rapidamente e o isolamento social seja interrompido (condição de refutação implícita ao argumento¹⁸), tem-se que, a exemplo do que ocorreu após o surto de SARS, provavelmente as empresas de *e-commerce* vão mudar de patamar depois da pandemia de COVID.

Dos minutos 11’30 a 13’, por sua vez, Duvivier aponta que as empresas de serviço de transporte e entrega detêm toda a informação sobre o salário dos entregadores: não dizem quanto pagam a estes últimos ou quanto da taxa repassam aos entregadores; ademais, o entregador não sabe quanto o cliente pagou pelo serviço. Neste novo excerto do vídeo, torna-se possível extrair o seguinte argumento, cuja garantia é implícita.

17 Este é o primeiro dos inúmeros exemplos de garantia implícita que serão propostos nas análises do presente capítulo.

18 As demais categorias do *layout* de Toulmin, como a condição de refutação em questão, podem também figurar de modo implícito na argumentação.

Figura 8 – MAT - 7: Argumento 3



Fonte: Canal Greg News, no YouTube. Episódio: “Delivery”. Tempo: 11’30 a 13’.

Uma vez que se sabe que “aquilo que é exigido para o trabalho deve ser adquirido” (caso contrário, inviabiliza-se o trabalho em questão) e *dado* que “moto, bicicleta, máquina de cartão, mochila, jaqueta não são providenciados pelas empresas, ficando a cargo do entregador adquirir estes bens”, *alega*-se que os “entregadores já começam seu trabalho junto às empresas de *delivery* endividados”.

Na sequência do episódio analisado, Duvivier faz um preâmbulo apontando que 3,8 milhões de brasileiros têm nos aplicativos (*apps*) sua principal fonte de renda, sendo difícil para quem não tem cadastro em empresas de *delivery*, trabalhar neste ramo. Dos minutos 15’20 até 16’55, o humorista procura justificar a razão de o entregador hoje trabalhar o dobro do que trabalhava anos atrás, mas receber menos da metade do salário que recebia. Eis, na figura seguinte, a proposta de análise da passagem em questão a partir do modelo toulminiano.

Figura 9 – MAT - 8: Argumento 4

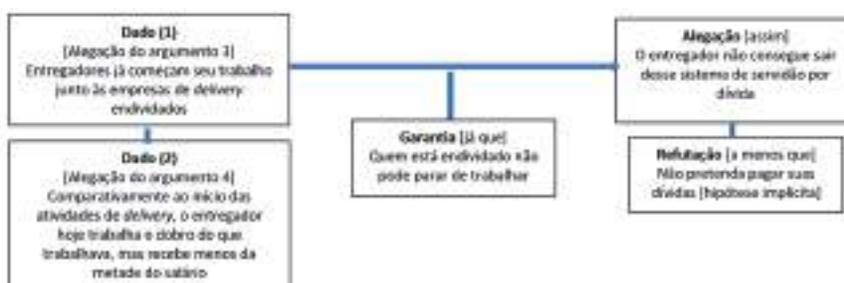


Fonte: Canal Greg News, no YouTube. Episódio: “Delivery”. Tempo: 15’20 a 16’55.

Na passagem analisada, o argumento construído por Duvivier tem como *apoio* a chamada lei da oferta e da procura, apelidada pelo humorista de *princípio do capitalismo de desastre*. Este apoia a seguinte *garantia*: “quanto mais cresce o desemprego, maior o número de brasileiros que buscam renda em empregos informais, como os oferecidos pelos *apps*; quanto mais trabalhadores interessados, mais as empresas diminuem as condições oferecidas”. Dado que isto ocorre, e sabendo-se que “com a demanda crescente por trabalho, as empresas retiraram quaisquer condições mais favoráveis aos entregadores”, tem-se que “comparativamente ao início das atividades de *delivery*, o entregador hoje trabalha o dobro do que trabalhava, mas recebe menos da metade do salário”. Ademais, por se basear na análise comparativa de dados, pode-se acrescentar o (implícito) qualificador modal “certamente” à alegação obtida.

A questão que a leitora e o leitor poderiam, eventualmente, fazer, seria: por que os entregadores se submetem a essa rotina tão difícil? Na passagem do episódio que compreende os minutos 17’20 até 18’, Duvivier busca justificar a situação diagnosticada por ele. Para tanto, toma como dados alegações que já tinham sido feitas em passagens anteriores. Mais especificamente, considerará (no aqui intitulado argumento 5) as alegações dos argumentos 3 e 4, como pode ser observado no próximo esquema argumentativo.

Figura 10 – MAT - 9: Argumento 5



Fonte: Canal Greg News, no YouTube. Episódio: “Delivery”. Tempo: 17’20 a 18’.

Na proposta de *layout* ilustrada na figura 10, os dados correspondem às alegações justificadas anteriormente: “Entregadores já começam seu tra-

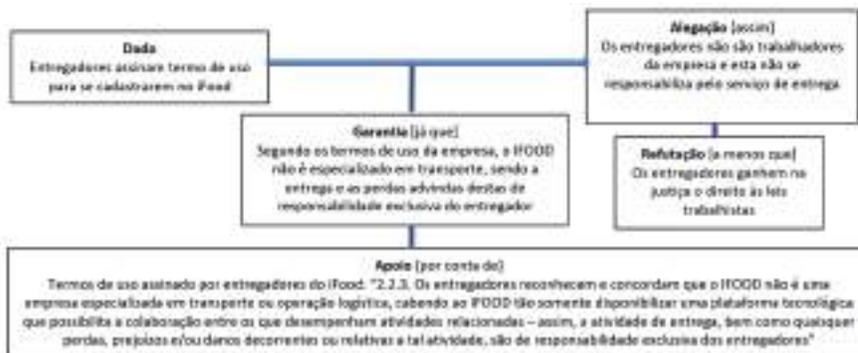
balho junto às empresas de *delivery* endividados” (Alegação do Argumento 3; Dado 1 do argumento 5) e “comparativamente ao início das atividades de *delivery*, o entregador hoje trabalha o dobro do que trabalhava, mas recebe menos da metade do salário” (Alegação do Argumento 4; Dado 2 do argumento 5). Visto que “quem está endividado não pode parar de trabalhar” (garantia), a menos que “não pretenda pagar suas dívidas” (condição de refutação implícita ao argumento), alega-se que “o entregador não consegue sair desse sistema de servidão por dívida”. Não se trata, portanto, de querer ou não querer se submeter à rotina instaurada: o modelo de serviço de entrega, aliado ao “Princípio do Capitalismo de Desastre”, não só insere o trabalhador neste sistema de servidão por dívida como, igualmente, impede este mesmo trabalhador de sair do sistema.

A presença como dado, no argumento 5, das alegações justificadas nos argumentos 3 e 4 são um exemplo de como os argumentos passíveis de estruturação a partir da perspectiva toulminiana podem compor o discurso argumentativo: à medida que se visualiza o encadeamento entre diferentes modelos argumentativos de Toulmin (no caso estudado, os modelos 3, 4 e 5), percebe-se – como defende Gonçalves-Segundo – que “o *layout* não seria um instrumento aplicável apenas à descrição da argumentação como produto; ele também permitiria descrever aspectos fundamentais da argumentação como processo” (2020, p. 237).¹⁹

As condições de trabalho dos entregadores e outros aspectos desse ofício são exploradas por Duvivier a partir do exemplo da empresa iFood. A passagem compreendida dos minutos 20’30 até 25’16, contudo, não traz apenas a crítica do humorista à empresa, mas procura, em alguma medida, explicitar também o argumento subjacente ao pensamento da própria empresa criticada. Deste modo, seguem duas novas propostas de análise argumentativa a partir da lógica dos usos dos argumentos: a primeira (argumento 6) referente à alegação da empresa iFood; a segunda (argumento 7), à alegação do crítico Duvivier.

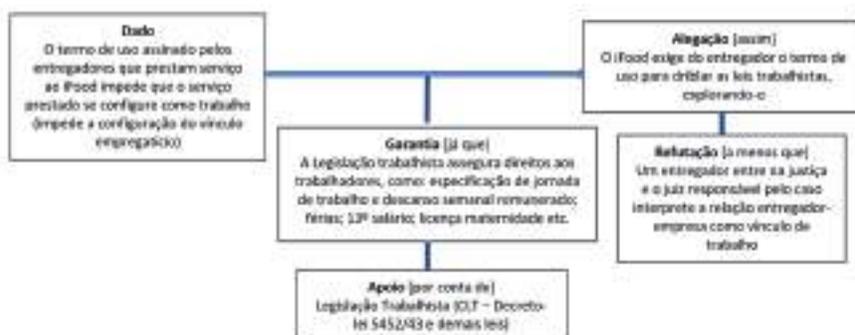
19 A possibilidade de interpretação da argumentação como *processo* a partir de Toulmin não é consensual entre seus estudiosos, como será problematizada nas considerações finais deste capítulo.

Figura 11 – MAT - 10: Argumento 6



Fonte: Canal Greg News, no YouTube. Episódio: “Delivery”. Tempo: 20’30 a 25’16.

Figura 12 – MAT - 11: Argumento 7



Fonte: Canal Greg News, no YouTube. Episódio: “Delivery”. Tempo: 20’30 a 25’16.

Um primeiro aspecto a ser considerado diz respeito aos apoios (das garantias) dos argumentos 6 e 7: enquanto o primeiro compreende a cláusula 2.2.3 do termo de uso assinado por entregadores do iFood, o segundo consiste na CLT e demais leis que compõem a legislação trabalhista. No argumento que expressa o pensamento da empresa iFood, o termo de uso apoia a garantia que “o iFOOD não é especializado em transporte, sendo a entrega e as perdas advindas destas de responsabilidade exclusiva do entregador”. Visto que se considera o dado de que os “entregadores assinam o termo de uso para se cadastrarem no iFood”, a empresa alega que “os entregadores não são trabalhadores da empresa e esta não se responsabiliza pelo serviço de entrega”. A menos que a condição de refutação se verifique: que “os entregadores ganhem na justiça o direito às leis trabalhistas”.

Paralelamente, no argumento que expressa a crítica à postura da empresa iFood, as leis trabalhistas apoiam a garantia de que a legislação em voga assegura direitos aos trabalhadores. Considerando-se como dado o fato de que “o termo de uso assinado pelos entregadores que prestam serviço ao iFood impede que o serviço prestado se configure como trabalho”, o programa Greg News alega que a empresa “iFood exige do entregador o termo de uso para driblar as leis trabalhistas, explorando-o”. A condição de refutação, neste argumento, é a mesma do anterior: uma eventual decisão judicial favorável ao entregador desfará a situação de exploração (e o argumento 6 atestará o vínculo empregatício dos entregadores, responsabilizando a empresa pelos serviços prestados).

Na sequência do episódio, mais especificamente na passagem dos minutos 25’16 até 29’, Duvivier explora a situação (de exploração) dos entregadores na pandemia do Coronavírus, a qual, segundo o humorista, foi agravada e evidenciada em 2020.

Figura 13 – MAT - 12: Argumento 8



Fonte: Canal Greg News, no YouTube. Episódio: “Delivery”. Tempo: 25’16 a 29’.

O argumento 8, expresso no esquema ilustrado pela figura 13, é bastante simples: tem-se como dado que “o iFood criou um fundo de R\$50 milhões para restaurantes e um Fundo Solidário e Proteção aos entregadores contaminados pelo Coronavírus no valor de R\$1 milhão”; na medida em que usualmente se financia aquilo que se considera prioritário, alega-se que “o iFood preocupa-se mais com restaurantes do que com entregadores”. Acrescenta-se, ainda, o qualificador modal: como o valor dado aos restaurantes é cinquenta vezes maior do que aquele destinado aos entregadores, infere-se que a preocupação-cerne exposta na alegação é cinquenta vezes maior também. As cenas finais do episódio “Delivery” (do minuto 30’45

ao 33’) correspondem à mensagem final do apresentador. Nesta última, Duvivier ironiza duas falas de representantes de empresas de entrega: a primeira, de Fernando Vilela (Rappi), que afirma que “o Coronavírus vai mudar o patamar de empresas de *e-commerce* em todos os lugares do mundo” (cf. Argumento 2²⁰); a segunda, de Felipe Fioravante (iFood), consiste na “máxima” segundo a qual a parte mais importante do sucesso em plataformas digitais é o contato.²¹ Em seu argumento derradeiro, o apresentador usa a máxima supramencionada como uma das categorias do MAT e abusa do trocadilho na alegação final.

O argumento 9, último argumento trabalhado neste capítulo, será proposto como exercício na 3ª parte do presente texto; o esboço de estrutura argumentativa, por sua vez, constará da 4ª parte, momento em que será delineada uma resposta possível para o referido exercício.

3. Proposta de exercício analítico

Na subseção precedente, foram propostas 8 estruturas argumentativas como análise – sob a perspectiva de Toulmin – do episódio “Delivery” da 4ª temporada do *Greg News, com Gregório Duvivier*. Propõe-se, nesta terceira parte do capítulo, que a leitora e o leitor façam um exercício análogo de análise argumentativa: qual o Modelo de Argumentação de Toulmin (MAT) passível de ser delineado a partir do discurso final de Gregório Duvivier no episódio supramencionado (cf. 30’45 até 33’)?

Segundo Duvivier, reconhecer (ou não) o vínculo trabalhista entre as empresas de *delivery* e os entregadores varia de acordo com o advogado envolvido no caso. A fim de facilitar a visualização do excerto, segue a transcrição da passagem a ser analisada:

20 Fala reproduzida a partir do minuto 7’.

21 Fala reproduzida a partir do minuto 19’25.

“Do lado dos entregadores fica difícil conseguir bons advogados, falta tempo entre uma corrida e outra para começar um processo judicial. E também falta dinheiro e faltam contatos – que é a parte mais importante do sucesso (como vimos). Mas, para isso, existe o Greg News. O Greg News teve uma ideia de um bilhão de dólares; uma plataforma, uma facilitadora que conectará a oferta de bons advogados com a demanda por justiça: o *idvogados*. Sim, afinal a gente tem contatos. [...] O *idvogados* vai conectar entregadores aos melhores advogados trabalhistas que topem dividir os riscos do processo. [...] Enquanto houver exploração, nossos advogados estarão lá, do lado mais fraco. Essa crise vai levar os entregadores a um outro patamar: o patamar de trabalhador [...]”

Greg News “Delivery” (30’45 a 33’). Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=v3B9w6wWNQA>.
 Acesso: 05 nov. 2020

4. Delineamento de resposta do exercício

O programa *Greg News* criou, durante a pandemia do Coronavírus, uma plataforma digital intitulada *idvogados*. Trata-se de uma plataforma responsável por conectar entregadores e advogados trabalhistas. Tomando a plataforma recém-criada como dado e como garantia a máxima segundo a qual “a parte mais importante do sucesso em plataformas digitais é o contato”,²² Duvivier alega que a crise do Coronavírus vai levar os entregadores a outro patamar, a saber, ao patamar de trabalhadores. A pretensão de Duvivier, contudo, apenas não se verificará se a plataforma por ele criada for derrubada pelos advogados das empresas de *delivery* – condição de refutação implícita ao discurso do apresentador, mas explicitada e inserida no esquema argumentativo que fecha a proposta de análise do 4º episódio da 4ª temporada do Greg News, com Gregório Duvivier.

Eis, pois, a proposta de resolução para o exercício enunciado na 3ª parte do presente capítulo.

22 Como anteriormente posto, a máxima diz respeito à fala de Felipe Fioravante, do iFood, reproduzida a partir do minuto 19’25 do episódio.

Figura 14. MAT - 13: Argumento 9



Fonte: Canal Greg News, no YouTube. Episódio: “Delivery”. Tempo: 30’45 a 33’.

Considerações finais

A despeito das pretensões de Toulmin ao escrever *Os usos do argumento* (2001 [1958]) – ancoradas na crítica à perspectiva formal de argumentação predominante na Filosofia anglo-americana – o modelo criado pelo autor e classificado por este como “um dos subprodutos imprevistos” (TOULMIN, 2001 [1958], p. XI) de sua obra pode ser considerado uma valiosa contribuição aos estudos posteriores de lógica informal e de teorias da argumentação. Além do desdobramento já mencionado, a saber, a obra conjunta escrita com Rieki e Janik (1984), a proposta de Toulmin foi amplamente estudada, discutida e criticada.

Não obstante o propósito deste capítulo seja o de oferecer pistas de acesso ao modelo toulminiano de argumento, apresentando sua rede conceitual elementar e possíveis exemplos de análise argumentativa a partir da aplicação da lógica do uso dos argumentos, cabe, à guisa de conclusão, apontar alguns breves aspectos relacionados às críticas e aos desdobramentos supracitados – indicando referências às leitoras e aos leitores interessados.

Segundo Grácio (2010, p. 186), o padrão argumentativo de Toulmin tem “duas virtudes inegáveis: em primeiro lugar mostra que a argumentação não é desprovida de forma lógica; em segundo lugar mostra que a forma lógica não basta na avaliação dos argumentos: esta depende do contexto sociológico, ou campo, em que estes desenvolvem os seus conteúdos”.

Sobre a primeira virtude supramencionada, o modelo toulminiano permite a leitura do discurso como argumentação, reconhecendo neste o

encadeamento entre dados, garantias e alegações. Como visto, Toulmin expande o construto elementar do argumento lógico, baseado em premissa e conclusão, buscando integrar cada situação comunicacional em que ocorre a argumentação. Além disto, embora o autor compreenda o raciocínio argumentativo como um processo de justificação (e não de inferência²³), no modelo proposto a argumentação permanece centrada no raciocínio (e as teses são definidas em termos de alegações) e, portanto, “o padrão aplica-se facilmente quando nos focamos no plano micro do encadeamento das asserções mas revela-se de mais difícil aplicação quando queremos perspectivar a coerência da argumentação no plano macro da significação” (GRÁCIO, 2010, p. 187).

Em áreas como a de Ciências, em que as garantias e os passos argumentativos são bem delimitados, a aplicação do modelo toulminiano é vastamente verificada.²⁴ Em outros contextos argumentativos, em que a argumentação é menos linear e sem etapas definidas, o MAT pode ser de difícil aplicação. Soma-se a isso a ressalva feita por Amossy (2011, p. 132):

a partir do momento em que os esquemas são reconstruídos por uma maneira que resume os enunciados concretos a proposições para colocá-los em uma sequência argumentativa abstrata, [...] [o] analista [...] é responsável por atualizar a armadura em que se sustenta a argumentação, o esqueleto escondido sob a carne das palavras.

Pergunta-se, pois: até que ponto a reconstituição, pelo analista, da argumentação no esquema toulminiano, resguarda os significados e as intenções daquelas e daqueles que originalmente argumentaram?

Acerca da segunda virtude do MAT atribuída por Grácio (2010), tem-se que a despeito de a argumentação possuir uma forma lógica, sendo estruturada por elementos que são campo-invariáveis, os dados – e, principalmente, as garantias – que compõem o padrão de Toulmin não são

23 Este aspecto, todavia, é passível de crítica: até que ponto não se pode considerar, como Grácio (2010), que no modelo de Toulmin, embora possa ser realizada uma leitura retrospectiva, o raciocínio permanece procedendo de modo inferencial?

24 Cf. textos indicados nas notas 10, 11 e 12 do presente capítulo.

aceitos como axiomas; antes, são (e devem ser) postos diante do Tribunal da Razão para resistirem à crítica. Em outras palavras, “são susceptíveis de desafio do ponto de vista substantivo” (GRÁCIO, 2010, p. 188). Segundo alguns críticos de Toulmin, a necessidade de aceitação das garantias para a subsequente possível aceitação do argumento estruturado restringe o uso do MAT nos casos em que há maneiras distintas de perspectivar o tema em voga:

[...] nem sempre as argumentações se têm de resolver em termos de conhecimento, podendo remeter antes para os compromissos dos argumentadores enquanto pessoas e às opções de risco que definem a sua prática. Assim, por exemplo, alguém que não tenha uma visão salvífica do conhecimento científico pode considerar inapropriados apelos à autoridade dos profissionais. Pode preferir guiar-se pelos padrões menos complexos do senso comum ou por padrões de pendor religioso, por exemplo. [...] Na realidade, e no seu sentido mais forte, argumentamos sobre o que precisamos de saber para nos orientarmos perante nós mesmos e com os outros e relativamente àquilo que nenhum conhecimento ou pessoa pode, verdadeiramente, decidir por nós (GRÁCIO, 2010, p. 190).

O que está em jogo é o fato de o padrão argumentativo toulminiano requerer o estabelecimento de critérios para discernir se as garantias podem/devem ou não ser aceitas. Há, destarte, a necessidade de discussão dos próprios critérios críticos de avaliação. Esta dimensão da proposta de Toulmin tem como desdobramento a inclusão de uma teoria das falácias. Na suprarreferida obra conjunta escrita com Rieki e Janik (1984), o autor e seus colaboradores agrupam cinco tipos principais de falácias, a saber, aquelas que resultam: da falta de razões; de razões consideradas irrelevantes; de razões falhas; de alegações desprovidas de garantia; de argumentos que contêm ambiguidades. Assim sendo, seja por problemas com as razões, com as garantias ou, ainda, com a presença de ambiguidades, os argumentos são considerados, por Toulmin, Rieki e Janik (1984, 129-197), como falaciosos.

O termo falácia para designar os argumentos que apresentam uma das cinco deficiências acima indicadas é criticado por diversos estudiosos das Ciências da Linguagem. Para estes, posto que a argumentação “não é o emprego de um raciocínio que se basta por si só, mas uma troca atual ou virtual – entre dois ou mais parceiros que pretendem influenciar um ao outro” (AMOSSY, 2011, p. 133), as chamadas falácias não são argumentos falhos, mas estratégias argumentativas empregadas em discursos políticos, publicitários, educativos etc. e, como tais, cumprem uma função.

A perspectiva da argumentação como troca entre parceiros embasa a última problemática acerca da interpretação da proposta toulminiana aventada no presente texto: em que medida o modelo argumentativo de Toulmin permite apenas a descrição da argumentação entendida como produto e não como processo? Seria possível a aplicação do MAT não apenas para a compreensão da estrutura interna de um argumento, mas, igualmente, para a interpretação de interações argumentativas? Estudiosas e estudiosos divergem a este respeito. Todavia, como dito no início destas considerações finais, não cabe no escopo deste capítulo explorar os desdobramentos e as críticas ao padrão analítico toulminiano. Para tanto, sugere-se a leitura da seção 1.2 “Críticas, ressalvas e méritos em relação ao modelo”, de Gonçalves-Segundo (2016, p. 76-79), assim como as seções 2.6 “A inovação e as limitações do padrão toulminiano” e 2.7 “Interrogações sobre o modelo de Toulmin”, de Grácio (2010, p. 186-189 e p. 189-196). Nestes textos, constam também valiosas indicações de referências sobre o tema.

Condizente com seu propósito, o capítulo “O modelo argumentativo de Toulmin: sobre uma proposta de aplicação da lógica dos usos do argumento” finaliza assinalando que, a despeito de suas limitações, o esquema argumentativo cunhado por Toulmin pode ser de grande valia como instrumental metodológico para a análise de discursos argumentativos de natureza variada – discursos como aquele que constitui o episódio “Delivery” do programa *Greg News*, com *Gregório Duvivier*, objeto de investigação do texto que ora se encerra.

O propósito do capítulo **O modelo argumentativo de Toulmin: sobre uma proposta de aplicação da lógica dos usos do argumento**, escrito por Patrícia Del Nero Velasco, é o de oferecer pistas de acesso ao modelo toulminiano e seu *layout* de argumentos, conforme Stephen Toulmin (1958), apresentando sua rede conceitual elementar e possíveis exemplos de análise argumentativa a partir da aplicação da sua tão idiossincrásica obra. Apesar de não ser sua intenção inicial, o teórico vira de ponta-cabeça o mundo da lógica, pondo em xeque a avaliação de argumentos pelo viés mecanicamente analítico. A autora deste capítulo relembra que, para o autor, o raciocínio argumentativo não compreende um processo de inferência, mas sim, um processo de justificação baseado na seguinte pergunta: dada uma determinada tese (asserção, alegação), como se pode justificá-la (prová-la)? Passando pelos elementos que compõem seu modelo (Dado, Garantia, Alegação, Qualificador, Refutação, Apoio), neste capítulo discutem-se os conceitos de “campo” e seus desdobramentos, correspondentes aos tipos lógicos dos argumentos. O *layout* de Toulmin é, aqui, cuidadosamente ilustrado em três situações pedagógicas, em situação de sala de aula. Em seguida, a autora propõe a análise de oito estruturas argumentativas – sempre sob a perspectiva de Toulmin – do episódio “Delivery” da 4ª temporada do Greg News, com Gregório Duvivier. Ali o leitor encontrará laboriosa aplicação dos preceitos teóricos da perspectiva teórica representada. Por fim, e atendendo à proposta dessa coletânea, a autora deixa por conta do leitor a esquematização de um argumento, apresentando chave de resposta ao final. Este capítulo mostramos, ao final (e afinal) que o esquema argumentativo cunhado por Toulmin pode ser de grande valia como instrumental metodológico para a análise de discursos argumentativos de natureza variada.

ARMAS DE FOGO, CARROS E LIQUIDIFICADORES: UM ESTUDO DA ARGUMENTAÇÃO POR ANALOGIA SOBRE A FACILITAÇÃO DA POSSE DE ARMAS DE FOGO NO BRASIL

Filipe Mantovani Ferreira

Introdução

Armas de fogo implicam tanto risco à vida quanto um carro. Armas de fogo são tão perigosas quanto liquidificadores. Essas foram duas analogias, que, enunciadas após a vitória de Bolsonaro nas urnas por pessoas públicas próximas ao presidente, receberam significativa atenção da imprensa, tendo sido noticiadas pelos principais veículos de comunicação do país.

A facilitação da posse de armas no Brasil constituiu-se como uma das promessas da campanha que levou Jair Bolsonaro à vitória na corrida presidencial de 2018. Durante as eleições e mesmo depois da vitória de Bolsonaro, foram recorrentes os pronunciamentos de membros da equipe e da base de governo a respeito dessa temática. Entre esses pronunciamentos, destacaram-se os de Augusto Heleno e Onyx Lorenzoni, em virtude da repercussão que tiveram na imprensa.

Em 30/12/2018, às vésperas da posse de Bolsonaro, Heleno, que viria a chefiar o Gabinete de Segurança Institucional, comparou a posse de uma arma de fogo à de um carro, conforme noticiaram veículos de imprensa de grande circulação:

- Futuro ministro, general Heleno compara posse de arma à posse de carro (*Folha de S. Paulo*)¹
- General Heleno compara armas a carros ao defender liberação (*Estado de S. Paulo*)²
- Futuro ministro de Bolsonaro compara posse de arma à posse de um carro (G1)³

No dia 15 de janeiro de 2019, já empossado presidente, Jair Bolsonaro assinou o decreto no. 9.785,⁴ que, modificando o decreto 5123, de 1º de julho de 2004, dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição. Em termos práticos, o decreto visava tornar mais fácil a posse de armas no Brasil. Dois dias após a assinatura do decreto, Onyx Lorenzoni, então Ministro-Chefe da Casa Civil, equiparou o risco de uma criança se acidentar com uma arma de fogo mantida em casa ao de ela se machucar com um liquidificador. A analogia construída por Lorenzoni foi amplamente noticiada pela imprensa, tendo gerado manchetes como as que seguem:

- Arma em casa é risco para criança tanto quanto liquidificador, compara Onyx (G1)⁴
- Onyx compara risco de arma em casa a liquidificador (*Estado de S. Paulo*)⁵
- Onyx equipara arma a liquidificador ao falar de risco para crianças (*O Globo*)⁶
- Ministro compara risco de armas para crianças ao de liquidificadores (*Folha de S. Paulo*)⁷

1 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/12/futuro-ministro-general-heleno-compara-posse-de-arma-a-posse-de-carro.shtml>. Acesso em: 29 out. 2020.

2 Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,general-heleno-compara-armas-a-carros-ao-defender-liberacao,70002662074>. Acesso em: 29 out. 2020.

3 Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/12/30/futuro-ministro-compara-posse-de-arma-a-posse-de-um-carro.ghtml>. Acesso em: 29 out. 2020.

4 O decreto 9.785/2019 foi posteriormente revogado pelo decreto 9.844/2019.

5 Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/15/arma-em-casa-e-risco-para-crianca-tanto-quanto-liquidificador-compara-onyx.ghtml>. Acesso em: 29 out. 2020.

6 Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,onyx-compara-risco-de-arma-em-casa-a-liquidificador,70002681061>. Acesso em: 29 out. 2020.

7 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/onyx-equipara-arma-liquidificador-ao-falar-de-risco-para-criancas-23374844>. Acesso em: 29 out. 2020.

8 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/01/ministro-da-casa-civil-compara-acidentes-com-armas-a-liquidificadores.shtml>. Acesso em: 29 out. 2020.

A criação de analogias é reconhecida como um procedimento bastante complexo, com significativo potencial argumentativo, podendo colaborar para que o mundo seja concebido de maneiras diversas, tendo em vista os objetivos dos oradores (PLANTIN, 2008b). Importa observar, no entanto, que os argumentos por analogia, em razão de suas características, abrem brechas para a refutação das teses que elas apresentam ao assentimento do auditório (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996 [1958]). Com efeito, não faltaram internautas que, fazendo uso das redes sociais e das ferramentas de comentários dos portais de notícias, procuraram refutar os pontos de vista defendidos por Augusto Heleno e Onyx Lorenzoni.

Tendo isso em vista, são objetivos deste trabalho (1) analisar, à luz da nova retórica, os argumentos por analogia utilizados por Heleno e Lorenzoni para defender a facilitação da posse de armas; e (2) examinar de que maneira se efetivam as tentativas de refutação desses argumentos por analogia.

As análises apresentadas neste capítulo consideram as transcrições das falas dos políticos veiculadas em notícias do portal *G1*, bem como as reações dos internautas a elas publicadas por meio da ferramenta de comentários do referido portal.

São analisados aqui os pronunciamentos transcritos nas seguintes notícias e os respectivos comentários: “Futuro ministro de Bolsonaro compara posse de arma à posse de um carro”, publicada em 30/12/2018 e assinada por Alexandro Martello e Fernanda Vivas; e “Arma em casa é risco para criança tanto quanto liquidificador”, compara Onyx”, publicada em 15/01/2019 e assinado por Guilherme Mazui e Luiz Felipe Barbiéri.

Este texto está dividido em quatro seções: na primeira, apresentamos resumidamente nosso marco teórico, isto é, alguns dos conceitos centrais da nova retórica, dentre os quais, o de analogia, que constitui nossa categoria de análise; na segunda, analisamos os argumentos por analogia empregados por Augusto Heleno e Onyx Lorenzoni, bem como as tentativas de refutação empreendidas pelos leitores das notícias; na terceira, apresentamos uma proposta de exercício de análise de texto, a fim de dar ao leitor uma

oportunidade de aplicação do marco teórico apresentado a um texto; na quarta, delineamos a resposta ao exercício proposto.

1. A nova retórica e a argumentação por analogia

1.1 A nova retórica, seus horizontes filosóficos e alguns conceitos-chave

A palavra *retórica* assumiu significados bastante diversos, que variaram ao sabor das profundas modificações por que passou o mundo em que vivemos ao longo da história. Também a relevância da retórica variou significativamente ao longo do tempo, conforme nos ensina Barthes (2002): na Antiguidade clássica, ela consistia no importante estudo da técnica (ou seja, da “arte”, em seu sentido clássico) de falar em público de maneira persuasiva; na Idade Média, ela se encontra apequenada, frequentemente circunscrita ao estudo de ornamentos de linguagem; seu reflorescimento durante a Idade Moderna é eclipsado sobretudo pela ascensão do racionalismo; já na segunda metade do século XX, seu ressurgimento coincide com o aumento do interesse pela arte de persuadir e convencer.

Para Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, os três séculos anteriores à publicação do *Tratado da Argumentação*, ocorrida em 1958, caracterizam-se por um desinteresse acentuado pela retórica, cujo emprego filosófico caíra em desuso. É com vistas a tentar modificar esse cenário e valorizar a argumentação como objeto de reflexão e estudo que os autores elaboram o *Tratado*, uma obra que busca dar continuidade às tradições retóricas grega, latina e renascentista. A escolha do subtítulo “a nova retórica” não é fortuita, uma vez que procura marcar o vínculo entre o trabalho desenvolvido por Perelman e Olbrechts-Tyteca com a tradição clássica, ao mesmo tempo em que sugere mudanças em relação ao paradigma clássico.

A nova retórica não se afigura como mera continuidade dos tratados de retórica clássicos, uma vez que ela propõe uma importante modificação no que diz respeito a seus objetivos. Segundo os autores do *Tratado*, a nova retórica distingue-se da retórica clássica, na medida em que suas preocupações são

[...] muito mais as de um lógico desejoso de compreender o mecanismo do pensamento do que as de um mestre de eloquência cioso de formar praticantes [...]. Nosso estudo, preocupando-se mais com a estrutura da argumentação, não insistirá, portanto, na maneira pela qual se efetua a comunicação com o auditório (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996 [1958], p. 6).

O *Tratado* surge como uma oposição ao racionalismo cartesiano, por entender que este é incompatível com as noções de verossimilhança e desacordo, as quais são basilares para que ocorra a argumentação.

A noção de acordo é central para a nova retórica, uma vez que é somente a partir de um conjunto de teses aceitas que se pode argumentar. A esse respeito, dizem os autores que “[...] toda discussão pressupõe a adesão prévia a certas teses, sem o que nenhuma argumentação é possível” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996 [1958], p. 60). A relevância do acordo é enfatizada com frequência na nova retórica, segundo a qual é necessário, para que haja argumentação, que se estabeleça uma comunidade efetiva dos espíritos e que haja, antes de mais nada, acordo quanto à necessidade de se debater uma questão. Amossy (2017, p. 22) observa que o acordo tem, na nova retórica, um lugar privilegiado, na medida em que ele constitui a “pedra de toque da racionalidade”.

Assim como o acordo, o desacordo, entendido como a ausência de acordo, também é indispensável para que haja argumentação. Para a nova retórica, a argumentação corresponde a uma maneira de resolver o desacordo, que é visto como um estágio a ser superado (AMOSSY, 2017).

Descartes, em seu *Discurso do Método*, manifestava preocupação com a pesquisa da verdade e intencionava rejeitar como falso tudo aquilo em que se possa imaginar a menor dúvida. Para Descartes, as conclusões tiradas mediante o estudo dos fatos se imporiam por si sós a qualquer espírito racional. A postulação da evidência da verdade e a equiparação do desacordo a um erro tornam a teoria cartesiana incompatível com a argumentação.

É à racionalidade cartesiana que reagem os autores do *Tratado* quando, em tom provocativo, perguntam-se:

Deveríamos, então, tirar dessa evolução da lógica e dos incontestáveis progressos por ela realizados a conclusão de que a razão é totalmente incompetente nos campos que escapam ao cálculo e de que, onde nem a experiência, nem a dedução lógica podem fornecer-nos a solução de um problema, só nos resta abandonarmo-nos às forças irracionais, aos nossos instintos, à sugestão ou à violência? (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996 [1958], p. 3)

A nova retórica busca responder negativamente a essa indagação. A oposição a Descartes, frequentemente reiterada no *Tratado*, é inescapável, se levamos em conta a falta de vocação da visão cartesiana de racionalidade para dar conta daquilo que escapa à redução formal. Observe-se, entretanto, que Perelman e Olbrechts-Tyteca não abdicam da noção de racionalidade, mas a reelaboram, de modo que ela possa ser servível para compreender a complexidade da argumentação. É esse espírito que baliza a construção da teoria da argumentação advogada pela nova retórica.

A respeito da função da argumentação, postulam Perelman e Olbrechts-Tyteca:

O objetivo de toda argumentação [...] é provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam a seu assentimento: uma argumentação eficaz é a que consegue aumentar essa intensidade de adesão, de forma que se desencadeie nos ouvintes a ação pretendida (ação positiva ou abstenção) ou, pelo menos, crie neles uma disposição para a ação, que se manifestará em momento oportuno (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996 [1958], p. 50).

O domínio da argumentação não é, portanto, aquele em que a verdade se impõe aos espíritos racionais, como o quis Descartes, mas aquele que se impregna das noções de verossimilhança, probabilidade e plausibilidade. Assim, para a nova retórica, a verdade, longe de ser evidente, é constituída mediante o acordo, isto é, tem natureza incontroversa somente se é aceita tanto pelo orador quanto pelo auditório. Por isso mesmo, a verdade, conce-

bida como um acordo quanto ao que é verdadeiro, não constitui objeto da argumentação – salvo, é claro, se seu estatuto de verdade for colocado em questão.

Para a nova retórica, diferentemente do que defendia Descartes, o desacordo não implica um erro, mas uma etapa a ser superada por meio da argumentação, que pressupõe a racionalidade. No dizer de Amossy, “[...] o dissenso deve ser superado a todo custo, sob pena de falhar aos critérios da racionalidade e de fazer a comunidade afundar na discórdia, na divisão e, até mesmo, na luta armada” (AMOSSY, 2017. p. 22). A esse respeito, a estudiosa salienta que a argumentação, conforme compreendida pela nova retórica, implica reinfundir a racionalidade no seio dos comportamentos humanos, na busca de acordos sobre o que é aceitável e plausível, que permitiriam conter surtos de irracionalidade e violência, cujas memórias eram, em 1958, ano da publicação do *Tratado*, acentuadamente traumatizantes.

Para a nova retórica, têm papel central na argumentação as figuras do orador e do auditório. Aquele corresponde ao indivíduo que toma a palavra, falada ou escrita, para procurar conseguir a adesão do auditório às teses que advoga; este, por sua vez, constitui-se como uma criação mais ou menos sistematizada do orador, que, com base na compreensão que tem a respeito dos indivíduos a que se dirige, constrói uma ideia sobre a natureza de seu auditório. O orador constrói o auditório com base nos valores e crenças que acredita serem aceitos por seus membros. Nesse sentido, pode-se afirmar que o auditório, conforme concebido pela nova retórica, não existe de maneira apriorística, mas é compreendido sempre com base naquilo que o orador sabe (ou acredita saber) sobre o grupo de pessoas a quem ele se dirige ao argumentar.

Amossy (2005) explica que a criação do auditório consiste em um processo de estereotipagem que ocorre mediante o vínculo dos indivíduos que compõem esse auditório a categorias sociais, étnicas, políticas, entre outras. Nesse sentido, advertem Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996 [1958], p. 22), a fim de que a argumentação seja bem-sucedida, é importante “que a construção do auditório não seja inadequada à experiência”.

Postula-se no *Tratado*, além disso, que, para que possa existir a argumentação, há de serem satisfeitas algumas condições, todas elas ligadas às noções de acordo e desacordo. Em primeiro lugar, deve, como dissemos, haver um desacordo (ou a pressuposição de que ele existe); em segundo lugar, não pode haver argumentação se não houver uma comunidade dos espíritos dos interlocutores, a qual pressupõe a existência de uma linguagem comum, o apreço pela adesão do outro, além da atenção do auditório.

Com o objetivo de “compreender o mecanismo do pensamento” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 6), os autores do *Tratado* propõem uma tipologia dos argumentos. Segundo essa perspectiva teórica, existem os argumentos quase-lógicos, que se apresentam como comparáveis a raciocínios formais, lógicos ou matemáticos, tirando dessa similaridade sua força; os argumentos baseados na estrutura do real, que procuram, com fundamento na estrutura do real, estabelecer uma solidariedade entre juízos admitidos e aqueles para os quais se busca conquistar adesão; e os argumentos que visam fundar a estrutura do real, que buscam proceder a generalizações por meio do estabelecimento de regras e princípios.

Convém observar que esses três tipos de argumento estão ligados à ideia de associação, isto é, à aproximação de elementos para estabelecer uma relação de solidariedade. Além desses três tipos de argumentos, há também outros, ligados à dissociação, entendida como a técnica de ruptura de um elemento considerado um todo ou um conjunto solidário em um sistema de pensamento.

É relevante ressaltar que a tipologia proposta pela nova retórica não visa à construção de uma taxonomia “fixa” dos argumentos, ou mesmo à defesa de que os tipos sejam considerados estanques.

Para os autores, os elementos do discurso estão em interação, o que permite a sobreposição de argumentos ou mesmo que um dado argumento seja analisado de mais de uma forma. Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996 [1958]) explicam a defesa de que as divisões entre os tipos não sejam consideradas impenetráveis nos seguintes termos:

Não se deve crer que esses grupos de esquemas argumentativos constituam entidades isoladas. Em geral, estamos autorizados [...] a interpretar um raciocínio segundo um ou outro esquema. Entretanto, além disso, podemos considerar que certos argumentos pertencem tanto a um quanto a outro grupo de esquemas. Um enunciado como o “se o mundo é regido por uma providência, o Estado requer um governo”, que Quintiliano trata como um “argumento de vizinhança ou de comparação”, pode ser considerado como quase lógico (o que vale para o todo vale para a parte), como analogia ou mesmo como baseado em ligações de coexistência (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996 [1958], p. 217).

A recomendação dos autores de que as fronteiras entre os tipos de argumento devem ser consideradas permeáveis pode ser interpretada como reconhecimento, por parte da nova retórica, da natureza inerentemente intrincada do discurso e da argumentação.

1.2 Analogia e argumentação na nova retórica

Na tipologia da nova retórica, a analogia é considerada uma ligação que fundamenta a estrutura do real. Ela é definida por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996 [1958], p. 424) como uma “[...] similitude de estruturas, cuja fórmula mais genérica seria: A está para B assim como C está para D”.

Pode-se, assim, esquematizar a analogia da seguinte forma:

$$\frac{A}{B} = \frac{C}{D}$$

Os autores da nova retórica discordam da ideia (aliás, bastante difundida⁹) de que a forma mais pura da analogia possa ser encontrada em uma proporção matemática: para eles, a proporção matemática consiste em um tipo particular – e de modo algum o mais significativo – de similitude de relações.

9 A esse respeito, cf. Itkonen (2005).

Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996 [1958]) propõem chamar de *tema* o conjunto dos termos A e B e de *foro* o conjunto dos termos C e D. O tema consiste, em geral, no elemento menos conhecido, cuja compreensão é subsidiada pelo foro, ao passo que o foro geralmente corresponde ao elemento mais conhecido, que estriba a compreensão do tema. A nova retórica ressalva que tema e foro devem pertencer a áreas diferentes, distantes, caso contrário, em lugar de uma analogia, ter-se-ia um raciocínio pelo exemplo ou pela ilustração, uma vez que, se pertencessem à mesma área, ambos, tema e foro, forneceria casos particulares de uma mesma regra.¹⁰

Analisemos, a fim de ilustrar melhor as relações entre tema e foro, alguns segmentos da letra do samba “Portela na avenida”, que, composto por Paulo César Pinheiro e Mauro Duarte, foi imortalizado pela voz de Clara Nunes:

Portela na avenida

Portela

Eu nunca vi coisa mais bela

Quando ela pisa a passarela

E vai entrando na avenida

Parece

A maravilha de aquarela que surgiu

O manto azul da padroeira do Brasil

Nossa Senhora Aparecida

Que vai se arrastando

E o povo na rua cantando

É feito uma reza, um ritual

É a procissão do samba abençoando

A festa do divino carnaval

[...]

10 De acordo com a nova retórica, ainda que certa distância entre foro e tema seja essencial à construção de uma analogia, não há parâmetro preciso para diferenciar casos em que a distância é suficiente e casos em que ela não é. Os autores observam que a percepção dessa distância pode ser bastante variável, a depender da maneira como o orador e o auditório compreendem o tema e o foro.

Portela

Sobre a tua bandeira, esse divino manto
 Tua águia altaneira é o espírito santo
 No templo do samba

As pastoras e os pastores
 Vêm chegando da cidade, da favela
 Para defender as tuas cores
Como fiéis na santa missa da capela
 [...]

Sublinhamos, na letra da canção, expressões que marcam linguisticamente a similaridade que o eu lírico identifica entre dois domínios distantes, a saber, o carnaval e a religiosidade católica. A letra do samba sugere que o desfile da escola de samba Portela, cujas cores são o azul e o branco, é similar (“parece”) ao manto de Nossa Senhora Aparecida, santa padroeira do Brasil, cuja estatuária frequentemente se caracteriza por um manto com as mesmas cores. O canto dos foliões que desfilam nas ruas, por sua vez, é similar (“é feito”) uma reza, um ritual, uma procissão, uma marcha religiosa solene. A águia, ave que simboliza a Portela, é comparada ao espírito santo, frequentemente representado por outra ave, uma pomba branca. Os pastores da Portela são comparados (“como”) a fiéis em uma missa. Enfim, como se observa, são abundantes as similitudes entre o carnaval portelense e a religiosidade católica indicadas na letra do samba-louvação de Pinheiro e Duarte. Propomos esquematizá-las da seguinte maneira:

<p>Analogia 1</p> $\frac{\text{Desfile da Portela}}{\text{Carnaval}} = \frac{\text{Manto de Nossa Senhora}}{\text{Religiosidade católica}}$	<p>Analogia 3</p> $\frac{\text{Águia da Portela}}{\text{Carnaval}} = \frac{\text{Espírito santo (pomba)}}{\text{Religiosidade católica}}$
<p>Analogia 2</p> $\frac{\text{Canto dos foliões}}{\text{Carnaval}} = \frac{\text{Reza ou procissão}}{\text{Religiosidade católica}}$	<p>Analogia 4</p> $\frac{\text{Pastores}}{\text{Carnaval}} = \frac{\text{Fiéis}}{\text{Religiosidade católica}}$

Como se depreende da análise da letra de música, Pinheiro e Duarte utilizam algumas analogias que têm por efeito a aproximação, por meio da identificação de similaridades, do carnaval e da religiosidade, o que resulta na valorização daquele: os elementos relacionados à Portela (desfile, foliões, águia, canto) desempenham a função de tema, que, são pareados com elementos relacionados à religiosidade (manto de Nossa Senhora Aparecida, reza, procissão, espírito santo, fiéis), que ocupam a posição de foro. O tema é compreendido em função do foro. Resulta disso que o desfile da Portela seja compreendido pelo eu lírico – e por aqueles que aderirem a seus argumentos por analogia – como algo da ordem do divino, do sagrado.

Tal constatação lança luz sobre uma importante característica da analogia identificada pelos autores do *Tratado*: longe de se circunscrever à mera identificação de similitudes de estruturas, o pareamento de um tema com um foro implica que aquele seja valorizado ou desvalorizado, uma vez que aquele é compreendido em função deste. A valorização do carnaval que ocorre em função do pareamento com a religiosidade, no caso de “Portela na avenida”, é um exemplo da complexa interação entre tema e foro.

Os autores observam, a esse respeito, que pode ocorrer a (des)valorização do foro mediante seu pareamento com um tema, o que lhes permite concluir que, embora a transferência de valor do foro para o tema seja mais costumeiramente explorada, a transferência de valor do tema para o foro não pode ser considerada de maneira nenhuma desprezível.

Tendo delineado alguns dos aspectos centrais da argumentação por analogia, passamos, na seção que segue, a uma breve análise dos argumentos por analogia utilizados por Augusto Heleno e Onyx Lorenzoni, políticos ligados à administração de Jair Bolsonaro.

2. Análises

Para elaborar as análises apresentadas nessa seção, procedemos, em primeiro lugar, à análise qualitativa das transcrições das falas de Heleno e Lorenzoni publicadas pelo portal de notícias *GI*, a fim de identificar suas teses e os argumentos por analogia empregados para defendê-las. Após a identificação das analogias, realizamos o exame delas à luz da nova re-

tórica, com o objetivo de compreender quais termos ocupam as posições de tema e foro e quais são as similaridades que os políticos defendem ser compartilhadas pelos termos das analogias.

Realizamos, então, um levantamento dos comentários publicados por internautas que procuravam refutar as teses defendidas por Heleno e Lorenzoni, e selecionamos aqueles em que a tentativa de refutação se efetivava por meio do questionamento ou negação das similaridades entre foro e base sugeridas pela argumentação dos políticos. Outras maneiras utilizadas para procurar refutar os argumentos de Heleno e Lorenzoni – tentativas de invalidar o argumento por meio da negação da inteligência ou idoneidade dos oradores, por exemplo – não foram consideradas em nossas análises.

Optamos, neste capítulo, por focar apenas os comentários que consideramos serem mais ilustrativos da estratégia de questionamento ou negação das similaridades sugeridas por Heleno e Lorenzoni. Apresentamos, a seguir, as análises dos argumentos por analogia utilizados por Augusto Heleno e Onyx Lorenzoni nos pronunciamentos noticiados pelo portal de notícias *GI* e de algumas reações de internautas que, por meio da ferramenta de comentários do portal, procuraram refutar as teses defendidas pelos dois políticos.

2.1 As analogias construídas por Augusto Heleno e Onyx Lorenzoni

Na notícia “Futuro ministro de Bolsonaro compara posse de arma à posse de um carro”, lê-se a seguinte transcrição do pronunciamento do general Augusto Heleno, então futuro ministro do Gabinete de Segurança Institucional do governo de Jair Bolsonaro, a respeito da facilitação da posse de armas no Brasil:

“A posse da arma, desde que seja concedida a quem está habilitado legalmente, e essa habilitação legal virá por meio de algum instrumento, decreto, ou alguma lei, alguma coisa que regule, [...] se assemelha à posse de um automóvel”, ponderou o general da reserva¹¹.

11 Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/12/30/futuro-ministro-compara-posse-de-arma-a-posse-de-um-carro.ghtml>. Acesso em: 29 out. 2020.

A notícia traz, além do texto escrito, uma gravação em vídeo do discurso de Heleno, que permite que se constate a acuracidade da transcrição.

Pela análise do excerto, verifica-se que Heleno identifica similaridades entre a posse de um carro e a de uma arma de fogo, o que pode ser inferido pelo uso da expressão “se assemelha à”.

Nesse caso, a posse de carro assume o lugar do foro, a partir do qual se compreende o tema, que corresponde à posse de arma. O general identifica, em seu pronunciamento, algumas similaridades significativas que funcionam como chancelas da analogia por ele criada: a posse armas seria, no futuro, regulamentada “por meio de algum instrumento, decreto, ou alguma lei, alguma coisa” e concedida a indivíduos devidamente habilitados, assim como ocorre com a habilitação para conduzir veículos, que é regulamentada por legislação específica e é concedida apenas a indivíduos que comprovem capacidade e habilidade.

Ocorre, no entanto, que o pareamento entre um foro e um tema frequentemente tem por consequência, como já dissemos, a valorização ou desvalorização de um deles em função do outro. Parece plausível interpretar, nesse caso, que a transferência de valor do foro para o tema, nesse caso, funcione no sentido de sugerir que a posse de armas pode ser tão corriqueira quanto a posse de carros. Em outras palavras, trata-se de um argumento que procura naturalizar a posse de armas. Heleno parece sugerir, dessa forma, que a posse de carros, tão trivial, poderia ser aceita com a mesma naturalidade que a posse de armas, muito menos comum entre os brasileiros.

O argumento apresentado por Lorenzoni vai em direção similar, isto é, também procura fazer crer que as armas são comparáveis a objetos da vida cotidiana. Em entrevista ocorrida logo após a assinatura do decreto 9.785/2019, o então Ministro-Chefe da Casa Civil comparou armas de fogo a liquidificadores. Observe-se, a seguir, o excerto da notícia “‘Arma em casa é risco para criança tanto quanto liquidificador’, compara Onyx”:

“A gente vê criança pequena botar o dedo dentro do liquidificador e ligar o liquidificador e perder o dedinho. Então, nós vamos proibir os liquidificadores? Não. É uma questão de educação, é uma questão de orientação. No caso da arma, é a mesma coisa. Então, a gente colocou isso [a exigência de cofre] para mais uma vez alertar e proteger as crianças e os adolescentes”, afirmou o ministro Onyx Lorenzoni.¹²

Na analogia construída por Lorenzoni, a posição de foro é ocupada pelos liquidificadores, e a de tema, pelas armas de fogo. A afirmação da similaridade entre ambos se marca linguisticamente pela frase “No caso da arma, é a mesma coisa”. O pareamento do foro e do tema é chancelado por uma similaridade que é indicada textualmente por Lorenzoni: tanto liquidificadores quanto armas podem causar ferimentos a crianças, mas estes seriam evitáveis se elas fossem adequadamente educadas ou orientadas, conforme indica o segmento “É uma questão de educação, é uma questão de orientação”.

A argumentação dos dois políticos é diversa: enquanto Heleno se atém a considerações a respeito dos procedimentos legais para facilitação da posse de armas, Lorenzoni enfoca o risco à integridade física de crianças e adolescentes. Os argumentos são similares, no entanto, quanto à seleção dos foros (carros e liquidificadores), ambos bastante presentes na vida de muitos brasileiros, a despeito da possibilidade de causarem ferimentos.

A seleção desses foros e seu pareamento com o tema – todos os três bastante distintos quanto a seus usos – parecem estratégicos, na medida em que sugerem a alocação dos foros e do tema em uma mesma categoria, qual seja, a dos objetos que participam da vida cotidiana e que podem causar risco à integridade física. Decorre desse raciocínio a seguinte inferência: considerando que armas de fogo, carros e liquidificadores são similares, pertencem a uma mesma categoria, merecem o mesmo tratamento por parte da sociedade.

Nesse sentido, a argumentação de Heleno e Lorenzoni pode ser interpretada como uma tentativa de advogar a aplicação da *regra da justiça*,

12 Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/15/arma-em-casa-e-risco-para-crianca-tanto-quanto-liquidificador-compara-onyx.ghtml>. Acesso em: 29 out. 2020.

que, conforme descrita no *Tratado*, requer que se dê tratamento idêntico a seres ou situações integrados em uma mesma categoria (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996 [1958]).

A respeito da regra da justiça, ressalva a nova retórica:

Para que a regra da justiça constitua o fundamento de uma demonstração rigorosa, os objetos aos quais ela se aplica deveriam ser idênticos, ou seja, completamente intercambiáveis. Mas, na verdade, isso nunca acontece. Os objetos sempre diferem em algum aspecto, e o grande problema, o que suscita a maioria das controvérsias, é decidir se os objetos não diferem pelas características que se consideram essenciais, isto é, as únicas a serem a serem levadas em conta na administração da justiça (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996 [1958], p. 248).

O reconhecimento de que os objetos aos quais se poderia aplicar a regra da justiça nunca são iguais é importante, na medida em que chama a atenção para a possibilidade de que os oradores, por meio de seus argumentos, procurem persuadir o auditório de que as similaridades identificadas por eles são efetivamente essenciais ou relevantes a ponto de justificarem a aplicação da regra. É nesse sentido que os argumentos por analogia de Heleno e Lorenzoni operam: ao sugerirem que as armas têm em comum com carros e liquidificadores a possibilidade de causar ferimentos, os oradores chamam a atenção para uma similaridade, isto é, defendem sua relevância, ao mesmo tempo em que se calam quanto a dessemelhanças que poderiam fragilizar seus argumentos e, por conseguinte, as teses que defendem. Evidencia-se, assim, o caráter essencialmente seletivo da argumentação por analogia.

Se consideramos plausível a argumentação de Heleno e Lorenzoni, a facilitação da posse de armas, então possibilitada pela assinatura do decreto 9.785/2019, corresponderia a uma espécie de consequência justa do direito dos cidadãos de possuírem carros e liquidificadores. Estaria justificada, dessa forma, a promulgação do decreto, que foi, à época, objeto de acentuada polêmica.

Como é frequente que ocorra, a validade das teses propostas pelos políticos não foi unanimemente aceita pelo auditório, tendo sido repetidamente questionada de diversas maneiras na internet, tanto por meio de redes sociais quanto das ferramentas de comentários dos portais de notícias. Procedemos, no que segue, à análise de algumas tentativas de refutar os argumentos dos políticos levadas a cabo por internautas por meio da ferramenta de comentários do portal de notícias *G1*.

2.2 As analogias e seus prolongamentos: algumas tentativas de refutação empreendidas por comentaristas do Portal G1

No *Tratado*, Perelman e Olbrechts-Tyteca reconhecem que as analogias desempenham papel importante na argumentação e afirmam que tal relevância está, em larga medida, relacionada aos prolongamentos que elas favorecem.

É condição para o êxito de um argumento por analogia que uma ou mais similaridades relevantes sejam consideradas comuns ao tema e ao foro pelo auditório. Pode ocorrer, entretanto, que nem todas as similaridades relevantes sejam identificadas quando do pareamento. Nesses casos, a analogia pode ser “prolongada”. Isso significa que é possível que a identificação de novas similaridades relevantes venha a fortalecer o argumento por analogia; é possível também, ao contrário, que o prolongamento de uma analogia revele dessemelhanças que, se forem consideradas relevantes pelo auditório, podem comprometer a credibilidade do argumento por analogia empregado.

Tendo isso em vista, ao tratar desse tema, perguntam-se os Perelman e Olbrechts-Tyteca: até onde uma analogia pode ser prolongada?

Como resposta a essa questão, os estudiosos ponderam que, do ponto de vista do valor probatório de uma analogia, ela deve ser mantida dentro de certos limites, que não podem ser ultrapassados sem danos ao raciocínio construído. Para os autores, o prolongamento de uma analogia pode implicar riscos, na medida em que “desenvolver uma analogia significa às vezes confirmar-lhe a validade; significa também expor-se aos golpes

do interlocutor” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996 [1958], p. 439). Logo, não é por acaso que a nova retórica reconhece nas analogias uma forma de argumentação essencialmente instável.

O *Tratado* considera que, em uma situação de interação, pode ocorrer que a analogia, em vez de ser prolongada por seu autor, como forma de confirmar sua validade, ou seja, por um interlocutor, um crítico, que se vale da analogia de seu adversário para criticar seu raciocínio. Ainda de acordo com a nova retórica,

Esse modo de refutação pressupõe que sempre se tem o direito de prolongar uma analogia para além da primeira afirmação e que se, por causa desse prolongamento, ela se volta contra o autor, ou se torna inadequada, é porque já o era desde o início (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996 [1958], p. 441).

Foi possível identificar, entre os comentários às notícias publicadas pelo *GI*, casos em que o prolongamento da analogia construída é utilizado como base para procurar invalidá-la. A estratégia utilizada pelos internautas normalmente compreende a identificação de dessemelhança entre o tema e o foro. As dessemelhanças identificadas entre os comentários analisados têm a ver, basicamente, com o risco à integridade física e as funcionalidades de carros, liquidificadores e armas de fogo,¹³ conforme especificamos a seguir.

2.2.1 Risco à integridade física como dessemelhança

As tentativas de refutação dos argumentos de Heleno e Lorenzoni ocorreram frequentemente com base na percepção de que o uso de liquidificadores, carros e armas de fogo trazem riscos muito diferentes à integridade física daqueles que os utilizam.

13 Reconhecemos que o risco à integridade física e a funcionalidade de armas de fogo, liquidificadores e carros são temas relacionados e que, por vezes, se imbricam nos comentários dos internautas. A segmentação da análise dos comentários tem a ver com os temas que aparecem de maneira mais saliente em cada um deles, o que não significa que os temas não possam coocorrer nos comentários.

Observem-se, a título de exemplo, os comentários¹⁴ a seguir:

1. Ficará mais difícil pra mulher de marido possessivo se separar. Vai que ele pegue a arma, ou o liquidificador...
2. Soube de um caso em que um menino pegou o liquidificador do pai escondido e levou pra escola pra se vingar dos colegas porque sofria *bullying*. Foi um massacre.
3. Realmente perder um dedo se equivale a furar um coração com uma bala de um revólver. A boçalidade só aumenta. Onde vamos parar?
4. É a mesma coisa. O cara vai para o bar, enche a cara; chega em casa a mulher, com razão, pede alguma satisfação, e ele, “cheio da razão”; todo machão, vai puxar o carro da cintura e atropelar e matar a indefesa esposa! Palmas para o General e a sua analogia.

No comentário (1), o internauta faz referência a uma situação conjugal conflituosa para indicar sua discordância com o argumento de naturalização da posse de armas. O comentário dialoga com situações frequentemente relatadas por esposas que não conseguem se separar de seus maridos porque eles julgam que as possuem. Trata-se de relacionamentos frequentemente marcados por formas diversas de violência, em que a esposa teme se separar do marido possessivo, incapaz de acatar o desejo de separação da esposa. Ao descrever a situação, o comentarista coloca tanto a arma de fogo quanto o liquidificador como opções para que o marido ameace, fira ou mate sua esposa. Nesta situação, o liquidificador está “deslocado”, visto que não se espera que ele seja utilizado para esse fim. O caráter absurdo da situação permite que se verifique o caráter essencialmente irônico do pareamento das armas e dos liquidificadores no comentário. A ironia torna evidente que o comentarista não espera realmente que um liquidificador seja utilizado para este fim, constatação que sugere não adesão à argumentação de Lorenzoni.

A ironia de que faz uso o comentarista salienta que liquidificadores – diferentemente de armas de fogo – não estão frequentemente associados às

14 Todos os comentários foram coletados em 30/10/2020 e posteriormente transcritos.

situações de violência doméstica evocadas pelo comentário. Temos, assim, a identificação de uma dessemelhança entre o foro e o tema, a qual se baseia em uma argumentação pelo provável, a respeito da qual, dizem Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996 [1958], p. 292): “A argumentação quase lógica pelo provável ganha todo o seu relevo quando há avaliações baseadas, a um só tempo, na *importância dos acontecimentos e na probabilidade do aparecimento deles [...]*” (grifos nossos).

Nesse sentido, a ideia de que armas de fogo são frequentemente utilizadas em situações de violência doméstica e de que liquidificadores nunca o são está na base da tentativa de invalidar o argumento por analogia utilizado por Lorenzoni, que procura se sustentar com base na ideia de que tanto armas de fogo quanto liquidificadores podem comprometer a integridade física.

A ironia também se constitui como um mecanismo para descredibilizar os argumentos de Lorenzoni no comentário (2). Nele, o internauta, também utilizando-se de ironia, salienta a dessemelhança entre liquidificadores e armas de fogo ao descrever uma situação em que um menino usa o liquidificador do pai sem autorização para cometer assassinatos na escola que frequenta. Novamente, o caráter absurdo da narrativa é indicativo de um uso de ironia como forma de crítica: ao que tudo indica, o autor do comentário acredita ser descabido que armas de fogo sejam comparadas a liquidificadores.

A narrativa inverossímil do comentarista dialoga com os relatos de massacres, que tendem a ser mais frequentes em localidades onde o acesso às armas é facilitado pela legislação, como é o caso dos Estados Unidos, onde mais de 110 massacres com uso de armas de fogo – ocorridos majoritariamente em escolas, locais de trabalho e igrejas – foram registrados nos últimos 20 anos.¹⁵

15 Disponível em: Cf. <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/08/ataques-a-tiros-nos-eua-triplicam-nesta-decada-e-somam-526-mortes-desde-2010.shtml>. Acesso em: 30 out. 2020. A narrativa encontrada nesse veículo de comunicação ressalta também que alguns desses massacres tornaram-se bastante conhecidos e serviram de tema para algumas importantes produções cinematográficas de ampla distribuição. Dois exemplos são *Tiros em Columbine*, de Michael Moore, filme vencedor do Oscar de melhor documentário longa-metragem em 2002, que trata do massacre ocorrido em uma escola na cidade de Columbine, no estado norte-americano do Colorado, e *Elefante*, de Gus Van Sant, filme vencedor da Palma de Ouro de 2003, que retrata um massacre fictício em uma escola dos Estados Unidos.

No comentário (3), o segmento “A boçalidade só aumenta. Onde vamos parar?”, que marca a indignação do internauta, sugere que o restante do comentário (“Realmente perder um dedo se equivale a furar um coração com uma bala de um revólver”) deve ser interpretado ironicamente. A validade do argumento por analogia de Lorenzoni, nesse caso, é questionada quando o comentarista sugere que a amputação de um dedo causada por um acidente com um liquidificador é menos grave (e possivelmente menos frequente) do que a perfuração do miocárdio provocada por um acidente com arma de fogo. Dessa forma, pode-se dizer que o internauta procura descredibilizar o argumento de Lorenzoni em dois momentos, a saber, quando o classifica como uma demonstração de boçalidade e quando salienta que o uso de armas traz riscos muito mais graves que o uso de liquidificadores.

Em (4), assim como no comentário (1), faz-se referência a uma situação de violência contra a mulher para refutar a analogia. O internauta cria uma situação que parece inverossímil (ou, ao menos, menos provável), em que um marido violento utiliza, em lugar de uma arma, um carro para matar a esposa. O internauta chega a utilizar a expressão “puxar da cintura”, normalmente relacionada a armas – mas não a carros – para salientar a dessemelhança que ele identifica entre os dois objetos. O caráter pouco crível da situação aponta para uma defesa irônica da analogia de Heleno, e o comentarista chama a atenção, assim, para a ideia de que a posse de um carro, nessa situação, não pode ser comparada com a posse de uma arma de fogo. Nesse sentido, pode-se dizer que o comentarista procede a um prolongamento da analogia elaborada por Heleno a fim de colocar em questão a aplicação da regra de justiça advogada pelo general em sua argumentação.

2.2.2 Funcionalidade como dessemelhança

Além de comentários que procuram refutar os argumentos de Heleno e Lorenzoni com base na percepção de que liquidificadores e carros não são comparáveis a armas de fogo por conta da diferença dos riscos que implicam à integridade física humana, houve também comentários que

procuraram proceder à refutação por meio da referência à funcionalidade desses objetos. Observem-se os exemplos a seguir:

1. quando servi na FAB, deveriam me dar um carro para tirar serviço no portão das armas, de preferência um UNO, que é bem pequeno e leve.
2. Nossa comparar a um carro ??? um foi feito para outro foi feito para
3. Falsa analogia pra ninar burro. Nunca vi herói ou bandido em animação, filme, hq usando liquidificador como defesa ou ataque

No comentário (5), o internauta diz ter sido militar da Força Aérea Brasileira (“servi na FAB”) e afirma que teria preferido que lhe fornecessem, à época, um carro modelo Uno, descrito como pequeno e leve, para fazer a guarda do portão das armas, serviço que normalmente é feito por oficiais equipados com armas de fogo, que não poderiam, por óbvio, ser substituídas por carros sem prejuízo. A inclusão do carro em uma situação em que ele claramente não seria utilizável evidencia a ironia do comentário, que sublinha uma dessemelhança que o comentarista identifica entre o tema e o foro da analogia proposta por Heleno.

Em (6), diferentemente do que ocorreu nos comentários anteriores, não parece ocorrer o recurso à ironia para refutar o argumento por analogia. O internauta inicia seu comentário expressando surpresa com relação ao argumento construído por Heleno (“Nossa comparar a um carro ???”). O uso da exclamação “Nossa” e a repetição dos pontos de interrogação são sintomáticos da surpresa e da discordância do internauta com relação à analogia construída. O comentarista seleciona os pronomes “um” e “outro”, os quais, utilizados conjuntamente, servem para indicar contraste entre duas ideias. Nesse caso, a seleção desses pronomes marca linguisticamente que o internauta acredita haver dessemelhanças quanto às funções de carros e armas. Dessa forma, embora o internauta opte por deixar “incompleto” seu enunciado, na medida em que escolhe deixar lacunas nele, a seleção dos pronomes por si mesma já indica que ele compreende carros e armas de fogo como objetos incomparáveis por

conta de suas funções, conforme já sugeria o enunciado “Nossa comparar a um carro ?????”.

Em (7), o comentário inicial (“Falsa analogia pra ninar burro”) é indicativo da discordância do internauta com relação à analogia construída por Lorenzoni. Aqueles que aceitam a analogia (isto é, que são “ninados” por ela) são considerados pouco inteligentes (“burros”). O internauta argumenta que não tem conhecimento (“nunca vi”) de que liquidificadores tenham sido utilizados para defesa ou ataque em animações, filmes ou histórias em quadrinhos. O uso de “nunca vi” pode ser interpretado como uma forma de argumentação quase lógica pelo provável, na medida em que parece sugerir serem inexistentes ou improváveis os empregos de liquidificadores nessas situações. Com essa observação, o comentarista procura apontar para uma dissimilaridade entre liquidificadores e armas de fogo que pode comprometer o argumento de Lorenzoni.

Considerando-se os argumentos por analogia utilizados por Heleno e Lorenzoni, pode-se dizer que ambos os políticos selecionam foros (carros e liquidificadores) que propiciam que o tema (armas de fogo) seja compreendido como algo comum. Heleno e Lorenzoni parecem sugerir, assim, como já dissemos, que a posse de arma de fogo seja considerada corriqueira, indigna de preocupação maior do que aquela dispensada a carros e liquidificadores.

Ademais, observou-se que os internautas frequentemente procuraram se valer de estratégias de prolongamento das analogias a fim de refutar os argumentos de Heleno e Lorenzoni. A análise dos comentários indica que os internautas frequentemente buscaram refutar as analogias com base nas seguintes afirmações tácitas: (i) armas de fogo implicam risco maior à integridade humana que liquidificadores e carros; e (ii) as funções de liquidificadores e carros são muito distintas daquela das armas de fogo.

Conclusões

O exame dos argumentos de Heleno e Lorenzoni permitem que concluamos, assim como fizeram Perelman e Olbrechts-Tyteca [1996 [1958]],

que as analogias podem ter função argumentativa bastante saliente, uma vez que podem ser utilizadas para conquistar a adesão de um auditório a uma ou mais teses.

As análises permitiram, além disso, confirmar a tese da nova retórica de que o argumento por analogia é inerentemente instável, uma vez que é possível que se procure refutá-lo com base nos próprios prolongamentos que ele permite.

Constatou-se, ademais, que a argumentação de Heleno e Lorenzoni é bastante coerente com as propostas de Bolsonaro, que se elegeu presidente com a promessa de reformular o Estatuto do Desarmamento, a fim de facilitar da posse de armas de fogo¹⁶ e favorecer, dessa forma, o armamento da população.

No que se refere à argumentação dos internautas, foi possível identificar o recurso frequente à ironia para refutar os argumentos de Heleno e Lorenzoni. Além disso, foi recorrente, nos comentários às reportagens, a estratégia de fazer referência a situações – tais como relações conjugais conflituosas, massacres em escolas, guardas de instalações militares, conflitos em histórias em quadrinhos e filmes – em que a dissimilaridade entre foro (carros/liquidificadores) e tema (armas de fogo) pareceu especialmente conspícua.

Procedendo assim, os internautas questionaram a correção das analogias de Heleno e Lorenzoni e, por extensão, a validade das teses por eles advogadas e a adequação das iniciativas de Bolsonaro para facilitar o acesso às armas de fogo.

Proposta de análise de texto

Ao longo deste capítulo, procuramos salientar, baseando-nos na obra de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996 [1958]), a importante função argumentativa que as analogias podem assumir no discurso.

16 Cf. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/15/mudanca-no-estatuto-do-desarmamento-e-promessa-de-campanha-de-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 08 nov. 2020.

Pode-se dizer que parte da engenhosidade do poema a seguir, escrito por Olavo Bilac, importante poeta parnasiano brasileiro, tem a ver com o uso de analogias. Leia-o e responda às questões que seguem.

Abyssus

Bela e traidora! Beijas e assassinas...
Quem te vê não tem forças que te oponha
Ama-te, e dorme no teu seio, e sonha,
E, quando acorda, acorda feito em ruínas...

Seduzes, e convidas, e fascinas,
Como o abismo que, pérfido, a medonha
Fauce apresenta flórida e risonha,
Tapetada de rosas e boninas.

O viajor, vendo as flores, fatigado
Foge o sol, e, deixando a estrada poenta,
Avança incauto... Súbito, esbroado,

Falta-lhe o solo aos seus pés: recua e corre,
Vacila e grita, luta e se ensanguenta,
E rola, e tomba, e se espedaça, e morre...

1. Em “Abyssus”, o eu lírico descreve uma figura feminina com base em uma analogia. Que analogia é essa? Que elementos constituem o foro e o tema? Há expressões ou palavras que indiquem o pareamento do tema com o foro? Se sim, quais?
2. Quais são as similaridades relevantes entre o foro e o tema?
3. Vimos que o pareamento do foro com um tema pode levar à mútua valorização ou desvalorização deles. Explique de que maneira o pareamento do foro com o tema colabora para a compreensão deste no poema.
4. É possível dizer que a analogia de que faz uso o eu lírico tem função argumentativa no poema? Explique.

Delimitação de respostas aos exercícios de análise

1. O eu lírico de “Abyssus” inicia o poema delineando as características de uma figura feminina bela e traidora. O contraste entre a virtude e o vício parece definidor dessa mulher, capaz de causar gozo (“beijas”) e matar (“assassinas”). A analogia é introduzida na segunda estrofe, a partir do segundo verso, por meio da expressão “como”, que indica o pareamento dessa mulher, de natureza ambivalente, irresistível e letal, com um penhasco (fauce de um abismo) coberto de flores (rosas e boninas). A mulher misteriosa, capaz de seduzir e causar a ruína, assume, então, a função de tema da analogia, e o penhasco, letal e belo, que está à beira da estrada por que passa o viajante, assume o papel de foro, que estriba a compreensão do tema. O envolvimento amoroso com a mulher fatal é comparável à queda no abismo, na medida em que ambos, segundo o eu lírico, conduzem à ruína. Esquemáticamente, temos:

$$\frac{\text{mulher}}{\text{envolvimento amoroso}} = \frac{\text{fauce do abismo}}{\text{queda}}$$

2. A beleza, capaz de atrair, e a capacidade de levar à destruição são as similaridades mais salientes (e provavelmente as mais relevantes) entre tema e foro. O eu lírico é enfático quanto à descrição da beleza da mulher: aquele que a vê não pode resisti-la, entrega-se à paixão e encontra a ruína; de modo similar, também a fauce do abismo é bela e, por isso mesmo, atrai o viajante, que avança sem cuidado rumo ao perigo, dissimulado pelas flores que a cobrem.

3. O poema inicia-se com uma descrição ambivalente da mulher, que conjuga em si o belo e o letal. A analogia sugere a compreensão da mulher e do encantamento do eu lírico com relação a ela em função da imagem de um abismo também atraente, coberto de flores. Pode-se dizer, nesse sentido, que o pareamento do tema com o foro tem por efeito o reforço do caráter concomitantemente vicioso e virtuoso da mulher, o que colabora para que se enfatize a natureza misteriosa da mulher.

4. No poema, é o eu lírico que procede à descrição da mulher. Tudo o que sabemos dela tem a ver com a percepção que ele tem dela. Nesse

sentido, não há como saber se a descrição da mulher feita pelo eu lírico é acurada. Na verdade, é mesmo impossível saber se tal mulher efetivamente existiu ou se é elaboração do engenho do poeta. Pode-se dizer que a analogia tem a função argumentativa, na medida em que ela contribui para que se compreenda a bela mulher descrita já nos primeiros versos do poema como um perigo a todos aqueles que por ela se encantarem. Nesse sentido, pode-se dizer que a analogia criada enfatiza a beleza e o perigo que caracterizam a mulher.

A discussão apresentada no capítulo **Armas de fogo, carros e liquidificadores: um estudo da argumentação por analogia sobre a facilitação da posse de armas de fogo no Brasil**, escrito por Filipe Mantovani Ferreira, busca inspiração no clássico *Tratado da Argumentação: a nova retórica*, de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, o qual tem seduzido diferentes auditórios desde 1958, data de sua publicação, até os nossos dias. A discussão aqui empreendida ressalta de que forma os autores dessa obra tentam dar continuidade à tradição de estudos clássicos da retórica. Este capítulo lembra-nos que o Tratado surge como uma oposição ao racionalismo cartesiano, incompatível, segundo os autores, com as noções de verdade, em sentido estritamente filosófico. O foco aqui é mostrar aspectos centrais da analogia, reconhecida como um procedimento bastante complexo, com significativo potencial argumentativo, como defendido na clássica obra. Em sua tipologia dos argumentos, o Tratado oferece os instrumentos que serão utilizados neste capítulo para se analisarem notícias recentes que envolvem a discussão sobre a posse de armas no Brasil; mais precisamente, será oferecida uma análise dos argumentos por analogia utilizados por Augusto Heleno e Onyx Lorenzoni, políticos ligados à administração de Jair Bolsonaro. Nesse sentido, e à luz da nova retórica, vemos de que forma analogias absurdas podem ser empreendidas como argumentos pretensamente convincentes. Este capítulo deixa patente que as analogias podem ter importante função argumentativa, sendo utilizadas como estratégia que visa à conquista da adesão de um auditório a uma ou mais teses, mesmo em contextos francamente risíveis, como o ora apresentado. Um breve exercício com chave de correção é apresentado para que o leitor perceba o papel da analogia em contexto diverso, dessa vez num poema, *Abbyssus*, de Olavo Bilac.

LÓGICA INFORMAL: UMA INTRODUÇÃO AOS PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E DE AVALIAÇÃO DOS ARGUMENTOS

Paulo Roberto Gonçalves-Segundo

Introdução

De modo análogo à linguagem, a argumentação consiste em um objeto de estudo investigado e teorizado a partir de múltiplas perspectivas, conforme este livro – que apresenta um recorte de relevantes abordagens sobre o tema – já permite entrever. Tradicionalmente, tende-se a categorizar os diversos olhares sobre tal objeto a partir da tríade lógica, retórica e dialética, que correspondem, grosso modo, ao que Wenzel (1990) denominava argumentação como produto, como processo e como procedimento.¹ Ainda que haja muita disputa conceitual e metodológica no seio de cada membro dessa tríade – nesse sentido, concordamos com Johnson (2020) quando ele afirma que há muitas lógicas, retóricas e dialéticas distintas –, tal divisão permite organizar, mesmo que esquematicamente, os principais focos de interesse das teorias da argumentação contemporâneas, que, não

1 Em termos sintéticos e claramente não exaustivos, podemos dizer que perspectivas lógicas estão mais preocupadas com o exame da consistência da argumentação, o que inclui compreender de que forma as razões/premissas transferem apoio para as teses/conclusões, processo que abarca o estudo das inferências, dos tipos de raciocínio, da estrutura e da diagramação dos argumentos. Perspectivas retóricas, em geral, atentam-se ao exame da eficácia da argumentação, o que inclui compreender o papel do auditório, dos valores, dos acordos e de distintas técnicas argumentativas no que diz respeito à busca pela adesão do outro. Por fim, perspectivas dialéticas voltam-se ao exame da resolução de um conflito de opinião, o que abarca compreender como, em um diálogo, essa diferença vai sendo dissolvida a partir tanto da defesa da própria posição quanto da crítica à argumentação alheia; nessas perspectivas, o estudo da refutação, da contrarrefutação, do questionamento, das concessões e das tipologias de diálogo assume grande relevância.

raro, têm buscado aportes multidisciplinares de outras ciências, tais como a Linguística, as Ciências da Comunicação, a Inteligência Artificial, os Estudos Discursivos, as Ciências Cognitivas, dentre outras.

Neste capítulo, nosso objeto de discussão consiste em um campo disciplinar que toma a argumentação da vida real como centro de sua reflexão – a Lógica Informal. Apesar de seu nome, não seria plenamente justo dizer que a área se conforma meramente ao exame da estrutura dos argumentos e da (re)construção dos raciocínios argumentativos (WALTON; REED; MACAGNO, 2008; MACAGNO, 2015), ainda que estes sejam, sim, um de seus principais focos de investigação, como discutiremos nas próximas páginas. A área também se ocupa da dimensão dialética da argumentação, direcionando esforços para a compreensão do dissenso, do conflito de opinião, da contra-argumentação e para a apreensão das diferentes funções da argumentação, funções essas que estão relacionadas aos distintos tipos de diálogo argumentativo que são instanciados nas práticas sociais em que nos envolvemos como argumentadores (WALTON, 2019; WALTON; KRABBE, 1995). Vemos, portanto, que, no âmbito da tríade, é o retórico que acaba sendo reduzido a uma função coadjuvante no campo, não sendo objeto de investigação sistemática, apesar dos esforços de Tindale (2004, 2015), importante pesquisador da área, que vem defendendo há cerca de duas décadas a necessidade de integração do aparato retórico ao arcabouço lógico-informal.

Tendo em vista, então, a grande diversidade de focos de investigação da área e considerando que outros capítulos desta coletânea já se debruçam sobre o retórico, o interacional (que abriga componentes dialéticos), o discursivo e o linguístico, decidimos centrar nossa discussão, de fato, nos aspectos lógicos, de forma a mostrar ao leitor, em primeiro lugar, como podemos fazer uma reconstrução normativa de um raciocínio argumentativo e, em segundo lugar, como podemos avaliar a qualidade de uma argumentação. Assim, mantemo-nos mais próximos às origens da Lógica Informal, que nasceu da prática pedagógica de Anthony Blair e de Ralph Johnson no Departamento de Filosofia da Universidade de Windsor, Canadá, durante a década de 1970. O marco inicial do campo consiste no importante livro *Logical Self-Defense*, de autoria dos referidos professores, publicado, inicialmente, pela editora McGraw-Hill Ryerson em 1977.

Como resolvemos, então, organizar este capítulo? Na primeira seção, apresentaremos alguns conceitos fundamentais para a compreensão do arcabouço lógico-informal, como o de argumentação e de racionalidade manifesta. Na segunda seção, analisaremos, a partir da teorização sobre esquemas argumentativos (WALTON; REED; MACAGNO, 2008; MACAGNO, 2015), uma declaração do ex-ministro-chefe da Casa Civil Onyx Lorenzoni acerca da polêmica sobre o relaxamento das normas concernentes à posse de armas no Brasil, discutindo, ao final, se estamos diante de uma argumentação falaciosa ou não. Posteriormente, na seção 3, proporemos uma atividade de aplicação dos instrumentos trabalhados anteriormente. O exercício toma como objeto um diálogo entre uma criança e seu responsável, publicado no perfil *Frases de Criança*² que materializa um conflito de opinião sobre a necessidade de a criança ir ou não dormir naquele exato momento. É nesta seção que apresentaremos ao leitor um roteiro para a análise e para a avaliação do raciocínio argumentativo com base no arcabouço lógico-informal. Terminaremos com considerações finais com sugestões para aprofundamento das discussões.

1. Fundamentação teórica

1.1 Lógica informal: delimitando o campo

Para iniciarmos nossa conversa, cremos ser fundamental trazer as palavras de Groarke (2020), que faz uma importante distinção entre lógica informal **pura** e lógica informal **aplicada**:

No primeiro caso, a lógica informal é entendida como uma empreitada puramente teórica que visa a construir um sistema lógico que modele bem as argumentações da vida real (depreendendo sua natureza e os parâmetros normativos que devem ser utilizados para avaliá-las). É importante assinalar que essa empreitada é diferente da que intenta aplicar um sistema de lógica informal e suas ferramentas a instâncias argumentativas da vida real (sobre aborto, exploração do espaço, relações internacionais, dentre outras) – uma

2 Tal perfil pode ser encontrado em diversas mídias digitais, como Facebook, Instagram e Twitter.

empreitada que denomino lógica informal “aplicada” [...] No primeiro caso, uma lógica informal é um fim teórico em si mesmo; no segundo, é um meio para um fim prático (GROARKE, 2020, p. 236, tradução nossa).

Neste nosso capítulo, nosso objetivo não é orientar o leitor no caminho de construir um sistema lógico, ou seja, de conduzir uma pesquisa em lógica informal pura, mas, sim, fornecer-lhe instrumentos para realização de uma aplicação do arcabouço lógico-informal para a análise de um monólogo ou de um diálogo argumentativo socio-historicamente situado. Nesse sentido, estamos trabalhando no campo da lógica informal **aplicada**.

Feito tal esclarecimento, passamos, então, aos conceitos fundamentais. Em primeiro lugar, como o leitor já deve ter inferido, se são muitas as perspectivas teóricas sobre argumentação, certamente são muitas as definições de argumentação circulantes. No caso da Lógica Informal – que consiste em um campo disciplinar, e não, em uma teoria de fato –, o consenso é até difícil de se obter internamente. Reconhecendo tamanha complexidade e já ressaltando que não há espaço para um debate sistemático de tal disputa conceitual, o que faremos, na sequência, é discutir a concepção de Johnson (2000, 2019), apresentada inicialmente no livro *Manifest Rationality*, na medida em que ela não só articula bem as dimensões lógica e dialética, caras à área, como também dialoga adequadamente com a teorização sobre esquemas argumentativos (WALTON; REED; MACAGNO, 2008; MACAGNO, 2015), que embasará, em larga medida, nosso empreendimento analítico.

Johnson (2000) defende que a argumentação precisa ser pensada em termos de um **núcleo ilativo** e de um **estrato dialético**; em outros termos, ela deve ser definida, respectivamente, tanto pela atividade racional que subjaz ao conjunto formado por **razões** (ou **premissas**) e **teses** (ou **conclusões**), quanto pelo reconhecimento do caráter controverso da **tese**, o que inclui a consideração tanto das objeções e das críticas aos nossos argumentos quanto o reconhecimento da plausibilidade dos posicionamentos alternativos.

Para o filósofo canadense, a atividade argumentativa está intrinsecamente associada à **persuasão racional**, ou seja, ao “desejo de o argumentador persuadir o Outro a aceitar a conclusão com base nas razões e nas

considerações citadas. Nada mais” (JOHNSON, 2000, p. 384, tradução nossa). Para isso, torna-se necessário, segundo Johnson (2000), que o argumentador desenvolva uma **racionalidade manifesta**, expressão que dá título ao livro. O autor afirma que uma atitude de **racionalidade manifesta** pressupõe que os argumentadores

- i. abracem a racionalidade, ou seja, que não aceitem posições sem que haja boas razões para isso e que não recorram ao medo ou à força para impor sua posição;
- ii. exibam essa racionalidade, lidando não só com a sua posição, como também com as posições alternativas, reconhecendo sua razoabilidade;
- iii. sejam mutuamente razoáveis.

Vemos, portanto, que a definição de **argumentação** proposta por Johnson (2000) não tem estatuto descritivo, mas **normativo**. Definições **normativas** buscam delimitar um conceito a partir de um ideal teoricamente definido, estipulando critérios que permitem diferenciá-lo de outras noções próximas ou correlatas. No caso, Johnson buscará distinguir a retórica da argumentação, e o orador, do argumentador.

O que separa a retórica da argumentação é que a última é constrangida pelo requisito da racionalidade manifesta. O argumentador não pode ignorar objeções ao seu argumento, mesmo que não saiba como refutá-las, porque isso não aparentaria ser racional, o que violaria o requisito de racionalidade manifesta. O orador não está sob essas coerções: se ignorar a objeção levar a uma comunicação mais eficiente, e se fazer isso é racional, então a objeção pode ser ignorada (JOHNSON, 2000, p. 163, tradução nossa).

Considerando, portanto, que a definição de **argumentação** com que estamos trabalhando comporta tanto uma dimensão lógica quanto uma dimensão dialética, cabe apontarmos, no âmbito da Lógica Informal, quais são os principais objetos de pesquisa da área em termos de cada uma dessas dimensões. Em termos do **núcleo ilativo**, são relevantes as pesquisas sobre

tipos de raciocínio (dedução, indução, presunção, condução e abdução)³ e **estrutura dos argumentos** (serial, convergente, ligada e divergente),⁴ ao passo que, no âmbito do **estrato dialético**, são objetos de investigação sistemática os **tipos de diálogo** argumentativos (persuasão, investigação, descoberta, negociação, busca de informação, deliberação e querela)⁵ e as formas de **contra-argumentação** (reservas, objeções, refutações, concessões e dispensas).⁶ Além disso, são nucleares para a área o estudo dos **esquemas argumentativos** e das **falácias**, construtos teóricos que integram tanto o núcleo ilativo quanto o estrato dialético de forma equilibrada.

Neste capítulo, iremos nos deter, especialmente, nos conceitos de **esquema argumentativo** e de **falácia**, tendo em vista sua produtividade para uma aproximação inicial com os procedimentos de análise e de avaliação do raciocínio argumentativo. Nesse processo, trataremos, ainda que de forma pontual e sintética, dos tipos de raciocínio, uma vez que a noção de **presunção** é fundamental para a compreensão do que é um **esquema argumentativo**.

Isso posto, passamos, então, à discussão sobre os **esquemas argumentativos**.

1.2 Os esquemas argumentativos no arcabouço lógico-informal

Diversas escolas sobre argumentação possuem suas próprias tipologias de esquemas argumentativos. No Brasil, a proposta mais famosa é certamente a de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996 [1958]), tão bem discutida e aplicada hodiernamente por Fiorin (2015). Na medida em que as classificações são propostas de acordo com os pressupostos e com os objetivos de cada campo ou perspectiva teórica, não é incomum que haja

3 A lista de tipos de raciocínio que acabamos de arrolar não se pretende exaustiva nem é consensual. É, contudo, a que costuma ser abarcada na literatura contemporânea em Lógica Informal. Para aprofundamento, cf. Blair (2012). Para uma discussão introdutória, cf. Walton (2006). Para uma perspectiva alternativa, cf. Govier (2013).

4 Para aprofundamento, sugerimos a leitura de Freeman (2011). Para uma interpretação dialética da estrutura dos argumentos, cf. Eemeren; Houtlosser; Snoeck-Henkemans (2007) e Gonçalves-Segundo (2020a; 2020b).

5 Para uma discussão introdutória sobre os tipos de diálogo, ver Walton (2019). Para aprofundamento, ver Walton e Krabbe (1995).

6 Recomendamos contrastar, para aprofundamento, as propostas de Walton (2013) e Marraud (2020).

divergência na terminologia, na hierarquia entre macro e microcategorias e nos critérios de organização e de distinção entre os tipos.

Considerando que a Lógica Informal concentra sua teorização, em primeiro plano, no núcleo ilativo e, em segundo plano, no estrato dialético, é de se esperar que haja uma sistematicidade rigorosa da área quanto à delimitação de esquemas argumentativos, tanto no que concerne à descrição do tipo de raciocínio que eles sustentam no sentido de justificar ou defender uma tese, quanto no que tange às formas pelas quais é possível atacarmos ou criticarmos uma argumentação fundada em um dado esquema.

Segundo Fabrizio Macagno (2015), filósofo italiano, pesquisador da Universidade Nova de Lisboa e um dos grandes nomes da Lógica Informal, **esquemas argumentativos** têm tradicionalmente sido definidos pela área como

padrões de inferência, estruturas abstratas que representam, em um argumento, a relação material (semântica) e a relação lógica entre as premissas e a conclusão, junto a um conjunto correspondente de perguntas críticas que indicam suas condições de revogabilidade (MACAGNO, 2015, p. 183, tradução nossa).

Como se trata de definição complexa, acreditamos ser importante nos debruçarmos sobre suas partes. Em primeiro lugar, ao assumir que esquemas representam **padrões de inferência**, Macagno (2015) tanto os conecta ao núcleo ilativo e, portanto, à variedade de raciocínios que se consolidam historicamente e que constituem um reservatório de opções de que o argumentador pode beber, quanto assume que eles comportam uma dimensão implícita (não expressa), decorrente de sua natureza inferencial. Tais implícitos constituem-se usualmente (mas não exclusivamente) em presunções⁷ – ou Garantias, em termos toulminianos (TOULMIN, 2001 [1958]) – que viabilizam ao argumentador legitimar (e convidam o auditério a ratificar) o passo de um dado conjunto de premissas/razões para a conclusão/tese, sustentando ou justificando-a.

7 Posteriormente, deixaremos mais claro por que tais implícitos são usualmente presunções.

Em segundo lugar, ao afirmar que são **estruturas abstratas**, o pesquisador busca chamar atenção para o fato de que um esquema argumentativo é um construto, em princípio, desancorado de uma situação real de produção, que pode ser aplicado em um dado texto monológico ou dialogal, de modo a dar forma lógica e material ao elo entre um conjunto específico de razões e a tese. Assim, quando nos referimos a um **esquema de autoridade** ou um **esquema de regra de justiça**, estamos tratando dessa estrutura abstrata que cria uma presunção em favor de uma dada conclusão, mas cujo conteúdo específico será apenas construído em um texto determinado, em função daquilo que está localmente em discussão. Em outros termos, **esquemas** são **instanciados** (ou aplicados) nos textos. Logo, podemos verificar o uso do **esquema de autoridade** tanto quando indicamos um remédio a alguém, calcando tal indicação em uma fonte médica, quanto quando recomendamos a um conhecido a compra de um apartamento, sustentando a sugestão na voz de um famoso corretor.

Esquemas possuem uma dimensão **lógica** (ou **procedural**) e uma dimensão **semântica** (ou **material**). A dimensão **lógica** abarca o tipo de raciocínio (dedutivo, indutivo, presuntivo, abdução, condutivo) que legitima o passo das premissas (explícitas e implícitas) à conclusão, bem como a estrutura das partes componentes do esquema, que podem contar com uma quantidade variável de premissas em relações hierárquicas distintas. Já a dimensão **material** diz respeito ao conteúdo proposicional abstrato que compõe o conjunto formado pelas premissas e pela conclusão, conteúdo esse que abarca variáveis que serão preenchidas, em uma argumentação determinada, pelo material semântico específico de um dado conflito de opinião.⁸

No que tange aos objetivos de nosso capítulo, vale a pena debruçarmos-nos, ainda que sinteticamente, nos tipos de raciocínio, na medida em que a teorização sobre esquemas que estamos discutindo destaca a noção de

8 Vale a pena, neste momento, observar o quadro 3 que precede a seção 2. Nesse quadro, expomos um esquema completo – o esquema de opinião especializada, uma variante do esquema de autoridade. O leitor poderá ver que, nas premissas e nas conclusões, há variáveis não preenchidas: F, P e C. Em uma dada argumentação específica, essas variáveis serão atualizadas por material semântico pertinente: a fonte terá um nome, o campo de conhecimento será especificado, bem como será explicitado o que foi, de fato, dito. Denominamos a atividade de preencher essas variáveis instanciar ou aplicar um esquema. O resultado desse processo é a produção de um **argumento**.

presunção.⁹ O quadro abaixo apresenta uma síntese dos cinco principais tipos de raciocínio reconhecidos na literatura lógico-informal:

Quadro 1 - Tipologia de raciocínios

Raciocínio	Funcionamento
<i>Dedução</i>	A aceitação das premissas implica a necessária aceitação da conclusão (em outros termos, a falsidade da conclusão se mostra inconsistente perante a validade das premissas). Raciocínios dedutivos podem ser válidos ou inválidos e corretos ou incorretos.
	<p>Premissa 1: <i>Todo teórico da argumentação é filósofo.</i> Premissa 2: <i>Walton é um teórico da argumentação.</i> Conclusão: <i>Walton é filósofo.</i></p> <p>Nesse conjunto, caso assumamos como aceitas as duas premissas, torna-se inevitável aceitar a conclusão; em outros termos, é contraditório aceitar as premissas e considerar pertinente a conclusão oposta <i>Walton não é filósofo</i>. Um raciocínio é considerado válido, portanto, nessas situações em que a conclusão deriva, necessariamente, da aceitabilidade das premissas. Além disso, um raciocínio é avaliado como correto, quando suas premissas não são apenas aceitas, mas também são verdadeiras. Como nem todo teórico da argumentação é filósofo – e temos bons exemplos mundo afora –, a premissa 1 não seria verdadeira; logo, a argumentação sob discussão seria válida, mas não correta.</p>
<i>Indução</i>	Baseados em premissas calcadas em estatísticas e amostragens, raciocínios indutivos podem ser mais fortes ou mais fracos. São fortes quando a aceitação das premissas torna improvável a falsidade da conclusão.
	<p>Premissa 1: <i>70% dos teóricos da argumentação são filósofos.</i> Premissa 2: <i>Walton é um teórico da argumentação.</i> Conclusão: <i>Walton é filósofo.</i></p> <p>Nesse conjunto, diferentemente do anterior, aceitar as duas premissas não torna a conclusão inevitável. Concluir que <i>Walton é filósofo</i> como base na estatística da premissa 1 é mais provável do que concluir que ele não seja, por estarmos lidando com um valor de 70%. Induções são fortes quando é difícil concluirmos o oposto, tendo sido aceitas as premissas; elas são fracas quando é fácil concluir o oposto diante da aceitabilidade das premissas (sugerimos ao leitor trocar a conclusão para <i>Walton não é filósofo</i> e, depois, trocar o percentual para 30% para compreender bem a distinção entre induções fortes e fracas).</p>
<i>Presunção</i>	Raciocínios presuntivos transferem aceitabilidade das premissas para a conclusão com base em alguma generalização revogável, considerada verossímil em dada comunidade, por representar o típico ou o normal, ainda que tal generalização possa ser anulada com o acréscimo de novas informações.

⁹ Godden e Walton (2007, p. 267, tradução nossa) deixam tal relação explícita: “Esquemas argumentativos são padrões estereotípicos de raciocínio revogável que ocorrem tipicamente na argumentação cotidiana [...] eles representam diferentes tipos de argumentos plausíveis que, quando empregados com sucesso, criam presunções em favor de suas conclusões, deslocando, assim, o ônus da prova para o objeitor”.

<p>Premissa 1: <i>Seu irmão só pôde trazer a namorada para dormir aqui em casa aos 18 anos.</i> Premissa 2: <i>Você tem apenas 14 anos.</i> Conclusão: <i>Você não pode trazer sua namorada para dormir aqui em casa.</i> O conjunto acima possui uma premissa presuntiva implícita que sustenta o raciocínio executado pelo responsável: <i>seres da mesma categoria devem ser tratados da mesma forma (ou de forma semelhante)</i>. Essa presunção é forte, uma vez que ela é consolidada socialmente, constituindo-se em uma representação aceita, de modo geral, em vários grupos sociais. Trata-se do famoso esquema de ‘regra da justiça’. Dizemos que presunções são revogáveis, porque tal generalização pode ser atacada em um dado contexto, perdendo sua força. O adolescente pode tentar, por exemplo, criar uma hierarquia entre ele e o irmão, de modo a tentar inserir-se em uma categoria diferente, subvertendo a regra da justiça, ao dizer, dentre outras possibilidades, que, <i>diferente do irmão, ele é uma pessoa responsável, um excelente aluno e que nunca fez nada que preocupasse os pais.</i></p>	
<i>Condução</i>	<p>Raciocínios condutivos envolvem uma pesagem de prós e de contras no que tange a uma tomada de decisão. Em geral, eles pressupõem alguma hierarquia de valores.</p>
<p>Premissas Pró: <i>Está um dia ensolarado e nós estamos de folga.</i> Premissa Contra: (Porém) <i>nós estamos sem dinheiro.</i> Conclusão: <i>É melhor não irmos à praia e ficarmos em casa mesmo.</i> No conjunto acima, vemos uma pesagem de argumentos que ora favorecem a alternativa de ir à praia, ora a de ficar em casa. O operador argumentativo <i>porém</i> demarca o peso maior conferido à premissa contra, segundo a hierarquia de valores do argumentador, que pende a conclusão para ficar em casa.</p>	
<i>Abdução</i>	<p>Raciocínios abduativos consistem em uma busca pela melhor explicação para lançar luz a alguma constatação tida como surpreendente.</p>
<p>Premissa 1: <i>O Google Maps fez um caminho todo estranho para chegar em casa hoje.</i> Conclusão: <i>Deve ter havido algum acidente no trajeto.</i> No conjunto acima, a conclusão se origina de uma constatação tida como inesperada – a mudança no caminho proposto pelo aplicativo. A hipótese de que houve um acidente parece ser a melhor explicação que o argumentador consegue lançar naquele momento para dar coerência a tal quebra de expectativa, possivelmente por ter estabilizado, em seu repertório de conhecimentos, que <i>aplicativos de trânsito só mudam trajetos recorrentes diante de eventos graves</i>, dentre os quais acidentes são exemplares típicos.</p>	

Fonte: Elaboração própria a partir das leituras de Walton (2006), Blair (2012) e Fairclough e Fairclough (2012).

Como visto no quadro, **presunções** são mais frágeis do que deduções ou induções em termos probatórios, mas são elas o principal material da argumentação que realizamos na vida real. O estudo das **presunções** abre importantes portas, inclusive, para o diálogo com os estudos do discurso, na medida em que a consolidação de representações que sustentam o dizer e que direcionam argumentações consiste em um aspecto de estruturação do argumentar que muito interessa a tal área.

Raciocínios **presuntivos**, contudo, não se restringem à regra da justiça. A diversidade de esquemas em que eles se manifestam é imensa. Apenas para citar os mais conhecidos, temos o esquema de autoridade, o esquema de consequências positivas (ou negativas), o esquema de sinal, o esquema de causa-efeito, o esquema de regra, dentre inúmeros outros.

Quando um lógico informal puro propõe um esquema, ele busca mostrar todas as etapas do raciocínio, construindo um conjunto de premissas/argumentos e uma conclusão/tese. O que é importante destacarmos é que sempre há uma disparidade entre a estrutura abstrata do esquema, delineada pelo pesquisador, e a efetiva enunciação de um argumento na linguagem verbal. É por essa razão que devemos entender o **esquema** como uma **estrutura normativa** – novamente, no sentido de uma estrutura ideal (no caso, um ideal de raciocínio) teoricamente construída e não de um dever. Logo, ele é útil para que analistas reconstruam o raciocínio que subjaz a um dado movimento argumentativo, bem como para avaliar uma dada argumentação.

Na esteira desse pensamento, acreditamos ser importante, neste momento, diferenciarmos duas atividades de análise do raciocínio argumentativo: a **reconstrução normativa** e a **decomposição descritiva**. Na **reconstrução normativa**, a efetiva enunciação linguística apenas fornece pistas para que o analista reconstrua o processo de raciocínio que subjaz à argumentação, o que perpassa discriminar o que foi ou não expresso, identificar implícitos e depreender o tipo de raciocínio e o esquema estruturantes da defesa ou do ataque a uma dada tese/conclusão. Nesse processo, a fidelidade ao que foi efetivamente enunciado é reduzida. Na **decomposição descritiva**, é fundamental considerar, na reconstrução da argumentação por meio dos esquemas, a efetiva enunciação linguística, inclusive em termos da ordem de exposição, sem polir redundâncias, repetições ou vagezas. Nesse sentido, a fidelidade ao que foi efetivamente enunciado é reduzida. Consiste em trabalho instigante comparar os dois procedimentos, buscando verificar similaridades e discrepâncias, investigação essa que abre espaço para reflexões de ordem estilística, ligadas à elocução de um ponto de vista retórico. Para este capítulo, por uma questão de foco e de espaço, iremos nos restringir apenas à **reconstrução normativa**.

Isso posto, passamos, então, à última parte da definição de **esquema argumentativo**, que relaciona as **perguntas críticas** às condições de revogabilidade do esquema, ou seja, aos flancos de ataque que todo esquema possui. Uma vez que esquemas se fundamentam, prototipicamente, em presunções, é possível criticar uma argumentação com base no reconhecimento do esquema aplicado. É tarefa do pesquisador envolvido na Lógica Informal pura apreender tais possibilidades e sistematizá-las. É por tais razões que Godden e Walton (2007) entendem as **perguntas críticas** como um instrumento de avaliação da argumentação e como uma estratégia para incorporar à Lógica Informal uma abordagem não só ilativa, mas também dialética da legitimação e da justificação argumentativas.

Cada perspectiva sobre argumentação assume critérios diferenciados para a avaliação dos argumentos, procedimento que permite ao analista estipular o quão forte, consistente, válida, correta, cogente, coerente, convincente, persuasiva é uma argumentação. A proliferação de termos aqui não é fortuita, uma vez que a avaliação leva em conta os objetivos de cada perspectiva e as premissas fundamentais de cada teoria, o que inclui aquilo que cada uma assume como nuclear na atividade argumentativa. Na Retórica, por exemplo, a avaliação está ligada ao potencial de convencimento ou de persuasão suscitado pelas estratégias mobilizadas pelo orador em termos das três provas retóricas (*logos*, *ethos* e *pathos*); na Lógica Formal Dedutiva, da qual a Lógica Informal busca se distanciar, os parâmetros relevantes são a validade e a correção dos raciocínios, conforme mostramos no Quadro 1. Na Lógica Informal, denomina-se **cogência**¹⁰ o conceito relevante para avaliação da argumentação.

Uma argumentação é avaliada como **cogente** quando suas premissas são **aceitáveis**, **relevantes** e **suficientes**. Entendamos o que a área quer dizer com esses três termos, a partir da síntese operada no quadro a seguir:

10 Inicialmente proposto por Johnson e Blair (2006[1977]), ainda em *Logical Self-Defense*, a noção foi refinada, ampliada, criticada, descartada e renovada por vários pesquisadores dos estudos da argumentação ao longo dos anos. O próprio Johnson (2000), em *Manifest Rationality*, revisa e amplia a noção. Neste capítulo, levaremos em conta a leitura de Godden e Walton (2007) sobre os critérios envolvidos na avaliação da cogência argumentativa, uma vez que estamos lidando, basicamente, com o conceito de esquema argumentativo desenvolvido, primariamente, por Walton e, secundariamente, por colegas, como Godden, Macagno, Reed, dentre outros.

Quadro 2 - Avaliação da Cogência de uma Argumentação (ARS)

Critério da Aceitabilidade	As premissas de uma argumentação devem ser racionalmente aceitáveis. Não raro, soma-se a esse critério a avaliação de sua veracidade.
Critério de Relevância	As premissas devem ser relevantes para a conclusão. Isso quer dizer que elas devem gerar uma presunção que justifique, salvo revogação, a conclusão.
Critério da Suficiência	As premissas oferecem razão suficiente para aceitar a conclusão. Muitas vezes, subordina-se a esse critério um adendo dialético importante: não haver razões conhecidas melhores para sustentar a conclusão oposta.

Fonte: Elaboração própria, com base em Johnson (2000, 2019); Walton, Reed e Macagno (2008); Godden e Walton (2007); van Eemeren *et al.* (2014)

O critério da **aceitabilidade** é bastante exigente, na medida em que ele requisita do analista uma pesquisa. Para Hansen (2019), esse critério envolve sair da teoria da argumentação e buscar respostas em outras disciplinas, a não ser que a argumentação se pautem em diferenças de posição ligadas a temáticas de senso comum. Aceitar, nessa concepção, não implica concordar; pode apenas indicar que se trata de uma premissa plausível e merecedora de atenção, não devendo ser, portanto, descartada como absurda. Uma pergunta crítica referente a tal critério atua no sentido de questionar a plausibilidade dos pontos de partida de uma argumentação, ou seja, as premissas/razões.

O critério da **relevância** volta-se, em geral, a verificar se a presunção de fato licencia a conclusão, a partir das premissas (ou razões) apresentadas. Como costumamos implicar as presunções, a avaliação de tal critério costuma exigir que o analista recupere aquilo que não é expresso. Logo, uma pergunta crítica pode ser elaborada no sentido de questionar o raciocínio inferencial, o conteúdo das presunções ou mesmo o próprio esquema mobilizado na defesa ou no ataque a uma dada tese.

Por fim, o critério da **suficiência** pode ser pensado de duas formas. Por um lado, podemos questionar até que ponto a argumentação desenvolvida está levando em consideração condições de revogação da presunção, ou seja, possíveis reservas e ressalvas à argumentação, expondo-as. Por outro lado, é possível questionarmos em que medida a

argumentação considerou ou ignorou premissas conhecidas que poderiam levar a outra conclusão.

Tomando como exemplo a argumentação do responsável diante da indagação do filho de 14 anos que gostaria de trazer sua namorada para dormir em casa, exposta no quadro 1 quando tratamos da noção de presunção, seria uma pergunta crítica de **aceitabilidade** o adolescente questionar se o irmão mais velho, de fato, apenas trouxera a namorada para dormir em casa após os 18 anos. O adolescente também poderia questionar a **relevância** da argumentação do responsável caso atacasse a aplicação da regra da justiça ao seu caso, problematizando se, de fato, pertence à mesma categoria do irmão velho, categorização essa que embasa a interdição do responsável. Conforme apontamos naquele momento, ele pode revogar a aplicação da presunção construindo-se como membro de uma categoria diferente da do irmão, exigindo tratamento diferenciado. Naquele momento, já expusemos algumas possibilidades, como ele afirmar que tem responsabilidade, que não dá motivo para os pais se preocuparem e que, além disso, é bom aluno. Por fim, o adolescente poderia questionar a **suficiência** da posição do responsável, questionando se ele se esquecera de um fato recente na vida da namorada – por exemplo, a perda de um parente próximo, com o conseqüente abalo emocional derivado do acontecimento. Nesse sentido, o que o adolescente faz é questionar se apenas o fato de ele ter 14 anos é suficiente para tomar a decisão ou se o outro dado que ele traz, já conhecido pelo responsável, poderia levá-lo a repensar sua decisão, colocando em uma balança distintos valores:¹¹ a justiça no tratamento entre os filhos contra a empatia pela dor de uma pessoa querida pelo filho mais novo (e potencialmente pela família como um todo).

Entendidos os critérios, é importante ressaltar que eles não devem ser aplicados sem se considerarem as especificidades da situação de comunicação, o gênero discursivo e o tipo de diálogo argumentativo a que o texto argumentativo se encontra vinculado, uma vez que as regras de funcionamento da argumentação efetivamente enunciadas serão distintas. Nem sempre há tempo, possibilidade, condições de preparo para que uma

11 Interessantemente, essa via de argumentação que explora a suficiência faz a argumentação pender para a racionalidade condutiva.

argumentação seja plenamente cogente de forma rigorosa. Nesse sentido, é essencial que o analista seja sensível a esses aspectos para que não incorra em condenações indevidas, taxando qualquer argumentação não cogente como falaciosa.

Hansen (2020 [2015]) discute que há duas concepções concorrentes de **falácias** que circulam socialmente. A primeira, ainda que não seja estudada sistematicamente na academia, consiste na ideia de que uma **falácia** é uma crença falsa, mas (construída como se fosse) popular.¹² A segunda parte da ideia de que uma falácia é um argumento problemático. A controvérsia passa, então, a estar localizada na natureza dessa problematicidade. Para Blair e Johnson (2006 [1977]), falácias são argumentos deliberadamente não cogentes. Para Walton (2011), são argumentos baseados em esquemas presuntivos – logo, revogáveis –, aplicados erroneamente de tal forma que acabam prejudicando o desenvolvimento do diálogo argumentativo, impondo obstáculos sérios para o alcance dos objetivos da prática argumentativa em desenvolvimento. Como, neste capítulo, não temos espaço para debater a tipologia de diálogos de Walton e Krabbe (1995) e como ambas as definições reconhecem uma dimensão ilativa à falaciosidade, partiremos, neste trabalho, da concepção de Blair e Johnson (2006 [1977]).

Isso posto, para finalizarmos a discussão concernente à noção de **esquema argumentativo** e aos conceitos de **cogência** e **falácia**, apresentamos um esquema argumentativo completo, tal qual construído em uma empreitada lógico-informal pura: trata-se do **esquema de opinião especializada**, uma variante do **esquema de posição de saber** (*position to know*) elaborado por Walton, Reed e Macagno (2008). Tal esquema é usualmente conhecido, na tradição retórica, como **argumento de autoridade**.

12 O parêntese é nosso.

Quadro 3 - Esquema argumentativo de opinião especializada¹³

Esquema de Opinião Especializada (Argumento de Autoridade)
<i>Relações procedurais e materiais</i>
<p><i>Premissa 1:</i> A fonte F é especialista no campo de conhecimento C que contém a proposição P. <i>Premissa 2:</i> A fonte F assevera que a proposição P é verdadeira (falsa). <i>Premissa 3:</i> (Presumivelmente) o que a fonte F, em posição de saber, assevera deve ser considerado como mais plausível. (falso).</p>
<i>Perguntas Críticas</i>
<p><i>Questionamento sobre a Expertise:</i> Qual a credibilidade de F como uma fonte especializada? 2. <i>Questionamento sobre o Campo:</i> F é mesmo um especialista no campo em que a proposição P está contida? 3. <i>Questionamento sobre a Opinião:</i> O que F asseverou que implica P? 4. <i>Questionamento sobre a Confiabilidade:</i> A fonte F é pessoalmente confiável como uma fonte? 5. <i>Questionamento sobre a Consistência:</i> A proposição P é consistente com o que dizem outros especialistas? 6. <i>Questionamento sobre a Evidência de Suporte:</i> A asserção de F é baseada em evidências? 7. <i>Questionamento de Factualidade:</i> A fonte F realmente disse P?</p>

Fonte: Adaptado, com acréscimos, de Walton, Reed e Macagno (2008).

2. A Lógica Informal Aplicada: Onyx Lorenzoni, liquidificadores e armas de fogo

Realizado o debate teórico, passemos, então, para um exemplo prático de análise. Tomaremos como objeto uma fala do então ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni. O excerto a seguir foi extraído de uma notícia do jornal *O Globo*,¹⁴ publicada em 15 de janeiro de 2019. A argumentação do ministro encontrava-se ancorada no debate sobre posse e porte de armas no Brasil, promovido no início da gestão do presidente Jair Bolsonaro. Vejamos:

13 A premissa 3 e a pergunta crítica 7 não constam na formulação encontrada em Walton, Reed e Macagno (2008). Contudo, a premissa 3 é necessária, pois expressa a presunção e consiste justamente na ponte que permite inferir que o que P diz seria, de fato, verdadeiro ou falso. A pergunta crítica 7 está ligada à aceitabilidade e à veracidade da premissa 2 e reflete uma preocupação central em um mundo assolado por *fake news*.

14 Fonte: <https://oglobo.globo.com/brasil/onyx-equipara-arma-liquidificador-ao-falar-de-risco-para-criancas-23374844>.

“Quem tem criança pequena, adolescentes ou pessoas com deficiência mental tem que ter um cuidado redobrado com arma. Às vezes a gente vê criança pequena que coloca o dedo no liquidificador, liga o liquidificador, vai lá e perde o dedinho. E daí, nós vamos proibir o liquidificador? É uma questão de educação e orientação. Nós colocamos isso (no texto do decreto) para mais uma vez alertar e proteger as crianças e os adolescentes”, afirmou o ministro Onyx.

A argumentação do ministro pode ser dividida em duas partes. Por um lado, defende a tese de que a posse de arma não deve continuar restrita no país, mas algo deve ser feito para evitar consequências negativas potencialmente decorrentes do manuseio por determinados grupos (crianças, adolescentes e pessoas com deficiência mental). Conforme veremos, esse eixo de sua argumentação será construído por meio de um esquema de raciocínio prático instrumental. Por outro lado, ele ataca o ponto de vista de que a posse de armas deva continuar restrita da forma como está, tendo como justificativa uma comparação (construída por meio de uma combinação entre dois esquemas – a **analogia** e a **regra da justiça**) entre o uso de armas e de liquidificadores em ambientes domésticos, buscando mostrar que os mesmos meios empregados para evitar acidentes com liquidificadores podem ser produtivos para evitar o mau uso de armas em casa. Começaremos a discussão pelo eixo comparativo, na medida em que essa estrutura sustenta o raciocínio prático instrumental instanciado posteriormente..

Segundo Walton, Reed e Macagno (2008), a **analogia** se pauta na construção de similaridades entre duas situações ou entidades, orientada a viabilizar que transfiramos o que sabemos ou concluímos sobre uma delas para a outra. Essa outra seria o alvo real da argumentação, o objeto de persuasão ou do conflito de opinião.

No caso, Onyx parte de casos de mau uso de liquidificador envolvendo crianças em ambientes domésticos, usos esses que geram consequências negativas (*às vezes a gente vê criança pequena que coloca o dedo no liquidificador, liga o liquidificador, vai lá e perde o dedinho*), mas não culminam na proibição da posse de tais utensílios no lar, para, então, transferir esse estatuto “não proibitivo” para as armas de fogo. O excerto

merece atenção quanto à seleção léxico-gramatical antes de nos determos sobre o esquema argumentativo analógico.

Em termos de construção linguística, o uso do pronome de primeira pessoa inclusivo *a gente* e do verbo perceptivo *vê* destaca uma suposta experiência compartilhada com o auditório, como se testemunhar ou saber de casos de crianças que perdem o dedo (ou sofrem qualquer outro tipo de lesão grave) em decorrência de uso de liquidificador fosse algo comum. Ainda que ele tenha se valido de um modalizador de frequência (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014) – *às vezes* –, não nos parece que se trata de evento de fato partilhado.¹⁵ Por conseguinte, a aceitabilidade dessa premissa fica comprometida. Poderíamos falar, nesse sentido, na primeira acepção de falácia que discutimos na seção anterior: *crença falsa, ainda que popular*; no caso, diríamos claramente tratar-se de uma *crença falsa, construída como se fosse popular*. Falamos em premissa, porque Onyx se baseará nesse suposto fato, que seria frequente e de conhecimento supostamente partilhado, para, então, indagar retoricamente: *E daí, nós vamos proibir o liquidificador?* A resposta à pergunta, na esteira da orientação que o ex-ministro constrói em sua argumentação, é claramente negativa. A solução para evitar tais consequências estaria, portanto, na educação e na orientação. A partir dessa conclusão, notamos a transferência para o foco do conflito de opinião: por que seria diferente, então, no caso das armas de fogo? É esse processo de raciocínio, denominado **regra de justiça**,¹⁶ que ocupa papel central nesse eixo da argumentação do ex-ministro.

Tendo isso em vista, expomos, na sequência, a reconstrução de dois argumentos que sustentam a posição do então ministro: a **analogia** e a **regra da justiça**.¹⁷

15 Acreditamos que o leitor concordará conosco, mas voltaremos a isso posteriormente com dados numéricos.

16 Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002[1958], p. 248), fundadores da Nova Retórica, “a regra de justiça requer a aplicação de um tratamento idêntico a seres ou a situações que são integrados numa mesma categoria. A racionalidade dessa regra e a validade que lhe reconhecem se reportam ao princípio de inércia, do qual resulta, notadamente, a importância conferida ao precedente”. A discussão realizada pela Lógica Informal sobre tal esquema é, infelizmente, mínima. No manual de Walton, Reed e Macagno (2008), ela não aparece com essa denominação; contudo, há a descrição de um esquema similar, designado como argumento prático baseado em analogia.

17 É importante destacar que não há uma regra perfeita para a seleção lexical utilizada na expressão das premissas; o importante é justificar as escolhas com base no texto. No caso em discussão, por exemplo, valemo-nos da macrocategoria *grupos vulneráveis* para englobar as categorias *crianças*

Quadro 4 - Reconstrução normativa da aplicação da cadeia que engloba esquema analógico e esquema de regra da justiça

Esquema Analógico

Premissa 1: Liquidificadores, quando mal usados por grupos vulneráveis, podem ser lesivos.

Premissa 2: Armas de fogo, quando mal usadas por grupos vulneráveis, podem igualmente ser lesivas.

Premissa 3: (Presumivelmente) entidades diferentes que partilham as mesmas propriedades são análogas [= pertencem à mesma categoria].

Conclusão: Liquidificadores e armas de fogo são análogos [=pertencem à categoria de objetos potencialmente lesivos].

Esquema de Regra da Justiça

Premissa 1: Liquidificadores e armas de fogo são análogos [=pertencem à categoria de objetos potencialmente lesivos].

Premissa 2: Não se proíbe a posse de liquidificadores em casa.

Premissa 3: (Presumivelmente) instâncias da mesma categoria devem ser tratadas da mesma maneira.

Conclusão: Não se deve proibir a posse de armas de fogo em casa.

Fonte: Elaboração própria.

pequenas, adolescentes e pessoas com deficiência mental mencionadas por Onyx, visto que a elas se atribui, ainda que implicitamente, a propriedade de vulnerabilidade por serem aquelas que poderiam, em tese, se lesionar gravemente com o mau uso de armas (ou liquidificadores) e que requisitariam orientação e educação.

A análise da interação entre a **analogia** e a **regra da justiça** permite-nos depreender, contudo, que Onyx concede à outra posição do debate no que tange à periculosidade do manuseio de armas por grupos vulneráveis, como crianças pequenas, adolescentes e pessoas com deficiência mental, uma vez que ele assume que o uso pode ser lesivo. A periculosidade do manuseio de armas no ambiente doméstico é um dos principais argumentos contrários ao relaxamento das restrições à posse. Logo, reconhecer o potencial lesivo das armas pesa negativamente para quem defende o relaxamento das normas, a menos que se normalize a possibilidade de lesões e mortes de membros dos grupos vulneráveis, posição esta que, de um ponto de vista do potencial de persuasão – reflexão essa de ordem retórica –, poderia desengajar o auditório que se filia à perspectiva defendida por Onyx.

Esse peso, que pende o raciocínio para a restrição, precisa, então, ser equilibrado. Nesse sentido, o que o ex-ministro da Casa Civil propõe são duas ações complementares e correlacionadas que objetivam proteger os grupos vulneráveis das consequências negativas do mau uso: os responsáveis (i) devem ter um cuidado redobrado com a arma e (ii) devem educar e orientar tais grupos, ações essas que ele afirma estarem inclusive expressas no decreto.¹⁸ Vejamos, com detalhes, como se dá essa argumentação via esquema de raciocínio prático instrumental:

18 O que encontramos, na prática, no referido decreto foi o seguinte: Art. 12, Inciso VIII do Decreto nº 9685 – “na hipótese de residência habitada também por criança, adolescente ou pessoa com deficiência mental, apresentar declaração de que a sua residência possui cofre ou local seguro com tranca para armazenamento”. Fonte: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/59109815/do1e-2019-01-15-decreto-n-9-685-de-15-de-janeiro-de-2019-59109811

Quadro 5 - Reconstrução normativa da aplicação do esquema de raciocínio prático instrumental

Esquema de Raciocínio Prático Instrumental¹⁹

Premissa Circunstancial (Problema): Há riscos de grupos vulneráveis se lesionarem com a presença de instrumentos potencialmente lesivos em casa [=indesejável].

Premissa de Objetivo (Fim): Os grupos vulneráveis devem/precisam estar protegidos [=desejável].

Premissa Meio-Fim (Presunção): (Presumivelmente) as atitudes de ter cuidado redobrado com os instrumentos potencialmente lesivos e de orientar e educar os vulneráveis garantem a proteção de tais grupos, evitando, assim, os riscos considerados.

Conclusão (Meio/Proposta de Ação): É necessário que os responsáveis redobrem os cuidados com os instrumentos potencialmente lesivos e que os grupos vulneráveis sejam educados e orientados quanto ao seu bom uso.

Fonte: Elaboração própria.

A argumentação toda – da comparação ao raciocínio prático – é muito interessante. Uma análise de sua **cogência**, para que possamos verificar se há ou não algum raciocínio falacioso, se faz relevante.

Já vimos que o ex-ministro parece cometer uma **falácia** do primeiro tipo (*crença falsa, construída como popular*), na medida em que assume serem recorrentes acidentes graves, como amputações, com crianças que

19 Há muitas variantes do esquema de raciocínio prático instrumental. Há abordagens que integram tanto a motivação à ação quanto a avaliação da proposta de ação a uma mesma estrutura (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012); há abordagens modulares em três níveis (MACAGNO; WALTON, 2019); há abordagens que separam a motivação para a ação da avaliação da proposta em estruturas distintas, ainda que articuláveis (GONÇALVES-SEGUNDO, 2019). No exemplo em discussão, fornecemos nossa estrutura de raciocínio prático centrado no problema e nos objetivos, fortemente inspirada no trabalho de Fairclough e Fairclough (2012). Segue o esquema em sua forma abstrata, pré-aplicação:

Esquema de Raciocínio Prático Instrumental

Premissa Circunstancial (Problema): Existe no presente uma situação P, considerada inaceitável, indesejável ou aprimorável, que não pode ou não deve ser mantida.

Premissa de Objetivo (Fim): A situação futura O consiste em um estado de mundo aceitável, desejável ou aprimorado.

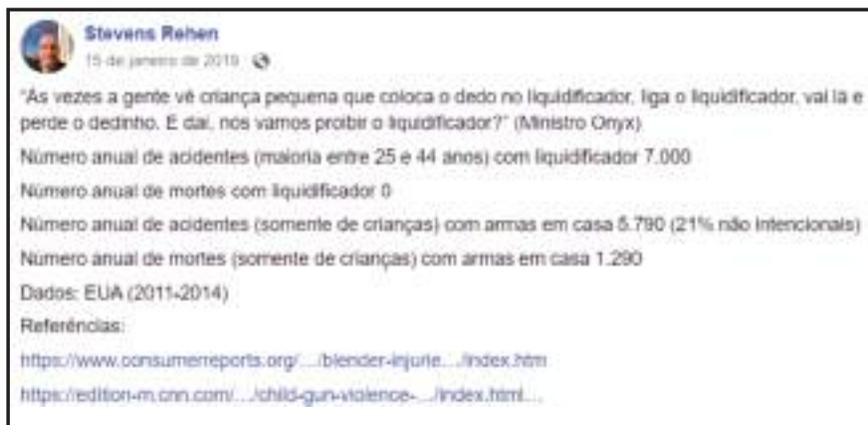
Premissa Meio-Fim (Presunção): (Presumivelmente) O agente @ fazer a ação A levará à reversão da situação P e ao alcance da situação futura O.

Conclusão (Meio/Proposta de Ação): O agente @ deve/deveria/tem que fazer ação A.

fazem mau uso de liquidificadores. Saber se isso de fato é falso – ou seja, se a premissa é aceitável ou não – requisita pesquisa. Infelizmente, tais dados não são facilmente recuperáveis no Brasil, mas o são nos EUA.

O professor Stevens Rehen, da UFRJ, fez uma busca informal sobre o assunto com base no *Consumer Reports* e chegou aos seguintes números sobre lesões provocadas por liquidificadores nos EUA. De fato, há casos de lesões sofridas por crianças e adolescentes, mas a maioria ocorre em adultos entre 25 e 44 anos; ademais, as lesões consistem em cortes (não mutilações, como parece defender o ex-ministro da Casa Civil). Foram 7.000 casos em 2011. Nenhuma morte. Já no que se refere a armas, a reportagem da CNN consultada pelo mesmo docente mostra que são cerca de 1.300 mortes de crianças por arma de fogo em casa. Segue a publicação do referido professor:

Figura 1 - Postagem do professor da UFRJ Stevens Rehen sobre a fala do ex-ministro Onyx Lorenzoni



Fonte: <https://www.facebook.com/100001229787090/posts/2213462235371414/>.
 Acesso em: 01 ago. 2020.

A postagem apresenta dados numéricos que mostram uma das várias facetas problemáticas da **analogia** construída e da aplicação da **regra da justiça** a objetos de natureza tão distintas, o que mostra como tais esquemas se sustentam em premissas passíveis de revogação. Mesmo construídos como se fossem de mesma natureza, incluídos na categoria de objetos

potencialmente lesivos, a gravidade da lesão é bem diferente: no caso dos liquidificadores, predominam cortes em adultos, sem nenhuma morte; já no caso de armas de fogo, há um número altíssimo de mortes quando apenas computamos crianças. Nesse sentido, vale a **pergunta crítica** concernente à pertinência da similaridade: *as consequências decorrentes do mau uso de liquidificadores e de armas de fogo são mesmo comparáveis?*

Acredito que não seja difícil concluirmos que não. Armas causam mortes; liquidificadores, não. Somente esse fato já poderia nos levar a questionar a **analogia**. Contudo, podemos ir adiante. Além de questionar se *as consequências do mau uso são comparáveis*, poderíamos também nos perguntar *em que medida liquidificadores são comparáveis a armas de fogo*.

Liquidificadores são eletrodomésticos fundamentais para qualquer cozinha; seu custo é bem mais baixo do que o de uma arma; não é necessária nenhuma documentação que autorize sua posse; além disso, ele cumpre funções elementares na preparação de pratos (doces ou salgados) e bebidas. Sua funcionalidade primária não está associada a “lesionar alguém”. Por isso mesmo, tendemos a falar em acidentes com liquidificador, com resultados, em geral, leves.

Revólveres ou pistolas (dentre outras possibilidades) são armas de fogo; seu custo é bem alto em relação à média salarial brasileira; é necessário ter documentação específica para sua posse; sua função, independentemente de quem defende que seja para defesa ou para ataque, é a de (no mínimo, ameaçar) “lesionar alguém”, uma pessoa ou um animal, excetuando, é claro, usos esportivos. Acidentes, naturalmente, acontecem, mas muitas armas são disparadas com algum grau de consciência. Por fim, os resultados tendem a ser graves, incluindo morte.

Logo, parece-nos que os instrumentos são muito distintos em vários parâmetros para que eles possam ser comparados de forma consistente a ponto de ser cogente e ética a transferência da nossa forma de lidar com e de tratar de liquidificadores a armas de fogo. Nesse sentido, podemos afirmar que o raciocínio analógico, que insere liquidificadores e armas na mesma categoria (quadro 4) para, posteriormente, transferir o acordo sobre a não proibição do eletrodoméstico para a arma, por

meio da regra da justiça (quadro 4), é falacioso. Trata-se da **falácia de falsa analogia**.

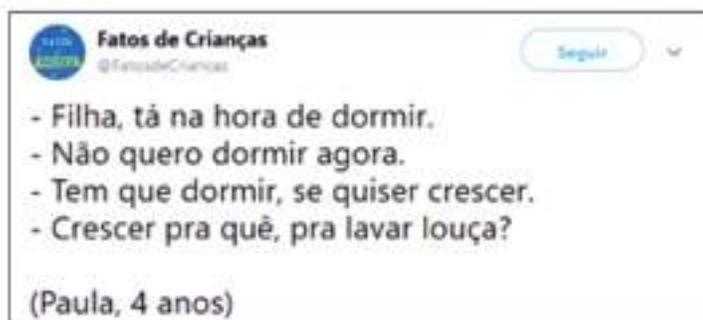
É **falacioso**, porque (i) parte de premissas problemáticas (falha no teste da **aceitabilidade**); (ii) baseia-se em presunções de similaridade frágeis (**relevância** duvidosa); (iii) calca-se em similaridade que não parece ser razão suficiente para aceitarmos que ambos sejam tratados de forma idêntica (falha no teste da **suficiência** ilativa); (iv) não se consideram dados fortes que poderiam levar à posição oposta no debate (falha no teste da **suficiência** dialética).

Vejam, portanto, que dizer que uma argumentação é **falaciosa** implica uma análise sistemática da sua **cogência**. Logo, é necessário que o analista argumente a favor de tal interpretação, uma vez que, sendo uma falácia uma aplicação problemática de um esquema argumentativo, cabe ao analista expor e dissecar o problema, defendendo a interpretação de que houve uma falácia. **Não há, em si, esquema argumentativo falacioso e não há teste mecânico e plenamente objetivo de falaciosidade.** Todo esquema é revogável, como já discutimos, de forma que tanto a presunção gerada da premissa para a conclusão quanto as próprias premissas podem ser derrotadas por novas informações. Falácias ocorrem na medida em que sucessivas respostas negativas às perguntas críticas que podemos fazer a um esquema emergem, o que está relacionado, do ponto de vista da Lógica Informal, à não adequação aos parâmetros ARS (aceitabilidade, relevância e suficiência), em face de um dado contexto, especialmente daqueles em que a exibição da racionalidade manifesta é fundamental, como é o caso de um debate sobre alguma política pública no país ou sobre o relaxamento de normas e de legislação que podem culminar na ameaça à vida de grupos vulneráveis pelo país.

3. Lógica Informal Aplicada: crianças, pais e hora de dormir

O diálogo abaixo foi postado pela página de entretenimento *Fatos de Crianças*, que publica (supostas) conversas, em geral, entre adultos e crianças, enviadas pelos seus seguidores, nas quais flagramos a perspicácia infantil diante de diversas situações cotidianas. Não é diferente no caso da postagem abaixo, de 14 de dezembro de 2018, publicada no Twitter:

Figura 2 - Diálogo entre filha e responsável publicado por *Fatos de Crianças*



Fonte: <https://twitter.com/FatosdeCrianças/status/1073562842148810753>.

Acesso em: 17 mar. 2019.

Propomos ao leitor, nesta seção, a seguinte atividade: realizar a reconstrução normativa do raciocínio argumentativo empregado nesta interação. Sugerimos, a fim de fundamentar o procedimento, o seguinte roteiro de análise:

Quadro 6 - Roteiro para análise e avaliação do raciocínio argumentativo²⁰

<p>Primeiro passo Enquadramento do conflito de opinião</p>	<p>a. Detecção do conflito de opinião em que os interlocutores estão envolvidos. b. Depreensão da posição de cada interlocutor nesse conflito.</p>
<p>Segundo passo Identificação das razões mobilizadas em defesa das teses</p>	<p>a. Identificação das posições que são defendidas ou justificadas por meio da construção linguística de razões (ou premissas). b. Depreensão das razões mobilizadas em defesa de cada tese, se pertinente.</p>
<p>Terceiro passo Depreensão do esquema argumentativo mobilizado</p>	<p>a. Depreensão do esquema argumentativo que sustenta a(s) defesa(s), o que inclui diferenciar o que é implícito e explícito. b. Inventariar perguntas críticas possíveis.²⁰</p>

²⁰ Os estudos em Lógica Informal pura já apresentam, junto aos esquemas, um conjunto de perguntas críticas pertinentes que pode ser consultado pelo analista para aplicação em seu objeto de estudo.

Quarto passo Identificação de refutações à argumentação do outro	a. Identificação dos ataques realizados à linha de raciocínio argumentativo do outro. b. Detecção dos pontos de incidência de tais ataques.
Quinto passo Depreensão do esquema argumentativo mobilizado	a. Depreensão do esquema argumentativo que sustenta o(s) ataque(s), o que inclui diferenciar o que é implícito e explícito. b. Inventariar perguntas críticas possíveis.
Sexto passo Discussão sobre a cogência em função do contexto	a. Debate sobre a aceitabilidade das premissas, a relevância das presunções e a suficiência das razões em função do tipo de interação e do contexto.

Fonte: Elaboração própria.

É fundamental, no que tange à análise argumentativa, detectar o conflito de opinião; trata-se de um primeiro passo inescapável. Há textos em que conseguimos facilmente depreender o foco do dissenso; nem sempre isso ocorre, no entanto. No diálogo sob análise, o conflito de opinião pode ser representado pela questão: *é ou não é hora de a criança ir dormir?* Para o responsável, claramente é; para a filha, não é. As evidências linguísticas que temos para tal distinção são os dois primeiros turnos de fala de cada um dos interlocutores: o pai enuncia *Filha, tá na hora de dormir*, ao passo que a criança responde *Não quero dormir agora*. Por enquanto, contudo, apesar da divergência, não podemos dizer que já existe argumentação, visto que ainda não vemos um investimento linguístico, cognitivo e interacional voltado à defesa ou à legitimação de uma das posições e/ou ao ataque à outra posição.

Diante do conflito, o responsável, então, fornece uma razão orientada a levar a filha a abandonar sua posição no conflito e a aderir à visão dele, decidindo, então, ir para a cama dormir naquele momento. É o que vemos no segundo turno de fala do pai, quando este enuncia: *Tem que dormir, se quiser crescer*. Do ponto de vista do pai, dormir traz como consequência crescer, crescimento este que é entendido como positivo e potencialmente desejável para a criança; se fosse algo indesejável, o argumento não seria relevante, e a adesão da criança à posição do pai ficaria fragilizada. Vemos, nesse ponto, um investimento linguístico, cognitivo e interacional volta-

do a defender o ponto de vista de que a criança deve ir dormir. Já temos, portanto, evidências para afirmar que estamos diante de uma tese, diante de uma argumentação.

Cabe-nos indagar que esquema argumentativo seria esse. Trata-se da técnica que Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996 [1958]) denominam **argumento pragmático**; a Lógica Informal (WALTON; REED; MACAGNO, 2008)²¹ chama de **Esquema de Consequências Positivas**, que consiste em um dos subtipos de argumento pragmático. Inserimos na sequência o esquema na forma abstrata para que o leitor tente preencher as variáveis de acordo com o conteúdo proposicional dos enunciados do diálogo:

Quadro 7 - Apresentação da estrutura abstrata do esquema de consequências positivas

Esquema de Consequências Positivas (subtipo de argumento pragmático)

Premissa 1: Se um agente causar A, então B ocorrerá.

Premissa 2: (Presumivelmente) B consiste em um resultado positivo (do ponto de vista do agente).

Premissa 3: (Presumivelmente) Ações (A) que levam a resultados (B) positivos (do ponto de vista do agente) devem ser realizadas.

Conclusão: O agente deve causar A.

Fonte: Adaptado, com acréscimos, de Walton, Reed e Macagno (2008).

Fazendo a transposição para o diálogo em pauta em termos de reconstrução normativa, estaríamos diante do seguinte raciocínio argumentativo:

21 A formulação de Walton, Reed e Macagno (2008) não inclui a Premissa 3 acima, que consideramos fundamental do ponto de vista procedural (ou lógico). Ela consiste em uma Garantia, nos termos de Toulmin (1958). A Premissa 2, presente na formulação de Walton, Reed e Macagno (2008), não representa uma Garantia, mas uma opinião, um julgamento de valor que se espera ser compartilhado e, portanto, acordado. Aproxima-se da ideia de *endoxon* na Retórica..

Quadro 8. Reconstrução normativa da aplicação do esquema de consequências positivas^{22,23}

Esquema de Consequências Positivas (subtipo de argumento pragmático)

Premissa 1: Se a criança não dorme, então ela não cresce [ou Criança que não dorme não cresce].²²

Premissa 2: (Presumivelmente) Crescer consiste em um resultado positivo (do ponto de vista da criança).

Premissa 3: (Presumivelmente) Ações que levam a resultados positivos (do ponto de vista do agente) devem ser realizadas.²³

Conclusão: A criança deve ir dormir.

Fonte: Elaboração própria.

A premissa 2 é a mais importante nesse raciocínio, visto que ela concentra o núcleo do potencial persuasivo do esquema. Conforme mencionamos anteriormente, não é a consequência em si que é o foco do argumento pragmático, mas a desejabilidade (ou não) de tal consequência para o agente, uma vez que é esse traço que atua como motor que pode levar o interlocutor a agir segundo o projeto do argumentador. Logo, para que essa argumentação seja relevante e para que ela tenha força, é fundamental que a criança, o agente de ir dormir, considere crescer como um resultado desejável de dormir.

É justamente esse o flanco que a criança irá explorar em sua contra-argumentação. O argumento pragmático comporta algumas perguntas críticas que, caso respondidas negativamente, podem revogar sua força: (i) a ação A, de fato, causa B?; (ii) há instâncias em que causar A não leva a B?; (iii) B realmente é um resultado positivo (ou negativo) para o agente?; dentre outras. Iremos nos concentrar nessas três por serem as mais relevantes à nossa discussão.

22 Alternativamente, a Premissa 1 pode ser: Se a criança dorme, então ela cresce [*Criança que dorme cresce*].

23 É importante que o leitor perceba que nem sempre precisamos preencher todas as variáveis das premissas, especialmente presunções. Caso deseje, uma alternativa de redação que preenche as variáveis seria: *Se (ir) dormir leva a um resultado positivo (do ponto de vista da criança), como crescer, então ela deve (ir) dormir.*

Vemos que as duas primeiras estão especialmente ligadas à aceitabilidade das premissas, ao passo que a segunda está ligada à relevância de uma das presunções. É justamente a relevância que consistirá no ponto de incidência do ataque da filha, concretizado no enunciado *Crescer pra quê, pra lavar louça?*. Para a filha, o processo de crescer traz uma consequência negativa – lavar louça, prática essa aparentemente considerada indesejável pela garota, conforme podemos inferir da construção *Crescer pra quê?*, que questiona a finalidade de tal processo. Nesse sentido, se dormir faz crescer e se crescer faz lavar louça, então, na linha de raciocínio da argumentadora, dormir a levará a ter de lavar louça; se lavar louça é indesejável, logo não é uma boa ideia ir dormir.

É importante notarmos que Paula, em nenhum momento, ataca a relação causal – e é por isso que insistimos que não podemos tomar como sinônimos o argumento pragmático e o argumento de causa e efeito. Não é o elo causal entre dormir e crescer que a argumentadora questiona, mas a desejabilidade do efeito; no caso, do crescimento. Para atacar esse argumento do responsável, a argumentadora se vale do **Esquema de Consequências Negativas**, o outro subtipo de argumento pragmático. Apresentamos, na sequência, tanto a forma abstrata quanto a aplicada do esquema. Novamente, convidamos o leitor a preencher as variáveis da forma abstrata antes de prosseguir com a leitura:

Quadro 9. Apresentação da estrutura abstrata do esquema de consequências negativas

Esquema de Consequências Negativas (subtipo de argumento pragmático)

Premissa 1: Se um agente causar A, então B ocorrerá.

Premissa 2: (Presumivelmente) B consiste em um resultado negativo (do ponto de vista do agente).

Premissa 3: (Presumivelmente) Ações (A) que levam a resultados (B) negativos (do ponto de vista do agente) não devem ser realizadas.

Conclusão: O agente não deve causar A.

Fonte: Adaptado, com acréscimos, de Walton, Reed e Macagno (2008).

Quadro 10. Reconstrução normativa da aplicação do esquema de consequências negativas²⁴**Esquema de Consequências Negativas** (subtipo de argumento pragmático)

Premissa 1: Se a criança age para provocar crescimento, então ela terá de lavar louça.

Premissa 2: (Presumivelmente) Lavar louça consiste em um resultado negativo (do ponto de vista da criança).

Premissa 3: (Presumivelmente) Ações que levam a resultados negativos (do ponto de vista do agente) não devem ser realizadas.

Conclusão: A criança não deve agir para provocar crescimento.²⁴

Fonte: Elaboração própria.

No caso, esse agir para provocar crescimento consiste em ir dormir; logo, o uso do modal volitivo *querer* em polaridade negativa, visto em *Não quero dormir agora*, plenamente se justifica em função da sua argumentação. É importante notarmos que essa razão apresentada pela criança não é um argumento em defesa de seu ponto de vista diretamente; essa razão só faz sentido como uma resposta ao argumento do responsável, que, crendo haver acordo entre ele e a filha quanto à desejabilidade do crescer, vale-se de tal presunção para tornar seu argumento relevante e persuasivo. Nesse sentido, o que vemos aqui é uma refutação da relevância do argumento do responsável, resultado do investimento linguístico, cognitivo e interacional da criança no sentido de derrubar a linha de raciocínio que sustenta a posição do adulto no conflito. Nesse caso, como a argumentação opera a partir de uma oposição – “ir dormir ou não” –, atacar bem uma das posições, de fato, fortalece a outra, mas é importante lembrarmos que é diferente defender um dos pontos de vista e atacar o outro ponto de vista²⁵ ou ainda algum dos argumentos que o sustenta, como o faz a criança.

24 O leitor também pode optar por usar uma premissa a mais, o que torna a reconstrução mais didática: *P1: Se a criança dorme, então ela cresce. P2: Se a criança cresce, então ela terá de lavar louça. P3: Lavar louça é um resultado negativo (do ponto de vista da criança). P4: (Presumivelmente) Ações que levam a resultados negativos (do ponto de vista do agente-criança) não devem ser realizadas. C: A criança não deve (ir) dormir.*

25 Pode ser um exercício interessante o leitor buscar pensar que argumentos a criança poderia mobilizar em defesa de seu próprio ponto de vista. Um exemplo possível seria ela alegar que está passando um desenho do qual ela gosta muito. Nesse caso, estaríamos diante de uma razão em defesa de sua posição e não de uma razão que ataca o argumento do responsável.

Por fim, cabem algumas considerações sobre a **cogência**. Conforme frisamos na seção 1.2, não podemos avaliar a cogência sem considerar o tipo de interação e o contexto; caso contrário, inserimos a lógica em uma torre de marfim, apartada da realidade empírica, social e histórica das práticas argumentativas concretas. O texto sob análise consiste em um recorte de uma conversa cotidiana entre responsável e filha, publicado em uma página de entretenimento em mídias digitais, com provável edição da exata enunciação. Além disso, não sabemos se o diálogo prosseguiu, se o responsável cedeu diante do argumento da criança ou se a criança cedeu diante de um novo argumento do responsável. Logo, não temos material linguístico para sabermos se houve uma resolução do conflito de opinião. Por fim, devemos ter em conta que se trata de uma argumentação prática corriqueira, que pais e filhos têm cotidianamente, e que a criança tem apenas quatro anos. Um olhar demasiadamente crítico diante de tal situação ignoraria sua ancoragem contextual e as funções sociais de pai e filha no núcleo familiar.

Apesar disso, como treino, pode ser interessante levantar considerações sobre os critérios ARS, sem, com isso, apagar a perspicácia da criança. Em termos da aceitabilidade da premissa 1 do responsável (*quem não dorme não cresce*), um artigo de revisão de literatura na área de pediatria (EL HALAL; NUNES, 2019) mostra que não há evidências suficientes que estabeleçam uma correlação significativa entre duração de sono e déficit de crescimento. Logo, a razão trazida pelo pai pode estar calcada em uma crença para a qual não há evidência científica sistemática. O argumento da criança, por sua vez, atua como refutação da desejabilidade do crescer, como já mostramos. Trata-se de um ataque à relevância do argumento do pai. Contudo, crescer não se restringe a lavar louça – há outras consequências do crescer que não necessariamente são indesejáveis para a criança, o que abre espaço para que o responsável refute o contra-argumento da filha. Isso indica que a argumentação da criança pode pecar pela insuficiência. Por fim, nem sempre quem cresce lava louça, o que poderia ser visto como um questionamento da aceitabilidade do ataque realizado pela garota – apesar de que, nesse caso, considerando nossa cultura com fortes traços machistas, é bem provável que Paula, por ser do sexo feminino e por, provavelmente, acabar sendo socializada como mulher, tenha, sim,

que lavar louça, atividade essa que nem sempre é realizada por meninos que crescem. Logo, o argumento da garota pode ser bem aceitável, sim.

Considerações finais

Nosso objetivo, neste capítulo, foi introduzir o leitor, interessado no estudo da argumentação, ao campo disciplinar denominado Lógica Informal, apresentando algumas de suas principais premissas teóricas, bem como um conjunto de procedimentos analíticos orientados à reconstrução normativa e à avaliação dos raciocínios argumentativos.

Para fazer isso, realizamos, inicialmente, uma contextualização do campo, que pode ser aprofundada pela leitura do verbete *Informal Logic*, da Stanford Encyclopedia of Philosophy, de autoria de Leo Groarke (2017). Na sequência, discutimos a concepção de argumentação de Johnson (2000), um dos autores que fundou a Lógica Informal, junto a Blair, no Canadá, ressaltando, nesse processo, a importância da conciliação entre o lógico e o dialético realizada pela área.

Tendo selecionado como objetos de discussão as noções de **esquema argumentativo**, em primeiro plano, e de **cogência** e **falácia**, em segundo, plano uma vez que elas estão diretamente associadas à construção do raciocínio argumentativo e à sua avaliação, procedemos a uma discussão teórica que embasou o procedimento analítico realizado na seção seguinte. Sugerimos aos leitores interessados em saber mais sobre esquemas argumentativos a leitura de Walton, Reed e Macagno (2008) e de Macagno (2015), excelentes textos não só para conhecer a abordagem lógico-informal sobre tal objeto, mas também para tomar contato com suas origens e com perspectivas complementares e alternativas.

Na seção 2, realizamos a análise da argumentação construída pelo ex-ministro-chefe da Casa Civil Onyx Lorenzoni em defesa do relaxamento de normas concernentes à posse de armas no Brasil. Focamos na reconstrução normativa dos raciocínios argumentativos, destacando a interação entre os esquemas de analogia, de regra da justiça e de raciocínio prática instrumental mobilizados em defesa de sua tese e examinando o caráter

falacioso do núcleo comparativo da argumentação, calcado na combinação entre analogia e regra da justiça.

Na seção 3, propusemos um exercício analítico baseado em um diálogo entre filha e responsável centrado na seguinte questão: *é ou não é hora de a criança ir dormir?*. Para guiar a atividade, propusemos um roteiro que orienta o processo de reconstrução normativa do raciocínio argumentativo, raciocínio esse que, no exercício, é essencialmente calcado no argumento pragmático (em ambas as suas variantes: consequências positivas e consequências negativas).

Esperamos, assim, que este capítulo tenha sido capaz de fornecer ao leitor caminhos para uma análise lógico-informal dos raciocínios argumentativos e o tenha instigado a aplicar seus princípios e métodos em sala de aula e em suas pesquisas. Sugerimos aos interessados em conhecer as discussões mais recentes da área, seus múltiplos objetos de pesquisa e um pouco de sua história, a leitura do livro *Informal Logic: a 'Canadian' approach to argument*, organizado por Federico Puppo, em 2019, disponível gratuitamente na página da série *Windsor Studies in Argumentation*.

No capítulo **Lógica Informal: uma introdução aos procedimentos de análise e de avaliação dos argumentos**, escrito por Paulo Roberto Gonçalves-Segundo, propõe-se uma incursão introdutória no campo disciplinar denominado Lógica Informal, a partir da apresentação de algumas de suas principais premissas teóricas, bem como um conjunto de procedimentos analíticos orientados à reconstrução normativa e à avaliação dos raciocínios argumentativos. Para tal, o autor deste capítulo começa pelo verbete *Informal Logic*, da Stanford Encyclopedia of Philosophy, passando por referências indefectíveis para se conhecer um pouco mais do entrelaçamento entre o lógico, o dialético e a argumentação. Nessa incursão, apresenta-se o campo disciplinar que toma a argumentação da vida real como centro de sua reflexão, mostrando-se ao leitor, de forma bastante didática, como podemos fazer a reconstrução normativa de um raciocínio argumentativo e, em segundo lugar, como podemos avaliar a qualidade de uma argumentação com base em um arcabouço analítico lógico-informal aplicado, a partir da apresentação de conceitos como: esquema argumentativo, falácia e cogência. O capítulo nos oferece, a partir de minuciosa exposição teórica, um exemplo de análise argumentativa, a partir de matéria jornalística que trata do relaxamento de normas concernentes à posse de armas no Brasil (coincidentemente o mesmo fato fora utilizado em outro capítulo desta coletânea, mas sob prisma diferente). Ali o autor do capítulo perscruta a reconstrução normativa do raciocínio argumentativo empregado, destacando a interação entre os esquemas de analogia, de regra da justiça e de raciocínio prático mobilizados em defesa de uma tese e examinando o caráter falacioso do núcleo comparativo da argumentação analisada. Por fim, o autor propõe um exercício analítico com chave de correção a partir de uma argumentação corriqueira entre pai e sua filha de apenas quatro anos. Nesse sentido, o leitor é convidado a realizar a reconstrução normativa do raciocínio argumentativo em uma interação familiar.

A TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA E A POLIFONIA ENUNCIATIVA: ARGUMENTANDO COM A VOZ DO OUTRO

Erivaldo Pereira do Nascimento

Este capítulo objetiva refletir sobre a polifonia enunciativa, demonstrando como essa se constitui em um fenômeno semântico-argumentativo e se materializa em enunciados de língua em uso. Para tal, apresentamos, inicialmente, os princípios da Teoria da Argumentação na Língua, de Ducrot (1987, 1988) e colaboradores, seguidos de um breve panorama sobre os estudos da polifonia.

Partimos da discussão sobre polifonia para demonstrar como Oswald Ducrot (1987, 1988) questiona o princípio da unicidade do sujeito falante e propõe que o sentido dos enunciados é, por natureza, polifônico. Em seguida, discutimos o desdobramento das funções do sujeito falante (locutor, enunciatador e sujeito empírico) e apresentamos diferentes fenômenos e tipos de polifonia: de locutores, de enunciatadores, SE-Locutor e intertextualidade.

Em seguida, apresentamos, por meio de exercícios escritos de análise linguística, como os diferentes fenômenos polifônicos se materializam, em enunciados de língua em uso, ativados por determinadas marcas e estruturas linguísticas, constituindo-se em estratégia argumentativa.

Na última seção, traçamos algumas considerações sobre a importância dos estudos da polifonia tanto para a Linguística Descritiva, como para o ensino de língua. Ressaltamos que este capítulo revisa e complementa

discussões teóricas anteriormente apresentadas em diferentes trabalhos de nossa autoria (NASCIMENTO 2009; 2010; 2015; entre outros), aqui apresentados com fins didáticos.

1 A Teoria da Argumentação na Língua: princípios básicos

A Teoria da Argumentação na Língua (TAL), proposta por Ducrot e colaboradores, no âmbito da Semântica Argumentativa, postula que a argumentação está marcada na própria língua. Para Ducrot (1988), a conclusão não se explica somente através do fato utilizado como argumento, mas, principalmente, através da forma linguística utilizada pelo locutor na apresentação desse fato.

Na perspectiva linguística, a argumentação deixa, portanto, de ser vista como uma simples habilidade para convencer e persuadir e passa a ser compreendida como uma característica intrínseca à língua (DUCROT, 1988) e à interação humana (ESPÍNDOLA, 2003; NASCIMENTO, 2009), a qual, conseqüentemente, permite que o falante, ao utilizar a língua, imprima sua subjetividade e oriente seus enunciados em razão de determinadas conclusões.

Ducrot (1987, 1988) observou que há pares de frases na língua possíveis de serem utilizados, em um mesmo contexto enunciativo e que, se referindo ao mesmo fato, orientam para conclusões discursivas diferentes e, às vezes, até opostas. Por exemplo, em um contexto em que o trabalho conduz ao êxito e um sujeito denominado Paulo realiza um certo trabalho, dois enunciados diferentes podem ser proferidos a respeito:

Exemplo 01

A – Paulo trabalhou pouco.

B – Paulo trabalhou um pouco.

O fato é o mesmo, mas os dois enunciados apresentam orientações argumentativas diferentes. O enunciado A conduz para a conclusão segundo a qual Paulo não merece recompensa e o enunciado B leva a uma conclusão inversa: Paulo merece ser recompensado. Ao analisar os enunciados dessa natureza, Ducrot (1987, 1988) observa que as conclusões não estão

no fato em si, mas na língua propriamente dita: a frase *X pouco* conduz a uma conclusão negativa e a frase *X um pouco* conduz a uma conclusão positiva, no mesmo contexto enunciativo.

Ducrot (1988) afirma ainda que o objetivo geral de sua teoria da argumentação é opor-se à concepção tradicional do sentido. Ele relata que, geralmente, se distinguem três indicações no sentido do enunciado: objetivas, subjetivas e intersubjetivas. As indicações objetivas consistem na representação da realidade, as subjetivas indicam a atitude do locutor perante a realidade e as intersubjetivas dizem respeito às relações do locutor com as pessoas a quem se dirige.

Como exemplo dessa descrição, Ducrot (1988, p. 50) traz o seguinte enunciado.

Exemplo 02

Pedro é inteligente. (Pedro es inteligente.)

No exemplo 02, o aspecto objetivo do enunciado seria a descrição de Pedro, o subjetivo indicaria uma espécie de admiração do locutor por Pedro e o aspecto intersubjetivo ocorreria porque o enunciado permitiria ao locutor pedir ao seu destinatário que confie em Pedro, por exemplo. Ducrot ainda acrescenta que o aspecto objetivo é chamado frequentemente de denotação e os aspectos subjetivo e intersubjetivo, de conotação.

Ducrot (1988, p. 50) se opõe a essa interpretação e, em contraposição à concepção tradicional de sentido, apresenta sua teoria. Para esse linguista, a linguagem ordinária não possui uma parte objetiva, tampouco os enunciados descrevem a realidade: “Não acredito que a linguagem ordinária possua uma parte objetiva, tampouco que os enunciados da linguagem acessem diretamente a realidade, em todo o caso, não a descrevem diretamente”. Para o autor, se a linguagem ordinária descreve a realidade é através dos aspectos subjetivo e intersubjetivo, que o teórico os reúne, denominando-os de valor argumentativo dos enunciados.

Retomando o exemplo 2 (Pedro é inteligente.), Ducrot (1988) afirma que a descrição de Pedro está muito ligada à admiração subjetiva que Pedro

desperta no locutor, e acrescenta que, ao dizer esse enunciado, o locutor pede ao seu interlocutor que se porte de determinada maneira com Pedro.

Para Ducrot, portanto, a língua é fundamentalmente argumentativa. Essa tese recebe ainda um adendo, realizado por Espíndola, para afirmar que não só a língua é argumentativa como também o seu uso.

Filiamo-nos à tese de Anscombe-Ducrot para quem a língua é fundamentalmente argumentativa, fazendo um adendo a essa tese: o uso também é argumentativo. Dessa forma reescrevemos a tese original de Anscombe e Ducrot – a língua e o seu uso são fundamentalmente argumentativos (ESPÍNDOLA, 2003, p.1).

Convém acrescentar aqui que a preocupação de Ducrot é com a estrutura e não com o uso dessa estrutura, muito embora acabe por fazer referência, em muitos dos seus conceitos, aos contextos intra e extralinguístico. Isso ocorre, por exemplo, quando determina o valor argumentativo de uma palavra: para Ducrot, o valor argumentativo de uma palavra é definido pela orientação que esta palavra dá ao discurso.

A palavra *sentido*, em Ducrot (1988, p. 52) significa, ao mesmo tempo, significação e direção: “A palavra *sentido* significa pelo menos duas coisas. Por uma parte significação e por outra, direção, em inglês *meaning* e *direction* respectivamente”. Ele acrescenta que essa polissemia da palavra *sentido*, própria das línguas românicas, é muito significativa, pois indica que o sentido de uma palavra é, ao mesmo tempo, uma orientação no discurso: essa é a ideia que ele pretende expressar com a noção de valor argumentativo. Desta maneira, pode-se perceber que, para Ducrot (1988), a argumentação está ligada não somente ao sentido estrito do enunciado, mas à direção que esse enunciado dá ao discurso. Assim, a utilização de uma palavra, termo ou estrutura linguística, em um enunciado,¹ permitiria determinadas direções (continuidades discursivas), em detrimento de outras, provocando determi-

¹ Vale ressaltar que o conceito de frase e enunciado não se confundem nessa teoria. A frase é vista como uma entidade linguística abstrata, que não pertence ao campo do observável. É essa construção abstrata que permite a realização do enunciado. Este é observável, é a manifestação da frase, logo um fragmento do discurso. A língua, por sua vez, é composta de uma sucessão de frases; enquanto o discurso é composto por uma sucessão de enunciados.

nados efeitos de sentido. Por essa razão, podemos afirmar que argumentação e sentido, nesta teoria, estão estritamente relacionados.

A língua, de acordo com a Teoria da Argumentação na Língua (TAL), fornece-nos diferentes palavras, estruturas e frases para que as utilizemos e que funcionam diferentemente, do ponto de vista argumentativo. Os estudos de Ducrot e seus colaboradores descrevem essas estratégias e fenômenos, entre os quais se encontram: os operadores argumentativos; os enunciativos negativos, humorísticos e irônicos; as estruturas linguístico-discursivas que assinalam a polifonia no discurso; a pressuposição; a argumentação por autoridade; e os modalizadores discursivos.

Na próxima seção, apresentamos os estudos sobre a polifonia enunciativa, um dos fenômenos que materializam argumentação na língua e no discurso.

2 A polifonia como fenômeno de argumentação

O termo polifonia é oriundo do universo musical para designar um tipo de composição musical em que se superpõem diversas vozes, é utilizado nos estudos de Michel Bakhtin (2002) sobre os romances de Dostoiévski, quando postulou a existência de dois tipos de literaturas: a dogmática, de tipo monológica, e a carnavalesca, popular ou polifônica. Bakhtin (2002) afirma que essa literatura polifônica foi utilizada por Dostoiévski e marca o surgimento de um herói que possui uma voz que se coloca de igual para igual com a voz do autor.

Ducrot (1987; 1988) traz o termo polifonia para a linguística, com o objetivo de questionar o princípio da unicidade do sujeito falante e, ao mesmo tempo, propor que o sentido dos enunciados é, por natureza, polifônico. Assim, pretende provar que um enunciado – “manifestação particular” ou “ocorrência *hic et nunc* de uma frase” (DUCROT, 1987, p. 164) – pode ser perpassado por mais de uma voz, ou seja, Ducrot pretende mostrar que o autor do enunciado não se expressa nunca diretamente, mas põe em cena, no mesmo enunciado, um certo número de personagens linguísticos.

Para Ducrot, a língua mesma dispõe de vários recursos linguísticos e fenômenos discursivos que permitem a construção de discursos polifônicos, entre os quais estão a pressuposição, a paráfrase e a negação.

A unicidade do sujeito é um postulado linguístico, segundo o qual em cada enunciado há somente uma pessoa que fala. De acordo com Ducrot (1987, p. 179), esse sujeito possuiria três propriedades: ser dotado de uma atividade psicofisiológica indispensável à produção do enunciado; ser o autor, responsável pelos atos ilocutórios (ordem, pergunta, asserção etc.) realizados na produção do discurso; ser designado em um enunciado pelas marcas de primeira pessoa (o *eu* que aparece no texto).

Segundo Ducrot (1987, p. 179), “considera-se como óbvio que este ser designado por eu é ao mesmo tempo o que produz o enunciado, e também aquele cujo enunciado expressa as promessas, asserções, etc.”. No entanto, no relato em estilo direto é possível encontrar casos em que esse *eu* não se refere à pessoa que o pronuncia, mas a uma segunda pessoa, como no exemplo a seguir.

Exemplo 03

Eu escutei o que Pedro afirmou: “eu não irei para a festa”.

No exemplo 03, há duas marcas de 1ª pessoa. A primeira se refere ao locutor responsável pelo enunciado como um todo e que o proferiu (do-ravante L1). O segundo *eu*, no entanto, não se refere a esse locutor, mas a um segundo locutor (L2 – Pedro), que é responsável pelo segmento “eu não irei para a festa”. Entrou em cena, portanto, uma segunda pessoa do discurso (L2), a quem o segundo *eu* é atribuído.

Outro exemplo, citado por Ducrot (1987, p. 182), que coloca em questão as propriedades acima referidas, é o caso dos documentos escolares que os pais costumam assinar, autorizando seus filhos a realizarem determinada atividade. Esse tipo de correspondência possui, geralmente, um enunciado do tipo “Eu, fulano de tal, autorizo meu filho a.... Assinado...”. Esse *eu* se refere ao pai que assina e, como tal, responsabiliza-se pelo teor da autorização. No entanto, não designa o autor do texto, aquele que produziu o documento (a secretária, diretora, ou outro funcionário da escola que elaborou e padronizou o documento).

O exemplo das autorizações escolares coloca em evidência que o autor empírico do enunciado nem sempre é quem se responsabiliza por ele. É para resolver esse problema, entre outros, que Ducrot propõe a sua Teoria Polifônica da Enunciação. O autor começa por definir três funções diferentes, para o sujeito da enunciação: sujeito empírico (SE), locutor (L), e enunciador (E).

1 – O sujeito empírico (SE) é o autor efetivo, o produtor do enunciado: “O sujeito empírico é o autor efetivo, o produtor do enunciado. Mas determinar quem é o sujeito empírico é bem menos fácil do que se poderia acreditar²” (DUCROT, 1988, p. 16).

2 – O locutor (L) é aquele que se apresenta como responsável pelo discurso, a quem se referem as marcas de 1ª pessoa do discurso. Como afirma Ducrot (1987, p. 182), trata-se do ser que, no próprio sentido do enunciado, é apresentado como seu responsável: “alguém a quem se deve imputar a responsabilidade deste enunciado. É a ele que se refere o pronome eu e as outras marcas de 1ª pessoa”.

Ducrot (1987) também postula que o locutor pode ser totalmente diferente do sujeito empírico (o produtor efetivo do enunciado), já que o locutor se trata, geralmente, de um personagem fictício a quem o enunciado atribui a responsabilidade de sua enunciação. O locutor “tem marcas no enunciado mesmo: as de primeira pessoa (eu, mim, me etc.) e, em certa medida, aqui, agora...” (DUCROT, 1988, p. 17).

O autor ainda diferencia, no interior da própria noção de locutor, o “locutor enquanto tal” (L) e o “locutor enquanto ser do mundo” (λ), ambos seres do discurso:

L é o responsável pela enunciação, considerado unicamente enquanto tendo esta propriedade. λ é uma pessoa “completa” que possui, entre outras propriedades, a de ser a origem do enunciado – o que não impede que L e λ sejam seres de discurso, constituídos no sentido do enunciado e cujo estatuto metodológico é, pois, totalmente diferente daquele do sujeito

2 Para Ducrot, (1988), a dificuldade de determinar o sujeito empírico não é um problema linguístico, uma vez que o linguista semanticista deve se preocupar com o sentido do enunciado, ou seja, o que interessa ao semanticista é o que está no enunciado e não as condições externas de sua produção.

falante (este último deve-se a uma representação “externa” da fala, estranha àquela que é veiculada pelo enunciado) (DUCROT, 1987, p. 188).

Ducrot (1987) postula que L pertence ao comentário da enunciação feita globalmente pelo sentido e λ pertence à descrição do mundo feita pelas asserções interiores ao sentido.

3 – Os enunciadores (E) são pontos de vista que o locutor apresenta em seu discurso, assumindo determinadas posições a respeito desses enunciadores: “Na teoria da polifonia, ao contrário, o enunciado apresenta uma multiplicidade de pontos de vista diferentes e o locutor toma uma multiplicidade de atitudes com relação a esses pontos de vista” (DUCROT, 1988, p. 68).

Após haver identificado os diferentes seres do discurso, Ducrot (1987; 1988) propõe a existência de dois tipos de polifonia presentes nos enunciados e, conseqüentemente, no discurso: a polifonia de enunciadores e a polifonia de locutores, as quais apresentamos a seguir. Apresentamos ainda os fenômenos do SE-Locutor e da Intertextualidade, manifestações da polifonia descritas, respectivamente, por Anscombe (2005, 2010) e por Koch (2004).

A **polifonia de locutores** é encontrada, segundo Ducrot (1987), no discurso relatado em estilo direto. Para o autor, nos enunciados com esse tipo de estilo, há uma pluralidade de responsáveis, “dados como distintos e irredutíveis” (DUCROT, 1987, p. 182). Assim, retomando o enunciado do exemplo 03 (Eu escutei o que Pedro afirmou: “eu não irei para a festa”), há duas marcas de 1ª pessoa, atribuídas a dois locutores distintos. A primeira ocorrência da palavra *eu* é atribuída a um locutor responsável pelo discurso como um todo (L1), e o segundo eu é atribuído a outro locutor (L2 = Pedro). Nesse sentido, afirma o autor:

Assim, é possível que uma parte de um enunciado imputado globalmente a um primeiro locutor seja, entretanto, imputado a um segundo locutor (do mesmo modo que, num romance, o narrador principal pode inserir no seu relato o relato que lhe fez um segundo narrador) (DUCROT, 1987, p. 185).

De acordo com Ducrot (1987), essa possibilidade de desdobramento do locutor permite não somente dar a conhecer o discurso atribuído a alguém como também produzir um eco imitativo, ou ainda organizar um teatro no interior da própria fala, ou que alguém se torne porta-voz de um outro e empregue, no mesmo discurso, eus que remetem tanto ao porta-voz quanto à pessoa da qual é porta-voz.

A língua escrita dispõe de uma série de recursos para assinalar o discurso relatado e, por conseguinte, a mudança de locutores, no texto. As marcas mais comuns são o travessão, as aspas, os dois pontos, os verbos *dicendi*, a entonação, entre outros.

A **polifonia de enunciadores** ocorre quando, no mesmo enunciado, são identificados pontos de vista diferentes, colocados em cena pelo locutor. Os enunciadores são, portanto, esses pontos de vista que o locutor traz para o seu discurso, como afirma Ducrot (1987, p. 193): “De uma maneira análoga, o locutor, responsável pelo enunciado, dá existência, através deste, a enunciadores de quem ele organiza os pontos de vista e as atitudes”.

Ao colocar em cena esses enunciadores, o locutor assume diferentes posições com relação a esses enunciadores, ora aprovando-os, ora assimilando-se a eles, ora se opondo a eles. No entanto, o mais importante para Ducrot é que a presença dos enunciadores está intrinsecamente relacionada com o sentido do enunciado.

Como exemplo de polifonia de enunciadores, Ducrot (1987) cita a pressuposição, o humor e a ironia, a negação, os enunciados formulados com *masPA* (operador de contraposição), entre outros. Em cada um deles, o locutor assume diferentes posições perante os enunciadores que atualiza.

O **SE-locutor** (ON-locuteur) é um dos fenômenos de polifonia enunciativa descrita por Anscombre (2005; 2010) e constitui-se em uma voz colocada em cena, no próprio enunciado, pelo locutor responsável pelo discurso, introduzida por marcadores de citações genéricos (segundo, diz-se etc.) e que pode estar associada, em alguns contextos, à voz da *doxa* (nos provérbios, por exemplo) ou a uma voz coletiva, na qual o locutor como ser do mundo (λ) pode ou não estar incluído. Anscombre (2010, p. 42) afirma que o SE-locutor é um fenômeno que possui três propriedades básicas: ser

uma voz constitutiva do discurso e introduzida pelo locutor; tratar-se de uma voz coletiva; constituir-se em uma voz anônima: “Rappelons qu’un ON-locuteur est caractérisé par trois propriétés: a) Il s’agit d’une voix (ici constitutive) du discours mis en place par le locuteur; b) Cette voix est collective; c) Cette voix est anonyme”.

A partir dos estudos realizados por Anscombre (2005, 2010), Bastos (2017) observa que o fenômeno do SE-locutor ocorre em diferentes situações, que podem ser resumidas em três grandes grupos:

Grupo A: Nesse grupo, estão os marcadores aparentemente especializados em introduzir ON-locutor, como as expressões formadas por *SE + verbos de dizer*, a exemplo de “como se diz”;

Grupo B: Fazem parte desse grupo certas entidades lexicais que também podem assumir o papel de introdutores desse SE-locutor, como “o rumor público”, “os cientistas”, “os especialistas” etc.;

Grupo C: Nesse grupo estão incluídas algumas funções que aparecem intimamente ligadas à introdução de SE-locutor, tais como: o tema, a pressuposição, as asserções, formas sentenciosas, as frases genéricas analíticas ou tipificantes *a priori*, como por exemplo os provérbios populares: “Ri por último quem ri melhor”.

A **intertextualidade** é uma das principais manifestações do fenômeno da polifonia, conforme assinala Koch (2004), dada a amplitude desse último conceito. A autora afirma que, na intertextualidade, faz-se necessária a presença do intertexto, cuja fonte pode ser explicitamente mencionada ou não. A polifonia, por sua vez, “exige apenas que se representem, encenem (no sentido teatral), em dado texto, perspectivas ou pontos de vista de enunciadores diferentes” (KOCH, 2004, p. 154, grifo da autora).

Assim, a intertextualidade passa a ser considerada como um tipo de polifonia enunciativa, que demanda a presença de um intertexto (outro texto anteriormente produzido) no enunciado, o qual faz parte da memória social de uma coletividade ou da memória discursiva dos interlocutores, como assinala a autora, e costuma ser dividida em dois tipos: intertextualidade explícita e implícita.

A intertextualidade explícita ocorre quando, no próprio texto ou enunciado, menciona-se o texto fonte, a origem do intertexto. Esse é o caso das citações, referências, menções, resumos, resenhas, traduções, do argumento por autoridade e das retomadas da fala do parceiro interlocutor na língua falada, como exemplifica Koch (2004). A autora sugere que a intertextualidade explícita corresponderia, dadas as devidas proporções, ao que Ducrot denominou de polifonia de locutores.

Já a intertextualidade implícita ocorre quando a fonte do intertexto não é mencionada e esse é utilizado “com o objetivo quer de seguir-lhe a orientação argumentativa, quer de colocá-lo em questão, para argumentar em sentido contrário” (KOCH, 2004, p. 146). Assim, a intertextualidade pode se dar de duas formas: com valor de captação, seguindo a orientação argumentativa do texto-fonte; ou com valor de subversão – com orientação argumentativa contrária ao texto-fonte.

Apresentados os principais fenômenos polifônicos, demonstramos, na próxima seção, através de um exercício de análise linguística, como é possível identificar a polifonia, imprimindo argumentatividade, em diferentes enunciados ou textos.

3. A polifonia em enunciados e textos: exercitando a análise

A TAL, por se tratar de uma teoria semântica da língua e do discurso, de base estruturalista, adota como elemento básico de análise a interpretação do significado (no nível da língua) e do sentido (no nível do discurso) de elementos e fenômenos linguísticos. Adota, para tal, os seguintes princípios:

- a) A significação vai da língua para o discurso;
- b) O sentido é a junção da significação (dada pela língua) com a orientação discursiva (valor argumentativo);
- c) O sentido não é externo ao discurso, mas é dado a partir da relação entre os próprios elementos linguísticos.

Assim, ao proceder a análise de um determinado elemento ou fenômeno linguístico em um determinado enunciado ou texto, faz-se necessário observar:

- 1º) a significação desse elemento ou fenômeno no nível da língua, que é trazido para o discurso;
- 2º) a relação desse elemento ou fenômeno com outros presentes na superfície textual;
- 3º) as conclusões possíveis que esse elemento ou fenômeno produz no enunciado ou discurso, ou seja, seu valor argumentativo;
- 4º) os efeitos de sentido (asseveração, rechaço, avaliação axiológica etc.) que esse elemento linguístico gera no enunciado ou discurso em que aparece.

Esses procedimentos são básicos para qualquer análise no âmbito da Semântica Argumentativa. No entanto, por ser uma teoria que, em algumas de suas fases, integra aspectos enunciativos ou pragmáticos, é possível ainda acrescentar o seguinte procedimento de análise, especialmente nos estudos da polifonia enunciativa:

- 5º) O posicionamento enunciativo (assimilação, distanciamento etc.) do locutor responsável pelo discurso com relação aos enunciadores, outros locutores ou vozes introduzidas no discurso.

Com relação a esse último elemento de análise, convém ressaltar que o posicionamento enunciativo é materializado no nível do discurso, ou seja, é linguístico e não extralinguístico. Assim, observa-se o posicionamento enunciativo do locutor a partir do sentido gerado pelo uso de determinado elemento ou fenômeno linguístico no próprio enunciado, considerando sempre a continuidade e a orientação discursiva (valor argumentativo).

Convém assinalar ainda que os sujeitos linguísticos a serem observados são sempre os locutores (responsáveis pelo discurso), enunciadores e demais vozes materializadas ou evocadas no discurso e nunca o sujeito empírico (produtor efetivo).

A fim de demonstrar como se pode aplicar esses procedimentos de análise e melhor discutirmos a manifestação da polifonia em enunciados e textos de língua em uso, imprimindo argumentação, apresentamos os exercícios 01 a 03, a seguir. Reiteramos que nosso foco é a manifestação da polifonia, assim não trataremos de outros fenômenos presentes nos enunciados, igualmente importantes.

Exercício 1

1. Analise os trechos abaixo, retirados da notícia intitulada “Bolsonaro afaga China e agradece liberação de insumo para Coronavac”,³ publicada em 26 de janeiro de 2021, no portal de notícias UOL, e faça o que se pede:
 - a) Identifique o(s) tipo(s) de polifonia presente(s) em cada trecho.
 - b) Descreva a(s) polifonia(s) encontrada(s).
 - c) Diga o posicionamento do locutor responsável pela notícia (L1) com relação aos demais locutores e vozes presentes nos trechos.

Trecho 1

Pressionado pelo atraso no início da vacinação no Brasil e pela queda em sua popularidade, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) afagou nesta segunda (25) o governo chinês – frequentemente atacado por uma ala do bolsonarismo – por ter dado sinal verde ao envio de um lote de insumos da Coronavac. [...]

“A Embaixada da China nos informou, pela manhã, que a exportação dos 5,4 mil litros de insumos para a vacina Coronavac foi aprovada e já estão em área aeroportuária para pronto envio ao Brasil, chegando nos próximos dias”, escreveu o presidente.

“Assim também os insumos da vacina AstraZeneca estão com liberação sendo acelerada. Agradeço a sensibilidade do governo chinês, bem como o empenho dos ministros Ernesto Araújo [Relações Exteriores], Eduardo Pazuello [Saúde] e Tereza Cristina [Agricultura].”

3 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/01/bolsonaro-afaga-china-e-agradece-liberacao-de-insumo-para-coronavac.shtml>, Consulta realizada em: 26 jan. 2021.

Trecho 2

Após o anúncio feito por Bolsonaro, João Doria, do PSDB, reagiu e afirmou que a liberação do envio do insumo não foi obra do governo federal.

“Todo o processo de negociação com o governo chinês para a liberação de 5,4 mil litros de insumo para a vacina do Butantan foi realizado pelo Instituto [Butantan] e pelo governo de São Paulo, que vem negociando com os chineses a importação de vacinas e insumos desde maio do ano passado.”

Trecho 3

A Fiocruz afirmou que ainda não tem data para a saída de seu lote de IFA, que será suficiente para a produção de 7,4 milhões de doses de vacinas contra a Covid-19.

O exercício 1 diz respeito à análise de trechos com diferentes fenômenos polifônicos, recortados de uma notícia jornalística publicada no portal de notícias UOL, no dia 26 de janeiro de 2021. A notícia trata do posicionamento do governo brasileiro diante da liberação de exportação e insumos para a produção da vacina Coronavac, por parte do governo chinês, para o Brasil. O exercício foca em dois fenômenos polifônicos: a polifonia de locutores e o SE-Locutor.

Para a análise dos trechos solicita-se que a) seja identificado o fenômeno polifônico presente em cada trecho; b) descreva-se o fenômeno encontrado; c) identifique-se o posicionamento enunciativo do locutor responsável pela notícia em cada trecho analisado.

No trecho 1, é possível identificar uma polifonia de locutores marcada pela presença de dois locutores distintos: L1 – o locutor responsável pela notícia (locutor-narrador em terceira pessoa) e L2 – o presidente Jair Bolsonaro. O relato de L2 é apresentado sob a forma de estilo direto e introduzido por L1 através dos verbos *dicendi* afagar (1º parágrafo), modalizador avaliativo,⁴ e escrever (2º parágrafo), não modalizador.

4 Os modalizadores avaliativos são aqueles que imprimem um juízo de valor ou julgamento sobre o conteúdo do enunciado, excetuando-se qualquer caráter epistêmico ou deontico, conforme assinalam Nascimento e Silva (2012).

O fato do discurso de L2 ser apresentado sob a forma de estilo direto e com o verbo *dicendi* escrever, não modalizador, poderia implicar, inicialmente, em um posicionamento neutro de L1 com relação ao discurso de L2. No entanto, não é isso o que ocorre. O verbo afagar, presente no primeiro parágrafo, indica como todo o discurso de L2 deve ser lido, imprimindo um posicionamento de L1. Desse modo, se constitui em um verbo *dicendi* avaliativo, já que não somente apresenta o dizer alheio, mas o avalia, indicando como deve ser lido pelo interlocutor da notícia: como um afago.

É importante assinalar que esse verbo é utilizado de forma irônica nesse texto para criticar a fala do presidente Jair Bolsonaro com relação à importação dos insumos. Convém lembrar que a vacina Coronavac, produzida pelo Instituto Butantã em parceria com a empresa chinesa Sinovac, recebeu duras críticas do presidente do Brasil e de toda a sua equipe, o que teria gerado um problema diplomático. Atribui-se a essa crise o atraso no envio de insumos para o Brasil, o que teria forçado o governo brasileiro a rever seu posicionamento perante a China. Assim, através do verbo afagar, modalizador avaliativo, é possível identificar o posicionamento enunciativo (ironia e crítica) do locutor responsável pela notícia com relação ao discurso de L2 (Jair Bolsonaro), o que o constitui em uma marca de argumentação linguística no texto.

No trecho 2, por sua vez, encontramos a polifonia de locutores sob a forma de estilo direto corroborando o estilo indireto. L1, o locutor responsável pela notícia, apresenta o discurso de L3, João Dória, governador do estado de São Paulo, inicialmente sob a forma de estilo indireto (1º parágrafo: *a liberação do envio do insumo não foi obra do governo federal*) e depois sob a forma de estilo direto (2º parágrafo – trecho marcado pelas aspas).

O trecho em estilo direto reitera o que foi posto sob a forma de estilo indireto e essa estratégia, conforme assinala Nascimento (2009), isenta L1 de responsabilidade sob o dito do terceiro locutor. No entanto, apesar de L1 não assimilar o discurso de L3, ou seja, não se responsabilizar pelo que foi dito pelo terceiro locutor, não o deixa de avaliar. Essa avaliação se dá pelo uso dos verbos *dicendi* utilizados para a introdução do discurso alheio: reagiu e afirmou.

Os verbos *dicendi* reagir, modalizador avaliativo, e afirmar, modalizador epistêmico [5] asseverativo, indicam como o discurso de L3 (João Dória) deve ser lido: uma reação ao discurso de Jair Bolsonaro e uma afirmação ao mesmo tempo. O verbo afirmar, portador da síntese léxica *dizer+certeza* (CERVONI, 1989), indica que o discurso de L3 deve ser lido como algo certo ou verdadeiro. Assim, favorece o discurso de L3. O verbo reagir, por sua vez, imprime o modo como o discurso de L3 deve ser lido, como uma reação, um posicionamento contrário ao do presidente. Convém ressaltar que o governador do estado de São Paulo, a quem de certa forma está vinculado o instituto Butantã (órgão associado à USP – Universidade de São Paulo), assumiu posicionamento diferente do governo brasileiro, mantendo parceria com o governo chinês para a importação e a produção da vacina Coronavac no Brasil. Assim, em razão dos verbos *dicendi* utilizados, percebe-se que o posicionamento de L1 (locutor responsável pela notícia) é mais favorável, do ponto de vista enunciativo, ao discurso de L3 (João Dória) do que ao discurso de L2 (Jair Bolsonaro).

No trecho 3, a polifonia se dá pela presença de um SE-Locutor, voz coletiva evocada por L1 através do verbo *dicendi* afirmou e da palavra Fio-cruz, que dá nome a um instituto de pesquisa, responsável pela importação e produção da vacina AstraZeneca/Oxford no Brasil. O trecho introduzido pelo verbo *dicendi* modalizador epistêmico asseverativo afirmar (*ainda não tem data para a saída de seu lote de IFA*) traz a informação de que não há data prevista para a saída, da China para o Brasil, dos insumos utilizados pelos pesquisadores do referido instituto para a produção da vacina. Essa é uma voz coletiva uma vez que é atribuída aos que fazem o instituto como o todo, ou seja, a uma coletividade com contornos mais ou menos definidos, e não a um locutor em específico. Essa voz é apresentada por L1 sob a forma de estilo indireto e com um verbo *dicendi* portador da síntese léxica *dizer+certeza* o que na notícia jornalística configura, conforme Nascimento (2009), um engajamento de L1 com relação ao discurso relatado. Assim é possível identificar o posicionamento enunciativo do locutor responsável pela notícia que, ao utilizar o verbo *dicendi*, também indica como o discurso do SE-Locutor deve ser lido pelo interlocutor da notícia: como algo certo ou verdadeiro.

No exercício 02, a seguir, demonstramos como podem ser trabalhados outros fenômenos polifônicos, presentes em enunciados e textos.

Exercício 2

1. Considere a tira abaixo e responda às questões a seguir.



Fonte: <http://www.uol.com.br>, s/d, consulta realizada em: 10 out. 2008.

- Qual a função da palavra **mas** no terceiro balão?
 - Esse operador ativa polifonia? Se isso acontecer, faça a descrição polifônica, identificando as vozes ou pontos de vista introduzidos ou evocados e o posicionamento do locutor com relação a cada um deles.
 - De que maneira o funcionamento desse operador é indispensável para a construção de sentidos no texto?
2. Leia o texto que segue, coletado do portal Charge Online e responda às questões sobre o referido texto:



Fonte: Nani. Disponível em www.chargeonline.com. Consulta em: 10 dez. 2015.

a) Que notícias, textos ou fatos da história recente do Brasil precisam ser recuperados para a leitura desta charge? Como é possível recuperá-los?

b) A charge faz referência a um ditado popular, que está representado graficamente pela faca e pelo queijo. Nesse sentido, responda:

Que ditado é esse?

A que fatos políticos recentes podemos associá-lo?

Com que finalidade esse ditado é retomado, no texto?

c) Identifique os pontos de vista que podem ser ativados a partir da palavra *ainda* presente no enunciado presente no texto “O que vocês ainda querem?”. Em seguida, diga como se posiciona o personagem Dilma com relação a esses pontos de vista.

d) Que ponto de vista é introduzido no texto a partir do enunciado proferido pelos ratos? E como eles se posicionam com relação a esse ponto de vista?

e) Considerando que a charge se constitui em texto humorístico e irônico, como se posiciona o chargista com relação aos pontos de vista identificados no texto?

A questão 1 do exercício 2 está focada na polifonia de enunciadores. A primeira pergunta (letra a) questiona a função do operador *mas*, presente no terceiro balão da tira. Conforme se pode depreender do texto, o referido operador contrapõe argumentos presentes no primeiro e segundo balão (o locutor-personagem promete que irá parar de beber) com os argumentos do terceiro balão (o locutor afirma que antes vai tomar 28 doses de uma bebida alcoólica – Dry Martini).

A segunda pergunta (letra b) pergunta se o operador ativa polifonia e pede que, caso seja, a polifonia seja descrita. Os operadores de contraposição, conforme assinala Ducrot (1988) ativam a polifonia de enunciadores: faz-se necessário identificar quatro enunciadores e o posicionamento do locutor com relação a cada um deles. No caso do texto, os enunciadores são os seguintes:

E1: Chega de bebedeira, de bater a cabeça e me meter em encrencas / Daqui pra frente vou ficar quieto, ter uma vida disciplinada e sem sobressaltos.

E2 (conclusão –r): Vou parar de beber.

E3: Mas antes vou tomar 28 doses de Dry Martini.

E4 (conclusão não –r): Não vou parar de beber.

Os enunciadores E1 e E3 são explicitamente postos no enunciado. Os enunciadores E2 e E4 são as conclusões possíveis a partir dos enunciadores anteriores, as quais, segundo Ducrot, precisam ser elaboradas.

Com relação aos enunciadores, o locutor-personagem (L2) aprova E1, mas não o assimila, ou seja, não toma como o posicionamento que orienta o seu discurso. Com relação a E3 e E4, o posicionamento é de assimilação, uma vez que são esses enunciadores que são considerados e admitidos pelo locutor-personagem. Com relação a E2, o posicionamento é de rechaço, uma vez que o locutor-personagem a abandona após a introdução do operador *mas*.

Na terceira pergunta (letra c) questiona-se de que maneira o funcionamento do operador *mas* contribui para a construção de sentidos no texto. É importante observar que a introdução desse operador quebra a expectativa gerada no primeiro e no segundo quadro, provocando a ironia e o humor no texto. Além disso, a partir de sua introdução é possível perceber prováveis sentidos e orientações argumentativas. O locutor-personagem (L2), introduzido pelo locutor quadrinista Lauros (L1), traz uma promessa (parar de beber) que não é cumprida. Essa promessa é ironizada por L1, através do uso do operador *mas* (quebrando expectativa) e da própria imagem presente no terceiro quadro (o personagem segurando as taças de Martini). Essa ironia gera o humor e permite a ativação do ponto de vista segundo o qual não se deve fiar em conversa de bêbado, uma vez que ele nunca a cumpre. Assim o operador de contraposição e a ativação dos enunciadores é de fundamental importância para a construção do sentido global do texto.

A questão 2, com o gênero charge, explora diferentes fenômenos polifônicos presentes no texto: polifonia de enunciadores, intertextualidade e SE_Locutor. A pergunta a) foca na intertextualidade; a b) trabalha com o SE_Locutor; e as perguntas c), d) e e), com a polifonia de enunciadores.

Na letra a) da questão 2, faz-se necessário retomar outros textos (notícias, reportagens etc.) ou informações a respeito do governo da presidente Dilma Rousseff, no que se refere, especialmente, a sua relação com o Congresso Nacional, aos cargos e benefícios que foram dados aos deputados e senadores e que, mesmo assim, não evitaram o seu processo de *impeachment*. É preciso recuperar também informações sobre a pressão gerada, por parte da população (as mobilizações das ruas) e da imprensa, em favor do referido processo de impedimento.

A retomada dessas informações e textos da memória coletiva (intertextualidade) é necessária em razão de a charge ser um texto datado, ou seja, “normalmente esses textos remetem a notícias atuais (que estão sendo veiculadas naquele exato momento pela mídia)” (NASCIMENTO, 2010, p. 73). Por esse motivo, o isolamento da charge de seu contexto de produção pode comprometer a sua leitura. É por esse motivo que é possível afirmar que a charge é por natureza polifônica, ou intertextual, uma vez que dialoga com outros textos e discursos.

A segunda pergunta foca na necessidade de se recuperar um SE_Locutor, uma voz coletiva e anônima, que fundamenta toda a construção argumentativa do texto. Trata-se do ditado popular “Você está com a faca e o queijo nas mãos”. Essa voz coletiva (*vox populis*) é retomada, no texto, para associar a) a relação da presidente Dilma Rousseff com o Congresso Nacional, no sentido de demonstrar que não basta dar o queijo (cargos e dinheiro) aos deputados e senadores (caricaturados na imagem por ratos), mas é preciso também dar-lhes o poder absoluto (a faca), ou seja, o comando sobre o executivo e a presidência; e b) a situação política de Dilma Rousseff e a sua rejeição popular e pela imprensa, ou seja, o congresso já tem o apoio popular e da imprensa (queijo), faltando-lhe apenas tomar o poder com o *impeachment* da presidente (a faca). A menção ao ditado popular “Você está com a faca e o queijo nas mãos” constitui-se ainda um caso de intertextualidade implícita, na perspectiva adotada por Koch

(2004), uma vez que a fonte do intertexto não é mencionada (espera-se que o interlocutor consiga recuperá-lo e o considere enquanto tal: um ditado popular), e com valor de captação, já que a orientação argumentativa do texto-fonte é mantida, ou seja, não há subversão do texto fonte.

As perguntas c), d) e e) estão focadas na polifonia de enunciadores, como o objetivo de identificar e analisar os diferentes pontos de vista (enunciadores) que são introduzidos no texto pelo locutor responsável pela charge (L1). A terceira pergunta (de análise linguística e leitura) leva a identificação dos enunciadores colocados em cena pelo operador ainda, ativador de pressuposição:

E1: O que vocês querem?;

E2: Vocês quiseram outras coisas antes.

Esses enunciadores (E1 e E2) estão presentes no discurso de L2, a personagem presidente Dilma. Assim, deve-se observar que, no discurso da presidente Dilma (L2), não só se questiona o que os congressistas, metafóricos por ratos, estão querendo, mas também é pressuposto (implícito) que eles já quiseram outras coisas antes: as benesses do poder (o queijo), que lhes foram concedidas, em parte, pela própria Dilma. Como se trata de uma polifonia de enunciadores, é necessário observar também o posicionamento do locutor Dilma com relação aos pontos de vista. Neste caso, como se trata de uma pressuposição, conforme assinala Ducrot (1988), o posicionamento do locutor é de identificação, com o enunciador 1, e de aprovação, com o enunciador 2, ou seja, Dilma assimila o ponto de vista segundo o qual os ratos estão querendo algo a mais, que nesse caso é o *impeachment*, e aprova o ponto segundo o qual eles já quiseram outras coisas.

A quarta pergunta foca na necessidade de se observar a resposta dada pelos ratos (congressistas) – Locutor 3, que introduz o ponto de vista (enunciador 3) segundo o qual os congressistas estão querendo o poder absoluto do país, o que será obtido através do processo de *impeachment* (ambos, o poder absoluto e o *impeachment*, representados pela imagem da faca). Ponto de vista esse assimilado pelos próprios congressistas.

A quinta e última pergunta trata da análise do posicionamento do locutor chargista (L1) com relação aos pontos de vista introduzidos por L2 e L3. Como a charge é um texto humorístico e crítico, permeado pela ironia, é preciso observar que o locutor chargista pode assumir posicionamentos diferentes dos outros locutores. Na charge em questão, o chargista (L1) assume posicionamento semelhante a Dilma (L2), no sentido de identificar-se com o ponto de vista segundo o qual os congressistas estão querendo algo mais (enunciador 1) e concordar com o ponto de vista segundo o qual eles já obtiveram outras benesses antes (enunciador 2). Mas com relação ao ponto de vista segundo o qual os deputados estão querendo tomar o poder pelo *impeachment*, o posicionamento de L1 é de ironia, portanto, de rechaço e de ridicularização. Assim, ao ironizar e ridicularizar esse terceiro ponto de vista (o enunciador 3), o locutor chargista constrói o humor presente no texto.

As questões de leitura e de análise da questão 02 objetivam levar à observação dos diferentes pontos de vistas, vozes e discursos que permeiam o texto, de modo a não só identificar essas vozes, mas também a verificar como essas vozes são apresentadas e utilizadas em razão de uma determinada orientação argumentativa.

Exercício 3

1) Os enunciados abaixo se constituem em títulos ou chamadas de notícias, que foram coletadas em portais da internet. Analise o funcionamento das aspas e explique o seu funcionamento:

a) “O PSDB desses caras não é o meu PSDB”, diz Tasso (Portal terra.com.br em 10/11/2017).

b) Simone fala que “sofre” para conseguir fazer dieta (Portal globo.com em 10/11/2017).

c) Goleira é “convocada” por Whats: “Botaram em grupo com Marta” (Portal globo.com em 10/11/2017).

d) “Se eu mostrasse o seio hoje, seria presa”, diz Gal sobre censura (Portal uol.com.br em 10/11/2017).

e) Maia diz que proibição de aborto em caso de estupro “não vai passar na Câmara” (Portal globo.com em 10/11/2017).

f) Atriz de “Bebê a Bordo” assistirá à novela pela 1ª vez: “Finalmente” (Portal globo.com em 10/11/2017).

2) Os enunciados abaixo também foram coletados na internet. Analise o funcionamento dos verbos introdutores de relatos e diga se eles apenas introduzem o relato sem expressar julgamento, ou expressam julgamentos ou posicionamentos sobre os relatos introduzidos. Justifique a resposta dada, indicando prováveis sentidos assumidos por esses verbos, no enunciado.

a) Dorival defende Araruna de Críticas: “Calma com a garotada” (Portal uol.com.br em 10/11/2017)

b) Diretor da Chape alerta Grêmio contra Lanús: “Não quer perder.” (Portal uol.com.br em 10/11/2017)

c) PF diz que ex-reitor de universidade recebeu propina em licitação com empresa de delator (Portal uol.com em 10/11/2017).

d) “O que Wenger fez comigo não foi normal”, afirma Fábregas. (Portal terra.com.br em 10/11/2017)

e) Medo da violência faz jovens quererem deixar o Rio
“O meu pensamento é de desesperança”, diz estudante. (Portal g1.globo.com em 10/11/2017)

A primeira questão do exercício 03 solicita que seja analisado o uso das aspas em diferentes enunciados. O objetivo é levar à observação de que as aspas adquirem diferentes funções, além de introduzir o relato em estilo direto. Assim, nos enunciados das letras *a* e *d*, especificamente, as aspas assumem a função exclusiva de introduzir o discurso relatado em estilo direto, introduzindo um segundo locutor no enunciado: Tasso, na letra *a*, e Gal, na letra *d*. Nas letras *c* e *f*, também há ocorrência de aspas introdutoras de estilo direto, no entanto combinando com outras ocorrências de aspas. Na

letra *c*, especificamente, ocorre aspas introdutoras de estilo direto no trecho “*Botaram em grupo com Marta*”. No entanto, na palavra “*convocada*”, ocorrem aspas de diferenciação. Fenômeno semelhante ocorre na letra *f*: em “*Finalmente*” temos aspas introdutoras de estilo direto e em “*Bebê a Bordo*” temos aspas de ênfase ou destaque. Essas últimas (destaque ou ênfase), no entanto, não assinalam polifonia de locutores.

Nos enunciados das letras *b* e *e* há também a ocorrência de aspas de diferenciação. É importante observar, nesses trechos, que o discurso do segundo locutor (Simone, na letra *b*, e Maia, na letra *e*) é introduzido em estilo indireto, no entanto, alguns trechos de seus relatos são colocados entre aspas, para marcar o distanciamento ou não comprometimento do locutor jornalista (L1) com relação ao discurso relatado introduzido. Convém ressaltar que as aspas de diferenciação, nos termos em que coloca Nascimento (2009), são indicadoras de polifonia, uma vez que assinalam o distanciamento de um locutor com relação ao outro, no caso acima do locutor jornalista (L1) com relação aos demais locutores que são introduzidos nos enunciados.

A segunda questão trata especificamente sobre os verbos *dicendi*, introdutores de relato em estilo direto e indireto. O objetivo da questão é levar os alunos a observar se os referidos verbos funcionam como não modalizadores, quando apresentam os relatos sem expressar julgamentos ou posicionamentos sobre os relatos introduzidos, ou se funcionam como modalizadores discursivos, quando, além de introduzir relatos ou indicar atos de fala, imprimem o modo como deve ser lido o discurso relatado.

Nos enunciados presentes nas letras *c* e *e*, o verbo *dicendi* diz é utilizado para introduzir o discurso de um SE-locutor (PF) e de um segundo locutor (estudante) respectivamente. O referido verbo não expressa um julgamento ou posicionamento sobre o discurso relatado e, por esse motivo, não funciona como verbo modal. O sentido adquirido é, portanto, próprio do verbo *dicendi*: enunciar, introduzir o dito, indicando um ato de fala.

Nas letras *a*, *b* e *d*, temos a ocorrência de verbos *dicendi* modalizadores, que além de introduzir um relato, imprimem um modo como esse relato deve ser lido. Dessa forma, demarcam um posicionamento do locutor-jornalista (L1) com relação ao discurso do segundo locutor (L2)

introduzido no enunciado. No enunciado da letra *a*, o verbo defender além de demarcar o discurso de um segundo locutor (Dorival), que aparece sob a forma de estilo direto, indica como o relato deve ser lido: como uma defesa que Dorival está realizando a respeito de Araruna. Constitui-se, portanto, em um modalizador avaliativo. Também ocorrerá modalização com o verbo *alertar*, no enunciado da letra *b*, que foi utilizado para indicar que o discurso de L2 (Diretor da Chape) deve ser lido como um alerta ao Grêmio. O verbo alertar, em razão do caráter instrucional que gera no enunciado, funciona como um modalizador deôntico.⁵

No enunciado da letra *d*, por sua vez, a modalização é de natureza epistêmica, já que o verbo utilizado foi *afirmar*, portador da síntese *dizer* + *certeza*, conforme Cervoni (1989). Por ser portador dessa síntese léxica, o verbo *dicendi* afirma indica que o relato atribuído a L2 (Fábregas), apresentado em estilo indireto, é uma afirmação, logo algo certo, e que deve ser considerado como tal. Assim, o locutor-jornalista compromete-se com a asseveração do discurso alheio, já que imprime um modo como esse discurso deve ser lido: como algo digno de certeza. Os verbos *dicendi* modalizadores são portadores de sentido modal, julgando e indicando o modo como os discursos relatados devem ser lidos: defesa, alerta e afirmação (certeza), nos enunciados presentes na questão 02.

As questões propostas no exercício 03 mostram como é possível trabalhar a análise de determinados elementos linguístico-discursivos, ativadores de polifonia, em razão de sua ocorrência em enunciados de uso da língua. Permitem comparar o funcionamento de determinado elemento de um enunciado para outros, a fim de observar os sentidos que dele emergem e a orientação argumentativa que imprimem, ao introduzir vozes no discurso.

Considerações sobre os estudos da polifonia enunciativa

Os exercícios propostos para análise (1 a 3), com enunciados de diferentes textos, demonstram como é possível aplicar os princípios de análise da semântica argumentativa na análise linguística. Por esse motivo

5 Os modalizadores deônticos imprimem o caráter de norma ou instrução no enunciado e, segundo Nascimento & Silva (2012) podem expressar obrigatoriedade, permissão, proibição ou volição.

foram elaborados não apenas solicitando a identificação e a descrição dos fenômenos, mas também a realização de análises semânticas e de posicionamentos enunciativos.

É nesse sentido que os referidos exercícios mostram que o fenômeno da polifonia produz diferentes efeitos de sentido nos enunciados e textos: a criação da noção de pretensa imparcialidade ou objetividade no discurso, a assimilação ou o distanciamento de vozes alheias, a avaliação axiológica dessas vozes, a construção do humor e da ironia, entre outros.

A forma como as diferentes vozes são apresentadas no discurso, com a utilização ora do estilo direto, ora do estilo indireto, ora do SE-Locutor, ora de enunciadores, ora do intertexto, algumas vezes através de diferentes tipos de verbos ou expressões *dicendi* modalizadores, acabam por denunciar, no próprio sentido do enunciado, posicionamentos do locutor responsável pelo discurso (não somente com relação ao seu dizer, mas também com relação à voz alheia).

Essas diferentes formas de introduzir a voz alheia no discurso revelam, nesse sentido, marcas de subjetividade do locutor responsável pelo discurso que, em alguns gêneros, como é o caso da notícia jornalística (cf. NASCIMENTO, 2015), se pretende objetivo ou até imparcial. Em outros, contribui para a construção da opinião, do posicionamento enunciativo, como é o caso da charge (cf. NASCIMENTO, 2010). Assim, constitui-se em um fenômeno argumentativo, já que imprime um modo como o dito deve ser lido e orienta o discurso em razão de determinadas conclusões.

Assim, os estudos da polifonia têm contribuído não somente para comprovar o dialogismo constitutivo da linguagem, nos termos de Bakhtin, ou a assertiva de que a língua mesma já possui mecanismos que favorecem e materializam a presença de outros(s) no discurso, sendo constitutiva da língua, conforme sugere Ducrot. Os estudos sobre a polifonia têm sido bastante profícuos para a análise da subjetividade e da intersubjetividade (logo, da argumentação) inerente à linguagem e para observar como as diferentes vozes se entrecruzam no discurso, gerando os mais diferentes efeitos de sentido.

No que se refere à perspectiva do ensino, as atividades acima propostas e analisadas servem de demonstração de como é possível trabalhar com os

diferentes fenômenos polifônicos (polifonia de enunciadores, de locutores, SE-locutor, intertextualidade) na leitura e na análise linguística. O nosso interesse em propor tais atividades é demonstrar que há diferentes formas de introduzir vozes alheias, nos enunciados e textos, e que essas formas imprimem orientações discursivas diversas.

O trabalho didático com os diferentes gêneros e textos, em especial aqueles que se constituem, sobremaneira, a partir da introdução de vozes alheias, deve observar o funcionamento de tais vozes, no discurso. É preciso levar o aluno a compreender que a introdução de vozes e pontos de vistas, nos enunciados e textos, não se dá por acaso: o locutor que as evoca, o faz materializando orientações discursivas.

Além disso, há de se observar o uso dos elementos linguísticos ativadores dessas vozes, que além de indicadores de polifonia, portam sentido. Assim, no trabalho de leitura e de análise linguística, especialmente dos termos, palavras e expressões introdutoras de vozes e pontos de vista, devem ser consideradas as orientações argumentativas, ou seja, os efeitos de sentido que emergem do uso dessas expressões introdutoras.

Dessa forma, estaremos criando condições para que os nossos alunos se tornem leitores proficientes e sejam capazes de não somente ler o que está expresso, mas também identificar diferentes vozes presentes ou evocadas nos textos, a partir de que expressões ou elementos linguístico-discursivos essas vozes são introduzidas e que prováveis orientações discursivas essas vozes geram nos textos/discursos.

Convém assinalar, por fim, que a polifonia é um terreno fértil para investigação, em diferentes enunciados e gêneros de texto. Mapear como se dá o fenômeno da polifonia nos mais diferentes gêneros contribuirá não somente para a descrição desse fenômeno, especialmente, mas também para a compreensão de como se constitui a subjetividade e intersubjetividade em cada gênero, em especial. Igualmente importantes são os estudos voltados para o ensino desse fenômeno semântico-argumentativo, seja na perspectiva da leitura, da produção textual ou da análise linguística, dada a sua importância para a construção da orientação argumentativa nos diferentes textos e discursos.

No capítulo **A teoria da argumentação na língua e a polifonia enunciativa: argumentando com a voz do outro**, escrito por Erivaldo Pereira do Nascimento, são apresentados os princípios desenvolvidos principalmente por Oswald Ducrot, com foco em seus estudos da polifonia, os quais têm sido bastante profícuos para a análise da subjetividade e da intersubjetividade (logo, da argumentação) inerente à linguagem. Neste capítulo o autor procura, ainda, observar como as diferentes vozes se entrecruzam no discurso, gerando os mais diferentes efeitos de sentido. Isso porque, na visão original de argumentação proposta por Ducrot e colaboradores, a argumentação deixa, portanto, de ser vista como uma simples habilidade para convencer e persuadir e passa a ser compreendida como uma característica intrínseca à língua, orientadora de determinadas conclusões, às vezes até antagonicas. Para Ducrot, portanto, a língua é fundamentalmente argumentativa; e não só. A língua é argumentativa como também o seu uso. Ali, argumentação e sentido estão estritamente relacionados. Nesse bojo, destacam-se três funções para o sujeito da enunciação: sujeito empírico (SE), locutor (L), e enunciador (E), os quais, de forma bastante didática, serão identificados pelo autor deste capítulo, a partir de exemplos diversos. Por fim, e ainda a partir dos pressupostos da Teoria Polifônica da Enunciação, propõem-se alguns exercícios de análise, com chave de correção ao final, que ajudarão a elucidar, em diferentes enunciados ou textos da língua em uso, de que forma a polifonia imprime argumentatividade, orientando o sujeito da enunciação para determinadas conclusões.

ARGUMENTAÇÃO NO DISCURSO: PROBLEMÁTICAS E PERSPECTIVAS

Helcira Lima

Introdução

O pesquisador dedicado à argumentação no discurso, que se interessa por questões teóricas e por objetos empíricos, especialmente aqueles ligados a controvérsias sociais da cena contemporânea, é confrontado por temáticas de toda ordem, o que acaba por levá-lo a rever certas rotinas de pesquisa e certos posicionamentos sobre debates públicos. Como proceder diante de objetos muitas vezes próximos e demasiadamente complexos? Como manter o distanciamento necessário e, ao mesmo tempo, como não fechar os olhos para as relações de força que tecem tais objetos? Como lidar com temáticas “sensíveis”, com temas “quentes”? Refletir sobre essa problemática é de fundamental importância, uma vez que a argumentação no discurso se insere no domínio da Análise do discurso (doravante, AD) cujo objetivo, em linhas gerais, é justamente lidar com formas de vida em sociedade.

A argumentação no discurso vale-se dos preceitos e conceitos da Retórica e da AD, ora em um processo de retomada, ora ressignificando-os, conferindo-lhes nova roupagem nesse jogo dialógico. É justamente desse movimento que trataremos neste capítulo, de modo a apresentar um breve panorama de suas bases, de algumas categorias mobilizadas nesse campo, assim como de alguns temas controversos, como a agentividade da Retórica, a posição crítica do pesquisador e a argumentatividade

no discurso. Essa discussão será recuperada em uma leitura de uma campanha publicitária - *Conto de fadas* (2005) – da marca *O Boticário*, divulgada na internet, com ampla repercussão na época, a qual ainda hoje suscita indagações a respeito da construção da imagem das mulheres brasileiras.¹ Nosso intuito, nesse gesto de leitura, cujo foco se volta tanto para o plano verbal quanto para o icônico, é, por meio da análise dos recursos usados em tal edificação argumentativa, deixar mais claro o percurso teórico ora apresentado.

1. Argumentação no discurso: um campo em constante diálogo

A partir dos anos de 1990 verifica-se um crescente interesse pelo diálogo entre os estudos discursivos e a Retórica, e com isso cresce também uma desconfiança sobre o modo como estes estudos poderiam lidar com a subjetividade, questão cara à AD. A esse respeito alerta Maingueneau (1991) para a incompatibilidade entre os dois domínios, uma vez que a retórica exigiria um sujeito soberano, enquanto, para AD, ao contrário, o sujeito não seria fonte de seu dizer; seria heterogêneo, atravessado e ainda: “as formas de subjetividade [estariam] implicadas nas próprias condições de possibilidade de uma formação discursiva” (MAINGUENEAU, 1991, p. 234). Todavia, como salienta Amossy (2016), surgem cada vez mais tentativas de se aproximar os dois campos de estudo.

Podemos dizer que, em linhas gerais, o sujeito, para a AD, é uma categoria, é cindido, polifônico, social, pressionado, mas ao mesmo tempo pode ter uma certa margem de ação. A história tem papel fundamental na instituição de sentidos e por isso mesmo o sujeito se constitui nesse devir. Esse modo de conceber o sujeito, desde nossos primeiros trabalhos, que se ampara na Teoria Semiolinguística, desenvolvida por Patrick Charaudeau (1982), sem desconsiderar as reformulações de Pêcheux sobre o tema e de Foucault, na *Microfísica do Poder*, permite avançar na questão da agentividade do sujeito da retórica. O sujeito da argumentação no discurso não é um agente, mas, ainda que atravessado pela história, pelas relações de força, pode resistir.

¹ A peças componentes da campanha serão descritas e as imagens poderão ser acessadas por meio do *link* apresentado nas referências bibliográficas.

Pensamos ser possível, assim, lidar com uma abordagem da retórica sem anacronismos, em associação à AD francesa, denominada de segunda geração, que é mais alinhada aos estudos linguísticos. Tal vertente forma-se na confluência dos estudos do campo da filosofia da linguagem, da sociologia e antropologia, com estudos enunciativos, contribuições de Bakhtin, da pragmática, da linguística do texto, entre outros. Nessa confluência de vozes que se confrontam e se complementam, a argumentação não é entendida em seu funcionamento abstrato, mas sim no espaço social, a partir de rituais sociolinguageiros, de relações de força que pressionam o sujeito, mas que não o impedem de se movimentar.

1.1 A constituição da argumentação no discurso²

1.1.1. Alguns fundamentos

A argumentação no discurso estrutura-se a partir de fundamentos retóricos, lógicos e pragmáticos. Considerando que ela é múltipla e oriunda de campos diversos, entre seus fundamentos encontramos a Retórica, sobretudo a de base aristotélica, e a Retórica das figuras, mas também a contribuição dos latinos - Cícero e Quintiliano - e, ainda, dos diversos sofistas. Isto porque estes delinearam o sistema retórico e já nos apresentaram uma importante herança que foi retomada e ressignificada pelos retóricos que os sucederam.³ Os mais célebres sofistas - Protágoras, Górgias, Licofron, Trasímaco, Pródico, Hípias, Antifonte - conhecemos menos por seus escritos, que pela voz de Platão e Aristóteles. Platão se opôs aos sofistas, enquanto o estagirita propôs um estudo teórico e crítico de seus métodos, atribuindo um tom mais moralizante à Retórica.

Como afirma Reboul (1998), os gregos inventaram a teoria e a técnica oratória, o que nos legou tanto um caráter pedagógico quanto um caráter hermenêutico da Retórica. Aliás, as funções desta seriam, além de *pedagógica*,

2 Nesse percurso ora apresentado, privilegiamos a visão da pesquisadora Ruth Amossy, mas entendemos existirem autores que abordam a argumentação no discurso a partir de outros direcionamentos. A título de exemplo, podemos mencionar Loïc Nicolas, ligado ao grupo GRAL, coordenado pela professora Emmanuelle Danblon, na Universidade de Bruxelas, o pesquisador Christian Plantin e Marianne Doury, o pesquisador Rui Grácio, Raphael Micheli e tantos outros.

3 Para saber mais sobre o assunto, ver: Pernot, 2000 e Cassin, 1995.

a *persuasiva*, a *heurística* e a *hermenêutica*. A função persuasiva decorre da definição mais corrente e mais antiga da retórica como “arte de persuadir”. Entre os meios persuasivos encontramos os argumentativos e oratórios.

Docere (instruir, ensinar) é o lado argumentativo do discurso. *Delectare* (agradar) é seu lado agradável, humorístico etc. *Movere* (comover) é aquilo com que ele abala, impressiona o auditório (REBOUL, 1998, p. XVIII).

A função hermenêutica diz respeito à compreensão do discurso, ao fato de o orador ser capaz de sopesar argumentos e de detectar ciladas. Para ser persuasivo é preciso captar a força do outro: “Entendamos por retórica **a capacidade de descobrir o que é adequado** a cada caso com o fim de persuadir [grifos nossos]” (ARISTÓTELES, 1356a, 1-2). Para melhor persuadir, é preciso conhecer, é preciso saber interpretar. E, ainda,

A lei fundamental da retórica é que o orador - aquele que fala ou escreve para convencer - nunca está sozinho, exprime-se sempre em concordância com outros oradores ou em oposição a eles, sempre em função de outros discursos⁴ (REBOUL, 1998, p. XIX).

Se a Retórica tem por função a interpretação e a busca pelo poder, em sua função heurística, tem também a busca pelo saber, o desejo de encontrar algo, de descobrir. No que tange à função pedagógica, tão cara aos pedagogos *avant la lettre* e tão importante à formação do cidadão de um modo geral, essa nos alerta para o fato de que “aprender a arte do bem dizer é já e aprender a ser” (REBOUL, 1998, p. XXII). Enfim, tais funções lançam luzes para uma reflexão sobre a importância da Retórica na formação e na vida do cidadão.

Enquanto os sofistas, de um modo geral, apreciam a retórica por seu poder, Aristóteles a aprecia por sua utilidade:

4 Como se vê, a interação, a intersubjetividade e, ainda, a interdiscursividade são de fundamental importância e já estão delineadas na Retórica. É inegável que dessa fonte os estudos do discurso se valem na elaboração de suas categorias.

Entendamos por retórica a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir. Esta não é seguramente a função de nenhuma outra arte; pois cada uma das outras apenas é instrutiva e persuasiva nas áreas da sua competência; como por exemplo, a medicina sobre a saúde e a doença, a geometria sobre as variações que afectam as grandezas, e a aritmética sobre os números; o mesmo de passando com todas as outras artes e ciências (ARISTÓTELES, 1356a, 1-8).

Com o filósofo, a retórica se torna uma ciência da persuasão voltada à argumentação, apoiada em noções comuns e elementos de provas racionais no intuito de fazer o auditório admitir suas ideias. Além disso, nessa retórica está enfatizada a relação entre o social e o cultural, também a noção de linguagem como ação sobre o real já se entrevê em sua obra e na voz dos sofistas, seus antecessores. A ideia de comunicação é, nessa perspectiva, fundamental ao colocar em jogo a relação entre orador e auditório, por meio do discurso em um processo de projeção de imagens - *ethos* - e de emoções suscitadas - *pathos*.

A argumentação no discurso se vale também da Retórica das figuras, cuja ênfase recai sobre a elocução e não sobre a persuasão, visando simplesmente ao agradar. A Retórica das figuras remonta a autores como o enciclopedista Dumarsais (*Des tropes ou des différents sens*, 1730), e seus sucessores Pierre Fontanier (*Manuel classique pour l'étude des tropes*, 1827) e Gérard Genette (*Des figures autres que tropes*, 1968). Além deles, o Grupo Μμ apresenta uma proposta de uma “Retórica Geral”, como o título da célebre obra sinaliza, porém esta não é tão geral como se pretende. Uma retórica que afasta os sujeitos de seu campo e que trata a linguagem como um sistema mais ou menos fechado está muito aquém de uma retórica, mesmo antiga, que leva em conta os meios de persuasão e os fenômenos comunicacionais. Do mesmo modo que a *invenção* (planejamento do discurso) e a *disposição* (ordenamento), também a organização textual e o estilo (*eloquência*) se fazem importantes. Todavia, o problema está em se reduzir tudo ao *ornatus*.

Ainda em relação à herança retórica, a argumentação no discurso vale-se da Nova Retórica (NR) de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996

[1958]), cujo mérito, entre outros, é o de restituir o caráter comunicacional da retórica, a relação intersubjetiva situada. A argumentação é produzida por um orador que se dirige a um auditório a partir de um acordo prévio, da *doxa*, a fim de fazê-lo aderir a uma tese. Se a Retórica das Figuras se centra na *elocutio*, a NR enfatiza a *inventio*. Aliás, privilegia uma descrição da argumentação, com a exposição da tipologia de argumentos na maior parte da obra *Tratado da Argumentação*, e acaba por não explorar tão profundamente como anuncia seu caráter comunicacional.

Por outro lado, se isto pode consistir em um problema para o pesquisador mais centrado no aspecto analítico e interessado no funcionamento da linguagem, é inegável que noções como *valor*, *acordo prévio* e, em especial, as reflexões sobre a noção de *razoável*, que abalaram o campo do direito, assentado que sempre foi em uma perspectiva positivista,⁵ são de fundamental importância também, sobretudo, ao campo da argumentação. Ademais, para os interessados no papel das emoções no discurso, a NR deixa a desejar no sentido de não se deter no *páthos* e de privilegiar um tratamento praticamente exclusivo do *logos* na apresentação da tipologia dos argumentos. Com isso, não pretendemos desvalorizar a proposta humanista de Perelman, que se trata de uma reflexão crucial não apenas para seu tempo, mas, sobretudo, para os dias de hoje.

As abordagens inscritas na lógica informal, da teoria das falácias ou da Pragmadialética se destacam por privilegiarem uma avaliação crítica da argumentação e não unicamente sua descrição. O trabalho com as falácias tem início com Hamblin (1971), cuja base é a obra *Refutações sofisticadas* de Aristóteles. Um autor que segue a linha da lógica informal, mas em um viés menos radical é Douglas Walton ([1989] 2012), para o qual a aceitação das falácias se dá sob certas condições. Para Walton, por exemplo, o recurso às emoções não é necessariamente prejudicial à argumentação, pois seu caráter falacioso deve ser avaliado não em sua natureza, mas em seus usos em determinados contextos.

Para a Pragmadialética, a argumentação é uma atividade que visa à resolução de uma diferença de opiniões. O objetivo é a apresentação de

5 Para saber mais sobre o assunto, ver: ANGENOT, M., BERNIER, M. A. & CÔTÉ, M. *Renascimentos da Retórica. Perelman hoje*, 2020.

um modelo ideal da discussão crítica e da enunciação de regras a serem seguidas que garantam o sucesso do bom funcionamento da argumentação. Trata-se de um enfoque ancorado na pragmática dos Atos de Fala, a partir, especialmente, dos avanços da Filosofia da Linguagem de Austin e Searle. Nessa perspectiva, o apelo à emoção é considerado meio não argumentativo, uma violação a uma regra. Essa e as outras abordagens centradas na lógica dificultam um diálogo com pesquisas dirigidas ao estudo das emoções, mas não impossibilitam, como demonstrou Amossy (2016), um diálogo com a argumentação pensada sob a ótica da Análise Crítica do Discurso (doravante, ACD), por exemplo, no que tange ao trabalho com as falácias.

Além disso, outros olhares advindos da lógica, como Toulmin (1958) e Grize (1971) podem estabelecer diálogo com abordagens da argumentação no discurso de modo a apoiar a descrição da “mecânica” de funcionamento dos discursos argumentativos.

Por fim, da abordagem pragmática a argumentação no discurso nutre-se dos recursos para lidar, sobretudo, com a materialidade linguístico-discursiva. Como se sabe, a pragmática se desenvolve na esteira da retórica, com interesse privilegiado pela língua como forma de ação sobre o real e com uma finalidade persuasiva. São diversas as vozes que desenvolveram distintas perspectivas nesse domínio, entre as quais se destacam Austin (1962), Searle (1985) e Ducrot e Anscombre (1982, 1991). Além deles, Moeschler (1985) e enfoques conversacionais como os de Kerbrat-Orecchioni (1998) e Plantin (2005) também compõem esse quadro. A Pragmadialética também pode ser inserida nesse rol, mas como afirmamos, ela atenderia aos interesses de uma investida voltada para um viés avaliativo da argumentação. Todas essas contribuições permitem refinar a análise argumentativa tendo como ponto de partida a materialidade languageira, no entrecruzamento entre o linguístico e o social.

1.1.2. Fundamentos

A grande contribuição de Amossy, na obra *Argumentação no discurso*, é, ao promover uma espécie de ritual antropofágico - para usar um termo bem brasileiro - fazer com que o pesquisador iniciante em argumentação

acesse significativo material para a análise dos discursos sociais. Para isso, ela tem como princípio seis abordagens: *linguageira*, *dialógica*, *genérica*, *comunicacional*, *textual* e *figural*.

De acordo com a *abordagem linguageira*, a argumentação não se reduz a uma série de operações lógicas e a processos de pensamento, mas se constrói a partir do uso de meios que a linguagem oferece: seleção lexical, modalidades de enunciação, conectores, operadores argumentativos, *topoi*, marcas de implícito - pressupostos, subentendidos - etc.; a *abordagem dialógica* tem como ponto de origem o dialogismo bakhtiniano, leva-nos a pensar que a argumentação quer agir sobre um auditório e deve se adaptar a ele. Ademais, “Compreender é opor à palavra do outro uma contrapalavra” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006, p. 137) e, portanto, um jogo polêmico; do ponto de vista da *abordagem genérica* podemos dizer que a argumentação se inscreve sempre em um gênero de discurso, mesmo se ela o subverte ou se ela se liga a uma diversidade genérica.

Finalmente, em relação às três últimas abordagens, para a *comunicacional*, a argumentação visa a um auditório e seu desenvolvimento não pode se dar fora de uma relação de interlocução; de acordo com a *abordagem figural*, a argumentação recorre aos efeitos de estilo e às figuras para produzir um impacto sobre o outro e, finalmente, para a *abordagem textual*, o texto é tomado como um conjunto coerente de enunciados que formam um todo de sentido, objeto da análise, já que não lidamos com discursos em si, mas discursos materializados em textos.

A autora se vale, assim, do diálogo entre as seis perspectivas, a partir de uma necessidade de lidar com um enfoque linguístico da argumentação, não no sentido de uma argumentação na língua, como o faz Ducrot (1983). Para o linguista, a argumentação estaria inscrita na língua e não no discurso. Aliás, a esse respeito parece-nos importante salientar que, embora a *Teoria da Argumentação na Língua* não nos pareça suficiente para lidar com a complexidade dos discursos sociais, ela tem muito a oferecer em termos da análise da materialidade linguístico-discursiva. Ela apoia, por meio das categorias que mobiliza, a análise da argumentação no discurso.

Ao se filiar à AD à francesa, a problemática do discurso defendida por Amossy (2018) associa a argumentação retórica a uma abordagem

discursiva, sem emitir julgamentos. Em outras palavras, ela não é crítica nem avaliativa, mas analítica. Embora o analista possa lidar com objetos complexos e mesmo “quentes”, os quais exigem uma posição crítica, a orientação da análise argumentativa se dirige para a “retirada do véu”, sem pretender explicitar um engajamento ideológico. Algumas problemáticas alinhadas à Análise Crítica do Discurso, que se vale da Pragmadialética e assume um ponto de vista normativo sobre a argumentação, caminham nessa direção, por exemplo. Esta seria a posição de Norman Fairclough, que, em uma visada engajada, propõe-se a um trabalho crítico de explicitar práticas manipulativas e ideologias nocivas à vida social.

A argumentação no discurso não se propõe a denunciar e a julgar, mas sim a analisar os discursos sociais. Sua prática é analítica e visa a iluminar o objeto discursivo a partir de seu interior, a fim de depreender modos de dizer que são também modos de fazer. Essa problemática da argumentação admite

a diversidade, a pluralidade, a existência de racionalidades alternativas. [A análise] tem uma vocação para a exposição e para a compreensão, que a leva a pesquisar fenômenos discursivos diversos. Seus *corpora* são sempre situados e examinados no quadro social que os gera e onde eles ocupam funções que importa determinar. Neste sentido, esta teoria adota a atitude individual do etnógrafo, que explora fenômenos culturais reveladores do sistema de crenças e de pensamento de um grupo humano; ou ainda, a atitude do historiador, que tenta reconstituir modos de vida e de interações, “mentalidades” e práticas culturais, em suas condições socio-históricas (AMOSSY, 2016, p. 186).

Ao defender uma argumentatividade inerente ao funcionamento discursivo, ao afirmar uma argumentatividade que não se liga apenas “aos projetos argumentativos confessos”, a pesquisadora defende a existência de uma *dimensão argumentativa* (*dimension argumentative*) e de uma *finalidade argumentativa* (*visée argumentative*). A *dimensão* se faz presente quando a construção argumentativa orienta maneiras de ver e de sentir, reforçando

valores, direcionando a reflexão, como em romances e reportagens, por exemplo. Quando se trata de fazer aceitar uma tese bem definida, de um desejo de fazer aderir a determinado ponto de vista e mesmo de modificar um modo de pensar/conceber algo, como nos discursos políticos e jurídicos de um modo geral ou nas publicidades, tem-se uma *finalidade argumentativa*.

A argumentatividade seria, nesse sentido, uma condição do discurso, algo que marcaria sua existência. Nessa perspectiva,

É na articulação de todos estes componentes – o uso da língua em situação, o dialogismo, a fala como ação – que se situa a argumentatividade do discurso, entendida como uma dimensão constitutiva não da língua (Ducrot), mas do discurso: a interação verbal elucida as coisas de uma certa maneira, reforça ou modifica a visão, da mesma forma que fortalece, influencia ou modifica os valores comuns que lhe são subjacentes (AMOSSY, 2018, p. 12).

Essa definição de argumentação coloca em relevo seu caráter social e político, além de enfatizar princípios herdados da retórica - interação, ação, influência - o que faz da argumentatividade algo inscrito no discurso e não na língua.

Ainda sobre o assunto, tanto analistas do discurso quanto analistas da argumentação no discurso, por não lidarem com discursos em si, mas discursos materializados em textos, além de abordar as relações de força, devem buscar as marcas deixadas pelas enunciações, por meio de vias diversas, sendo que umas delas poderia ter como base as categorias desenvolvidas por Ducrot. Dessa maneira, se a argumentação no discurso se afasta da argumentação na língua, por outro lado, pode se valer, quando necessário, de suas contribuições.

1.2. Categorias retomadas da retórica em diálogo com a AD

No processo de retomada e ressignificação de categorias da retórica clássica, a noção de *doxa* tem destaque ao lado das provas retóricas - *ethos*,

pathos e *logos* –, as quais devem ser entendidas em sua inter-relação. Entretanto, esse caráter inter-relacional nem sempre foi enfatizado, pois, como afirma Meyer (2007), o esfacelamento da Retórica se deve justamente ao fato de que sua definição se modificou ao longo do tempo, de modo a conferir relevo a apenas uma das provas, em cada época:

1. retórica compreendida como manipulação do auditório (Platão): diz respeito a todas as concepções de retórica centradas na emoção, no papel do interlocutor, em suas reações (auditório);
2. retórica compreendida como arte do bem falar (Quintiliano): diz respeito a tudo que se refere à expressão, à eloquência (orador);
3. retórica compreendida como exposição de argumentos ou de discursos (Aristóteles): diz respeito à persuasão (discurso).

Apesar de concordarmos com Meyer sobre a necessidade de se considerar a inter-relação entre as provas, de se compreender a retórica a partir das três definições apresentadas, entendemos, com Alexandre Júnior (2008), que nunca existiu um sistema uniforme de retórica, já que se trata de uma disciplina flexível, com múltiplas definições. O mais importante seria pensar que a diversidade de apropriações das provas ao longo do tempo adveio de questões sociais e mesmo políticas⁶.

Continuando a apresentação de algumas categorias, a noção de *doxa* se faz importante ao funcionar como uma baliza, um fundamento, cuja definição pode corresponder ao

[...] *sens commun*, c'est-à-dire à un ensemble de représentations socialement predominantes, floues, parfois contradictoires, dont la vérité est incertaine, considérées le plus souvent dans leur formulation linguistique courante (PLANTIN, 2016, p. 222)⁷.

6 Para saber mais sobre o assunto, ver: MEYER (1999).

7 Tradução da autora do original em francês: “[...] senso comum, ou seja, a um conjunto de representações socialmente predominantes, vagas, às vezes contraditórias, cuja verdade é incerta, consideradas o mais frequentemente em sua formulação linguística corrente”.

Trata-se de um termo polissêmico, muitas vezes associado a engano, a enunciados infundados ou sem razão. A tradução do grego como “opinião” colabora para isso no sentido em que contribui para a desconfiança que pesa sobre a *doxa*, por remeter a algo vago e impreciso. Todavia, para os gregos antigos, a opinião era entendida de um modo distinto e tinha um peso bem maior do que tem hoje nas sociedades contemporâneas. Cauquelin (1999) chama a atenção para tal fato e relaciona a *doxa* ao nascimento das cidades e, portanto, ao viver junto. A *dóxa* diz respeito, para a autora, a “[...] différentes pièces du puzzle social [...]” e ; “[...] un type - [elle] préfère dire un régime - de langage, commun aux pratiques qui ont cours dans la cité” (CAUQUELIN, 1999, p. 29)⁸.

Na explanação sobre as bases da argumentação, Amossy (2018, p. 118) chega ao termo elementos dóxicos, os quais dizem respeito à “inscrição pontual, no discurso oral ou escrito, das evidências compartilhadas, ou das plausibilidades de uma coletividade datada”. Ela entende que o interdiscurso, nesse sentido, remete à disseminação e à circulação de elementos dóxicos em discursos de todos os tipos - estereótipos, clichês, *topos* etc. O gesto da autora propicia mais segurança ao analista, uma vez que este poderá captar as inscrições de algo que é fluido e está em constante movimento.

Levando em conta a noção de *doxa*, embora o *ethos* possa parecer relacionado a um sujeito, ele só o é na aparência. Trata-se de uma ilusão, pois o sujeito se imagina fonte do dizer. O sujeito, como já alertamos, é afetado pela história, pelo social e, portanto, não tem controle absoluto de sua enunciação e nem das imagens de si que elabora e projeta. Isto porque não lidamos como uma concepção de sujeito soberano, fonte de seu dizer. O sujeito da AD e, por conseguinte, o sujeito na problemática da argumentação no discurso, também é afetado pela história, está sempre em um espaço de pressões e de liberdade. Como afirma Amossy (2005, p. 9), “a apresentação de si não se limita a uma técnica apreendida, a um artifício: ela se efetua, frequentemente, **à revelia dos parceiros**, nas trocas verbais mais corriqueiras e mais pessoais” [grifos nossos].

8 Tradução da autora do original em francês: “[...] diferentes peças do quebra-cabeça social [...]”; “[...] um tipo – ela prefere dizer um regime – de linguagem, comum às práticas que estão em curso na cidade”.

As imagens de si são construídas no discurso, definição que remonta a Aristóteles:

Persuade-se pelo caráter quando o discurso é preferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé. Pois acreditamos mais e bem mais depressa em pessoas honestas, em todas as coisas em geral, mas sobretudo nas de que não há conhecimento exacto e que deixam margem para dúvida. **É, porém, necessário que esta confiança seja resultado do discurso e não de uma opinião prévia sobre o caráter do orador;** pois não se deve considerar sem importância para a persuasão a probidade do que fala, como aliás alguns autores desta propõem, mas quase se poderia dizer que o caráter é o principal meio de persuasão [grifos nossos] (ARISTÓTELES, 1356a, 26-36).

Na retomada da noção de *ethos* pelos pesquisadores da argumentação e da AD, alguns desdobramentos merecem destaque. O *ethos* prévio diz respeito à imagem do sujeito que circula no meio social, seu estatuto, enquanto o *ethos* discursivo à imagem construída no momento em que o sujeito toma a palavra. Segundo Amossy (2005, p. 136), “a eficácia da palavra não é nem puramente exterior (institucional) nem puramente interna (linguageira)”.

Maingueneau (2008) afirma a existência de um *ethos* pré-discursivo, ligado à imagem do sujeito que circula no meio social, mesmo antes de ele tomar a palavra, e de um *ethos* discursivo, o qual pode ser dividido em *ethos* dito e *ethos* mostrado, embora seja difícil estabelecer uma fronteira rígida entre eles. Segundo o pesquisador, os dois *ethé* encontram-se em extremos de um *continuum*, uma vez que o *ethos* dito é uma instância ligada ao enunciado, por meio do qual o enunciador mostra diretamente suas características, dizendo ser essa ou aquela pessoa, e o *ethos* mostrado é uma instância ligada à enunciação, segundo a qual o enunciador confere um tom ao seu discurso. Nesse caso, a imagem do sujeito é reconstituída através de pistas fornecidas pelo próprio enunciador.

Uma última posição que merece destaque nessa rápida passagem é a de Patrick Charaudeau (2006), em sua reflexão sobre o discurso político.

De acordo com a divisão proposta pelo linguista, na cena política haveria um *ethos* de credibilidade, fundado no discurso da razão, e um *ethos* de identificação, fundado no discurso do afeto. A partir dessa díade, o autor propõe subdivisões assentadas em cada um dos eixos. No que se refere ao *ethos* de credibilidade, teríamos, por exemplo, *ethos* de sério, *ethos* de virtude, *ethos* de competência.

Para Charaudeau, o *éthos* discursivo relaciona-se à identidade discursiva do enunciador, aos papéis que ele se atribui em sua enunciação, enquanto o *ethos* prévio respeita à identidade social do locutor, portanto, à sua imagem, o que funda sua legitimidade. Desse modo, para o autor, aquilo que somos e aquilo que dizemos resulta no *éthos*: identidade social e discursiva fusionam-se. “Eu sou o que desejo ser, sendo efetivamente o que digo que sou” (CHARAUDEAU, 2006, p. 116)⁹.

Outro elemento da tríade é considerado ao lado do *ethos*, uma prova de ordem afetiva: o *pathos*, cujo foco é a disposição dos ouvintes: “[...] quando estes são levados a sentir emoção por meio do discurso, pois os juízos que emitimos variam conforme sentimos tristeza ou alegria, amor ou ódio” (ARISTÓTELES, 1356a, p. 36-39). O *pathos*, de acordo com a concepção herdada da retórica, refere-se ao conjunto de emoções que o orador suscita com seu discurso no auditório. Na atualidade, pesquisas no campo da argumentação no discurso, como as de Plantin (2011) e de Micheli (2011), buscam compreender o caráter argumentável das emoções, a partir de um movimento que tem origem na retórica e se dirige também pela pragmática, pela semântica, pela psicologia, além de outros domínios. Cada vez mais as emoções são entendidas como importantes à construção argumentativa, desfazendo um olhar estereotipado que repete a cisão estabelecida por Platão entre corpo e mente e, portanto, entre razão e emoção¹⁰.

Finalmente, considerando o *logos* como discurso, como construção linguageira, tanto *ethos* quanto *pathos* só existem por meio dele. Assim,

9 Sem desejar diminuir o valor metodológico das subdivisões apresentadas, acreditamos que o uso exclusivamente do termo “imagem” poderia evitar apropriações indevidas do termo *ethos*, como quando este é usado para se referir à projeção da imagem do outro.

10 É importante, ainda, dizer que, assim como o analista do discurso, o analista da argumentação no discurso não dispõe ainda de aparato teórico-metodológico para lidar com emoções sentidas, mas apenas com emoções expressas, emoções ditas, emoções mostradas, emoções suscitadas. Enfim, com o caráter argumentável das emoções.

compreendido em seu caráter polissêmico, *logos* respeita a tudo que é da ordem dos recursos semânticos, morfossintáticos, lexicais e pragmáticos; a tudo que é da ordem da construção linguístico-discursiva (pressupostos, subentendidos, seleção lexical, sufixos/prefixos, ambiguidades, deslizamentos semânticos, modalização etc.), à tipologia dos argumentos, às provas dedutivas (raciocínios entimemáticos) e indutivas (exemplos), às figuras de cujo papel a argumentação não pode prescindir.

É nesse sentido que defendemos em 2006¹¹ e continuamos a defender ainda, com alguns ajustes, que a argumentação se sustenta em três dimensões - dimensão da construção das imagens de si e do outro, dimensão das emoções e dimensão da construção languageira. As três dimensões formam um todo, que se intersecciona, mas, ao mesmo tempo, possui vida independente.

Nessa passagem, resta-nos, também, reafirmar a importância do auditório ou, ainda, se se preferir do público-alvo, ao qual o orador se dirige. O auditório nunca é um brinquedo, nem mesmo no discurso epidíctico, pois mesmo nesse caso ele faz “como se”, ele simula. O auditório não é passivo, visto que, juntamente com o orador, é responsável pela construção argumentativa. A argumentação se constrói, dessa maneira, dentro de um quadro figurativo, em que obrigatoriamente há um “eu” que se dirige a um “tu”, não em uma perspectiva simétrica e muito menos livre de pressões.

2. Alguns passos para análise da argumentação no discurso

Todo e qualquer movimento de análise deve iniciar pela definição do gênero de discurso a que pertence o texto em foco. Isto porque, assim como a AD, a argumentação no discurso tem como objeto textos e não discursos em si. Além disso, o gênero permite

[...] socializar a fala individual, colando-a em modelos endossados e repertoriados que determinam um horizonte de expectativa. Frequentemente, tem-se notado que, sem a mediação dos gêneros, a interlocução seria impossível: os gêneros autorizam, de fato, a boa recepção de um discurso, orientando a escuta ou a leitura (AMOSSY, 2018, p. 245).

11 Cf. Lima (2006).

Definidos os contornos do gênero e do domínio discursivo, se este for o caso, deve-se partir para uma percepção acerca dos sujeitos - orador e auditório, para nos valer de termos da retórica - envolvidos na troca. Quais seriam eles? Qual seria a identidade destes sujeitos? Que posição ocupam na hierarquia social? Qual seria a identidade social? E a identidade linguageira? De que valores supostamente partilham?

Ainda sobre o quadro enunciativo, após delimitar as características dos sujeitos, como se configura a interação? Trata-se de uma troca dialogal - haveria uma interação real face a face? Ou a interação seria mediada por computador - interação virtual? Ou, ainda, trata-se de uma troca monologal, como em uma publicidade, por exemplo?

Enfim, além das condições de enunciação, quais seriam as condições socio-históricas? Quais seriam as relações de força em jogo? Como seria possível situar em termos sociais e históricos o texto em análise?

Amossy também atenta para a importância de se refletir sobre tais questões em sua obra

[a] reflexão sobre os quadros institucionais e os gêneros de discurso chega à constatação de que a argumentação se desenvolve segundo modalidades diferentes, dependendo do fato de ela ser dialógica ou dialogal, segundo se filie ou não ao ficcional, ou se modele sobre o padrão de conversação, do debate parlamentar, da narração ou do artigo de informação (AMOSSY, 2018, p. 247).

Para uma melhor compreensão do objeto em análise, além do gênero de discurso, da situação comunicativa, incluindo a configuração enunciativa, faz-se necessária uma investida sobre alguns eixos temáticos ou mesmo alguns *topoi*, cujo papel será o de contribuir para a definição de pontos de partida da argumentação. Quais seriam eles? Em que medida eles direcionam a construção argumentativa?

Definidos os eixos temáticos, qual seria a importância das provas retóricas na construção argumentativa? Como se constrói a imagem de si no discurso? Que emoções seriam suscitadas no auditório? Que emoções

seriam expressas pelo orador? Quais e como as emoções são argumentadas? Como tudo isso se dá em termos linguageiros? Quais seriam as categorias linguístico-discursivas mobilizadas? Que efeitos de sentido produziriam? Por fim, o que sustentaria em termos dóxicos tal construção?

Esses poderiam ser alguns passos iniciais para uma análise da argumentação no discurso, os quais, evidentemente, não são únicos e muito menos excluem outras possibilidades. Finalmente, uma análise da argumentação não pode prescindir de um olhar atento para as relações interdiscursivas, para os já ditos, para a memória de discursos, categorias que balizam não apenas o trabalho do analista do discurso, mas também do analista da argumentação no discurso.

2.1. A campanha “Contos de fada”: uma tentativa de reconfiguração da imagem da mulher

2.1.1. O quadro genérico: um *femvertising*

A marca *O Boticário*, direcionada ao mercado de perfumes e cosméticos, era inicialmente apenas uma empresa, genuinamente brasileira, fundada em 1977, em Curitiba e hoje se trata de um grupo empresarial.¹² O grupo é bastante conhecido no país e mesmo no exterior¹³ e, atualmente, dele fazem parte as empresas *O Boticário*, *Quem disse Berenice?*, *Beauty Box*, *Vult*, *MultiB*, *Beleza na Web*. Além dos produtos que conquistaram o público brasileiro, a marca *O Boticário*, foco de nossa leitura, tem se destacado nos últimos anos por suas polêmicas campanhas sobre temas como diversidade sexual, gênero e raça e por uma tentativa de delinear um perfil de promotora do empoderamento feminino. São várias as campanhas que se valem de um *projeto de fala* associado ao *femvertising*, como a *Conto de fadas* (2005), que será parcialmente analisada a seguir,¹⁴ *Linda ex* (2015), que foi alvo de representação no CONAR (Conselho Nacional de Autorregulação Publicitária) por queixas de machismo, entre outras.

12 Para saber mais sobre o assunto, ver: <https://www.grupoboticario.com.br/pt/nossas-marcas/Paginas/Inicial.aspx>. Acesso em: 5 out. 2020.

13 Para saber mais, conferir: <https://www.boticario.com.br/nossa-historia/>. Acesso em: 5 out. 2020.

14 A campanha será parcialmente analisada, porque lidaremos apenas com os textos divulgados sob a forma de anúncio divulgados em revistas e não com vídeos ou *outdoors*.

Uma rápida observação das campanhas nos mostra que a marca *O Boticário* ainda não conseguiu se desvencilhar de uma imagem prévia associada a uma *doxa* preconceituosa e discriminatória. A campanha *Linda ex*, por exemplo, mostra o desfecho do divórcio de três casais e o papel da *O Boticário* ao supostamente apoiar o empoderamento das mulheres. Entretanto, a linha de cosméticos se atém à produção das mulheres para o dia da assinatura dos papéis do divórcio, o que se restringe ao campo da aparência física e, ainda, ao incentivo a uma atitude revanchista fundada em uma imagem estereotipada das mulheres. Como se pode observar, mesmo após 10 anos da campanha a ser analisada, a marca se mostra presa a uma *doxa* machista.

A campanha *Conto de fadas*, que colocou em destaque as personagens Branca de Neve, Rapunzel, Cinderela e Bela Adormecida, foi produzida pela agência AlmapBBDO e apresentada sob a forma de quatro anúncios e quatro *outdoors*. Os textos selecionados para a análise no presente capítulo podem ser entendidos, inicialmente, como pertencentes ao gênero de discurso anúncio publicitário, que se organiza em termos linguísticos por meio de enunciados curtos, gírias, chavões, neologismos, lugares-comuns, ambiguidades, linguagem figurada, adjetivos, advérbios, verbos no imperativo, entre outros.

No plano icônico, as imagens são construídas de modo a captar a atenção com o uso de belos modelos, com o uso estratégico de planos de câmera, de luminosidade, de enquadramentos, de pontos de vista da câmera, de gama de cores, de molduras (cf. AUMONT, 1993) e, enfim, de todos os recursos que possam conferir mais ênfase àquela representação. O discurso publicitário se dirige a um auditório, que é um consumidor visado, cujo perfil é anteriormente traçado, e privilegia recursos da ordem da captação/sedução (cf. CHARAUDEAU, 1993). O sujeito é levado a crer que tem uma falta a ser preenchida pelo bem de consumo.

Pode-se afirmar que, mais especificamente, os quatro anúncios em foco enquadram-se no (sub)gênero de discurso *femvertising* (*feminism + advertising*), publicidades voltadas para as mulheres, com o intuito de estabelecer um diálogo positivo com o público feminino. Da mulher objeto de consumo visual nas publicidades, os anúncios começam a explorar uma suposta parceria, uma suposta capacidade de empoderamento

feminino, de promoção de libertação. Eles começaram a inserir signos de autonomia, de autossuficiência, de liberdade, ajustados à lógica liberal. As marcas valem-se, assim, do impacto que determinados proferimentos e imagens podem ter sobre a autoestima das mulheres, considerando os valores em jogo em nossa sociedade. Questões relativas à igualdade de gênero, à diversidade e liberdade sexuais aparecem nas publicidades, a fim de aproximar a marca daquele público visado, fazendo-o crer que, ao consumir seus produtos, poderão alcançar, de algum modo, liberdade e aceitação jamais experimentadas.

Na campanha, temos então textos pertencentes ao domínio publicitário, ao gênero anúncio publicitário e, se levarmos em conta as questões levantadas acerca deste tipo específico de publicidade, podemos pensar que se trata de um subgênero específico: anúncio *femvertising*. Por se tratar de uma problemática relativamente recente e que cresceu muito nos últimos anos, a análise pode contribuir para lançar algumas luzes a esse debate sob o prisma da argumentação.

2.1.2. A teia argumentativa: o entrecruzamento dos planos icônico e verbal

Nesse movimento de análise, observamos que nos quatro textos componentes da campanha há uma tentativa de apresentar um reposicionamento da figura da mulher, ressignificando seu papel nos Contos de fada, ou melhor, nos “Contos de fadas modernos”. Todas as figuras femininas belas, magras, jovens e de pele clara reproduzem um determinado padrão de beleza aceito e cultuado no mundo ocidental. Elas parecem fugir à imagem de fragilidade, sendo apresentadas em uma posição dominadora. As jovens mulheres, enquadradas em *plano americano*, ocupam ora o centro da imagem, ora uma posição mais à direita, o que colabora para direcionar o olhar do leitor das páginas da revista. A figuração do feminino se mescla às *lolitas* e às *vamps*, imagens amplamente exploradas pelo cinema mundial.

Na primeira imagem temos uma Chapeuzinho Vermelho loira e não morena, como na história original, com cabelos que cobrem parte do rosto. A bela jovem de lábios pintados de vermelho usa capa e capuz da mesma cor e é estrategicamente enquadrada, em *plano americano*, à esquerda de

modo a ocupar praticamente toda a tela. Através dela, o texto nos interpela diretamente, em um tom provocativo: “Toda Chapeuzinho vermelho que se preze, um belo dia coloca o Lobo Mau na coleira”. O *ponto de vista da câmera* é o de seu olhar, assim como nas outras imagens, importante recurso na projeção de um *ethos* de segurança e autoconfiança.

Embora seja este o *ethos* projetado, o enunciado a coloca na obrigação do domínio do homem, seu Lobo Mau, reproduzindo, assim, uma estrutura prototípica: sobre a mulher recai a responsabilidade pelo bom andamento do casamento/relação. Empoderamento aqui significa *expertise* no controle do homem; restringe-se à capacidade de domínio dos instintos masculinos. Dessa relação podemos extrair um *topos*, aos moldes de Anscombe e Ducrot (1991) (+ empoderamento, + controle do homem): “mulheres competentes/empoderadas conseguem êxito no controle de seu homem” e seu contrário: “mulheres incompetentes/não empoderadas não conseguem êxito no controle de seu homem”. Trata-se de um *topos* extrínseco, fundador de uma representação ideológica. O empoderamento se associa à rede sógnica da competência, mas à competência em segurar o homem e não à competência intelectual ou profissional.

A esse respeito, o que se entrevê do diálogo entre o plano icônico e o verbal é que, ao contrário da expectativa relacionada à quebra de uma *doxa* vigente, a supostamente nova imagem da mulher não se associa à ascensão no mercado de trabalho ou à possibilidade de se libertar das obrigações determinadas pelo “manual de conduta da boa esposa”, mas sim de uma prisão, de amarras relativas ao campo da beleza, da aparência física. A equação é clara: atendendo aos desejos, sendo sedutora, usando os cosméticos da linha *O Boticário*, você conseguirá ser “uma mulher que se preze”, colocando o homem na coleira. Isto porque “a história [supostamente] **sempre** se repete”..A personagem em destaque no segundo texto, também loira, bela e jovem, usa maquiagem e roupas em tom mais suave, mas não deixa de sinalizar uma atitude um pouco mais ousada, ao apresentar parte dos seios. Igualmente ousado é seu olhar, que não fita diretamente o leitor das páginas da revista, mas colabora, nesse movimento sedutor, para estrategicamente, criar um efeito de “olhos de ressaca”. Ela é rodeada de sapatinhos de cristal, supostamente oferecidos por vários príncipes encantados.

O texto verbal anuncia e nomeia a personagem: “Gabriela vivia sonhando com seu príncipe encantado. Mas, depois que ela passou a usar “O Boticário”, foram os príncipes que perderam o sono”. Ao ser nomeada, cria-se um efeito de aproximação e, com isso, maior identificação entre a Gabriela e o público ao qual a peça se dirige. O nome funciona como um *efeito de real* (cf. CHARAUDEAU, 1992) no processo de descrição e nomear é, de acordo com a Teoria Semiolinguística, “fazer existir um ser (qualquer que seja a sua classe semântica) através de uma dupla operação: perceber uma diferença na continuidade do universo e, simultaneamente, relacionar essa diferença a uma semelhança, o que constitui o princípio da classificação” (CHARAUDEAU, 2008, p. 112). Ao ser nomeado, o ser não é simplesmente etiquetado, mas passa a existir enquanto tal.

Além disso, o enunciado resgata uma memória de discursos, ao projetar, através de Gabriela, um “*ethos* coletivo” (cf. CHARAUDEAU, 2006) das mulheres como estando sempre à espera de um bom casamento. Portanto, de um príncipe encantado ou de um bom partido. Todavia, o texto resgata essa voz, mas a refuta. A jovem não espera um príncipe, vários deles vão até ela. O problema é que tal voz não quebra a *doxa* vigente, uma vez que, para que ter os homens a seus pés, as mulheres devem ser sedutoras e bem cuidadas e, nesse caso, com o apoio dos produtos de beleza.

Isso pode ser verificado na estrutura linguística do enunciado, no qual o operador argumentativo “mas”, responsável por quebrar a sequência discursiva, promove a inversão (“**Mas**, depois que ela **passou a** usar *O Boticário*, foram os príncipes que perderam o sono [grifos nossos]”), pois coloca em cena dois pontos de vista – E1 e E2 – em oposição, um que vai na direção esperada da *dóxa* vigente de que as mulheres esperam sempre seu príncipe encantado (E1) e outro que iria na direção contrária de que o uso dos cosméticos fez dela uma mulher diferente (E2). O índice de pressuposição reforça ainda mais essa ideia no enunciado 2 (“passou a”). Mais uma vez, o que se percebe é que a suposta mudança é gerada pela mesma estrutura social que sustenta a já não tão sonhadora Gabriela. Em outras palavras, Gabriela supostamente se liberta se prendendo à tirania do espelho.

No texto 3, além da imagem da mocinha, o texto destaca um personagem masculino, o dragão domado. Ao lado da imagem, acima do lado esquerdo, o texto: “Um belo dia, uma linda donzela usou “O Boticário”. Depois disso, o dragão que ela tanto temia ficou mansinho, mansinho e nunca mais saiu de perto dela”.

A jovem é a representação da Rapunzel, com seus longos cabelos, aqui em tom castanho escuro. Ela tem o rosto maquiado e fita o público/auditório diretamente a partir, nesse caso, do centro da imagem. O homem a abraça por trás em uma atitude carinhosa que se contrapõe ao braço musculoso que deixa entrever uma tatuagem de dragão. A marca em sua pele cria, em um jogo ambíguo, o efeito de sentido de que ele seria tanto um homem liberado e difícil de controlar, quanto o próprio dragão que ameaça e amedronta a princesa no conto de fadas. Enquanto a mocinha mira o auditório de frente, ele tem a face escondida. Mais uma vez, o ponto de vista da câmera é o do olhar da “princesa”, o *punctum* de que nos fala Roland Barthes, o que capta a atenção.

Um detalhe conquista toda a minha leitura; trata-se de uma mutação viva de meu interesse, de uma fulguração. Pela marca de alguma coisa, a foto não é mais qualquer. Essa alguma coisa deu um estalo, provocou em mim um pequeno abalo, um *satori*, a passagem de um vazio (BARTHES, 1984, p. 77).

A última personagem em destaque nessa leitura é Branca de Neve, apresentada ao lado do signo icônico do pecado original - a maçã -, projetado mais à frente na imagem. O *plano* usado também é o *americano* que a exhibe da cintura para cima e o *ponto de vista da câmera* é o de seu olhar. A jovem tem os lábios pintados de vermelho e usa vestido decotado que deixa entrever parte de seus seios, destacados também pela luminosidade. A imagem projetada é mais uma vez de segurança e autoconfiança, o “*ethos-padrão*” usado na elaboração da campanha. Essas jovens não dizem ser seguras, elas mostram - *ethos* mostrado - por meio de sua atitude, a qual pode mais facilmente promover a identificação de um público interessado em mudanças sociais.

Embora busque seduzir pela beleza e pela identificação com pautas libertárias, é preciso dizer que o texto coloca em cena um olhar estereotipado, duplamente preconceituoso e discriminatório: a presumida competição existente entre as mulheres e a presumida inferioridade dos anões. Essa relação pode ser observada no texto verbal que acompanha o plano icônico: “Era uma vez uma garota branca como a neve, que causava muita inveja, não por ter conhecido sete anões, mas vários homens de 1,80m”.

Como se vê, a imagem não rompe com a *doxa* vigente, mas ao contrário, a reafirma, objetificando as mulheres nesse e nos outros casos, colocando-as como dependentes da aprovação masculina. A marca se mostra como redentora ao projetar para si um *ethos* de potência, na medida em que se apresenta como capaz de solucionar o problema da eterna inferioridade feminina, ao “empoderar” as mulheres, porém, por meio da aparência.

Ademais, a campanha se mostra distante da realidade brasileira ao apresentar modelos brancos que seguem um padrão europeu, alheio à diversidade racial existente em nosso país. Como toda publicidade, a solução apresentada é fácil e ilusória, porém sedutora. Dessa forma, incita o desejo de compra que consiste, finalmente, em seu projeto de fala.

3. Síntese do exercício realizado – orientações para uma prática analítica

Como foi observado na subseção “Alguns passos para análise da argumentação no discurso”, uma prática analítica orientada aos discursos em circulação na sociedade precisa considerar, inicialmente, as características do gênero de discurso selecionado. Isso porque os gêneros promovem uma mediação entre os modelos que compõem o repertório de opções expressivas em uma determinada época e lugar e os sujeitos em interação.

Por se tratar de um gênero discursivo, já na etapa inicial, o analista precisa perceber qual é o *status* social do orador e do auditório, que lugares discursivos ocupam em diferentes espaços sociais, que identidades (social e linguageira) são assumidas por cada um, as relações estabelecidas entre eles, para que possa depreender os valores que podem (ou não) ser partilhados no/pelo discurso. Observa-se, assim, que elementos enunciativos e discursivos são combinados para que possam ser interpretados os elementos constitutivos de uma determinada troca dialógica ou monológica.

As condições de enunciação são associadas às condições sociohistóricas a fim de que sejam descritas as relações de força em jogo, particularmente na argumentação que sempre se realiza com base em modalidades diferentes de composição e expressão (cf. AMOSSY, 2018). Além das características do gênero de discurso, será preciso analisar como se compõe cada situação comunicativa, incluindo:

- 1) elementos da configuração enunciativa;
- 2) os eixos temáticos em discussão;
- 3) o(s) ponto(s) de partida da argumentação;
- 4) como tais pontos direcionam a construção argumentativa;
- 5) a identidade dos sujeitos (perfil de orador e auditório);
- 6) nesse caso, o perfil da marca *O Boticário* (imagem prévia da marca);
- 7) nesse caso, os aspectos verbais e icônicos (luminosidade, planos de câmera, gama de cores, enquadramento, entre outros);
- 8) o papel das provas retóricas;
- 9) a construção linguageira de um modo geral (todos os recursos da ordem do *logos*, como seleção lexical, deslizamentos semânticos, modalidade, implícitos, entre outros);
- 10) as bases da argumentação: qual seria o papel da *doxa*.

Essas duas etapas iniciais são associadas à identificação dos eixos temáticos que são mobilizados pelas provas retóricas na construção argumentativa. Para tanto, é produtivo compreender como se constrói a imagem de cada sujeito no discurso, quais emoções são suscitadas e como são argumentadas, os modos como os termos linguageiros são articulados para compor os discursos, quais as principais categorias linguístico-discursivas

são privilegiadas, por exemplo, para que se observe os efeitos de sentidos produzidos e os termos dóxicos ressaltados. Enfim, quais seriam as provas retóricas privilegiadas na construção argumentativa.

Como pode ser percebido, esses passos iniciais, sugeridos a título de uma introdução à análise argumentativa podem ser ampliados, mas já indicam o importante papel que as relações interdiscursivas e a memória de discursos possuem na interação pelo discurso em sociedade, uma vez que possibilitam aos sujeitos lidar com variados elementos do âmbito da argumentação, da retórica e da materialidade linguística. Como se trata de uma análise da argumentação no discurso, é preciso, mais uma vez, considerar as categorias caras à AD, além das referentes ao campo da retórica e da argumentação.

Em síntese, propõe-se neste trabalho os passos listados a seguir, tal como foi indicado na análise encontrada na parte 2 deste capítulo:

- Análise do **quadro genérico**

No *femvertising*, promovido pela marca *O Boticário* (cf. 2.1.1), divulgada por meio do gênero de discurso anúncio publicitário direcionado ao mercado de perfumes e cosméticos, observou-se que, apesar dos esforços em promover o empoderamento feminino, a marca *O Boticário* ainda não conseguiu se desvencilhar de uma imagem prévia associada a uma *doxa* preconceituosa e discriminatória. Isso porque a campanha se restringe ao campo da aparência física e ao incentivo a uma atitude revanchista fundada em uma imagem estereotipada das mulheres, reforçando que a marca se mostra presa a uma *doxa* machista. Além disso, na retomada das condições de produção do discurso, é importante refletir sobre o perfil da marca, a imagem prévia que circula em nosso meio social (Quando ela foi criada? Que tipo de produto comercializa? A que público se dirige?). Do mesmo, se se tratasse de um editorial, seria necessário levar em conta as características do veículo de comunicação no qual o texto foi divulgado.

Finalmente, embora não tenhamos informações suficientes sobre a divulgação das peças e por isso este dado não tenha sido abordado na leitura apresentada, em casos de textos publicitários, é também importante, caso

se tenha acesso a essa informação, considerar os veículos de comunicação responsáveis pela divulgação dos textos.

- Composição de cada **situação comunicativa**

Ao retomar personagens como Branca de Neve, Rapunzel, Cinderela e Bela Adormecida, em 2015, a campanha *Conto de fadas*, que circulou em variados veículos de comunicação, reúne imagens que captam a atenção dos leitores - pelo uso de belos modelos, por meio dos planos de câmera, pela luminosidade, pelos enquadramentos, pelos pontos de vista da câmera, pela gama de cores, pelas molduras – e em associação aos enunciados curtos, às gírias, aos chavões, aos neologismos, aos lugares-comuns, às ambiguidades, à linguagem figurada, aos adjetivos, aos advérbios e aos verbos no imperativo estabelecem um diálogo com o público feminino. Desse modo, a leitura da linguagem visual se une a uma abordagem do material verbal.

Por meio dos elementos destacados, pode-se notar que se estabelece, assim, uma suposta parceria, uma suposta capacidade de empoderamento feminino, de promoção de libertação, uma vez que as mulheres são levadas a crer que tem uma falta a ser preenchida pelo bem de consumo.

Ainda, com estes recursos da ordem do *logos*, é projetado para a mulher um *ethos* de segurança e autoconfiança, visto que o empoderamento feminino foi relacionado à *expertise* de controle do homem, ou seja, restringe-se à capacidade de domínio dos instintos masculinos. Não houve uma quebra da *doxa* patriarcal vigente, pois a nova imagem da mulher permanece associada à ascensão no mercado de trabalho e a libertação da mulher está restrita às obrigações de uma “boa esposa”, relacionadas às amarras relativas ao campo da beleza (da aparência física).

No percurso da análise, verifica-se que *ethos* e *pathos* se unem por meio do *logos* na construção argumentativa, uma vez que as imagens projetadas podem expressar e suscitar emoções. E, do mesmo modo, determinadas emoções podem colaborar para a projeção da imagem dos sujeitos. Com isso se confirma a ideia de que as provas estão sempre em inter-relação e, portanto, não devem ser entendidas de forma fragmentada.

• Articulação entre **relações interdiscursivas e memória**

Como foi visto na análise proposta neste capítulo, os nomes das personagens funcionam como um *efeito de real* no processo de descrição das situações comunicativas, que faz existir um ser por meio das diferenças identificadas na continuidade. *Efeitos de real* se unem a *efeitos de ficção* no resgate de uma memória de outros discursos que recuperam um “*ethos* coletivo” de mulheres sempre à espera de um bom casamento, de um príncipe encantado.

Ao teatralizar os *Contos de Fada*, as peças se valem da ficção na tentativa de desconstruir a narrativa ficcional, mas, na suposta mudança retratada na campanha, a condição feminina se mantém em uma estrutura social opressora, por isso as mulheres deixam supostamente de se submeter à tirania dos homens, mas continuam submetidas à tirania do espelho.

Como toda publicidade, a solução apresentada é fácil e ilusória, porém sedutora, por isso consegue incitar o desejo de compra que consiste, em última instância, no projeto de fala dos anúncios em análise.

A interpretação empreendida reforça uma construção argumentativa que tenta projetar imagens progressistas em relação à igualdade de gênero, mas está vinculada a uma *doxa* patriarcal. Em lugar de imagens de emancipadas e empoderadas, a campanha da marca *O Boticário* apenas reforça os estereótipos existentes em relação às mulheres há séculos.

À guisa de conclusão

Como afirma Courtine (1981), o analista do discurso deve ser linguista e deixar de sê-lo ao mesmo tempo e, do mesmo modo, o analista da argumentação no discurso deve assim agir. É necessário se ater às marcas deixadas pela enunciação, abordar a tipologia dos argumentos, sua estruturação, além de captar, nas condições socio-históricas, pressões de toda ordem. Nesse movimento, é preciso compreender que toda argumentação se sustenta na *doxa*. Se se preferir seguir as trilhas de Perelman (1996 [1958]), podemos dizer que toda argumentação se sustenta em valores ou, com Foucault (2006), diremos que toda argumentação se sustenta em relações

de poder e assim por diante. O fato é que não se argumenta a partir do nada, a argumentação sempre parte de conhecimentos, de saberes, de relações de poder estabelecidas por grupos sociais. Dessa maneira, o *logos*, enquanto construção discursiva, não pode prescindir de uma leitura das bases que lhe sustentam e muito menos de sua inter-relação com *ethos* e *pathos*.

A partir da leitura empreendida pode-se notar uma construção argumentativa que, apesar de projetar imagens progressistas em relação à igualdade de gênero, está assentada em uma *doxa* patriarcal. As provas retóricas amparam a projeção de uma imagem positiva da marca *O Boticário* como associada ao empoderamento e à emancipação das mulheres. Todavia, no lugar de imagens de emancipadas e empoderadas, as publicidades reforçam os estereótipos de mulheres presas à clausura do espelho e dependentes da avaliação masculina.

Nos últimos anos, verifica-se uma exploração nas mídias e no campo da publicidade do movimento em prol da eliminação da dependência, da competência e do sucesso individual, assim como da liberdade de fazer escolhas, mas sem haver realmente a promoção da crítica às estruturas de dominação. As mulheres continuam representadas sob a égide da dominação masculina, inseridas em uma estrutura patriarcal e agindo a partir das demandas de seus príncipes encantados. O feminismo é usado, desse modo, como mercadoria, como um modo de captar a atenção de seu público-alvo.

Além disso, como destaca Illouz (2020), desde as primeiras décadas do século XX, a relação entre as mercadorias e as emoções foi explorada e, passados os anos, na cena contemporânea, publicidade e imagem da marca não se contentam mais em somente agir sobre as emoções. Elas fazem também do consumidor uma entidade emocional, ao transformar uma simples aquisição em uma experiência emocional, como estas sugeridas pelos anúncios em destaque. A *mise en scène* colabora para conferir o *efeito de real* necessário; em todos eles são apresentados microrrelatos que promovem a identificação com o universo mágico das princesas e, por outro lado, com a narrativa da emancipação.

O desfecho das histórias não apresenta um tom moralizante, mas uma vingança assegurada pela linha de cosméticos *O Boticário*. Nota-se, assim,

que a ideia de um anúncio voltado ao público feminino com o intuito de contribuir com seu empoderamento não se sustenta. A indignação diante da dominação masculina é minimizada pela atitude revanchista, sem verdadeiramente promover a reflexão necessária.

O olhar das jovens convoca, provoca o auditório, desestabiliza, mas, infelizmente, os anúncios não chegam a modificar o *status quo*. Do mesmo modo que as anteriores, se essa mulher se cuida, se ela investe esforço na apresentação de si, pode obter o sucesso desejado, que não se relaciona ao âmbito profissional ou intelectual, mas sim ao sucesso em “laçar e controlar um marido”, para nos valer da *vox populi*.

O movimento de leitura ora apresentado, demonstra que a análise da argumentação no discurso é um profícuo campo que se abre aos pesquisadores, contribuindo para captar na materialidade linguístico-discursiva elementos para uma leitura dos discursos sociais, a partir da defesa de uma argumentatividade inerente ao discurso e, com isso, da necessidade de integração da argumentação no campo da AD. Ela permite também avançar na discussão sobre a agentividade do sujeito da retórica, ao entendê-lo como sujeito a pressões, mas com um espaço de manobras, como diria Charaudeau (1983). No que tange à crítica, como assinala, Amossy (2018), não se trata de uma análise que visa a avaliar ou denunciar uma construção argumentativa, mas de sim colaborar para sua melhor compreensão.

A partir da herança retórica, talvez a argumentação e, mais ainda, a argumentação no discurso possa, por meio das funções que herda da retórica, assegurar uma formação capaz de promover a ação do sujeito na vida social. Ação no sentido amplo do termo, como condição para liberdade de consciência, flexibilidade, sagacidade, qualidades que Aristóteles denominou de *phronésis*. As novas abordagens da argumentação, em especial aquelas voltadas para o discurso, têm muito a nos oferecer nesse sentido. Avançando um pouco no que diz Reboul (1998), a argumentação no discurso pode, como perspectiva que aborda o bem dizer (crítico), ensinar a ser (crítico).

No capítulo **Argumentação no discurso: problemáticas e perspectivas**, escrito por Helcira Lima, os liames entre a análise do discurso e os estudos da argumentação são colocados à mesa, apesar da diversidade de campos que os compõem. A partir de discussão de trabalhos de Ruth Amossy, que promove um quadro teórico abrangente com incursões na argumentação e nos estudos do discurso, a autora deste capítulo mostra de que forma a Análise de discurso flerta com a retórica e com a argumentação, apresentando, por exemplo, os fundamentos e algumas categorias mobilizadas em uma análise que enxergue a argumentação *no discurso* (e não *na língua*, por exemplo, como o faz Ducrot). Respalhada ainda por Amossy, a autora desta contribuição reforça que a argumentação é inerente ao funcionamento do discurso e se manifesta sob a forma de uma dimensão argumentativa (*dimension argumentative*) e de uma finalidade argumentativa (*visée argumentative*). Aqui, ainda, é-nos apresentada a leitura analítica de uma campanha publicitária da marca *O Boticário*, divulgada na internet, com ampla repercussão na época, a qual ainda hoje suscita significativos questionamentos a respeito da construção da imagem da mulher brasileira. A análise do gênero na direção do *femvertising*, isto é, publicidade voltada para o público feminino, pode contribuir para lançar algumas luzes a esse debate sob o prisma da argumentação que, com sua visada hermenêutica, persuasiva, heurística e pedagógica, herdadas da retórica, ajuda a mostrar o quanto um anúncio pode ser fácil, ilusório, porém sedutor.

PERSPECTIVA DIALOGAL E ANÁLISE DIALÓGICA: A ARGUMENTAÇÃO BIFACE¹

Wander Emediato
Rubens Damasceno-Morais

Introdução

Analisar a argumentação em um quadro dialógico e dialogal é essencial à sua compreensão, devido a razões que estão no centro da problemática argumentativa. Desde Aristóteles, considera-se que a argumentação se nutre de uma situação de controvérsia, pois, do contrário, o fazer argumentativo seria, de certa forma, vão. Por outro lado, a argumentação, como qualquer prática discursiva, é baseada em representações que, de algum modo, envolvem os participantes, seja por meio do compartilhamento (assonância dóxica), seja por oposição (dissonância dóxica).

A situação de controvérsia está, portanto, no cerne do diálogo argumentativo. Ela coloca os interlocutores no papel de proponentes ou alvos em relação a uma tese ou a um fim a ser alcançado (levar o outro a agir, orientar seu pensamento, suas crenças etc.). Lembremos ainda que, quanto ao alvo, o interlocutor pode ser um terceiro – presente ou ausente – e não necessariamente um dos interlocutores presentes em uma dada situação, como destacam Christian Plantin e Catherine Kerbrat-Orecchioni, em obras publicadas na década de 1990, ao tratarem sobre o *trílogo* e o *tropo*

¹ Uma versão original deste texto foi publicada em Língua Francesa no número temático da revista romena *Studdi de Lingvistica*, n. 1, 2019, em homenagem a Christian Plantin.

comunicacional. A cena enunciativa da argumentação é tão complexa que as discussões podem ocorrer em dispositivos sociais e tecnológicos que envolvam “terceiros situacionais” (CHARAUDEAU, 2004), como no caso das redes sociais digitais.

Se a argumentação se alimenta e se sustém a partir de uma controvérsia, ela também precisa se basear em acordos, questões comuns ou consensos, capazes de “conectar espíritos”, construindo um *laço intelectual* (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1958), a fim de permitir que os participantes se sintam partícipes de uma comunidade discursiva. Se os participantes não tivessem nada para compartilhar, nem saberes, nem valores, nem questionamentos, ainda que apenas para pôr em cena suas divergências, não teriam por que argumentar, nem mesmo dialogar. Nesse sentido, até mesmo o “diálogo de surdos” (ANGENOT, 2008) pode ter uma função: fortalecer o apoio de terceiros, dar a conhecer a sua opinião etc. Estabelecidas essas premissas, vamos discutir, neste capítulo, o diálogo argumentativo – biface – e a sua constituição interlocutiva e interdiscursiva, a partir da perspectiva dialógica da argumentação, proposta por Christian Plantin (1990, 1996, 2005, 2016), construindo uma reflexão a partir dos pressupostos dessa perspectiva teórica, no sentido de trazer alguma contribuição.

1. A problemática das noções: diálogo, dialogismo, interação argumentativa

As noções que intervêm em nosso percurso analítico – *diálogo*, *dialogismo*, *interação argumentativa* – são amplamente estudadas nas ciências da linguagem. A noção de *diálogo*, porém, é definida de uma forma um tanto vaga na linguística. Ela raramente aparece em dicionários especializados, em favor da noção de interação verbal. O *Dicionário de Ciências da Linguagem* de Neveu (2004) nem mesmo a menciona. Por outro lado, a noção de *interação verbal*, associada à análise do discurso, está lá definida da seguinte forma:

a noção de *interação verbal* designa, na análise do discurso, a relação que se estabelece entre os participantes de uma troca interlocutiva. Há interação na medida em que os participantes são efetivamente “interactantes”, ou seja, exercem influências mútuas que determinam seu comportamento durante a troca (NEVEU, 2004, p. 166, destaque nosso).

No *Le petit Robert de la langue française*, por sua vez, a definição se refere, a princípio, à origem grega do substantivo (*dia-* “através de, entre”, *logos* “fala”) e, a seguir, aos conceitos de interação, conversação, negociação, entrevista, consulta, conversa a dois etc. Para Kerbrat-Orecchioni, a interação verbal entre duas pessoas – ou interlocutores – apenas constitui um diálogo regular quando certas condições tenham sido satisfeitas, pois uma situação interlocutiva pode simplesmente configurar um *tropo comunicacional*. Nesse sentido, e segundo a autora, “falo de ‘tropo comunicacional’ todas as vezes em que se pode observar uma discrepância entre aquele a quem se dirige o discurso do locutor e aquele a quem esse mesmo discurso é verdadeiramente destinado” (KERBRAT-ORECCHIONI, 1996). E mais, certos fenômenos característicos das interações verbais face a face, tais como as sobreposições, a organização de turnos de fala, as intrusões, os rituais regulatórios ou fáticos, as saudações, os sinais de escuta, dificilmente são encontrados de forma estrita em uma situação de comunicação digital em que as trocas ocorrem mais frequentemente por escrito.

No que se refere à noção de *dialogismo*, seu uso é bastante plural, e isso depende se estamos em uma abordagem literária, enunciativa, discursiva ou outra. Para uma discussão bastante detalhada e crítica da noção de dialogismo e suas nuances, especialmente no universo francófono, recorreremos aos números 43 (2004) e 57 (2011) dos *Cahiers de praxématique*, dedicados a esta temática. Compartimos a ideia de que este conceito “viajou pelo mundo” e que isso explica o seu carácter produtivo e heterogêneo. Aqui, consideramos que a noção de dialogismo remete pelo menos a dois níveis distintos e complementares: a) a noção de “dialogismo interlocutivo” como interação verbal por meio da troca de turnos entre interlocutores; b) a noção de “dialogismo interdiscursivo” como uma relação particular entre

“Eu” e “Outrem”,² referindo-se a opiniões, valores e formações discursivas conflitantes que circulam no interdiscurso.

O dialogismo é muitas vezes associado a outros conceitos na ciência da linguagem. Sitri (2004) enfatiza o que constituiria o núcleo comum no uso do termo “dialogismo” na ciência da linguagem e na análise do discurso, apesar de sua dispersão:

dialogismo, polifonia, heterogeneidade, interdiscurso, memória discursiva (...) o paradigma é amplamente difundido nas ciências da linguagem, particularmente nas abordagens enunciativas e discursivas, mas também semânticas e argumentativas. Originários de conceituações teóricas diferentes, esses termos têm como elemento comum designar a existência de uma “alteridade” ou de uma “exterioridade” no discurso que está sendo realizado (SITRI, 2004, p. 165).

Podemos observar, com Sitri, a diversidade de noções ligadas à questão dialógica, como a polifonia, noção desenvolvida na França por Ducrot (1984) e retomada por Rabatel (2005), entre outros, que a relaciona ao dialogismo em seus estudos sobre a gestão interacional de pontos de vista – o *dialogismo interno*.

Para Moirand, o importante é fazer trabalhar a noção, mesmo que Bakhtin não a tenha necessariamente pensado nos termos de autores contemporâneos, que o usam de forma bem diferente:

experimentar o conceito de dialogismo é colocá-lo à prova de dados empíricos sem retirar sua dimensão de teorização, que constitui sua força, e que nos leva a pensar de forma diferente sobre o funcionamento dos discursos em sua materialidade. Não era exatamente esse o objetivo do grupo B/M/V, mas isso decorre da recepção feita em outro contexto, cultural, histórico, cientificamente diferente (MOIRAND, 2011, p. 93).

2 Cf. Tylkowski (2011) sobre Bakhtin e a obra *Problemas da poética de Dostoiévski* de 1929.

O dialogismo, para a autora, é um termo “nômade”. Ele passa, de fato, pelas ciências da linguagem e por várias outras disciplinas. No que se refere ao nosso estudo, tratamos do dialogismo em relação às questões da *alteridade* e da *interdiscursividade*. Neste capítulo, partimos da análise das réplicas de participantes em trocas em um espaço digital em redes sociais, para analisar a maneira pela qual eles se relacionam com modos de existência e intersubjetividade em um determinado espaço social.

Nas clássicas palavras de Bakhtin,

um enunciado está preenchido de ecos e de ressonâncias de outros enunciados aos quais ele está conectado dentro de uma esfera comum de troca verbal. Um enunciado deve ser considerado, antes de tudo, como uma resposta a enunciados anteriores dentro de uma determinada esfera (a palavra “resposta” sendo compreendida aqui num sentido mais amplo): ela os refuta, confirma, completa, se desenvolve a partir deles, toma-os como conhecidos e, de uma forma ou de outra, leva-os em conta (BAKHTIN, 1978, p. 298).

Tal citação levou-nos a distinguir as noções de *dialogismo interlocutivo*, ou diálogo no sentido de interação verbal e *dialogismo interdiscursivo*, evocando opiniões circulantes, visões de mundo, valores dos quais os falantes seriam (re)portadores e à frente dos quais situariam suas palavras. É nesse sentido que Vion (2006) assevera ser o dialogismo bakhtiniano da ordem da interdiscursividade. Segundo o autor:

Por dialogismo, este último expressa o fato de que toda fala é habitada por vozes e opiniões a ponto de poder ser apreendida como reformulações de falas anteriores. Essa concepção de linguagem postula que toda enunciação constitui apenas um episódio dentro de uma corrente ininterrupta de comunicação. Trata-se, portanto, de um dialogismo interdiscursivo segundo o qual o sujeito falante não pode estar na origem do sentido, mas se apresenta como um coator participante de um processo social de reconstrução permanente de significação a partir de uma infinidade de discursos reais ou potenciais (VION, 2006, p. 105).

A aproximação entre o dialogismo e a interdiscursividade deve muito ao trabalho sobre a heterogeneidade enunciativa. Os trabalhos de Authier-Revuz (1984) lançaram um novo olhar sobre a perspectiva de Pêcheux (1975) em relação ao funcionamento das formações discursivas, bem como sobre a de Bakhtin.

Vou me apoiar, por um lado, nas obras que colocam o discurso como produto do interdiscurso e, partindo de outro horizonte, a problemática do dialogismo de Bakhtin e, por outro lado, na abordagem do sujeito e de sua relação com a linguagem apresentada por Freud e sua releitura por Lacan, para estabelecer o que chamo de heterogeneidade constitutiva do sujeito e de seu discurso (AUTHIER-REVUZ, 1984, p. 99).

A heterogeneidade constitutiva refere-se a um funcionamento regulado e complexo do interdiscurso. Numa orientação epistemológica e crítica, Paveau (2008) evoca, no entanto, as reservas de Authier-Revuz a propósito do dialogismo bakhtiniano, ao enfatizar a distinção entre uma *alteridade externa*, atribuída à perspectiva de Bakhtin, e uma *alteridade interna* ao sujeito, mais próxima da visão dessa autora, exposta em sua tese de 1992. Essa relação é também destacada por Adam (2006) que retoma a ideia a partir de uma reflexão de Peytard (1995) sobre o assunto. Constatamos que muitos trabalhos em linguística retomam a questão do vínculo entre dialogismo e interdiscurso, o que mostra sua fecundidade teórica e analítica.

No que se refere ao nosso estudo, propomos problematizar as noções apresentadas acima em uma situação de *interação argumentativa* (PLANTIN, 1996, 2005, 2016), levando em consideração tanto o fenômeno da alteridade quanto o fenômeno da interdiscursividade: de um lado, as falas que analisamos só têm sentido *em relação* ou *em reação* às palavras dos outros; por outro lado, essas falas referem-se a posições discursivas e sociais ao afirmarem ao mesmo tempo a identidade e a diferença do locutor em relação ao outro. Ao adotar essa abordagem, acreditamos tocar as duas dimensões do diálogo argumentativo, bem como uma interpretação da argumentação *biface* tal como postulada por Plantin. Ao mesmo tempo,

levamos em consideração a orientação social do discurso como defendida pelo próprio Bakhtin e que, para nós, remete ao fenômeno da interdiscursividade. As réplicas dos interagentes em um espaço digital são vozes portadoras de significado social que ecoam uma alteridade atuando em um espaço interdiscursivo conflitante. Essas vozes precisam dessa alteridade para se manifestar e é por isso que “se entrelaçam” nesse espaço digital para se confrontar, ou mesmo se legitimar.

É importante lembrar que essas interações entre internautas não são “diálogos” no sentido de uma interlocução a dois; trata-se de “interações em rede” e seria improvável que pudessem realmente ser estabelecidas como um diálogo “regular” fora desse contexto. O nível de polêmica e violência verbal parece ser agravado numa interação em um espaço digital, em redes sociais, devido ao fato de os interlocutores não estarem em copresença física. Eles não parecem compartilhar das implicações da interação, ou seja, do *interesse* em comunicar-se com o outro, sabendo que nunca vão concordar. Esta é a razão pela qual, neste caso, o dispositivo interacional não se reduz à cena da enunciação no sentido ostensivo-referencial de Benveniste (1966), com um *eu*, locutor empírico e um *tu* – seu alocutário. A interação entre os participantes em trocas em um espaço digital carece de unidade espaço-temporal. O diálogo parece ser feito aos pares, como o mostram sobretudo os atos de linguagem diretivos e reagentes identificados em nosso *corpus*, mas a enunciação produzida neste espaço muitas vezes se destina a um terceiro com quem também se quer falar (sua comunidade discursiva).

Estamos aqui particularmente interessados no conteúdo das intervenções e nos tipos de atos de linguagem realizados. O conjunto das interações analisadas será tratado como um *texto*, tendo como apoio a definição da *interação verbal* “como uma série de eventos cujo todo constitui um texto, produzido coletivamente em um determinado contexto” (KERBRAT-ORECCHIONI, 1992, p. 9). Por se tratar de uma interação argumentativa em um contexto digital em redes sociais, falaremos de um *diálogo argumentativo* em um espaço digital.

2. A controvérsia e a polêmica no contexto de um diálogo argumentativo

Consideramos, assim como Plantin (2016), que a argumentação se instaura efetivamente a partir de uma oposição de pontos de vista, num quadro interacional, a partir de uma *questão* argumentativa – suscitada por uma *estase* (ou conflito de opiniões) – e, acrescentamos, em um espaço de interdiscursividade. O diálogo argumentativo implica um duplo investimento intersubjetivo: os sujeitos que argumentam se posicionam no diálogo social em um pano de fundo tanto de consenso (manifestando-se em sua comunidade) quanto de dissenso (que pode surgir como uma reação à intervenção de outrem). É importante lembrar que, para Plantin (2008a), a argumentação se localiza em um espaço organizado pela tensão entre o trabalho enunciativo e o trabalho interacional. Assim, para o autor, um locutor constrói uma intervenção contínua, planejada, na qual conecta argumentos – ou boas razões – na construção de seu ponto de vista tido como perfeitamente coerente.

E tudo isso passa a fazer sentido em relação à existência de um outro dizer, no qual outras boas razões engendram pontos de vista antagônicos, também vistos como não menos coerentes. Nesse sentido, aquele que argumenta lança um olhar crítico sobre o mundo e instaura uma *questão* que busca o debate, um debatedor e até um auditório. Esta é a razão pela qual argumentar é sempre “um desafio para adversários em potencial” (PLANTIN, 2016, p. 431, tradução nossa).

Neste capítulo, tratamos de um caso polêmico em que a divergência é bastante radical, o que torna a interação fortemente erística. Segundo Plantin, como uma forma de interação argumentativa, “a polêmica pode até se tornar falaciosa caso haja um investimento pessoal muito intenso” (PLANTIN, 2016, p. 208, tradução nossa), e essa asserção pretendemos reenquadrar mais à frente, a partir da análise que construiremos em uma perspectiva *interlocutiva* e *interdiscursiva*. Desse modo, tomar em consideração essas duas dimensões do diálogo argumentativo (interlocutiva e interdiscursiva) nos permitirá destacar a complexidade do fenômeno da coconstrução de crenças e decisões salientado por Plantin, bem como o caráter um tanto quanto falacioso da argumentação polêmica. Pretendemos

ilustrar nossa reflexão tendo como suporte um estudo do discurso polêmico no contexto da política brasileira atual.

3. Construindo uma análise: uma *questão argumentativa* a partir de declarações de Jair Bolsonaro

O político e ex-soldado brasileiro Jair Messias Bolsonaro – seis vezes elevado ao posto de deputado pela cidade do Rio de Janeiro e, em 28 de outubro de 2018, eleito Presidente da República – sempre inflamou parte da população brasileira com declarações consideradas homofóbicas, racistas, misóginas, fascistas, entre outras. Independentemente da forma como o julgemos – como um seguidor burlesco de Hitler ou como um mito (ou “o mito”), de acordo com seus fãs – esse personagem faz as redes sociais como Facebook, Twitter, Instagram ou YouTube rugirem a partir das extravagantes declarações do eleito presidente. Seus pontos de vista controversos sobre questões sociais delicadas têm cativado um número considerável de novos e fervorosos admiradores todos os dias,³ precisamente devido ao seu conteúdo polêmico. Resumindo: esse militar nostálgico da ditadura militar no Brasil concorreu como candidato da extrema direita nas eleições presidenciais de 2018 (com 20% das intenções de voto em setembro de 2018, ele finalmente ganhou a eleição com 65% dos votos).⁴ Esse é o contexto político brasileiro em que se situa o discurso de Bolsonaro, foco da análise que aqui tentaremos construir.

Quando decidimos estudar as interações polêmicas suscitadas pelas declarações de Bolsonaro – em particular sua declaração de abril de 2016, ocasionada pela votação do *impeachment* de Dilma Roussef – ninguém poderia imaginar que ele seria eleito Presidente da República. Sua candidatura nem mesmo tinha sido lançada quando especulações sobre uma possível candidatura presidencial fizeram rir os mais cétricos. No entanto, sua retórica já estava no cerne das discussões muito radicalizadas e polarizadas entre

3 O deputado passa de 44 mil seguidores em março de 2015 a 5,04 milhões em 31 de março de 2017 nas redes sociais tais como Facebook, Twitter, Instagram, Youtube e Google+. (Ver sobre o assunto: <http://infograficos.estadao.com.br/politica/bolsonaro-um-fantasma-ronda-oplanalto/>. Acesso em: 26 abr. 2017.

4 Consultar o site <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/09/05/pesquisa-ibope-presidente-59-bolsonaro-lula-haddad-marina-alckmin-ciro.htm>. Acesso em: 6 set. 2018.

petistas (militantes do Partido dos Trabalhadores) e *bolsonaristas* (simpatizantes de Bolsonaro).⁵ E são justamente esses dois campos políticos que se enfrentariam no segundo turno da eleição presidencial brasileira de 2018, vencida por Bolsonaro. Essa eleição presidencial já é considerada a eleição mais polarizada e radicalizada das eleições brasileiras.

A análise que aqui tentamos construir, portanto, não se concentra na eleição presidencial, nem no presidente Bolsonaro, mas nas polêmicas anteriores sobre o deputado Bolsonaro. O *corpus* analisado permitirá compreender o contexto ainda emergente de uma polarização radical da sociedade, que se desenvolverá ao longo das eleições até ao segundo turno daquelas eleições que, certamente, estão colocando em efervescência a história recente do Brasil.

O *corpus* estabelecido para esta análise é composto por interlocuções reativas a três textos jornalísticos que foram selecionados na Internet e que tratam das polêmicas declarações do deputado, hoje o presidente da República. Esses três textos se relacionam com sua declaração elogiosa a um famoso coronel torturador dos tempos da ditadura brasileira (1964-1985), o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, “o pesadelo de Dilma”, como declarou o deputado em plena sessão plenária da Câmara dos Deputados, durante um discurso a favor da destituição da então presidenta Dilma Rousseff, em 31 de agosto de 2016. Segundo Bolsonaro, deveríamos homenagear o coronel Carlos Brilhante Ustra – ex-chefe do DOI-CODI, órgão de repressão política durante o período mais difícil do regime militar (1970-1974) – por ter “limpado” o Brasil de militantes de esquerda, segundo ele, verdadeiros terroristas e torturadores.

O quadro a seguir apresenta os dados coletados para esta análise.

5 Como a primeira versão do texto destinava-se a um público situado fora do Brasil, tivemos de apresentar algumas explicações óbvias para um leitor brasileiro, como o significado de “petista” e “bolsonarista”.

Quadro 1: Textos que constituem o *corpus* selecionado

	Data	Site web	Título do artigo	Link
Texto 1	Agosto de 2015	Pragmatismo Político	<i>As dez frases mais polêmicas de Jair Bolsonaro</i>	https://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/08/as-10-frases-mais-polemicasde-jair-bolsonaro.html
Texto 2	Abril de 2016	JusBrasil	<i>Jair Messias Bolsonaro teria praticado ato passível de responsabilização?</i>	https://hyagootto.jusbrasil.com.br/artigos/327027145/jair-messias-bolsonaro-teria-praticado-ato-passivel-de-responsabilizacao
Texto 3	Abril de 2016	Gazeta do Povo	<i>Ameaçado de cassação, Bolsonaro diz que não elogiou torturador: Ustra seria um democrata</i>	https://www.gazetadopovo.com.br/blogs/caixa-zero/ameacado-de-cassacaobolsonaro-diz-que-naoelogiou-torturadorustra-seria-umdemocrata/#social2_comentario_form

Fonte: Os autores.

O texto 1 foi coletado no *site* político “Pragmatismo político”. Nosso interesse repousa nas reações dos internautas a propósito da reportagem *as dez frases mais polêmicas de Jair Bolsonaro*, publicada anonimamente no *site*. O texto 2 foi publicado em um *site* jurídico “JusBrasil”, e as reações que analisaremos concernem à reportagem *Jair Messias Bolsonaro teria praticado ato passível de responsabilização?*, assinada por Hyago de Souza Otto. O texto 3 é um artigo da imprensa digital, retirado do jornal “Gazeta do Povo” e assinado por Rogério Galindo. Estamos interessados apenas nos comentários dos internautas suscitados pela publicação desses textos.

Não são tanto os três textos jornalísticos selecionados (ver Quadro 1) que nos interessam aqui, mas as reações que eles despertaram nos internautas. O objetivo aqui é de examinar, a partir de uma perspectiva interacional-dialógica – ou sob um foco interlocutivo e interdiscursivo –, como uma situação argumentativa se desenvolve durante uma interação autêntica. Para isso, privilegiamos a análise de debates que se alimentam de conflito preexistente, gerado pelas declarações do deputado Jair Bolsonaro, muitas

vezes tematizadas nas interações escolhidas. A polêmica se desenvolve em torno de uma *questão argumentativa* (na perspectiva dialogal, uma questão argumentativa é gerada por um conflito de opinião, ou *estase*) que poderia ser resumida da seguinte forma: *O Sr. Jair Bolsonaro é um político de bom senso*⁶? As intervenções dos internautas sobre o tema, portanto, colocam em cena um confronto de perspectivas, adotando uma forma de argumentação que problematiza uma *questão* em que um discurso e um contradiscurso se confrontam (PLANTIN, 1996; 2016, p. 529). Lembramos que, na perspectiva dialogal, proposta por Christian Plantin, uma *questão argumentativa* surge toda vez que pontos de vista antagônicos se enfrentam acerca de um mesmo tema, a partir de uma *estase*.⁷

Esses dados *on-line* são instigantes, pois os comentários adicionados ao longo do tempo podem estimular uma atmosfera de interação constante, fortemente participativa e hiperpessoal, sem que os interactantes estejam em copresença (face a face). Consideramos que essas respostas, produzidas no ambiente virtual desterritorializado, fragmentado e volátil que é o ambiente digital da Internet, possibilitam, como dados discursivos, dar conta da orientação *interlocutiva* (ou as intervenções construídas entre interactantes, mesmo que virtuais e de forma assíncrona) e *interdiscursiva* da interação argumentativa (ou o choque de valores, crenças, opiniões, saberes), no contexto da e-comunicação (MARCUSCHI, 2008; MARCUSCHI, XAVIER, 2010).⁸

A cada trecho analisado será atribuído um código que indica o número do comentário e o número do texto jornalístico que o suscitou. Por exemplo, o código T1/C88 indica que este é o comentário 88 no texto 1. O quadro 2 lista o número total de reações de interactantes para cada texto, mais precisamente a quantidade de comentários postados até março de 2017, data de finalização da coleta de dados.

6 Não vamos definir aqui o que seria da ordem da razoabilidade na argumentação. A “filosofia da razoabilidade” de Perelman forneceria algumas respostas a isso, enfatizando a força dada a certos argumentos. Para nós, a questão da razoabilidade ou não de um locutor ou de uma pessoa pública se coloca pela e na interação argumentativa. Esses são precisamente os interlocutores que coconstroem o sentido da noção durante a interação e isso parece ser um ponto de vista compartilhado por Plantin.

7 Para uma discussão dos pressupostos da perspectiva dialogal de Christian Plantin, ver: DAMASCENO-MORAIS (2020).

8 Quando este texto foi originalmente publicado, o mundo estava um pouco distante das novas rotinas virtuais, tais como as conhecemos hoje, popularizadas com a crise sanitária. Dois anos atrás termos como “síncrono” e “assíncrono” não eram muito corriqueiros

Quadro 2: Levantamento dos comentários dos internautas

Textos (T)	Comentários (C)
TEXTO 1 (T1)	123
TEXTO 2 (T2)	94
TEXTO 3 (T3)	73

Fonte: Os autores.

É importante ressaltar que cada reação constitui, para nós, uma intervenção, visto que, por meio de seus comentários postados após a publicação dos textos jornalísticos, os internautas se engajam uma espécie de conversa assíncrona (MARCUSCHI; XAVIER, 2010).

4. Empreendendo a análise dos dados

4.1 A dimensão *interdiscursiva* da interação argumentativa

Nesta primeira parte da análise, trataremos da dimensão *interdiscursiva* das interações argumentativas analisadas. Levar em conta o objetivo argumentativo dos comentários dos internautas sobre os pronunciamentos de Bolsonaro permite situar esses comentários em dois campos antagônicos: há quem veja Bolsonaro como um “mito” (T1/C72), fazendo uma avaliação positiva do político e assim se alinhando com sua posição; e outros que o veem como “imoral” (T2/C3), avaliação negativa que se alinha a uma posição contrária no interdiscurso. O objetivo aqui será analisar como as atitudes, valores, crenças dos vários grupos que debatem a declaração de Jair Bolsonaro sobre o general Ustra se confrontam no espaço do interdiscurso.

A exemplo do que ocorreu com o candidato Donald Trump nos Estados Unidos, surgiu uma *questão* argumentativa (e novamente estamos lançando mão da perspectiva dialogal aqui) sobre a figura pública do deputado brasileiro e atual presidente da República: *O Sr. Jair Bolsonaro é um político de bom senso?* Tal questão ganhou destaque devido às declarações que esse político tinha o hábito de fazer durante suas entrevistas, aparições e

declarações públicas e que geraram bastante polêmica inclusive sobre sua “sanidade mental”.⁹

Como tentaremos mostrar, nossos dados mostram que as discussões dos internautas apresentam posicionamentos polarizados em resposta à *questão argumentativa* posta acerca do “juízo/bom senso” de Jair Bolsonaro. Veremos que, por um lado, há um grupo para o qual Bolsonaro faria declarações muito razoáveis, sendo “um dos poucos a falar abertamente o que o Brasil realmente pensa” (T1/C19). Por outro lado, há o grupo que considera as falas de Bolsonaro uma espécie de “diarreia cerebral” (*sic*) (T1/C7), isto é, totalmente irracional.

Além disso, em torno da *questão argumentativa* que surge em relação ao deputado, há uma opinião doxal (ARISTÓTELES, 1967, Livro I, 11) segundo a qual um político deve sempre fazer declarações de bom senso, seja qual for a orientação com a qual se identifique. Esse *endoxon* funciona como uma espécie de premissa principal implícita no argumento desenvolvido pelos interactantes. No entanto, a *questão argumentativa* em torno da qual gira o debate põe em causa a verdade absoluta desse *endoxon*, ao transmitir a ideia de que ela não se aplicaria ao político Bolsonaro. Os interactantes/internautas reagem apresentando argumentos que propõem diferentes julgamentos de valor para justificar seus pontos de vista. Isso equivale, por exemplo, a discutir os significados de palavras como *tortura*, *ditadura*, *autoritarismo* e até mesmo *democracia*, com o objetivo de as ressignificar. Ocorre, portanto, um processo de “coconstrução de valores”, cuja complexidade foi discutida por Plantin e que atesta a dimensão social do diálogo argumentativo. Cada grupo constrói a noção de “bom senso” à sua maneira, assim como as noções de “torturador”, “ditadura”, “autoritário”, “democracia”, e cada um buscará convencer quem quer que esteja interessado da validade de seus posicionamentos. Em outras palavras, cada grupo constrói a imagem do discurso “razoável”, do discurso de “bom senso”, assim como a imagem do torturador, da ditadura, da autoridade, da democracia...

9 Recentemente, a questão da saúde mental também foi levantada pela mídia americana sobre Donald Trump, o que deu a palavra a um psiquiatra anti-Trump que questionou seu estado mental e sua capacidade de assumir a responsabilidade pelo dispositivo nuclear. Isso nos faz questionar o que seria um discurso razoável na política.

A análise dos dados nos permitiu evidenciar a divergência de pontos de vista dos internautas em relação à questão argumentativa a respeito do discurso de Bolsonaro (*O Sr. Jair Bolsonaro é um político de bom senso?*). Os quadros 3, 4, 5 apresentam as opiniões contrárias dos internautas sobre as polêmicas declarações de Jair Bolsonaro, destacadas no *corpus* selecionado para esta análise. Assim, o quadro 3 agrupa os argumentos dissonantes apresentados pelos internautas sobre a discussão a respeito da apologia ao crime. O quadro 4 compreende os comentários dos internautas motivados pelo debate sobre liberdade de expressão. Por fim, o quadro 5 reúne comentários de internautas que discutem sobre o caráter do deputado. Desta forma, cada uma das tabelas mencionadas agrupa por tema as reações aos três textos que compõem o *corpus* desta análise.

O quadro 3 reúne alguns comentários de internautas em que o foco é se Bolsonaro realmente cometeu uma infração ao defender a tortura.

Quadro 3: Diálogo interdiscursivo – discussão sobre a acusação de apologia ao crime

Questão argumentativa: <i>O Sr. Jair Bolsonaro é um político de bom senso?</i>	
NÃO	SIM
<p>(T3/C13) – <i>Então quer dizer que as pessoas que foram torturadas, as pessoas que passaram na época do Ustra por vários momentos de horror e o TJ de São Paulo que condenou Ustra estão TODOS ERRADOS E MENTINDO? E o Bolsonaro que esta certo? Cade o povo que o chamam de MITO? Por favor, VOCES SÃO CEGOS OU BURROS MESMO??????</i></p> <p>(T2/C33) – <i>Eh um imoral! Já merece sequer estar em liberdade porque já sabe conviver em comunidade, respeitando leis e pessoas.</i></p> <p>(T2/C67) – <i>De um homem, que PRETENDE ser presidente de nosso país, era de se esperar, pelo menos, APARÊNCIA de dignidade!</i></p>	<p>(T2/C11) – <i>Não creio que há de se entender como apologia ao criminoso, apenas uma provocação, uma revolta.</i></p> <p>(T2/C23) – <i>Não vi nas palavras do deputado nenhuma apologia, apenas agradecimentos a uma pessoa. [...] Não se pode “supor” que o agradecimento seja pelas supostas torturas.</i></p> <p>(T3/C35) – <i>Não há condenação alguma contra o Ustra transitado e julgado, apenas TESTEMUNHAS que afirmaram que o mesmo é torturador.</i></p>

Fonte: Os autores.

Como podemos observar, os internautas que consideram normais os comentários de Bolsonaro (segunda coluna) recorreram ao argumento de que não há razão para considerar que eles estão fazendo apologia ao crime ou à tortura, pois o coronel Ustra nunca havia sido processado pela justiça brasileira, devido à falta de provas suficientes para sua condenação (T3/C35). Segundo esses internautas, Bolsonaro teria simplesmente “agradecido” ao coronel Ustra pela sua “lealdade” e pelos seus “honráveis” serviços à nação brasileira (T2/C23 e T3/C35). O argumento defendido em T2/C23 é baseado nas eufemizações das palavras de Bolsonaro (seria um *agradecimento* a Ustra, e não uma defesa de suas ideias), enquanto o argumento apresentado em T3/C35 é baseado no negacionismo: já que não houve condenação definitiva do coronel Ustra, não se poderia acusar Bolsonaro de atitude irracional ou imoral.¹⁰

Por outro lado, há quem julgue o deputado pouco razoável (primeira coluna) por ter insultado gravemente a história recente do Brasil (T3/C13) ao negar os crimes cometidos pelo regime militar. Em T3/C13, a argumentação é baseada na memória da história e no valor da justiça. O argumento apresentado baseia-se na *doxa* segundo a qual negar a história e negar o valor da justiça é uma atitude *adoxal*, portanto, atitude vergonhosa e intolerável em uma sociedade democrática. O comportamento de Bolsonaro ultrapassa, para alguns internautas, os limites do razoável e do aceitável; e, nesse sentido, o deputado é julgado imoral e sem as qualidades exigidas para ocupar um lugar na Câmara dos Deputados (T2/C33 e T2/C67), ou mesmo como alguém que deveria ser privado de sua liberdade.

Em seguida, analisamos os comentários dos internautas sobre o direito à liberdade de expressão de todos os cidadãos, incluindo o deputado. Vejamos alguns exemplos no quadro a seguir.

10 Os crimes cometidos pelos militares brasileiros durante a ditadura de 1964-1985, como tortura ou sequestro, ainda não foram julgados no Brasil, graças à Lei de Anistia, que atualmente está sendo contestada. Ustra foi o primeiro militar brasileiro indiciado por crimes cometidos durante a ditadura. Faleceu em 15 de outubro de 2015, aos 83 anos, sem ter sido condenado em definitivo.

Quadro 4: Dialogismo interdiscursivo – discussão sobre a liberdade de expressão do candidato

Questão argumentativa: <i>O Sr. Jair Bolsonaro é um político de bom senso?</i>	
SIM	NÃO
<p>(T1/C63) – <i>Ele é a voz daqueles que abominam o comunismo e o socialismo, que abominam o flerte com nações autoritárias, como Cuba, Irã e Venezuela.</i></p> <p>(T2/C18) – <i>A liberdade de expressão é essencial à preservação e continuidade da nossa terra democracia.</i></p> <p>(T2/C56) – <i>Por favor! O Bolsonaro, nunca fez mal a ninguém. Ele só tem um único defeito: falar a verdade.</i></p>	<p>(T2/C19) – <i>A pior ditadura é a de opiniões, que as pessoas falam o que pensam sem se informarem da realidade dos fatos.</i></p> <p>(T2/C42) – <i>Este moço bolsonaro já deveria ter sido abolido da política por seus comentários indecorosos.</i></p> <p>(T2/C54) – <i>Essa tendência de relativizar Bolsonaro e justificar (mesmo que nas entrelinhas) torturadores e apoiadores do regime é preocupante.</i></p>

Fonte: Os autores.

Neste quadro, vemos que aqueles que consideram não razoáveis os comentários do deputado afirmam que ele expressa a opinião de uma parte da população que não compartilha das chamadas ideias “comunistas” (T1/C63). Segundo esses internautas, o político nada fez além de usar o direito de expressar livremente suas ideias, o que caracteriza qualquer democracia (T2/C18, T2/C56). No polo oposto, há quem considere que dizer o que se pensa sem medir as palavras se torna um problema, sobretudo caso se trate de uma figura política (T2/C19, T2/C42, T2/C54). Observemos que aqui a *questão argumentativa* se dá no nível da noção de democracia e seus limites: por um lado, é necessário que se possa dizer tudo, para revelar a verdade; por outro lado, deve-se respeitar os limites éticos, com o risco de pôr em perigo a própria democracia. Para os adeptos do SIM, Bolsonaro tem bom senso, diz a verdade que ninguém quer dizer; para os adeptos do NÃO, os apoiadores de Bolsonaro visam negar ou diminuir as responsabilidades da ditadura militar. Eles acusam, portanto, os primeiros de falácia, porque eles negam que os soldados, como o general Ustra, tenham praticado tortura, fato atestado pela história. Para os adeptos do NÃO, ainda, Bolsonaro, ao homenageá-lo, também defenderia a tortura e a ditadura.

Por fim, o quadro 5 possibilita, ainda, reforçar a dimensão interdiscursiva do diálogo argumentativo, tal como estamos tentando mostrar. Os comentários colocam em destaque valores e crenças dissonantes, quando os interlocutores responsáveis por eles assumem posições contrárias no interdiscurso. Assim, esse quadro nos permite observar a orientação argumentativa dos comentários, que refletem a maneira de ver o mundo pelos interactantes e, sobretudo, sua maneira de argumentar de acordo com o campo em que se situam. É interessante notar que se emprega o mesmo rótulo (“fascista”) para acusar as pessoas que pertencem a campos opostos. A palavra, portanto, não tem valor referencial em si, mas sim uma orientação social. Acompanhemos mais de perto os comentários no quadro abaixo.

Quadro 5: Dialogismo interdiscursivo – discussão sobre o caráter do deputado

Questão argumentativa: <i>O Sr. Jair Bolsonaro é um político de bom senso?</i>	
SIM	NÃO
(T1/C12) – O Bolsonaro não é facista... isso é o que o povinho do PT diz. (T3/C25) – Pergunte as pessoas DE BEM (T2/C60) – O próprio sistema comunista onde se instalou houve repressão às liberdades individuais. (T3/C30) – Quem lutava contra os militares era para implantar a ditadura do proletariado.	(T1/C18) – <i>Vamos falar de Nero também? Na inquisição? Estamos em 2016. Vamos continuar apoiando fascistas?</i> (T3/C27) – As pessoas “de bem” a que se refere não foram perseguidos porque, simplesmente, não se opuseram ao governo! (T2/C7) – A reação dos grupos de esquerda e até de liberais não pode se configurar como “crimes”, mas sim resistência (T3/C20) – Cuidado, defensores da ditadura! <i>Vocês podem se arrepender e não terão liberdade para se manifestarem.</i>

Fonte: Os autores.

O quadro 5 ainda contém intervenções sobre o caráter de razoabilidade (bom senso) do elogio que Bolsonaro teria feito ao coronel Ustra. Notamos que, por um lado, há quem considere aceitável o raciocínio do deputado, que seria uma pessoa “de bem” (T3/C25) enquanto denomina os ícones da esquerda como “fascistas”: Che, Mao, Marighella¹¹ (T2/C60), por terem suprimido as liberdades individuais e, novamente, instaurado uma “ditadura

11 https://pt.wikipedia.org/wiki/Carlos_Marighella. Acesso em: 26 abr. 2017.

do proletariado” (T3/C30). Por outro lado, há aqueles que questionam esse discurso: por exemplo, para uma retomada polêmica (“gente de bem”), em T3/C27 o significado do sintagma retomado é deturpado, designando nessa intervenção os cúmplices do sistema. Para esses internautas, os ícones da esquerda apenas resistiram aos ataques infligidos por déspotas (T1/C18, T2/C7, T3/C20). De forma geral, o quadro 5 evidencia a complexidade de discutir valores políticos de direita e de esquerda, sugerindo posições muito diferentes que compõem esse emaranhado de valores que aqui se encontram em confronto.

O conjunto de dados sugere que o diálogo argumentativo heurístico é bloqueado pelo sistema de crenças de cada campo, os sujeitos sendo assujeitados (Pêcheux, 1975) por suas formações discursivas antagônicas, o que poderia tornar a argumentação falaciosa devido à sua radicalidade. Não observamos, por parte dos internautas, um único esforço para convencer seus rivais. De qualquer forma, de acordo com “o espírito de geometria”, a razão teria um lugar necessário, mas não suficiente no convencimento do outro (ANGENOT 2008, p. 61). Finalmente, o trecho T2/C4 (e que aqui não temos espaço para tudo transcrever) ilustra o papel do *dialogismo interdiscursivo* no contexto que acabamos de apresentar. Ali um internauta resume muito bem, a partir de um adágio de La Rochefoucauld, o que nesta primeira parte da análise, tentamos mostrar: “*Raramente conhecemos alguma pessoa de bom senso além daquelas que concordam conosco*” (T2 / C4). Estamos verdadeiramente no centro das evidências subjetivas que fundam o diálogo de surdos e a ilusão da autonomia do sujeito do discurso.

4.2 A dimensão *interlocutiva* do diálogo argumentativo

O objetivo desta segunda parte da análise é relatar como o diálogo argumentativo funciona como interlocução, destacando os atos de linguagem realizados e seus valores em uma situação de interação polilocal (KERBRAT-ORECCHIONI; PLANTIN, 1995). O ponto central da análise é o desenvolvimento da interação à medida que esses comentários são postados ao final de cada um dos três textos selecionados (ver Quadro 1). Nosso olhar voltou-se para um aspecto pragmático que se tornou muito proeminente nas trocas entre

os internautas. Mais especificamente, percebemos o valor argumentativo das construções injuntivas bem como sua importância no funcionamento da interação, caracterizando o dialogismo interlocutivo.

O quadro 6 mostra a frequência significativa das construções com valor injuntivo nos três textos que compõem o *corpus* coletado.

Quadro 6: Construções com valor injuntivo no *corpus*

	Quantidade de construções com valor injuntivo	Quantidade de comentários
Texto 1	37	123
Texto 2	31	94
Texto 3	40	73
Total	108	290

Fonte: Os autores.

De um total de 290 comentários em relação aos três textos considerados, há 108 intervenções de valor injuntivo. Tal constatação nos leva a considerar que as interações realizadas se desenvolveram em um contexto altamente polêmico. De fato, o modo da injunção muitas vezes representa o traço de “uma relação de forças” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996 [1958], p. 213). Os números do quadro 6 nos indicam, assim, que a injunção foi muito produtiva para a construção do diálogo argumentativo entre os internautas, como tentaremos demonstrar mais adiante.

A análise pragmática das construções injuntivas levará em consideração a intenção comunicativa dos interlocutores, bem como os efeitos perlocucionários visados (DOLININA, 2007). Quanto ao objetivo ilocucionário das construções injuntivas, veremos que seu valor injuntivo varia de acordo com o contexto (ordem, conselhos etc.). O uso de construções injuntivas corresponde, portanto, à realização de diversos atos de fala. Procuraremos compreender sua importância para a dinâmica da interação polilógica e para o dialogismo interlocutivo que se estabelece em cada um dos três textos selecionados.

É importante analisar aqui o funcionamento injuntivo das expressões selecionadas no contexto da interação, quando a questão argumentativa é posta (*O Sr. Jair Bolsonaro é um político de bom senso?*). O quadro 7 reúne alguns exemplos de construções injuntivas utilizadas pelos internautas no debate. Percebemos a diversidade dos objetivos performativos dos enunciados, cujo objetivo é despertar no interlocutor comportamentos variados. Os exemplos escolhidos ilustram como o uso da injunção ajudou a “azeitar” o mecanismo de trocas entre os interagentes.

Quadro 7: Valores ilocucionários das injunções analisadas

Valor ilocucionário	Exemplo	Texto/ comentário
Ordem/ incitação	PÁTRIA AMADA, LEVANTE-SE!	T1/C65
Conselho	Visite o IML da sua cidade	T1/C103
Ordem	Não seja radical	T2/C44
Anseio	Espero que não tenha filhos. Eles podem te virar as costas e argumentar a mesma coisa.	T2/C86
Desejo	Mas eu torço muito para que nossas famílias tenham vida para poder lutar pelo restante de seus direitos.	T1/C103
Anseio	O coronel Ustra não merece apenas a menção de herói e patriota, deveria ser canonizado.	T3/C1
Exortação	Não podemos desistir!	T2/C90
Ordem	kkkkk Desperte desta utopia, Maria	T1/C31
Pedido	Defina fascista por favor	T3/C73
Requisição	Deus, pode mandar o meteoro!	T3/C70
Convite	Então vamos falar de Lenin, Stalin Mao Tse Tung, Kim Jong Il, e outros ditadores de esquerda.	T1/C16
Pedido	Feche os olhos e imagine a pessoa que você mais ama sendo morta brutalmente por 1 marginal.	T1/C103
Pedido indireto	Devia era pagar pela sua língua podre e ser extinto da política.	T1/C61
Súplica	Senhor, dai-me paciência!	T2/C52

Repreensão	Não me venha com essa conversa de “isentona”.	T3/C31
Ordem/ameaça	Fala... tem medinho?	T1/C36
Advertência	Cuidado, defensores da ditadura! Vocês podem se arrepender!	T3/C20

Fonte: Os autores.

Como sabemos, a injunção corresponde a uma atitude enunciativa (expressão de uma ordem, proibição etc.) que exige uma reação da parte do interlocutor (executar a ação visada pela injunção). No quadro 7, apresentamos algumas construções injuntivas que servem para estimular o interlocutor a reagir e tomar posição na discussão. Elas permitem realizar atos ameaçadores para o posicionamento do outro, forçando-o a reagir negativamente, o que aumenta a tensão entre os interlocutores.

A primeira parte desta análise destacou a dimensão interdiscursiva das respostas antagônicas e polêmicas a uma mesma pergunta. As injunções listadas no quadro 7 têm um valor provocativo (*LEVANTE-SE!*, *Não seja radical*, *Desperte desta utopia*, *Defina fascista*, *Não me venha com essa conversa de “isentona”* etc.), funcionando como uma espécie de “encadeadores” (MOESCHLER, 1985, p. 14), no sentido de que esses são comentários que “chamam” e “interpelam” o outro, forçando-o a reagir. Esses são enunciados injuntivos de força ilocucionária diretiva, que desencadeiam uma reação (mental, física ou emocional) no outro.

Se observarmos, por exemplo, os comentários T2/C44, T3/C31, T1/C36 e T3/C20, que realizam, respectivamente, atos de defesa, solicitação, ameaça ou advertência, podemos perceber que se trata de atos de fala relativos desencadeados por uma “provocação” prévia, que são realizados, portanto, em uma interação argumentativa conflitante. Ao examinarmos, então, os comentários T2/C52, T3/C70, T2/C90, T1/C103, T1/C65, podemos constatar que são enunciados injuntivos que fazem parte de um encadeamento do tipo “pergunta-resposta”, a exemplo de uma conversa comum com um princípio de dependência condicional de pares adjacentes (TRAVERSO, 2007, p. 33). O uso massivo de declarações injuntivas nos Textos 1, 2 e 3 pressiona o interlocutor a reagir eristicamente: esses

enunciados funcionam como uma espécie de “desencadeador” do diálogo argumentativo. Em outras palavras, a forte presença de enunciados de valor injuntivo cria uma *onda dialogal* no conjunto dos comentários dos internautas. Isso explica por que os comentários, que poderiam ter parecido dispersos, sem relação direta uns com os outros, constituem finalmente um conjunto dialogal, que pode ser lido como um texto, graças ao efeito pragmático das injunções.

Esta “onda dialogal” também pode ser identificada através dos comentários T1/C103, T2/C86, T1/C31, T3/C73, T1/C16, que conferem à discussão uma sensação de presença (PERELMAN; OLBRECHT-TYTECA, 1996 [1958], p. 213), porque “aquele que fala parece participar da ação que descreve” (*ibid.*). De fato, aquele que adiciona comentários à discussão parece querer efetivamente “mostrar a cara”, marcando sua participação no debate.

Identificamos também casos em que os comentários com valor injuntivo não se dirigem diretamente a um interlocutor (T3/C1, T1/C16, T1/C10), representando desejos, ordens, ameaças, advertências ou mesmo recomendações gerais, direcionados para todo o grupo, mas com notável força ilocucionária. Isso mostra que os interlocutores não querem realmente convencer seu interlocutor direto, que eles nem mesmo o consideram um *verdadeiro* interlocutor (o que, portanto, evidenciaria o *tropo comunicacional*). Os interlocutores, no entanto, compartilham os *desafios* da comunicação, para saber marcar a sua presença na interação de modo a fazer circular suas posições discursivas no espaço digital. Atacar ou ofender o interlocutor, neste contexto, é afirmar que ele comete um equívoco, um erro, fora de qualquer evidência. Mas, ao mesmo tempo, é o fazer existir para que se possa dar existência a si mesmo.

Algumas considerações antes da proposta de exercício comentado

Nas análises precedentes, tentamos descrever como o *dialogismo interdiscursivo* e o *dialogismo interlocutivo* se manifestam em um diálogo argumentativo a partir de um espaço digital. A dimensão interativa e argumentativa dos dados nos permite afirmar que um debate se estabeleceu nesse

espaço. Como procuramos demonstrar, as construções com valor injuntivo foram a “graxa” que permitiu à “engrenagem” movimentar-se. Parece-nos que é graças ao grande número de construções com valor injuntivo (108 ocorrências num total de 290 comentários) que se concretizou a “onda dialogal” e que não se trata, portanto, de alguns comentários isolados, como no caso da maioria dos textos produzidos coletivamente em um ambiente digital, em redes sociais.

Um aspecto particular das injunções analisadas nos permite compreender melhor o funcionamento integrado do fenômeno do *dialogismo interlocutivo* e do *interdiscursivo*: seu valor deôntico e subjetivo. De fato, a modalização deôntica está intimamente ligada a certas atitudes modais injuntivas, como nos lembra o ponto de vista crítico de Laureandeu (2004) sobre o esquema apresentado por Darrault (1976), a partir de um ponto de vista lógico fornecido por Le Querler (1996), quando esta última distingue as lógicas subjetivas (do fazer, deônticas) das lógicas objetivas (do ser, alética).¹² Isso permite ao sujeito agir (estrategicamente) sobre o mundo e sobre o outro, em vez de adotar uma visão alética, mesmo epistêmica, sobre a realidade.

No caso de nosso debate, não cabe aos interactantes contribuir para a compreensão heurística da realidade, mas para agir no mundo impondo sua lógica subjetiva e erística, suas posições perante a situação de discurso. Cada grupo quer impor ao outro um “dever ser”, um “dever fazer”, “um comportamento razoável”, obrigando o outro a “pensar e agir dentro de seus padrões”, seja o interlocutor direto a quem respondemos neste espaço digital ou destinatários indiretos, os terceiros¹³ (CHARAUDEAU, 2004).

No nível do *dialogismo interdiscursivo*, trata-se, para cada participante, de ocupar uma posição no espaço da polêmica como porta-voz das suas “evidências subjetivas” (PÊCHEUX, 1975) e apontar o outro como sujeito de equívoco e de erro. Esse dialogismo interdiscursivo, no centro do qual cada um parece agir como um sujeito desafiado por evidências subjetivas,

12 De acordo com Laureandeu (2004), deve-se antes falar de uma *lógica mista*, que enquadre as modalidades deônticas e volitivas, como é o caso de Antoine Culioli para a modalidade inter-subjetiva que incluiria o deôntico, o volitivo e o permissivo.

13 Os internautas que seguem *sites* e redes sociais, mas não intervêm na polêmica. Nestes casos, tratar-se-ia de um terceiro ausente (CHARAUDEAU, 2004).

repercute na interação dialogal, marcada por atitudes injuntivas, ofensas, desqualificação do outro e, finalmente, marcada pela violência verbal. O diálogo de surdos permanece, portanto, um diálogo entre evidências subjetivas, isto é, entre “sujeitos de crença” e não entre “indivíduos” livres e dispostos a abrir mão de suas posições em nome da racionalidade heurística.

A noção mais ampla de dialogismo permitiu-nos compreender melhor o funcionamento da argumentação polêmica. Por um lado, seu funcionamento interacional e *interlocutivo* é regulado pelas injunções que os participantes dirigem uns aos outros e por meio de suas afirmações categóricas com peso de verdade. Por outro lado, destacamos o caráter *interdiscursivo* deste diálogo social cujos interlocutores desempenham o papel de porta-vozes de posições muito rígidas. O que está em jogo é a responsividade ativa dos interlocutores cujas palavras ecoam a voz de outro, que, por sua vez, responde. Lidamos com uma alteridade dual: o *Outro* como “você” para o qual um “eu” responde posicionando-se contra ele na cena enunciativa; o *Outro* como uma significação social imaginária que determina o modo de existência e a posição dos sujeitos na topografia social. Eis, enfim, a dupla dimensão do dialogismo que corresponderia, para nós, à argumentação biface postulada por Plantin: interlocutiva e interdiscursiva.

Proposta de exercício com sugestão de análise

A partir da ideia de que uma argumentação biface traz dois componentes: o aspecto *interlocutivo* e o aspecto *interdiscursivo*, vamos tentar compreender como esse duplo acoplamento atua no texto a seguir. Antes, lembramos que, de acordo com a perspectiva dialogal da argumentação, proposta por Christian Plantin, uma *questão argumentativa* (ou um conflito de opiniões gerados por uma *estase*) coloca frente a frente dois pontos de vista antagônicos. Na forma como apresentamos na análise apresentada neste capítulo, o aspecto *interlocutivo*, que se evidencia a partir das trocas agressivas e polêmicas entre locutores, é marcado por uma “onda dialogal” entre os interactantes, isto é, por meio de um diálogo constituído por reações e réplicas agonais; já o polo *interdiscursivo* é marcado pelo desvelamento de valores antagônicos dos internautas advindos de formações discursivas

claramente dissonantes e que se imiscuem interdiscursivamente ao trazerem à tona identidades e diferenças dos locutores.

A partir disso, e na iminência de focarmos especificamente em conceitos caros à perspectiva dialógica proposta por Christian Plantin (1990, 1996, 2005, 2016), convidamos o leitor a identificar nos excertos abaixo:

- 1) a questão argumentativa (provocada por uma *estase*);
- 2) marcas do dialogismo interlocutivo, descrevendo brevemente a dinâmica de troca de turnos na interação apresentada;
- 3) marcas do dialogismo interdiscursivo, comentando brevemente como os interactantes situam suas intervenções a partir de valores compartilhados pelo auditório.

Para a proposta de exercício comentado, selecionamos a transcrição de breves excertos de uma manifestação cultural conhecida como “batalha de sangue”, com forte valor erístico, com vídeos facilmente encontrados nas redes sociais.¹⁴ Tais “batalhas” nada mais são do que disputas de rimas. Dessa forma, foi selecionado o vídeo “(Ficou tenso) Jhony x Neo | Segunda fase | 176ª Batalha da Aldeia | Primeira do ano | Barueri | SP” do qual apresentaremos dois breves excertos. No total, a interação argumentativa tem a duração total de 9’38” e encontra-se acessível ao público por meio da plataforma *on line* YouTube.¹⁵ As apresentações dessa batalha específica ocorrem semanalmente, por volta das 19 horas, no centro de Barueri, São Paulo e, posteriormente, são postadas nos canais de comunicação e nas redes sociais do evento, dentre elas o YouTube.

A batalha da aldeia converteu-se em uma das maiores do país, tendo, em média, mais de 1000 pessoas presentes na plateia. Isso sem mencionar a audiência virtual que cresce a cada dia por meio do Facebook, do Twitter e do próprio YouTube, plataformas virtuais em que são publicados vídeos das fases eliminatórias, sendo que em algumas ainda se realizam *lives* do

14 Os dados foram coletados por Letícia Maria de Jesus Teixeira, discente do curso de Letras da Universidade Federal de Goiás, UFG, em 2020.

15 Fonte: <https://youtu.be/8HJRRg0udQ0>

vento. O vídeo analisado foi publicado no canal no dia 7 de janeiro de 2020. Nessa batalha se enfrentaram os Mc's Jhony e Neo que possuem experiência no cenário do *freestyle*. Seguindo para a interação propriamente dita, ambos os competidores cariocas (pois essa batalha mesmo sendo realizada em SP recebe competidores de todo o Brasil) sobem ao palco, um de frente para o outro, e se cumprimentam; sem demora se preparam para o início da apresentação. Naquela arena há dois Mc's jovens, os quais, naquela situação, almejam classificarem-se para a próxima fase do evento, nitidamente com objetivo maior de chegar à etapa final e levar o título de campeão.

Para que se compreenda o contexto, é importante informar que nos excertos abaixo o interactante Pla acusa Mc1 de ser um péssimo pai e de ter abandonado seu filho em Brasília aos cuidados da mãe da criança. Os dois interactantes (Mc1, Pla) estão em desacordo acerca da relação paterna de Mc1 (o “Jhony”). Vejamos os excertos:

Excerto 1:

```

119      ((batida do beat))
120 Mc1   han han'êê' falou que eu sou jogador de free fire pega a
121      visão do proceder eu tenho filho pra criar não tenho tempo
122      pra perder[ ]só pra você saber não ando na sua praia se liga
123 Pla   [w0:w]
124      ó arrebado eu não sou da sua laia
125 Mc2   hoje cê quer pegar de pai de família mas quando seu filho
126      nasceu cê abandonou a mina em brasili[a]então fica fodido eu
127 Pla   [w0:w]{{gritos e
128      alvoroço}}
129      tô pra explicar cê assumir a responsa eu sou honem pra te
130      cobrar
131 Mc1   AÊ que que cê sabe da minha vida camarada* só porque tá
132      gravando que eu NÃO TE COMO DE PORRADA* [ ]
133 Pla   [w0:w]{{muitos
134      gritos e alvoroço}}
135      (incompreensível)EU PAGUEI PASSAGEM EU VOU BUSCAR EU LEVO
      VOCÊ PAGA MINHA VIAGEM*
```

Excerto 2:

```

142 | Mc1          [AE]
143 |             QUEM FAGA É A ALDEIA O QUE CUZÃO* EU TÔ AQUI NA BATALHA EU
144 |             VIN DE BUSÃO EU FUI ASSALTADO MAS EU TÔ AQUI PORQUE TODO
145 |             MUNDO VEIO AQUI PRA PODER VER O JHONY MC
146 | Pla          WÔ::W ((muitos gritos)) WÔ::W WÔ::W ((vão a loucura))
147 | Mc2          ((incompreensível) a estrutura sinceramente ((incompreensível)
148 |             a tortura eu abalo sua estrutura NÃO TÃO PELO JHONY MC TÃO
149 |             PELA CULTURA [
150 | Pla          {wô::w}]
151 | Mc1          AÉ MEU MÃO NA MORAL FALOU UM MONTE DE BOSTA EM CIMA DO
152 |             INSTRUMENTAL NA MORAL COM O RESPEITO NEM VOU FALAR DA SUA
153 |             FAMÍLIA PORQUE EU NUM CONHEÇO E PORQUE EU RESPEITO
154 |             *arrombado*
155 | Mc2          impor respeito com respeito dep[ois de hoje eu vou te botar
156 | Mc1          [{"e eu kiko" "e eu kiko"
157 |             do leite por isso que você ronca[primeiro puxa bronca de
158 | Mc1          [{"porque eu ronca memo cuzão
159 |             ((organizador tenta tomar o microfone da mão do mc 1))

```

Como chave possível de análise, temos que, no primeiro excerto, em harmonia com o proposto por Plantin, primeiramente, para que a argumentação se instaure, deve haver *estase*, ou oposição de ideias. Nesse sentido, os interlocutores estão em confronto o tempo todo (esse é o combustível das batalhas cantadas); desses excertos, destaca-se que a ofensa e o insulto têm um lugar de destaque ali, provocando e dando espaço para o surgimento de confrontos de pontos de vista ininterruptamente. Desta forma, quanto mais agressiva e “lacradora” for a ofensa, mais satisfeitos estarão os espectadores. E os embates mais pontuais podem ser observados nos trechos negritados nos excertos. Desse modo, ali, então, a *estase*, que se manifesta pelas tensões no diálogo, é perceptível nos embates diretos, manifestando-se a partir palavras e tom extremamente agressivos e que permeiam os dois excertos acima, ressaltando o choque de pontos de vista. A estase surge enlevada por uma questão argumentativa, nos moldes propostos por Plantin, e que poderia ser formulada nos seguintes termos:

“*Jhony (ou Mc1) é um pai responsável?*”

A partir da questão argumentativa acima delineada (e que tacitamente permeia o embate, alimentando-o), vemos que o destaque acerca do polo interlocutivo da interação é manifestado justamente pelas ofensas, palavrões,

agressões; tal atitude “azeita” as trocas. Sem essa agressão o interlocutor não é motivado a reagir e, sem essa reação, a batalha estaria fadada ao fracasso. Nesse sentido, a “onda dialogal” ali é ocasionada, justamente, pelos palavrões e provocações (*se liga, arrombado, fica fodido, te como de porrada, eu kiko, cuzão*).

O polo interdiscursivo se torna observável quando os valores partilhados por aquele grupo são colocados em xeque, naquela batalha. Mais especificamente Jhony é criticado por ser um pai ausente e, sabemos, socialmente, ser acusado de *pai ausente* caracteriza uma ofensa. A partir desse momento de eclosão o clima fica tenso de verdade, pois o Mc1 se descontrola muito, faz, inclusive, ameaças (l. 130/131). Nessa interação agonal os valores partilhados atuam como balizas morais que uma dada sociedade numa determinada época considera como verdade, intensificando o aspecto interdiscursivo que permeia a interação argumentativa ora apresentada e brevemente discutida.

No capítulo **Perspectiva dialogal e análise dialógica: a argumentação biface**, texto de autoria de **Wander Emediato** e **Rubens Damasceno-Morais**, traduzido da sua versão original em francês, com proposição de exercício ao final (proposição de exercício elaborada especialmente para esta obra), os autores partem dos trabalhos de Christian Plantin (2008a) para enfatizarem a dimensão dialógica da argumentação em oposição à argumentação monológica (unidirecional), fenômeno que Plantin designa pelo termo de “argumentação biface”. Os autores do capítulo propõem desenvolver esta reflexão destacando dois aspectos do diálogo argumentativo: o *dialogismo interlocutivo* como interação entre locutores em trocas polêmicas sobre atitudes discursivas; *dialogismo interdiscursivo* em que os falantes situam seus argumentos – suas respostas – em relação às atitudes e valores dos grupos aos quais pertencem. Nesse sentido, a partir da ideia de que a argumentação se constrói em um espaço organizado pela tensão entre o trabalho enunciativo e o trabalho interacional, o estudo apresentado propõe a análise de comentários/reações de internautas sobre declarações polêmicas do político Jair Messias Bolsonaro (à época, ainda deputado). Na análise, o foco dos analistas volta-se para construções com valor injuntivo o que, segundo os autores, permite aos internautas agirem sobre o mundo, impondo seus valores e visão de mundo. Como mostram ainda os autores, a violência verbal e a desqualificação dos oponentes vão além da “ofensa”, exercendo, naquela teia virtual, função não negligenciável na gestão do diálogo que se cria em rede.

POSFÁCIO

PRINCÍPIOS DE ANÁLISE RETÓRICA DO DISCURSO: A *QUAESTIO*

Luiz Antonio Ferreira

Introdução

“Quem sabe dizer onde a felicidade está?”¹ O verso interrogativo e inquietante que ecoa na voz de Zé Ramalho² é recorrente em tempos de pandemia: um grito anímico, coletivo, traduzido em palavras. E a palavra é nossa força para contar o mundo, revelar as inquietudes, as grandes dúvidas e nossas poucas convicções sobre o comportamento de um vírus, tão invisível quanto potente em sua escalada de devastação humana. A pergunta concentra em si a dor da privação da liberdade de ir e vir, de acarinhar, de unir pessoas para celebrações bem simples e tão necessariamente necessárias. Enfim, há um lamento interrogativo que traduz, para bem além dos malefícios de uma pandemia avassaladora, os desconfortos de um pandemônio nacional: hoje, mascarados e solitários, olhamos o mundo do fundo dos nossos quintais. E os atos retóricos se multiplicam e multiplicam pelo mundo: gritos, sussurros, opiniões que, no uni-

1 Verso da canção *Sinônimos*, de Paulo Sérgio, Cláudio Noam e César Augusto, segunda faixa do álbum “Aqui o Sistema é Bruto”, lançada em 2004 pela dupla paranaense Xitãozinho e Xororó.

2 Famoso cantor paraibano que participa da gravação de *Sinônimos*.

verso da *doxa*,³ afetam nossos corações e mentes. Tudo para nós é perigoso, esfacelado, mórbido. A ciência ainda luta ferozmente para cuidar do método e racionalizar o viver, mas tem inimigos ferozes. E as *questões* são insopitáveis nos discursos: interrogamos, perguntamos, indagamos, queremos respostas, procuramos caminhos para, no fundo, reencontrarmo-nos com a *eudaimonia*.

Em grego, felicidade se diz *eudaimonia*, palavra formada a partir dos vocábulos *eu* (prefixo que significa bom, o bem ou aquilo que é bom) e *daemon* (deus, semideus ou gênio, intermediário entre os homens e as divindades superiores); o termo também se refere a uma concepção ética da Antiguidade que visava ao alcance da felicidade como finalidade moral. Porfírio (s/d), em tradução livre, entende o termo como “ética da felicidade” ou o “voltar-se para a felicidade”. Em latim, *felicitas* (felicidade) provém de *felix* (feliz), a partir do grego *phyo* (produz), fecundo, produtivo.

Nem sempre a certeza e a objetividade dos conhecimentos predominam porque, humanos, embora tentemos ligar ideias às evidências e à clareza, está difícil, em qualquer campo do conhecimento, garantir a verdade das premissas, a validade dos raciocínios e a certeza das conclusões. Nossa felicidade se esconde nas entranhas de um passado saudoso e de um futuro almejado. O presente, diria o compositor brasileiro, é apenas uma aflição medonha! Lutamos para organizar o que há de sadio em nós, mas, a luta entre o racional e o emocional é ferrenha e faz proliferar nos discursos nossa marca muito humana, consubstanciada, sobretudo, na retórica da amargura e do desejo. Vivemos a interrogatividade plena na perplexidade de nossas incertezas. Em tempos como o nosso, é bem complicado atingir a *excelência da ação humana*, a mediania (ARISTÓTELES [384-322 a.C.], 1973), aquela que é virtuosa por ser *a justa medida e se esquia dos vícios* para promover a ação prudente, capaz de levar à felicidade.

3 *Doxa*: conjunto de juízos (opinião, crença), aceito como verdade, que uma sociedade elabora num determinado momento histórico por supor tratar-se de uma verdade óbvia ou evidência natural. Existe, entretanto, no universo da *doxa*, uma tensividade retórica, característica da dinâmica da comunicação social em que ocorrem discordâncias relativas a conflitos de conceitos, choques semânticos, diferentes visões de mundo, diferenças ideológicas, crenças antagônicas.

Neste texto, pretendemos refletir, ainda que de modo sucinto, sobre alguns princípios de análise retórica para darmos ênfase ao motor do discurso: a questão. Traduzida, muitas vezes, em forma de pergunta, a questão sempre suscita uma resposta, um ato retórico, que se caracteriza por uma opinião, de natureza dialética, que realça o preferível, o possível num contexto determinado e democrático. Ressaltaremos, também, formas possíveis de exploração temática na análise retórica e, como a intenção deste texto é primordialmente didática, iremos nos valer de algumas reflexões que já publicamos em livros e revistas científicas nos últimos anos (FERREIRA e MAGALHÃES, 2020); (MAGALHÃES e FERREIRA, 2020), a fim de ilustrar formas de tratar a questão e a tematização (no caso, a felicidade) numa perspectiva analítica do discurso retórico.

Consideramos, também, com Perelman [1912-1984] e Olbrechts-Tyteca [1899-1987] (1996), que o ponto de partida da ARGUMENTAÇÃO relaciona-se à fundamentação dos argumentos pelos juízos de valor: “entre a demonstração científica e a arbitrária das crenças, há uma lógica do verossímil, a que dão o nome de argumentação, vinculando-a à antiga retórica” (REBOUL, 1998, p. 84). Assim como Aristóteles (2011), Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996 [1958]) embasam a sua teoria da argumentação no domínio do verossímil: é no espaço da opinião, no embate de diferentes pontos de vista e das polêmicas que a argumentação se revela de modo mais natural e potente. É no universo da *doxa*, que as relações sociais, políticas e econômicas se consubstanciam e propiciam o funcionamento e a prática do exercício do discurso persuasivo.

Quem sabe dizer onde a felicidade está?

Vivemos uma pandemia que, por sua vez, carrega em si inúmeras retóricas. O radical grego “pan” significa “todo” e “demo”, povo, mas, Milton [1608-1674], lá no século XVII, cunhou, em *Paraíso Perdido* (Shangri-lá),⁴ o neologismo “pandemônio”. *Pan* traz a ideia de tudo, de

4 *Paraíso Perdido*, do poeta inglês e John Milton, uma epopeia em dez cantos, publicada em 1667. Inspirada no Gênesis, tem como tema o confronto entre Deus e Lúcifer: a criação de Adão e Eva, a tentação por Satanás, a expulsão do Paraíso, a rebelião e queda dos anjos, e a promessa de uma futura redenção.

tudo e *daimon* é demônio em grego. Herdamos o sentido lá instituído: pandemônio designava o Palácio de Satã, a capital imaginária do inferno. O vírus infernal nos priva da *ratio* ciceroniana, nos embaraça diante de um *logos* obrigatório para segurar o discurso e conduzir o navio do existir. Encontramos, aí, um tema para iniciar um percurso analítico do discurso por meio da retórica. E esse é o primeiro passo: achar o tema do discurso do outro (de que fala esse orador?). O tema é sempre uma abstração, ampla, que mostra/esconde subtemas que se inserem em um contexto físico e, sobretudo, retórico: alguém fala de algum lugar, numa determinada posição discursiva sobre algum assunto (referência) e tematiza, à sua maneira (*ethos*), racional (*logos*) ou emocionalmente (*pathos*) o que precisa ser dito naquele momento. Para a retórica, interessa a tradução do homem em palavras, mas, quando há um problema a ser resolvido, ela se sente ainda mais confortável.

Vivemos numa condição humana muito problemática e entendemos claramente que a linguagem encerra em si um caráter problematológico (MEYER, 1991). Prolifera, em qualquer conversa do dia a dia ou nas grandes mídias, a retórica dos prudentes, dos medrosos, dos alienados, dos insensatos. A retórica dos opressores abala nossa concepção de razão e a unidade tão confortável não é mais a proposição ou o juízo, mas o problema. Para o analista retórico, a verossimilhança do que se diz é fundamental: *Por que alguém diz o que diz da forma como diz?* E a resposta não se encontra na impressão primeira de leitura, normalmente enviesada e subjetivamente interpretativa, mas no barulho interno do próprio texto. Importante, na análise retórica do discurso, é deixar o texto falar!

Encontrado o tema, o analista inicia o segundo passo: temos um problema, e é necessário pensar sobre ele, entendê-lo pelo que se mostra/esconde na palavra do outro, na perspectiva argumentativa adotada pelo orador. Precisamos, como analistas, observar os recursos retóricos que se misturam na racionalidade ou na irracionalidade do dizer. Pela análise, busca-se entender o *logos* (a razão) pelo questionamento, pelas arestas intrincadas do silêncio e do grito que interroga e exige posicionamentos do auditório. Como somos essencialmente retóricos, nosso dizer nos traduz

por muitos ângulos (*ethos*) e, justamente por sermos altamente retóricos, quase sempre enfáticos demais (tensividade), lutamos, pela palavra, para exteriorizar ou reprimir o rigor ou a falta de rigor de nossos raciocínios e argumentos expressados no discurso. Nós nos organizamos por normas, por valores, por princípios, por vontades, por convicções e, em torno desses fatores ontológicos, praticamos nosso dizer.

A retórica, pelos próprios fundamentos da teoria, entende o discurso na sua dinâmica, na prática social construída e materializada pela linguagem. Visto como prática retórica, o discurso, materializado, carrega em si posições históricas e, portanto, sofre interferências de sentido advindas da sociedade, do contexto e de outras variáveis sobre as instâncias argumentativas e sobre o próprio discurso como acontecimento. O discurso, então, como afirma Dittrich (2008) apresenta, por princípio, algum componente de argumentatividade quando o orador (visto como instância enunciativa), ao posicionar-se contra ou a favor de discursos passados, presentes e mesmo virtualmente possíveis, procura influenciar um auditório (visto também como instância enunciativa).

O ato retórico, portanto, nunca é passivo, pois sempre gera alguma consequência reativa das instâncias envolvidas. A argumentação, por sua vez, continua o autor, é particularidade do discurso persuasivo (argumentativo), em seu sentido estrito: aquele discurso que se mostra tacitamente comprometido com a proposição e defesa de determinada tese perante um auditório. O objetivo da argumentação, então, é a conquista da adesão. Argumentar, podemos resumir, é prática verbalizada de conquista de adesão do outro e envolve intencionalidade e interferências contextuais (situação em que se realiza, motivos que o geram, objetivos da instância proponente, valores e crenças que são mobilizados, entre outros) (DITTRICH, 2008).

Esse, em resumo, é o espaço da retórica em suas múltiplas dimensões. Buscamos afetar, mas, sempre, somos afetados pela palavra (*pathos*) e nossos atos retóricos podem ser de sucesso ou de fracasso em função de uma série de fatores ligados às condições de fala, às propriedades do ato retórico. Como temos um lugar assegurado de fala, em função de determinações institucionais, o ato retórico é regulado, também, por posições

determinadas. Para exemplificar, iremos nos valer de uma das tirinhas criadas por Bill Waterson.⁵ Calvin é um garoto de seis anos, que tem como companheiro um tigre sábio, de pelúcia, chamado Haroldo. O menino, impertinente e esperto, vive às turras com D. Doroteia, sua professora:

Em sala de aula, Calvin levanta a mão e diz:

– Dona Doroteia?

– Sim, Calvin?

– Se os ignorantes é que são felizes, então esta aula é uma tentativa alterada de sua parte de privar-me da felicidade a qual é meu direito inalienável, de acordo com nossa constituição. Sendo assim, exercerei minha prerrogativa de não querer aprender esta matéria e irei para o parquinho.

Calvin se dirige para a porta e a professora esforça-se por detê-lo. Como último recurso, o menino grita:

– SOCORRO! DITADURA! (Transcrito de WATERSON, 2012)

O contexto é fictício, mas permite uma reflexão sobre a natureza do ato retórico. Calvin (o orador) está infeliz, precisa resolver uma questão e mover o auditório (Dona Doroteia, a instância de autoridade) para conseguir o que deseja. Inicia sua fala com uma prática interessante e assimilada pelas estruturas hierárquicas consagradas: a polidez (levanta a mãozinha). Pretende mover a professora pela razão e, por isso, articula uma explanação argumentativa, evidentemente aprendida em outros atos retóricos característicos do discurso dominante: a linguagem jurídica. Esbarra, porém, no autoritarismo e, novamente pautado no conhecimento prévio, encerra sua *performance*. Calvin pratica um ato retórico. Como ser do mundo, apropria-se da expressão e vale-se da linguagem para negociar as distâncias. Para o analista, é interessante estudar, atentamente, as técnicas discursivas que visam provocar ou aumentar a adesão

5 Calvin e Haroldo: série de tiras criada, escrita e ilustrada pelo norte-americano Bill Watterson e publicada em mais de 2.000 jornais do mundo inteiro entre 18 de novembro de 1985 e 31 de dezembro de 1995. O nome de Calvin foi inspirado no reformador religioso do século XVI, João Calvino, um dos pais do cristianismo protestante, que discorreu, entre outros, acerca da depravação total do homem. Haroldo refere-se a Thomas Hobbes, filósofo inglês do século XVII, autor da máxima “O homem é o lobo do homem”.

das mentes às teses apresentadas a seu assentimento (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996 [1958]).

O gesto de polidez e a tentativa de argumentar com validade assegurada pelas instituições (no caso, ainda que impropriamente empregado no contexto, o gênero judiciário) indicam tentativa de troca social verbalizada, pautada em processos de representação de si, do outro e do mundo. O ato retórico de Calvin é elaborado para negociar desejos e realçar valores. Embora Calvin seja uma personagem fictícia pode (como instância enunciativa) nos mostrar a dimensão de um ato retórico exercido na realidade: os membros de um grupo social ou reflexivo criam e recriam suas ideias, buscam dar significado num contexto em que o compartilhamento, cumprimento ou descumprimento de regras, ideias e opiniões, valores e crenças requerem justificativas para serem aceitos e executados na prática, de forma culturalmente organizada. O ato retórico precisa, inicialmente, sustentar-se em justificativas e razões para crenças e comportamentos dentro das práticas discursivas diárias. Como, porém, em retórica, nem sempre o racional se superpõe ao emocional, a interação pode ser bem ou malsucedida nos limites da competência do orador e da disponibilidade do auditório.

Na interação entre as pessoas, dá-se, portanto, o desenvolvimento de formas culturalmente organizadas. É importante ressaltar que a força argumentativa aumenta ou diminui quando a atuação responsiva dos membros mediadores de uma discussão (o auditório) se vê ou não atingida por desvios opinativos que se contraponham ou não à cultura sedimentada, isto é, aos significados culturalmente estabelecidos, aceitos e praticados naquele contexto. O movimento de interação retórico empreendido, consolida ou subverte as representações sociais por meio de práticas argumentativas que estão na natureza da retórica. O simples exemplo a seguir, também transcrito de uma tirinha de Bill Waterson, ilustra essa condição relativa ao acordo, à negociação e à força do discurso instituído e dominante:

Calvin: Mãe, Haroldo e eu podemos alugar um vídeo hoje à noite?

Mãe: acho que não, Calvin. Você tem que estudar.

Calvin: E se a gente alugasse uma fita educativa?

Mãe: Qual?

Calvin: “As aeromoças canibais gostosonas”.

A mãe coloca Calvin e Haroldo no quarto.

Calvin: Agora ela não deixa a gente nem ir até a locadora.

Haroldo: Eu acho que nós aprenderíamos muito vendo esta fita. (Transcrito de WATERSON, 2009)

Há muitos implícitos na fala de Calvin porque o seu dizer se enquadra num sistema de referências centrado no eu e que o definem pelo seu jeito particular de mostrar-se como orador. É claro que Calvin é uma personagem típica. Quando pede licença, o menino demonstra conhecer, ainda que a contragosto, o seu lugar de fala e seu auditório concentra toda a atividade. Como o discurso nunca é um acontecimento isolado (nasce em outros discursos e aponta para outros), complementa ou opõe-se a outros que o precederam e cria referências para o surgimento daqueles que virão depois, o Calvin orador atua nos limites de uma área de hierarquias e valores aceitáveis e atribui à professora e à mãe algumas funções: precisam liberá-lo para ser feliz e achar que é bom ser feliz! Ou para expressar opiniões com liberdade. Como orador, porém, Calvin não entende as quatro dimensões fundamentais que autorizam o dizer: *o querer, o saber, o dever e o poder* e asseguram o sucesso da prática retórica e a eficácia no universo das opiniões, das crenças e das hierarquias.

Calvin sabe o que *quer* (ser feliz no parquinho, ver uma fita pornográfica), *sabe* que tem *deveres* (estudar), mas, como não tem *poder*, argumenta, busca provas para justificar seu pedido e dá demonstrações cabais de que pode tentar se insurgir contra um poder estabelecido. O menino, arguto, demonstra que entende que a palavra é a responsável por despertar alterações no comportamento do outro. Entende também que as palavras provocam alterações interessantes que se amalgamam num processo de natureza fisiológica e psicológica que ocasionam sensações de prazer e de dor. Pratica uma lógica canhestra e inadequada no

contexto, mas bem construída num entimema para destacar os deveres da professora: não pode privar-me do direito inalienável de ser feliz (que constitui a questão geral e tematiza a tirinha). Em termos mais restritos, quer livrar-se da aula (questão particular), *sabe* que *deve* estudar, mas não *quer*. Sente que não tem *poder*. Para a mãe, lança uma pergunta que demonstra respeito às hierarquias. Argumenta, mas não sabe a sua posição na escala da estrutura social.

De qualquer modo, vale-se da linguagem para negociar a distância, a divergência entre ele e o auditório por meio de argumentos aparentemente lógicos. Procura, em seu entendimento infantil, um meio de articular o plausível, o provável e, assim, argumenta. Esforça-se para atingir a eficácia retórica, que sempre se consolida quando o orador consegue imprimir ao dizer o seu poder de influência. À sua maneira, Calvin *sabe* que praticar a retórica é, com o auxílio forte da percepção, entender, pelo intelecto, que podemos moldar eventos, desejos, verdades e mentiras nos cérebros uns dos outros com primorosa precisão.

Exercitar a retórica é, também, dar respostas para questões fundamentais do auditório (a professora tem o direito de prender um aluno indiferente em sala de aula?). As perguntas, sabemos, possuem intencionalidade e, grosso modo, podem ser honestas ou capciosas, bem-intencionadas ou irônicas, simples ou complexas. Do mesmo modo, as respostas podem apregoar e alicerçar valores no discurso dominante de uma comunidade humana. Porque os valores são complexos e oscilantes, a estrutura retórica da resposta exige do orador empenho e arte porque, diante de uma questão, o orador, no ato retórico, irá – sempre – movimentar razão e emoção se o propósito é estabelecer acordos pela demonstração do verossímil. Quando há tensividade retórica, o orador, num contexto em que se situa uma questão, precisa persuadir e, para realizar esse intento, necessita, como afirma Aristóteles (2011, livro I, cap. II), encontrar as provas de persuasão fornecidas pelo discurso, que são de três espécies: umas residem no caráter moral do orador (*ethos*); outras, no modo como se dispõe o ouvinte (*pathos*); e outras, no próprio discurso (*logos*).

O ato retórico de Calvin não foi bem-sucedido. Se atuamos como oradores ou como auditório, precisamos perscrutar a viabilidade do dizer da forma como se diz: *Quem fala? A quem fala? Com que autoridade?* Temos, em qualquer sentido, uma autorização institucionalizada para dizer o que dizemos. As macroinstituições, por exemplo, garantem, pelo diploma, o dizer do cientista, do professor, do pastor, do médico. Esse local retórico institucionalizado permite que todos pratiquem a retórica dos “competentes”. Esse dizer que emana de um lugar que autoriza o discurso, embora nem sempre os competentes sejam individualmente competentes! Uma péssima mãe sempre poderá dizer: “Me respeite. Sou sua mãe!” e terá fala assegurada para um auditório composto por pessoas muito jovens que reconhecem, na instituição família, os papéis, os deveres e os direitos de cada um na estrutura social secularmente instituída no discurso dominante. Se a aceitação do auditório à fala do outro parte de um princípio ligado ao *ethos*, a boa articulação que encaminha para a credibilidade é inteiramente da competência do orador.

O analista, então, precisa, como recomenda Aristóteles (2011 – Livro I, 2, 30), entender a retórica como “a faculdade de ver teoricamente o que, em cada caso, pode ser capaz de gerar a persuasão”. Retórica é um termo que herdamos do latim (*rhōtorica*), originário do grego antigo (*ῥητορικὴ*), *rhōtorikē*, forma feminina de (*ῥητορικός*), *rētorikos*, que se relaciona com a fala pública. Rétor (*ῥήτωρ*), o termo que designa um *orador consciente*, relaciona-se a *rhema*, “palavra”, “àquilo que é dito”. O interesse da retórica, então, centra-se no dito, no que é dito da forma como é dito por um orador, a fim de provocar efeitos de sentido que ensinem, comovam ou agradem o auditório. Se a retórica, por um lado, indica caminhos para o orador bem estruturar e bem expor os argumentos, fornece, para o analista, a possibilidade de entendimento da natureza dos discursos humanos (ARISTÓTELES, 2011, Livro I). Nesse sentido, a retórica, então, é o meio de procurar, em qualquer situação, os recursos persuasivos disponíveis num contexto situado em que há um auditório presumido ou real.

Olhar teoricamente é função do analista e o bom conhecimento das técnicas que suportam um discurso persuasivo implicam reconhecer

que há uma relação intrínseca entre cognição e sentimentos no ato retórico. Argumentamos no universo da *doxa* e, por isso, valores, crenças e desejos se misturam no discurso. Encontrar a forma de articulação desses fatores é a responsabilidade de quem se debruça criticamente sobre o discurso. É preciso ter em mente que um orador, durante um ato retórico, empreende alguns esforços sensíveis e simultâneos para obtenção da adesão: mostrar, pela força dos argumentos uma opinião tecnicamente (cognitivamente) verossímil, sustentável, capaz de realçar a validade e a utilidade de uma opinião; validar a credibilidade de seu caráter no justo espaço de seu direito e dever de dizer, por meio da exortação de valores racionais, passionais e éticos, num conduzir racional e passional inseparável. Calvin, por não entender as dimensões da articulação hierárquica necessária para o bom desempenho retórico, demonstrou apenas seu caráter hedônico: viver a felicidade de curto prazo, num parquinho.

Para Calvin, sentir-se feliz é viver um momento ligado ao sentido da palavra grega *hedonê*, que significa “prazer, vontade”. Dela provém o termo hedonismo, uma corrente filosófico-moral que considera o prazer como o bem supremo da vida. A felicidade, então, seria obtida pela totalidade dos momentos agradáveis experienciados pela pessoa, obtidos pela realização de eventos comuns. O hedonista precisa de um estímulo de alta intensidade para sustentar um estado eufórico estimulante, pois a felicidade hedônica, concentradora de uma emoção gratificante recebida com entusiasmo e orgulho de si, é efêmera.

Calvin falhou no momento de escolher os argumentos que provocassem a autorização institucional. Foi eloquente, mas não foi persuasivo. Para Quintiliano (2015 [35-95]), a retórica é arte de bem dizer. Dizer bem, porém, não significa dizer o Bem e, nesse sentido, a persuasão se dá fundamentalmente pela relação entre a disposição do auditório e as pretensões do orador. Um analista leva em conta que a retórica é teoria do discurso construída a partir do estudo e reflexão sobre duas propriedades humanas: a oratória e a eloquência. Por isso, é uma organização maior, um sistema de estudos da linguagem humana que se organiza por um conjunto de princípios teóricos e possui um fim claramente delimitado:

gerar um efeito prático, eficaz, imediato e previamente estabelecido que resulte em persuasão. A oratória e a eloquência são realizações físicas da retórica.

A oratória vincula-se à produção do discurso; a eloquência incumbese de a ele dar um valor muito necessário, pois o ato retórico não nasce pronto, não é uma unidade positiva: sempre congrega, em sua natureza dialética, perspectivas diferenciadas diante de uma mesma questão. Por essas razões, a retórica é tradicionalmente conhecida como objeto de disposição argumentativa, como uma técnica compositiva que possui intencionalidade: estabelecer acordos, mover o outro pela exaltação da razão, da emoção ou, simultaneamente e como é mais comum, da razão e da emoção. A retórica, então, por ocupar-se dos estudos teóricos, é considerada como um saber. A oratória, por nortear a construção dos discursos escritos e pronunciados, é uma faculdade. A eloquência, por explorar a excelsa faculdade de dizer (*sapientia et ornate*), é uma habilidade. Em qualquer de suas classificações, a palavra no discurso retórico pretende sensibilizar o auditório e, como já afirmava Cícero [106-43, a.C], em *El Orador* (2001), no primeiro século antes de Cristo, depois de encontrar o que dizer, precisa ordenar e, sobretudo, estudar a melhor forma de transmitir.

Um orador, seja qual for a questão que propõe, precisa ser expressivo e verossímil para que o auditório aceite e assimile sua proposta. Nesse sentido, a concepção de Meyer (1998, p. 27) sobre a retórica é muito pertinente e válida para qualquer ato retórico: “A retórica é a negociação da distância entre os homens a propósito de uma questão, de um problema”. Como nos ensina Dittrich (2008), o discurso não pode apenas ser coerente: precisa ser legítimo. Não é o argumento em si que move o auditório (conhecer), mas, sim, o modo como os argumentos se relacionam para gerar uma conclusão plausível, muito mais ligada ao entender e ao aceitar. A importância dos argumentos, nesse sentido, está na expressividade e na capacidade de ser agradável e coerente para o público a que se destina.

A expressividade é da ordem do prazer e do criar, correlaciona e integra a racionalidade com a legitimidade. A dimensão dialética do discurso,

por sua vez, é da ordem do conhecer e entender. O aspecto ético que está sempre impregnado no dizer é da ordem do crer e do motivar. O plano estético, complementa Dittrich (2008), liga-se ao sensibilizar e atrair. A relação entre o orador e o esquema argumentativo é da ordem da racionalidade; entre o orador e o auditório, da legitimidade; entre o argumento e o auditório, da expressividade. Todo e qualquer discurso, então, merece, do analista, uma visão pluridimensional que o leve à compreensão dos aspectos cognitivos, éticos, morais e expressivos do ato retórico sobre o qual se debruça para melhor entendimento dos intrincados meios de articulação das polêmicas sociais ou da exposição dos valores e crenças que movem o desejo e a razão do auditório.

Calvin, nas tirinhas, vivencia, por força de sua argumentação, situações polêmicas: entende que a felicidade não se encontra na sala de aula ou nos deveres de casa, mas enfrenta a autoridade da professora e da mãe, consideradas como empecilhos para a realização de seu desejo de liberdade e paz interior. As polêmicas sociais nascem do desequilíbrio entre ideias e posições assumidas pelo orador e as crenças já alicerçadas no auditório em um determinado contexto. A adequação mantém o discurso instituído; a rebeldia infiltra o discurso instituinte. E a retórica, nesse espaço polêmico, observa, analisa, pondera, estuda reações, afirmações, validade de raciocínios, falácias, sempre em busca do “como” se argumenta em um contexto. Somos menos ou mais persuasivos em função de nossa capacidade de articular os pensamentos num discurso de modo que o nosso auditório se sinta tocado racional ou emocionalmente. Uma *questão* sempre envolve o discurso e persuadir ou convencer é a soma de arte do orador mais a disponibilidade do auditório.

Para um analista do discurso retórico, é sempre possível pensar a instituição retórica como uma prática humana que busca criar evidências de qualquer tipo para conquistar um auditório, negociar as distâncias e estabelecer acordos de ordem social ou individual. A retórica é tanto um exercício de persuasão quanto uma prática artística de dizer e, sobretudo, de dizer adequadamente para atingir propósitos discursivos.

Se assim for, o analista do discurso retórico precisará reconhecer, em cada texto, as propriedades argumentativas e artísticas demonstradas pelo

orador. Se a “força” persuasiva de um discurso está na forma como foi construído e apresentado para um auditório (invenção, disposição, elocução, ação), ao analista compete realçar cada um ou alguns desses aspectos em função da ênfase dada pelo orador à sua intencionalidade, que se evidencia no próprio texto.

A *quaestio* e o tema

Um ato retórico sempre implica uma questão base que se mostra explícita ou implicitamente no discurso. Consideremos, então, que, fundamentalmente, todo ato retórico é um exercício verbalizado para dar resposta a uma pergunta explícita ou implícita. Consideremos, também, uma pergunta bem simples para servir de mote para nossa reflexão neste texto advinda da tematização: a busca da felicidade. Há diferenças fundamentais entre estar feliz e ser feliz? Essa pergunta temática é aqui tratada sob a perspectiva dos estudos retóricos e se considera que *ethos* e *pathos* encontram-se indissociavelmente entrelaçados e revelam discursos tradutores das formas de ver a *Eudaimonia* (a felicidade) que, na visão de Aristóteles (1973), é a finalidade (*telos*) maior e comum a todos os seres racionais. Todas as ações humanas ocorrem com o objetivo último de alcançar algum estágio de felicidade. Somos também seres sociais e estar no mundo impõe uma condição de conforto ou desconforto permanente. Assim, a felicidade ou infelicidade humana estão também ligadas à condição de liberdade de ação que, obviamente, implica a felicidade e liberdade do outro.

O discurso de Calvin dá mostras de que é impossível ser feliz sozinho e, nesse sentido, traz o entendimento de que a própria felicidade está em conformidade com um processo de conquista e adesão de um outro. Por sermos seres retóricos, políticos e sociais, os discursos humanos se amalgamam em concepções também retóricas, políticas e humanas sobre o outro e, não raro, instauram uma polêmica ligada a uma questão de valor, a uma questão política ou até a uma questão de fato. A felicidade se reveste de liberdade de escolha e de decisões pragmáticas. Desse modo, uma grande questão geral, se desdobra em outras, mais específicas, que merecem atenção do analista.

A questão retórica

Quaestio é a palavra latina correspondente a pergunta, interrogação. Liga-se a *quaerere*, que significa “procurar, indagar, investigar”. Em retórica, a *quaestio* realça o alvo de análise, o que se procura desvendar e é propulsora de uma discussão. Relaciona-se também com “*perquire-re*” (intensificativo *per-* mais *quaerere*): indagar, buscar com afinco. A questão, enfim, estimula o desejo de desvendar um problema. No dizer de Campbell, Huxman e Burkholder (2015, p. 90), é um “ponto fundamental na disputa, é crucial na tomada de decisão ou na seleção de um curso de ação.” e, para Tringali (1988, p. 48), “a máquina retórica só se movimenta quando instigada por uma questão”. O exemplo de Bill Waterson ilustra a reflexão.

Haroldo: Vai fazer malabarismo com ovos?

Calvin: É uma metáfora para vida, Haroldo. Cada ovo representa um dos aspectos da vida. O objetivo é dar a cada um deles, simultaneamente, a quantidade certa de atenção sem descuidar dos outros. Na vida, é necessário ter equilíbrio e ficar alerta porque tudo pode fugir ao nosso controle.

Haroldo: É, às vezes a gente faz uma grande bagunça.

Calvin: Mas o importante é ter persistência.

Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/galerias/geral,20-tiras-de-calvin-e-haroldo-para-refletir-sobre-a-vida-e-sobre-o-mundo,28507>. Acesso em: 05 jan. 2021.

Haroldo faz uma pergunta de advertência sobre a validade de uma atitude e tematiza a imprudência. Suscita, assim, resposta de cunho argumentativo. A questão retórica não é necessariamente interrogativa, mas pode traduzir-se em perguntas. De acordo com Grácio (s/d), não são aquelas que, admitindo várias respostas, se revelam como discutíveis, mas, sim, “as que, sendo respondidas segundo vias de acesso que chocam entre si, se tornam discutidas e levam a tematizar o assunto em questão”. Qualquer discurso se constitui a partir de um tema que, quando problematizado, faz

surgir a questão (TRINGALI, 1988). Como o questionar traz em si um problema, impõe a resolução de uma pergunta clara ou pressuposta que pode suscitar resposta ou respostas em conflito.

Haroldo, ao exigir de Calvin argumentos que justificassem a inadequação da ação malabarística adotada por Calvin, evoca uma resposta de cunho argumentativo que tematizasse a dissensão, já proposta na questão: há divergência de opiniões e a condução da resposta não poderá se pautar em abordagens propriamente lógicas. Será necessária uma adequação que imprima razoabilidade à resposta, que lide com o conflito de perspectivas. Para convencer ou persuadir Haroldo, Calvin, então, deverá considerar o assunto em questão e buscar uma resposta que tematize a dissensão que tem por denominador comum um conflito de perspectivas, uma dissonância interpretativa sobre um evento do mundo.

Uma *quaestio*, ressalte-se, não é a questão científica que tem por objetivo concluir, pela demonstração, uma verdade possível de ser aceita porque é provada exaustivamente e conduz a uma conclusão racional, considerada verdadeira. Em retórica, o tema é problematizado, sujeito a opiniões divergentes e o ato retórico precisa mostrar o preferível. Em termos estritos, é uma aporia, uma dificuldade, uma dúvida racional que aflora pela impossibilidade de se obter resposta objetiva ou conclusão para uma determinada causa. A questão é retórica porque explora a dialética da diferença, não necessariamente da contrariedade ou da contraditoriedade (TRINGALI, 2014).

Como ensinava Cícero (2001), uma questão sempre irá requerer mecanismos retóricos de confirmação e de refutação para provar que a causa é justa e adequada para aquela situação contextual polêmica. A *quaestio*, enfim, pode ser entendida como o tema problematizado, que inaugura o processo retórico, conduz a busca de provas, a geração argumentos, em geral conflitantes, e determina a escolha dos mecanismos retóricos ajustados para aquela situação.

A questão retórica é estudada na *stásis*, uma doutrina, teoria ou sistema invencional desenvolvida por Hermágonas de Temnos, no século II a.C., que dividiu o objeto da Retórica em duas partes: a “tese”, na qual as

questões gerais são levantadas, e a “hipótese”, na qual várias controvérsias sobre casos particulares são expostas:

a) A tese (*genus infinitum*) trata o tema de modo abstrato, sem levar em conta as circunstâncias práticas de sua existência, sem particularizar, sem determinar circunstâncias de tempo, lugar, pessoa. A tese, em resumo, se oferece independentemente das circunstâncias, trata de um tema abstratamente e não se detém em casuísmos. A tese é uma questão temática (O que é felicidade?).

b) A hipótese (*genus definitum*) trata o tema de modo mais particular, individualizado, indica os participantes da ação, o lugar onde as coisas ocorrem e as possíveis circunstâncias que cercam a situação e se manifestam em três gêneros oratórios: judicial/forense, deliberativo/político e epidítico/laudatório. Na argumentação, esses gêneros se distinguem em função dos valores e objetos apreciados e do tempo de sua ocorrência/existência (passado, presente ou futuro). Pode assumir características bem individualizadas porque envolve circunstâncias temporais e geográficas (É justo, por omissão governamental, privar os brasileiros do direito à felicidade?).

A bipartição em “tese” e “hipótese” corresponde à distinção aristotélica entre lugares “comuns” e lugares “próprios” ou “específicos” e a *quaestio* norteia, conduz a elaboração, a convergência e consistência dos argumentos no discurso, que, por sua vez, sustentam a tese. Algumas questões requerem argumentos técnicos (fatos e dados que legitimem a resposta), ligados à utilidade e consequência de uma proposta. Outras, encaminham a resposta para a utilização de argumentos sensibilizadores (que buscam reações patéticas do auditório e movem o gosto e a emoção) ou para argumentos legitimadores (que possuem natureza ética, relevância social e consonância com as normas, princípios e valores culturais do auditório) que, por apresentarem justificativas, evidências e pressupostos aceitos, exaltam a competência ética do orador.

Identificada a *quaestio*, o analista pode refletir mais detalhadamente sobre a pertinência das etapas de construção do discurso: 1. *Inventio*:

provas que o orador encontrou para defesa da posição assumida diante da *quaestio*; 2. *Dispositio*: forma como organizou as provas no discurso e explorou os gêneros e lugares retóricos; 3. *Elocutio*: aspectos estilísticos utilizados no discurso e a força argumentativa articulada na construção do texto; 4. *Actio*: meios de difusão do discurso em ação que resultem em convencimento ou persuasão. Para Cícero (2001), convencer é o que faz crer (*fides facere*), é opinião firme (*firma opinio*). Persuasão é instigação, movimento da alma (*motus autem animi incitatio*) sobre a vontade. Didaticamente, consideramos que convencer é mover pela razão (*logos*) e persuadir é mover pelo coração (*pathos*).

Tipologia da questão

A classificação dos discursos de Hermágoras, baseada na noção de *stasis* (*status causae*), a uma teoria da distinção, na retórica deliberativa, entre «thesis» e «hipothesis», reconstruída a partir de dados fornecidos por Cícero (2001), Quintiliano (2015) e outros estudiosos, teve especial impacto nos principais retóricos latinos. Por conta de sua aprimorada técnica de casuística, foi amplamente utilizada nos estudos jurídicos e na prática forense. A primeira divisão separou o “gênero racional”, que depende do bom senso, do “gênero legal”, cujo fundamento é a legislação sobre a matéria. Hermágoras também elaborou uma lista ampla e ilustrativa de tópicos-chave para uso dos oradores e sua classificação coexistiu, por muitos anos, com a tripartição aristotélica dos gêneros. Como afirmam Guerrero e Tejera (s/d), uma tradução latina de Hermágoras influenciou notavelmente o livro *De rhetorica*, de Santo Agostinho.

Hermágoras descreveu as quatro situações que o orador deveria conhecer e dominar em cada caso (já defendidas na *Retórica* por Aristóteles) para identificar o objeto da disputa. Quintiliano (2015) as divide em três:

1) O Estado da questão (*status questionis*). Quintiliano (2015), no livro III da *Instituição Oratória*, denomina o estado da questão de “constituição da causa”. É o momento de delimitação e consolidação da própria questão, a fim de determinar os parâmetros ideais sobre o que se pretende argumentar. Questões abertas, pouco precisas, suscitam debates estéreis. A causa, então, se define pelo estado da questão e precisa ser clara, definida e aceita. Estabelece-se o conflito fundamental e é preciso pelo estado da questão delimitar a discussão em busca de caminhos que conduzam a uma conclusão plausível, verossímil, aceitável. Constitui-se, assim, a causa.

Tanto as questões gerais (teses) quanto as particulares (hipóteses) possuem estados fundamentais que nos permitem delimitá-las no discurso e, para Quintiliano (2015), precisam ser investigadas em três dimensões:

1.a) Estado de conjectura (*status conjecturae*)

Conjecturar é o ato ou efeito de inferir ou deduzir que algo é provável, com base em presunções, evidências incompletas, pressentimentos, hipóteses, presunção, suposições. No discurso jurídico, a conjectura se elabora a partir da consideração do motivo e do caráter do acusado (quem é o autor da ação acusada?). As perguntas conjecturais, então, procuram apurar fatos.

Para Tringali (2014), o estado de conjectura de uma questão ocorre quando se discute a existência ou não existência de alguma coisa tanto no plano real quanto no plano fictício. Essa fase da questão é importante no discurso jurídico, pois responde a uma pergunta potencial: “An sit?” (Existiu? Aconteceu?).

1.b) Estado de definição (*status definitionis*)

Refere-se a uma questão de essência, que perscruta a precisão de um conceito existente na pergunta em busca da natureza das coisas e das pessoas. As questões definicionais classificam os atos associados aos fatos. É a definição que tipifica o fato (É criminoso ou não? Foi homicídio? Roubo? Traição?).

1.c) Estado de qualificação (*status qualitatis*)

Quando uma questão existe e possui uma configuração conceitual possível, é necessário saber se pode modificar-se em função de algumas circunstâncias. As perguntas de qualidade (ou de qualificação) avaliam as ações (O fato se modifica pelas circunstâncias?), medem o grau de responsabilidade (Com que intenção agiu?) e concentram uma questão circunstancial, que se alinha às questões de existência ou de essência. Procuram, então, agravantes ou atenuantes que envolvam a tese ou a hipótese e respondem a uma pergunta potencial: “Quale sit?” (Como se qualifica?).

Para Hermágoras, deve-se levar em conta um último estágio:

1.d) Estado processual

As questões processuais buscam extrair ilações ao nível das consequências práticas (GRÁCIO, 2013). A *stasis*, afirma Grácio (2013, p. 122-123), “representa um choque de discursos e o problema ou as questões que levanta estarão na base da especificação das exigências segundo as quais se poderão tematizar e desenvolver os argumentos apropriados”.

Pergunta retórica e questão retórica

Sempre há, em qualquer discurso de natureza argumentativa, uma proposição que precisa ser analisada e uma questão que precisa ser respondida. Nem todas as perguntas, porém, são efetivamente questões retóricas.

Um verso famoso de uma canção popular brasileira, *Nervos de Aço*, composta por Lupicínio Rodrigues,⁶ revela perguntas denominadas tipicamente retóricas: “Você sabe o que é ter um amor, meu senhor? Ter loucura por uma mulher?”. Nesse tipo de pergunta, o orador não pretende uma resposta: quer, sim, evocar a ausência de felicidade. A pergunta retórica é aquela que não solicita uma resposta do auditório, já que pretende estimular a reflexão, chamar a atenção para um estado de coisas ou modo de ser. O orador, então, já sabe a resposta e, nesse

6 *Nervos de Aço*, composta em 1947 pelo compositor gaúcho Lupicínio Rodrigues, gravada por Francisco Alves e, trinta anos depois, por Paulinho da Viola, é canção famosa por representar um período de canções denominadas “dor de cotovelo” no cenário musical brasileiro.

caso, apenas acentua uma proposta de reação negativa ou positiva sobre um evento do mundo. Esse tipo de pergunta sem interrogatividade efetiva surge no ato retórico meramente para reforçar uma ideia sobre algo ou alguém com objetivo de movimentar as paixões do auditório. É um recurso expressivo que deseja moldar, pelo *pathos*, um princípio valorativo do mundo.

Uma “pergunta retórica”, portanto, não encerra em si uma questão de fato, mas um artifício expressivo que objetiva, de modo geral, expressar uma crítica social, manifestar indignação com alguma situação, estimular o interlocutor para uma reflexão, convidar para adesão a uma causa, sensibilizar para enfatizar uma ideia. Vista como efeito expressivo, como figura, é também chamada Erotema (do grego ερωτημα), erotese ou eperotese. Nordquist (2018) recupera, na Gramática Retórica de John Walker, publicada em 1814, uma afirmação interessante sobre *erotesis*, ou interrogatório: considera-a como figura pela qual se expressa a emoção de nossa mente e se infunde ardor e energia em nosso discurso propondo perguntas. Como essas questões têm a força de um clímax, devem ser pronunciadas com força crescente até o fim.

Quando, porém, em meio a uma pandemia avassaladora, um orador pergunta “O Presidente pode ser considerado um genocida?” ou “Devemos ou não tomar a vacina contra o Covid 19?”, movimenta o auditório, pretende uma reação discursiva imediata. Na teoria retórica, como vimos, a verdadeira *questão* parte da antiga tríade *quaestio*, *oratio* e *orator*, possui uma estrutura significativa bem delineada e, quando articulada racionalmente na *inventio*, repercute persuasivamente na *actio* e exige respostas do auditório ligadas a decisões efetivas sobre as condições do existir e do estar no mundo. Diferentemente da pergunta retórica, o propósito de uma *questão* é a obtenção de uma resposta, de uma nova informação, de uma informação que não se tem e que se pretende ter.

Se alguém nos pergunta: Você acha que estar alegre é estar feliz? A resposta envolve um movimento de racionalização, de participação do *logos* para o entendimento (ou não) da felicidade como um produto consciente e refletido no indivíduo, não ligado a um estado momentâneo, mas ao *ser* (e,

por isso, mais duradouro e intelectual) e à alegria como um *estado*, sensação efêmera, fugaz, capaz de causar um bem-estar que desaparecerá tão logo termine o momento do evento vivido. A pergunta serve apenas de exemplo, mas é fundamental entender que uma questão retórica é sempre “o mote para a problematização de um tema”. Pode ter características particulares ou gerais, mas sempre será uma interrogação estimulante.

Podemos, ainda, pensar a natureza das questões retóricas em outras perspectivas. Para este texto, recorreremos a Campbell, Huxman e Burkholder (2015) que as classificam em três grandes divisões: questões de valor, questões de fato e questões políticas:

1. Questões de valor

Nos discursos públicos em geral, é sempre possível criar uma questão polêmica, denominada “de valor”, que provoca respostas elaboradas sobre o que é bom, desejável e útil, ético e moral. Oradores que elaboram questões de valor preocupam-se com a reação patética dos ouvintes, pois a intensidade e profundidade da questão evoca graus de medida ou de adesão ou de hostilidade do auditório.

Uma questão de valor pode causar discórdia profunda ainda que seja elaborada de forma bem simples: “Uma condição **absoluta** de felicidade humana está ligada **sobretudo** ao amor, ao dinheiro ou à saúde?” (grifos nossos). A inserção dos termos “absoluta” e “sobretudo” no interior da pergunta dificulta uma resposta consensual. Sabemos que centenas de livros já foram escritos para encontrar uma resposta adequada para a questão. Como, porém, é de *valor*, sempre haverá espaço para muitos outros discursos. A plausibilidade e verossimilhança, os recursos racionais e psicológicos determinarão a força dos argumentos e levarão ou não à persuasão ou ao convencimento pretendidos pelo orador. Questões de valor, durante a *actio*, acentuam sobremaneira o *ethos* do orador e se movem em função do acento argumentativo dado à sabedoria, benevolência e virtudes do orador. O quadro a seguir explicita os aspectos retóricos que precisam ser realçados para ampliar ou diminuir o poder persuasivo do orador diante de um auditório que se vê premido a dar respostas para uma questão de valor.

Quadro 1 - Características do *ethos*

PHRONESIS	ARETÉ	EÚNOIA
sabedoria	virtude	benevolência
competência	confiabilidade	amabilidade
credibilidade	determinação	cortesia
discernimento	equanimidade	delicadeza
prudência	franqueza	indulgência
ponderação	honestidade	justiça
praticidade	integridade	obsequiosidade
racionalidade	simplicidade	passionalidade
razoabilidade	sinceridade	solidariedade

Fonte: Grupo de Estudos Retóricos e Argumentativos (ERA), da PUC-SP, (2019).

Evidentemente, o *ethos* é fator importante para tríade persuasiva (*ethos, pathos e logos*), mas, nas questões de valor, o grau de confiabilidade impresso pelo orador durante a *actio* é fator preponderante para a sustentação do discurso retórico.

2. Questões de fato

Nas lides judiciais, a preocupação com a apuração da verdade normalmente traz à tona questões que demandam evidências e, a partir delas, caminhos racionais de interpretação. Nesse caso, como afirmam Campbell, Huxman e Burkholder (2015), quando um orador propõe uma questão de fato, os problemas se concentram na qualidade, precisão e adequação das provas. Um exemplo de questão de fato em nossos dias poderia ser: “Se considerarmos a quantidade de brasileiros já afetados pelo COVID-19, é prudente manter o isolamento social, a despeito dos prejuízos causados à Economia do país?”. Uma resposta para essa questão vai impor considerações interpretativas sobre evidências estatísticas e reais. O auditório precisará evocar a qualidade, a precisão e a adequação das provas.

Nesse caso, ainda que o *ethos* do orador seja importante, ressalta-se o *logos*, com suas ferramentas de análise racional dos fatos do mundo. As questões de fato exigem que orador e auditório, diante de um fato polêmico, encontrem um objetivo comum e determinem uma política de solução que permita alcançar resultados positivos e imparciais para a solução de um problema.

3. Questões políticas

Por fim, os autores citam as questões políticas. A ênfase está na adequabilidade da resposta e envolve o auditório de modo mais objetivo nas decisões sobre o que deve ser feito ou não. Por trás das questões políticas, há uma outra, primeira e sempre presente: “*Convém?*”. A decisão se projeta sobre o tempo, que é o futuro, e a complexidade da questão não raro exige que se misturem respostas para questões de fato e de valor à decisão política julgada mais plausível e adequada para uma determinada comunidade. Essas questões de natureza deliberativa tipificam a retórica das assembleias.

Nessa grande tipologia das questões retóricas, é possível pensar, internamente, na forma retórica como são articuladas. Não nos aprofundamos, aqui, nas especificidades de cada modo de perguntar, mas é possível afirmar que, quando concebidas e delimitadas na *inventio*, as questões retóricas podem ser exteriorizadas na *actio* por meio de interrogações nominadas, identificáveis e com grande alcance persuasivo. Relacionamos algumas delas: perguntas socráticas, irônicas, determinativas, eletivas, resolutivas, correlacionais, didáticas e de repetição.

Conclusão

Este texto, que possui claramente intenção didática, apenas indica os primeiros passos possíveis para empreender uma análise retórica do discurso. Há muito por ser explorado, pois o sistema retórico é rico de possibilidades analíticas. É o texto, na verdade, quem determina o caminho, pois *ethos*, *pathos* e *logos* se manifestam de modo menos ou mais enfático em cada ato retórico. Aqui, escolhemos as perguntas retóricas, as questões

retóricas e a tematização dos planos de felicidade para sucintamente explicar o caráter sociocultural da retórica e sua dimensão instrumental de exercício da cidadania.

A análise retórica do discurso é um exercício de desvendar a palavra pública em suas dimensões persuasivas e técnicas. Como afirma Meyer ([1950]1991), é próprio do pensamento contemporâneo o reconhecimento da dimensão problemática da existência e dos valores que a sustentam. Para perguntas plausíveis e efetivas, o domínio da retórica permite perscrutar respostas argumentativas construídas a partir do verossímil. Como procuramos demonstrar, o critério de verossimilhança é subjetivo e demanda a avaliação da qualidade das premissas aceitas pelo auditório.

Neste Posfácio, intitulado **Princípios de análise retórica do discurso: a *quaestio***, escrito por Luiz Antonio Ferreira, o autor propõe alguns primeiros passos para que se empreenda uma análise retórica do discurso, isto é, um exercício de desvendar a palavra pública em suas dimensões persuasivas e técnicas. Ao se perguntar onde a felicidade está, o autor constata que, mesmo um período assolado por uma crise sanitária global, uma pandemia-pandemônio carrega no seu bojo muitas retóricas dignas de um olhar analítico. A partir da elucidação da origem greco-latina do termo “retórica” (*rhētorica* - *ρήτορική* - *ρήτορικός*) e retor (*ρήτωρ*), o autor do capítulo reforça o mote aristotélico segundo o qual a retórica é vista como o meio de procurar, em qualquer situação, os recursos persuasivos disponíveis num contexto situado em que há um auditório presumido ou real. O autor mostra ainda de que forma uma *Quaestio*, palavra latina correspondente a pergunta, interrogação, contribui para realçar o alvo de uma análise, mostrando-se como as questões desvelam-se prementes nos discursos e capazes de nos conduzir à *eudaimonia*. A partir da análise de tirinhas de Calvin e Haroldo, vemos que, embora sejam personagens fictícios, eles podem (como instância enunciativa) apontar a dimensão de um ato retórico exercido na realidade. As análises mostram, ainda, que, por sermos seres retóricos, políticos e sociais, nossos discursos se amalgamam em concepções também retóricas, políticas e humanas sobre o outro e, não raro, instauram uma polêmica ligada a uma questão de valor, a uma questão política ou até a uma questão de fato. Desse modo, uma grande questão geral se desdobra em outras, mais específicas, que merecem a atenção do analista. O discurso de Calvin dá mostras de que é impossível ser feliz sozinho e, nesse sentido, traz o entendimento de que a própria felicidade está em conformidade com um processo de conquista e adesão de um outro.

REFERÊNCIAS

- ADAM, Jean-Michel. Intertextualité et interdiscours: filiations et contextualisation de concepts hétérogènes. **Tranel**, n. 44, p. 3-26, 2006.
- ALEXANDRE JÚNIOR, Manuel. Eficácia retórica – a palavra e a imagem. **Rhêtorikê**, n. 0, p. 1-26, 2008.
- AMOSSY, Ruth. **L’argumentation dans le discours** – Discours politique, littérature d’idées, fiction. Paris: Nathan Université, 2000.
- AMOSSY, Ruth. (org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do *ethos*. Tradução: Dilson Ferreira da Cruz *et al.* São Paulo: Contexto, 2005.
- AMOSSY, Ruth. O *ethos* na intersecção de disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. *In*: AMOSSY, Ruth. (org.) **Imagens de si no discurso**: a construção do *ethos*. Tradução: Dilson Ferreira da Cruz *et al.* São Paulo: Contexto, 2005. p.120-143.
- AMOSSY, Ruth. Argumentação e Análise do discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Tradução: Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 1, p. 129-144, nov. 2011.
- AMOSSY, Ruth. **Apologie de la polémique**. Paris: Presses Universitaires de France, 2014.
- AMOSSY, Ruth. Quelle vocation empirique pour l’argumentation dans le discours? *Revue Argumentation et Analyse du Discours*, vol. 15, 2015.
- AMOSSY, Ruth. **Apologia da polêmica**. Coordenação da tradução: Mônica Magalhães Cavalcante. São Paulo: Contexto, 2017 [2014].
- AMOSSY, Ruth. **A argumentação no discurso**. Tradução: Eduardo Lopes Piris *et al.* São Paulo: Contexto, 2018 [2016].
- AMOSSY, Ruth. É possível integrar a argumentação na análise do discurso? *Problemas e desafios*. **ReVEL**, Edição especial v. 14, n. 12, 2016.

- ANGENOT, Marc. **Dialogues de sourds** – traité de rhétorique antilogique. Paris: Mille et une nuits, 2008.
- ANGENOT, Marc; BERNIER, Marc Andre; CÔTÉ, Marcel. **Renascimentos da Retórica**. Perelman hoje. Coordenação da tradução: Helcira Maria Rodrigues de Lima e Eduardo Lopes Piris. Coimbra: Grácio Editor, 2020 [2016].
- ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. **L'argumentation dans la langue**. Bruxelles: Philosophie et langage Pierre Mardaga, 1983.
- ANSCOMBRE, Jean-Claude. Le on-locuteur: une entité aux multiples visages. In: BRES, Jacques *et al.* **Dialogisme et polyphonie**. Paris: De Boeck Supérieur Champs Linguistiques, 2005. p. 75-94.
- ANSCOMBRE, Jean-Claude. Author d'une définition linguistique des notions de voix collective et de on-locuteur. **Recherches Linguistiques**, n. 31, p. 29-64, 2010.
- ANTUNES, Irlandé. **Análise de textos** – fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola Editora, 2010.
- AUMONT, Jacques. **A imagem**. Campinas: Papirus, 1993.
- ARISTOTE. **Topiques**. Paris: Les belles lettres, 1967.
- ARISTÓTELES. **Retórica**. Introdução e notas de Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2011.
- ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. In: **Aristóteles - Os Pensadores**. 7. ed. Tradução: Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 44-236.
- AUSTIN, John Langshaw. **Quand dire, c'est faire**. Paris: Éditions du Seuil, 1970.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Hétérogénéité(s) énonciative(s). **Langages**, n. 73, p. 98-111, 1984.
- BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. Tradução: Paulo Bezerra. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2002 [1997].
- BAKHTINE, Mikhail. **Esthétique et théorie du roman**. Paris: Gallimard, 1978.
- BARTHES, Roland. **A aventura semiológica**. Tradução: Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- BARTHES, Roland. **A Câmara Clara**: nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BASTOS, Ana Carolina Vieira. **De quem é essa voz?** Um estudo sobre as marcas de subjetividade em monografias de conclusão de curso, 2017. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-graduação em Linguística. João Pessoa (PB), 2017.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Um manual prático. 11. ed. Tradução: Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013 [2000].

- BENVENISTE, Émile. De la subjectivité dans le langage. *In: Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard, 1966. p. 259-260.
- BILAC, Olavo. *Poesias*. Organização de Ivan Teixeira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- BITZER, Lloyd F. The Rhetorical Situation. *Philosophy and Rhetoric*, v. 1, p. 1-14, 1968.
- BLAIR, J. Anthony. Lieux communs et faux raisonnements. *In: PLANTIN, Christian (éd.): Lieux communs, topoi, stéréotypes, clichés*. Paris: Editions Kimé, 1993. p. 497-505.
- BLAIR, J. Anthony. *Groundwork in the Theory of Argumentation*. Dordrecht: Springer Netherlands, 2012. DOI 10.1007/978-94-007-2363-4
- BRAGA, Samuel Santos; MARTINS, Liziane; CONRADO, Dália Melissa. A argumentação a partir de questões sociocientíficas na formação de professores de biologia. *Investigações em Ensino de Ciências*, v. 24, n. 2, 2019. p. 120-136.
DOI: 10.22600/1518-8795.ienci2019v24n2p120
- BRETON Phillipe et GAUTHIER, Giles. *Histoire des théories de l'argumentation*. Paris: La découverte, 2000.
- CAPECCHI, Maria Cândida V. M.; CARVALHO, Ana Maria P. Argumentação numa aula de Física. *In: CARVALHO, A. M. P. (org.). Ensino de Ciências: unindo a pesquisa e a prática*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004. p. 59-92.
- CARMO, Alex Bellucco; CARVALHO, Anna Maria Pessoa. Múltiplas linguagens e a matemática no processo de argumentação em uma aula de física: análise dos dados de um laboratório aberto. *Investigações em Ensino de Ciências*, v. 17, n. 1, p. 209-226, 2012.
- CASSIN, Barbara. *L'effet sophistique*. Paris: Gallimard, 1995.
- CAUQUELIN, Anne. *L'art du lieu commun*. Du bon usage de la doxa. Paris: Seuil, 1999.
- CAMPBELL, Karlyn Khors; HUXMAN, Susan Shultz; BURKHOLDER, Thomas R. *Atos de retórica*. 5. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.
- CERVONI, Jean. *A enunciação*. Tradução: L. Garcia dos Santos. São Paulo: Ática, 1989.
- CHARAUDEAU, Patrick. Tiers où es-tu?. *In: La voix cachée du Tiers*. Des non-dits du discours. Paris: L'Harmattan, 2004. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Tiers-ou-es-tu,91.html>. Acesso em: 10 out. 2017.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. (orgs.). *Dictionnaire d'Analyse du Discours*. Paris: Seuil, 2002.
- CHARAUDEAU, Patrick. Des conditions de la mise en scène du langage. *In: DECROSSE, Anne (org.). L'esprit de société*. Bruxelles: Mardaga, 1993. p. 27-65.

- CHARAUDEAU, Patrick. **Grammaire du sens et de l'expression**. Paris: Hachette, 1992.
- CHARAUDEAU, Patrick. Une théorie des sujets du langage. **Langage et Société**, n. 28, juin 1984.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2006.
- CÍCERO, Marco Túlio. **El Orador**. Traducción, introducción y *notas* de Eustaquio Sánchez Salor. Madrid: Alianza Editorial, S.A, 2001.
- COELHO, Fábio Ulhoa. Prefácio à edição brasileira. In: PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. Tradução: Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. XI-XVIII.
- COURTINE, Jean Jacques. Analyse du discours politique. Le discours communiste adressé aux chrétiens. **Langages**, Paris, n. 62, 1981.
- DAMASCENO-MORAIS, Rubens. Dialogando com a perspectiva dialogal da argumentação. In: PIRIS, Eduardo Lopes e RODRIGUES, Maria das Graças Soares (orgs.). **Estudos sobre argumentação no Brasil hoje: modelos teóricos e analíticos**. Natal: EDUFRN, 2020. p. 143-169.
- DAMASCENO-MORAIS, Rubens. O carpinteiro e a madeira: a constituição de *corpora* jurídicos em perspectiva etnometodológica. **Relin – Revista de Estudos Linguísticos**, v. 29, n. 2, p. 673-709, 2021.
- DANBLON, Emmanuelle. **Argumenter en démocratie**. Bruxelles: Éditions Labor, 2004.
- DANBLON, Emmanuelle. **La fonction persuasive – Anthropologie du discours rhétorique: origines et actualité**. Paris: Armand Colin, 2005.
- DARRAULT, Ivan. Présentation. **Langages**, n. 43 (*Modalités*), p. 3-9, 1976.
- DESCARTES, René. Discours de la méthode. In: DESCARTES, René. **Œuvres et lettres**. Paris: Bibliothèque de La Pléiade, 1953. Tomo X.
- DITTRICH, Ivo José. Por uma retórica do discurso: princípios teórico-metodológicos. **Ideação**. Foz do Iguaçu, SP, v. 10, n. 2, p. 91-116, jul. 2008. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/download/4472/3392>. Acesso em: março de 2020.
- DOLININA, Inga Borisovna. Arguments against / pro directives: taxonomy. In: EEEMEREN, F. van, BLAIR, J. A., WILLARD, C. A. (eds), **Proceedings of the Sixth Conference of the International Society for the Study of Argumentation**, Sic Sat 2007 International Center for the Study of Argumentation Amsterdam, 2007. p. 337-342.
- DOURY, Marianne; MOIRAND, Sophie. **L'argumentation aujourd'hui**. Positions théoriques en confrontations. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2004.

DOURY, Marianne. La fonction argumentative des échanges rapportés. *In*: LOPEZ MUNOZ, J. M.; MARNETTE, S.; ROSIER, L. (éds) **Le Discours rapporté dans tous ses états**. Paris: L'Harmattan, 2004. p. 254-264.

DOURY, Marianne. Preaching to the converted. Why we argue when everyone agrees? **Argumentation**, n. 26, v. 1, p. 99-114, 2012.

DOURY, Marianne. Introduction. **Argumentation et Analyse du Discours**, n. 15, 2015.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Revisão técnica da tradução: Eduardo Guimarães. Campinas, São Paulo: Pontes, 1987.

DUCROT, Oswald. **Polifonia y Argumentación**: Conferencias del Seminario Teoría de La Argumentación y Análisis del Discurso. Cali: Universidad del Valle, 1988.

EEMEREN, Franz H. van and HOUTLOSSER, Peter. Countering fallacious moves. **Argumentation**, v. 21, n. 3, 2007.

ERDURAN, Sibel. Methodological Foundations in the Study of Argumentation in Science Classrooms. *In*: ERDURAN, S.; JIMENEZ-ALEIXANDRE, M. P. (eds.), **Argumentation in Science Education: Perspectives from classroom-based research**. Dordre, Netherland: Springer, 2007. p. 47-69.

ERDURAN, S.; JIMENEZ-ALEIXANDRE, M. P. (eds.), **Argumentation in Science Education: Perspectives from classroom-based research**. Dordre, Netherland: Springer, 2007.

EEMEREN, Frans H. van; HOUTLOSSER, Peter; HENKEMANS, A. F. Snoeck. **Argumentative Indicators in Discourse: A Pragma-Dialectical Study**. Dordrecht: Springer Netherlands, 2007. DOI 10.1007/978-1-4020-6244-5.

EL HALAL, Camila dos Santos; NUNES, Magda Lahorgue. Sleep and weight-height development. **Jornal de Pediatria**, v. 95, p. 2-9, mar. 2019. DOI 10.1016/j.jpmed.2018.10.009.

ESPÍNDOLA, Lucienne. **A Argumentação X Adjetivos X Gênero Opinitivo**. Texto da comunicação coordenada “Argumentação em gêneros discursivos” da IV Semana de Letras. João Pessoa: UFPB, 2003 (mimeo).

FAIRCLOUGH, Norman; FAIRCLOUGH, Isabela. **Political discourse analysis**. New York: Routledge, 2012.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse – textual analysis for social research**. Routledge: London, 2003.

FERREIRA, Luiz Antonio; MAGALHÃES, Ana Lúcia. Natureza da questão retórica e a felicidade. *In*: MELO JÚNIOR, José Nildo Barbosa; SANTOS, Maria Francisca Oliveira Santos; ROCHA, Max Silva (orgs.). **Oralidade, retórica e texto**. Arapiraca (AL): Eduneal, 2020. p. 17-38.

FETERIS, Eveline. **Fundamentals of legal argumentation** – a survey of theories on the justification judicial decisions. Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 1999.

FIORIN, José Luiz. **Figuras de retórica**. São Paulo: Contexto, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A Microfísica do Poder**. 22. ed. Organização e Tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

FREEMAN, James B. **Argument Structure: Representation and Theory**. Dordrecht: Springer Netherlands, 2011. DOI 10.1007/978-94-007-0357-5.

GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto. Argumentação e falácias em entrevistas televisivas: por um diálogo entre o modelo Toulmin e a perspectiva textual-interativa. **Linha D'Água (on-line)**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 69-96, dez. 2016.

DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v29i2p69-96>

GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto. A configuração funcional da argumentação prática: uma releitura do *layout* de Fairclough & Fairclough (2012). **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, n. 19, v. 2, p. 109-137, set./dez. 2019. DOI: 10.17648/eidea-19-v2-2498.

GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto. O modelo multidimensional de análise argumentativa: uma introdução. **Alfa: Revista de Linguística** (São José do Rio Preto), v. 64, p. e11666, 2020a. DOI: 10.1590/1981-5794-e11666.

GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto. A configuração funcional da argumentação epistêmica: uma releitura do *layout* de Toulmin em perspectiva multidisciplinar. **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 236-266, jul./set. 2020b.

DOI: <https://doi.org/10.1590/2176-457347130>

GODDEN, David; WALTON, Douglas. Advances in the Theory of Argumentation Schemes and Critical Questions. **Informal Logic**, v. 27, n. 3, p. 267-292, 2007. DOI: 10.22329/il.v27i3.485.

GOVIER, Trudy. **A practical study of argument: enhanced edition**. 8. ed. Boston, MA: Wadsworth, Cengage Learning, 2013.

GOVIER, Trudy. **Problems in argument analysis and evaluation**. Windsor: Windsor Studies in Argumentation, 2018 [1987].

GRÁCIO, Rui Alexandre. **Para uma teoria geral da argumentação**: questões teóricas e aplicações didáticas. Tese de Doutorado. Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2010. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/12486>. Acesso em: 07 ago. 2020.

GRÁCIO, Rui Alexandre. **Vocabulário crítico de argumentação** (Coleção contradiscursos). Coimbra: Grácio Editor, 2013.

GRÁCIO, Rui Alexandre. **A interação argumentativa**. Coimbra: Grácio Editor, 2010.

- GRÁCIO, Rui Alexandre. **Teorias da argumentação**. Coimbra: Grácio Editor, 2012.
- GROARKE, Leo. How to define an Informal Logic. *In*: BLAIR, Anthony; TINDALE, Christopher W. (orgs.). **Rigour and Reason**: Essays in Honour of Hans Vilhelm Hansen. Windsor: Windsor Studies in Argumentation, 2020. p. 231-251.
- GROARKE, Leo. Informal Logic. *In*: ZALTA, Edward N. (org.) **Stanford Encyclopedia of Philosophy**. 2017 [1996]. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/spr2020/entries/logic-informal/>. Acesso em: 10 jan. 2021.
- GUERRERO, José Antonio Hernandez; TEJERA, María del Carmen García. **Hermágoras de Temnos**. Disponível em http://www.cervantesvirtual.com/portales/retorica_y_poetica/hermagoras_de_temnos/. Acesso em: 06 jan. 2021.
- HALLIDAY, Michael; MATTHIESSEN, Christian. **Halliday's introduction to functional grammar**. 4. ed. Milton Park, Abingdon, Oxon: Routledge, 2014.
- HAMM, Christian. Os Prefácios (KRV A e B). *In*: KLEIN, Joel Thiago (org.) **Comentários às obras de Kant**: Crítica da Razão Pura. Florianópolis: NEFIPO, 2012. p. 11-39.
- HAMPLE, Dale. The Toulmin Model and the Syllogism. **Journal of The American Forensic Association**, v. 14, p. 3-9, 1977.
- HANSEN, Hans V. Are there methods of Informal Logic? *In*: PUPPO, Federico (org.). **Informal Logic**: A “Canadian” Approach to Argument. Windsor: Windsor Studies in Argumentation, 2019. p. 130-152.
- HANSEN, Hans V. Fallacies. *In*: ZALTA, Edward N. (org.) **Stanford Encyclopedia of Philosophy**. 2020 [2015]. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/sum2020/entries/fallacies/>.
- HENAO, Berta Lucila. A argumentação em questões de química: uma contribuição à autorregulação das aprendizagens. *In*: LEITÃO, Selma; DAMIANOVIC, M. C. (orgs.). **Argumentação na escola: o conhecimento em construção**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011, p. 81-104.
- ITKONEN, Esa. **Analogy as structure and process**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2005.
- ILOOUZ, Eva; ALALUF, Yaara Benger. O capitalismo emocional. *In*: CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G. **História das emoções**. Do final do século XIX até hoje. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020. p. 74-100.
- JOHNSON, Ralph. Revisitando o Triunvirato lógica/dialética/retórica. Tradução: Eduardo Lopes Piris; Paulo Roberto Gonçalves-Segundo. **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, v. 20, n. 1, p. 254-273, 2020 [2009]. DOI: 10.17648/eidea-20-2708.
- JOHNSON, Ralph H. **Manifest rationality**: a pragmatic theory of argument. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2000.

JOHNSON, Ralph H. The dialectical tier revisited. *In*: PUPPO, Federico (org.). **Informal Logic: A “Canadian” Approach to Argument**. Windsor: Windsor Studies in Argumentation, 2019. p. 176-195.

JOHNSON, Ralph H.; BLAIR, J. Anthony. **Logical self-defense**. New York: International Debate Education Association, 2006 [1977].

JUSTI, Rosária. Uma nova metodologia para analisar raciocínios argumentativos. **Ciência e educação**. Bauru, v. 23, n. 1, jan/mar de 2017.

KANT, Immanuel. Prefácio à primeira edição da Crítica da Razão Pura. *In*: KANT, Immanuel. **Textos Seletos**. Tradução: Raimundo Vier. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 10-27.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. **Les interactions verbales**. Paris: Armand Colin, 1992.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. Dialogue théâtral vs conversations ordinaires, **Cahiers de praxématique**, n. 26, 1996. Disponível em: <http://praxematique.revues.org/2977>. Acesso em: outubro de 2016.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. **Le discours en interaction**. Paris: Armand Colin, 2011.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine; PLANTIN, Christian. (dirs). **Le Trilogue**. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1995.

KOCH, Ingedore Gunfeld Villaça. **Introdução à linguística textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

LAUREANDEAU, Paul. Modalité, opération de modalisation et mode médiatif. *In*: DELAMOTTE-LEGRAND, R. (dir.), **Les médiations langagières – Des faits de langue aux discours**. Rouen: Presses de l’Université de Rouen, 2004. p. 83-95.

LE QUERLER, Nicole. **Typologies des modalités**. Caen: Presses Universitaires de Caen, 1996.

LEACH, Joan. Análise retórica. *In*: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Um manual prático. 11. ed. Tradução: Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013 [2000]. p. 293-318.

LIAKOPOULOS, Miltos. **The debate on biotechnology in Britain: a social-psychological analysis of arguments, images and public perceptions**. PhD Tesis, Social Psychology Department, London School of Economics, 2000.

LIMA, Helcira. M. R. de. **Na tessitura do Processo Penal: a argumentação no Tribunal do Júri**. Tese (Doutorado em Linguística), Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte, 2006.

MAGALHÃES, Ana Lúcia; FERREIRA, Luiz Antonio. Eudaimonia, *ethos* e *pathos*: um olhar sobre o discurso político no século XXI. **VERBUM**, v. 9, n. 1, p. 166-186, maio 2020.

MACAGNO, Fabrizio. A Means-End Classification of Argumentation Schemes. *In*: VAN EEMEREN, Frans H.; GARSSSEN, Bart (orgs.). **Reflections on Theoretical Issues in Argumentation Theory**. Cham: Springer International Publishing, 2015. p. 183-201. DOI: 10.1007/978-3-319-21103-9.

MACAGNO, Fabrizio; WALTON, Douglas. Argumentos de raciocínio prático: uma abordagem modular. Tradução: Paulo Roberto Gonçalves-Segundo, Gabriel Isola-Lanzoni, Lucas Pereira-Silva e Winola Weiss. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, v. 19, n. 1, p. 140-184, mai./ago. 2019.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. *In*: MARCUSCHI L. A., XAVIER, Antônio Carlos. **Hipertextos e gêneros digitais**: novas formas de construção do sentido. São Paulo: Cortez, 2010. p. 13-67.

MOESCHLER, Jacques. **Argumentation et conversation**: éléments pour une analyse pragmatique du discours. Paris: Didier, 1985.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. 3. ed. Tradução: Freda Indursky. Campinas: Pontes; Ed. da Unicamp, 1997 [1987].

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do *ethos*. *In*: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (orgs.). **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 11-29.

MAINGUENEAU, Dominique. Que cherchent les analystes du discours? **Argumentation et Analyse du Discours** [*on-line*], n. 9, 2012.

MARRAUD, Hubert. On the Logical Ways to Counter an Argument: A Typology and Some Theoretical Consequences. *In*: VAN EEMEREN, Frans H.; GARSSSEN, Bart (orgs.). **From Argument Schemes to Argumentative Relations in the Wild**. Cham: Springer International Publishing, 2020. p. 149-166. DOI: 10.1007/978-3-030-28367-4_10.

MARTIN, James R. Discourses of science: Recontextualisation, genesis, intertextuality and hegemony. *In*: MARTIN, James R.; VEEL, Robert. **Reading Science**: critical and functional perspectives on discourses of science. Londres: Routledge, 1998. p. 3-14.

MARTINEAU, François. **Petit traité d'argumentation judiciaire**. Paris: Dalloz, 2010.

MEYER, Michel. **A problematologia**: filosofia, ciência e linguagem. Tradução: Sandra Fitas. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991.

MEYER, Michel. **Questões de retórica**: linguagem, razão e sedução. Tradução: António Hall. Lisboa: Nova Biblioteca 70, 1998.

MEYER, Michel. **A retórica**. São Paulo: Ática, 2007.

MEYER, Michel (dir.). **Histoire de la rhétorique**. Des grecs à nos jours. Paris: Librairie Générale Française, 1999.

MEYER, Michel. **Qu'est-ce que l'argumentation**. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 2008.

MOIRAND, Sophie. Le dialogisme: de la réception du concept à son appropriation en analyse du discours. **Cahiers de praxématique**, n. 57, 2011. Disponível em: <http://praxématique.revues.org/1757>. Acesso em: 30 set. 2016.

MOURA, Heronides Maurílio de Melo. Semântica e argumentação: diálogo com Oswald Ducrot. **DELTA [on-line]**, v. 14, n.1, 1998.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do. **Jogando com as vozes do outro**: argumentação na notícia jornalística. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do. Gêneros Jornalísticos na sala de aula: desenvolvendo habilidades leitoras. *In*: PEREIRA, Regina Celi Mendes (org.). **Ações de linguagem**: da formação continuada à sala de aula. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010. p. 56-87.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do; SILVA, Joseli Maria da. O fenômeno da modalização: estratégia semântico-argumentativa e pragmática. *In*: NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do (org.). **A argumentação na redação comercial e oficial**: estratégias semântico-discursivas em gêneros formulaicos. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012. p. 63-100.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do. O ensino da argumentação na leitura, na produção textual e na análise linguística: reflexões teórico-propositivas. **Revista do GELNE**, Natal-RN, v. 17, n. 1/2, p. 159-183, 2015.

NASCIMENTO, Silvania Sousa. A linguagem e a investigação em educação científica: uma breve apresentação. *In*: NARDI, Roberto (org.). **A pesquisa em ensino de ciências no Brasil**: alguns recortes. São Paulo: Escrituras Editora, 2007. p. 131-142.

NASCIMENTO, Silvania Sousa; PLANTIN, Christian. **Argumentação e ensino de ciências**. Curitiba: Editora CRV, 2009.

NASCIMENTO, Silvania Sousa; VIEIRA, Rodrigo Drumond. A argumentação em sala de aula de física: limites e possibilidades de aplicação do padrão de Toulmin. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, v. 8, n. 2, 2008.

NASCIMENTO, Silvana S.; VIEIRA, Rodrigo Drumond. A argumentação em sala de aula de física: limites e possibilidades de aplicação do padrão de Toulmin. *In*: NASCIMENTO, Silvana S.; PLANTIN, Christian (orgs.). **Argumentação e ensino de ciências**. Curitiba: Editora CRV, 2009. p. 17-37.

NORDQUIST, Richard. Figures of Speech: Epiplexis (Rhetoric). THOUGHT CO, June 14, 2018. Disponível em: <https://www.thoughtco.com/epiplexis-rhetoric-term-1690664>. Acesso em: 30 abr. 2020.

- NEVEU, Frank. **Dictionnaire des sciences du langage**. Paris: Armand Colin, 2004.
- NUNES, José M. Viana; ALMOULOUD, Saddo A. O modelo de Toulmin e a análise da prática da argumentação em matemática. **Educação Matemática Pesquisa**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 487-512, 2013.
- O BOTICÁRIO. **Contos de fadas**: campanha publicitária. Disponível em: <https://www.boticario.com.br/>. Acesso em: 10 ago. 2017.
- OROFINO, Renata de Paula; TRIVELATO, Silvia Luzia Frateschi. O uso de conceitos científicos em argumentos em aulas de biologia. **Investigações em Ensino de Ciências**, v. 20, n. 3, p. 116-130, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.22600/1518-8795.ienci2016v20n3p116>
- PAVEAU, Marie-Anne. Interdiscours et intertexte. Généalogie scientifique d'une paire de faux jumeaux. **Actes du colloque international Linguistique et littérature**: Cluny, 40 ans après. Besançon: PUFC, 2010. p. 93- 105.
- PÊCHEUX, Michel. **Les vérités de la Palice**. Linguistique, sémantique, philosophie (Théorie). Paris: Maspero, 1975.
- PERELMAN, Chaïm. **Rhétoriques**. Bélgica: Editions de l'Université de Bruxelles, 1989.
- PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Traité de l'argumentation**. Bruxelles: Éditions de l'Université de Bruxelles, 1958.
- PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a Nova Retórica**. Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996 [1958].
- PERNOT, Laurent. **La Rhétorique dans l'Antiquité**. Paris: Le Livre de Poche, 2000.
- PESSOA, Fernando. **Poemas de Ricardo Reis**. Edição Crítica de Luiz Fagundes Duarte. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1994.
- PEYTARD, Jean. **Mikhaïl Bakhtine – Dialogisme et analyse du discours**. Paris: Bertrand Lacoste, 1995.
- PLANTIN, Christian. **Essais sur l'argumentation**. Paris: Kimé, 1990.
- PLANTIN, Christian. L'argument du paralogisme. **Hermès, Cognition, Communication, Politique**, Paris, v. 15, n. 1, 1995.
- PLANTIN, Christian. **L'argumentation**. Paris: Le Seuil, 1996.
- PLANTIN, Christian. **L'argumentation**. Paris: PUF, 2005.
- PLANTIN, Christian. A argumentação biface. In: LARA, Gláucia; MACHADO, Ida; EMEDIATO, Wander (orgs.). **Análises do discurso hoje**, v. 2. Rio de Janeiro: Lucerna, 2008a. p. 13-26.

- PLANTIN, Christian. **A argumentação**. História, teorias, perspectivas. Tradução: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2008b.
- PLANTIN, Christian. **A argumentação**. Tradução: Rui Alexandre Grácio e Martina Martozzi. Coimbra: Grácio Editor, 2010.
- PLANTIN, Christian. **Dictionnaire de l'argumentation**. Une introduction aux études d'argumentation. Lyon: ENS Éditions, 2016.
- PORFÍRIO, Francisco. Eudaimonia. In: **BOL, Mundo Educação: filosofia**. Disponível em: <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/filosofia/eudaimonia.htm>. Acesso em: 29 mar. 2020.
- QUINTILIANO, Marco Fábio. **Instituição oratória**. Tradução e notas: Bruno Fregni Basseto. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.
- RABATEL, Alain. La part de l'énonciateur dans la gestion interactionnelle des points de vue. **Marges linguistiques**, n. 9, p. 115-136, 2005.
- REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- ROBRIEUX, Jean-Jacques. **La rhétorique et argumentation**. Paris: Armand Colin, 2010.
- SÁ, Luciana Passos; KASSEBOEHMER, Ana Claudia; QUEIROZ, Saete Linhares. Esquema de argumento de Toulmin como instrumento de ensino: explorando possibilidades. **Revista Ensaio**, Belo Horizonte, v. 16, n. 3, p. 147-170, set-dez. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1983-21172014160307>
- SASSERON, Lúcia Helena; CARVALHO, Ana Maria P. Construindo argumentação na sala de aula: a presença do ciclo argumentativo, os indicadores de alfabetização científica e os padrões de Toulmin. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 17, n. 1, p. 97-114, 2011a. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-73132011000100007>
- SASSERON, Lúcia Helena; CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. Uma análise de referenciais teóricos sobre a estrutura do argumento para estudos de argumentação no ensino de ciências. **Revista Ensaio**, Belo Horizonte, v. 13, n. 3, p. 243-262, set-dez 2011b.
- SITRI, Frédérique. Dialogisme et analyse de discours: éléments de réflexion pour une approche de l'autre en discours. **Cahiers de praxématique**, n. 43, 2004. Disponível em: <http://praxematique.revues.org/1846>. Acesso em: 30 set. 2016.
- TEIXEIRA, Elder Sales et al. A construção de uma argumentação sobre a síntese newtoniana a partir de atividades em grupos. **Investigações em Ensino de Ciências**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 61-95, 2010.
- TINDALE, Christopher W. **Rhetorical Argumentation: Principles of Theory and Practice**. London: SAGE Publications, Inc., 2004. DOI: 10.4135/9781452204482.
- TOULMIN, Stephen. **The Philosophy of Science**. An Introduction. London: Hutchinson House, 1953.

- TOULMIN, Stephen. **Les usages de l'argumentation**. Tradução: Philippe de Brabanter. Collection l'interrogations Philosophique. Paris: Presses Universitaires de France, 1993.
- TOULMIN, Stephen. **Os usos do argumento**. Tradução: Reinaldo Guarany. São Paulo: Martins Fontes, 2001 [1958].
- TINDALE, Christopher W. **The philosophy of argument and audience reception**. New York: Cambridge University Press, 2015.
- TOULMIN, Stephen E.; RIEKI, Richard; JANIK, Allan. **An introduction to Reasoning**. 2. ed. New York: Macmillan Publishing Company, 1984.
- TRAVERSO, Véronique. **L'analyse des conversations**. Lyon: Armand Colin, 2007.
- TRINGALI, Dante. **Introdução à retórica**. São Paulo: Duas Cidades, 1988.
- TRINGALI, Dante. **A retórica antiga e outras retóricas: a retórica como crítica literária**. São Paulo: Musa Editoria, 2014.
- TYLKOWSKI, I. La conception du “dialogue” de Mikhail Bakhtine et ses sources sociologiques. **Cahiers de praxématique**, n. 57, 2011. Disponível em: <http://praxematique.revues.org/1755>. Acesso em: 20 out. 2016.
- VAN EEMEREN, Frans. Nota à presente edição. Os usos do argumento, edição atualizada. *In*: TOULMIN, Stephen E. **Os usos do argumento**. Tradução: Reinaldo Guarany. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001 [1958]. p. VII-VIII.
- VAN EEMEREN, Frans H.; GARSSSEN, Bart; KRABBE, Erik C. W.; SNOECK HENKEMANS, A. Francisca; VERHEIJ, Bart; WAGEMANS, Jean H. M. **Handbook of Argumentation Theory**. Dordrecht: Springer Netherlands, 2014. DOI: 10.1007/978-90-481-9473-5.
- VELASCO, Patrícia Del Nero. Sobre a Crítica Toulminiana ao Padrão Analítico-Dedutivo de Argumento. **Cognitio: revista de filosofia**, v. 10, n. 2, p. 281-292, jul./dez. 2009.
- VIEIRA, Rodrigo Drumond; NASCIMENTO, Silvania Sousa. A argumentação no discurso de um professor e seus estudantes sobre um tópico de mecânica newtoniana. **Cad. Bras. Ens. Fís.**, v. 24, n. 2, p. 174-193, ago. 2007.
- VIEIRA, Rodrigo Drumond; NASCIMENTO, Silvania Sousa. Uma visão integrada dos procedimentos discursivos didáticos de um formador em situações argumentativas de sala de aula. **Ciência & Educação**, v. 15, n. 3, p. 443-457, 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-73132009000300001>
- VIGNAUX, Georges. Discourir, argumenter? **Hermes – Cognition, Communication, Politique**, Paris, v. 1, n. 15, 1995.
- VILLANI, Carlos Eduardo P. **As práticas discursivas argumentativas de alunos do ensino médio no laboratório didático de física**. 2002, 188f. (Dissertação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.

- VILLANI, Carlos Eduardo P.; NASCIMENTO, Silvania Sousa. A. A argumentação e o ensino de ciências: uma atividade experimental no laboratório didático de Física do Ensino Médio. **Investigações em ensino de Ciências**, v. 8, n. 3, Porto Alegre, p. 187-209, 2003.
- VION, Robert. Modalisation, dialogisme et polyphonie. *In*: PERRIN, L. (éd.). **Le sens et ses voix** – Dialogisme et polyphonie en langue et en discours. Metz: Université de Metz, 2006. p. 105-123 [Recherches Linguistiques, v. 28].
- WALTON, Douglas. Defeasible reasoning and informal fallacies. **Synthese**, v. 179, n. 3, p. 377-407, abr. 2011. DOI: 10.1007/s11229-009-9657-y.
- WALTON, Douglas N. **Fundamentals of critical argumentation**. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2006.
- WALTON, Douglas. **Lógica informal**: manual de argumentação crítica. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- WALTON, Douglas N. **Methods of argumentation**. New York: Cambridge University Press, 2013.
- WALTON, Douglas. How the context of dialogue of an argument influences its evaluation. *In*: PUPPO, Federico (org.). **Informal Logic**: A “Canadian” Approach to Argument. Windsor: Windsor Studies in Argumentation, 2019. p. 196-233.
- WALTON, Douglas; KRABBE, Erik. **Commitment in dialogue**: basic concepts of interpersonal reasoning. Albany: State University of New York Press, 1995.
- WALTON, Douglas; REED, Christopher; MACAGNO, Fabrizio. **Argumentation Schemes**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. DOI: 10.1017/CBO9780511802034.
- WATERSON, Bill. **A ignorância democrática**, segundo Calvin. 2012. Quadrinhos. Disponível em: <https://ficcaoenaoficcao.wordpress.com/2012/03/25/quadrinhos-a-ignorancia-democratica-segundo-calvin>. Acesso em: 09 set. 2020.
- WATERSON, Bill. **Calvin e Mãe**. Uma fita educativa. 21 jan. 2009. Quadrinhos. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/3621/calvin-e-seus-amigos>. Acesso em: 05 jan. 2021.
- WATERSON, Bill. **Metáfora para vida**. 05 jul. 2017. Quadrinhos. Disponível em: <https://brainly.com.br/tarefa/28308536>. Acesso em: 05 jan. 2021.
- WENZEL, Joseph. Three Perspectives on Argument. *In*: TRAPP, Robert; SCHUETZ, Janice (orgs.). **Perspectives on Argumentation**: Essays in Honour of Wayne Brockriede. Prospect Heights: Waveland Press, 1990. p. 9-16.
- WOODS, John; WALTON, Douglas. **Critique de l’argumentation**: logiques des sophismes ordinaires. Traduction coordonnée par Christian Plantin. Paris: Editions Kimé, 1992.

SOBRE OS AUTORES

Erivaldo Pereira do Nascimento é licenciado em Letras e bacharel em Comunicação Social, especialista em Linguística Aplicada e Doutor em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Realizou estágio pós-doutoral na Universidad de Buenos Aires (Argentina). É Professor Associado IV da UFPB, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING) e ao Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS). Foi coordenador dos cursos de Bacharelado Secretariado Executivo Bilingue e de Licenciatura em Letras, da mesma instituição e foi presidente da Associação Brasileira de Pesquisa em Secretariado (ABPSEC). Atualmente, é Vice-Diretor do Campus IV da UFPB. Desenvolve pesquisas nas áreas de Semântica Argumentativa e Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas, nas quais publicou livros, capítulos de livros, artigos em periódicos científicos e trabalhos em anais de eventos nacionais e internacionais. Coordena o grupo de pesquisa “Texto: produção e recepção sob vários olhares”.

E-mail: erivaldo@ccae.ufpb.br.

Filipe Mantovani Ferreira possui doutorado (2018) e mestrado (2012) em Letras, obtidos no programa de Filologia e Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). É licenciado em Letras (Português/Inglês) pela mesma instituição. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa, atuando principalmente nas áreas de argumentação e estudos de discurso. Atualmente é professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP). É membro dos grupos de pesquisa “Discurso político, Cognição e Argumentação” e “Estudos de Linguagem, Argumentação e Discurso”.

E-mail: filipe.ferreira@ifsp.edu.br.

Helcira Lima é mestre (2001) e doutora (2006) em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais, onde realizou, também, uma pesquisa de pós-doutorado (2007-2008), financiada pela FAPEMIG. Durante o doutoramento, realizou pesquisas na Universidad de Buenos Aires (UBA), no ano de 2004 e, em Paris, na Université Sorbonne Paris Nord-Villetaneuse (Paris XIII), em 2005, sob a supervisão do Professor Patrick Charaudeau, durante um estágio de doutorado, financiado pela CAPES. Realizou também pesquisa de pós-doutorado na Universidad de Buenos Aires (2016-2017), sob a supervisão da professora Alejandra Vitale. Atualmente, faz parte do corpo docente da FALE/UFMG (professor associado nível III), onde atua na graduação e na pós-graduação. Atua, em especial, nos seguintes temas: retórica/argumentação, discurso jurídico, estudos sobre emoção, violência verbal, violência contra a mulher, cinema. Membro do Conselho Deliberativo e Consultivo da SBR (2019-2024), Membro da Associação Latino-americana de Retórica (ALR) e da Sociedade Ibero-americana de Retórica. Líder do grupo de pesquisa “Retórica e argumentação”.

E-mail: helciralima@gmail.com.

Isabel Cristina Michelin de Azevedo é graduada em Pedagogia e Letras, tem mestrado em Comunicação e Letras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e doutorado realizado na Universidade de São Paulo (USP), Brasil. Desde 2013, atua como professora no Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal de Sergipe (USP). O trabalho realizado na graduação e o na pós-graduação da UFS (acadêmica e profissional) têm possibilitado orientar pesquisas de iniciação científica, de mestrado e de doutorado voltadas aos estudos da argumentação em diferentes perspectivas, em associação com a formação de professores e a descrição linguística e multimodal. Nos Programas de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, e da Universidade Estadual de Feira de Santana, orienta investigações situadas no campo da Linguística Aplicada, com particular interesse pela Pedagogia dos Multiletramentos. Lidera o “Grupo de Pesquisas em Argumentação e Retórica Aplicadas” (GPARA) e é colíder do grupo de “Estudos de Linguagem, Argumentação e Discurso” (ELAD). Ocupa posição na equipe editorial na *Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*.

E-mail: icmazevedo@hotmail.com.

Luiz Antonio Ferreira: possui graduação em Letras Português Inglês pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Farias Brito (1973), mestrado em Educação pela Universidade de São Paulo (1989), doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (1995), pós-doutorado em Letras Clássicas e Vernáculas na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (2015). Atualmente é professor titular do Departamento de Português da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, coordenador do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da PUC-SP e coordenador do “Grupo de Estudos Retóricos e Argumentativos” (ERA), que possui sede na PUC-SP. Tem experiência na área de Letras e Ensino, com ênfase em Língua Portuguesa e suas pesquisas enfocam os seguintes temas: retórica, argumentação, metodologia de ensino de línguas, língua portuguesa, Linguística e ensino-aprendizagem.

E-mail: luizanferreira@terra.com.br.

Patrícia Del Nero Velasco é professora associada da Universidade Federal do ABC, onde está vinculada à Licenciatura em Filosofia, ao Mestrado Profissional em Filosofia e ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia. Integra o núcleo de sustentação do GT da ANPOF *Filosofar e Ensinar a Filosofar* e coordena o LaPEFil – Laboratório de Pesquisa e Ensino de Filosofia (CNPq/UFABC), atuando nas linhas “Fundamentos do Ensino de Filosofia” e “Ensino de Argumentação Lógica e Ciências”. É membro do grupo de pesquisa ELAD – “Estudos de Linguagem, Argumentação e Discurso” (UESC/CNPq), autora dos livros *Educando para a argumentação: contribuições do ensino da lógica* (Editora Autêntica) e *Filosofar e Ensinar a Filosofar: registros do GT da ANPOF – 2006-2018* (Edições NEFI), e organizadora da obra *Filosofia: ensaios a contrapelo* (Oficina Universitária/Cultura Acadêmica).

E-mail: patricia.velasco@ufabc.edu.br.

Paulo Roberto Gonçalves-Segundo é docente do Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FLP-DLCV-FFLCH-USP). É líder do “NEAC/USP – Núcleo de Estudos em Análise Crítica do Discurso da USP”, membro do Grupo de Trabalho da ANPOLL “Argumentação” e dos Grupos de Pesquisa “ELAD – Estudos em Linguagem, Argumentação e Discurso” e “SAL – Sistêmica, Ambientes e Linguagens”. É também editor da *Revista EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*.

E-mail: paulosegundo@usp.br.

Rubens Damasceno-Morais é professor-pesquisador da Graduação e do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Goiás/UFG. Após mestrado no domínio da *Critical Discourse Analysis* (Análise do Discurso Crítica / UnB – 2005), empreendeu doutorado no domínio de Ciências da Linguagem (2009-2013), quando elaborou pesquisa e tese no campo da Argumentação, da Retórica e da Interação argumentativa (*Sciences du Langage / Université Lumière Lyon 2/França/ École Doctorale Lettres, Langues, Linguistique & Arts*). Membro do Grupo de Pesquisa: “Estudos de Linguagem, Argumentação e Discurso ELAD” e coordenador do Grupo de Pesquisa “Teorias de Argumentação e Retórica – TEAR”. Membro do Grupo de Trabalho (GT) “Argumentação” da ANPOLL, é também um dos editores da *Revista EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*.

E-mail: damasceno.morais@ufg.br.

Wander Emediato é Professor Titular da UFMG. Graduação em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais (1992), mestre em Estudos Linguísticos pela UFMG (1996), doutor em Ciências da Linguagem pela Universidade de Paris XIII (2000), com dois pós-doutorados (2010-2011 e 2017-2018) pela Universidade de Lyon II (Laboratoire ICAR/CNRS, com, respectivamente, Christian Plantin e Alain Rabatel). Atua na área de Linguística do Texto e do Discurso. Foi coordenador do curso de Letras em 2005/2006, coordenador da área de Língua Portuguesa da Faculdade de Letras da UFMG e vice-diretor da FALE (gestão 2005/2010). Credenciado no Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da UFMG, área de Linguística do texto e do discurso, desenvolve pesquisas sobre Análise do Discurso, Argumentação e Teorias enunciativas (Dialogismo, Polifonia, Modalização). Líder do Grupo de Pesquisa em Análise do Discurso do CNPq. Coordenador do Núcleo de Análise do Discurso da UFMG. Ex-delegado regional da ALED no Brasil (Associação Latino-americana de Estudos do Discurso) por dois mandatos – período 2009-2013. Atual coordenador do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da UFMG - POSLIN (2019-2021).

E-mail: wemediato@hotmail.com.

